UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO EM HISTÓRIA

FERNANDA OLIVIA LÁZARO CARVALHO

“PASSAR O BRASIL A LIMPO”:

UMA HISTÓRIA DAS METÁFORAS DA LIMPEZA NA NOVA REPÚBLICA

NITERÓI

2025

FERNANDA OLIVIA LÁZARO CARVALHO

“PASSAR O BRASIL A LIMPO”:

UMA HISTÓRIA DAS METÁFORAS DA LIMPEZA NA NOVA REPÚBLICA

Orientadora:

Prof.ª Drª. Francine Iegelski

Niterói, RJ

2025

FERNANDA OLIVIA LÁZARO CARVALHO

“PASSAR O BRASIL A LIMPO”:

UMA HISTÓRIA DAS METÁFORAS DA LIMPEZA NA NOVA REPÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História

Orientadora:

Prof.ª Dr.ª Francine Iegelski

Niterói, RJ

2025

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA GERADA EM:

http://www.bibliotecas.uff.br/bee/ficha-catalografica

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C331" Carvalho, Fernanda Olivia Lázaro
"Passar o Brasil a limpo" : uma história das metáforas da limpeza na Nova República / Fernanda Olivia Lázaro Carvalho. - 2025.
297 p.: il.

Orientador: Francine Iegelski.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2025.

1. Limpeza. 2. Metáforas. 3. Teoria da História. 4. Nova República. 5. Produção intelectual. I. Iegelski, Francine, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

FERNANDA OLIVIA LÁZARO CARVALHO

PASSAR O BRASIL A LIMPO:

UMA HISTÓRIA DAS METÁFORAS DA LIMPEZA NA NOVA REPÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovado em 30/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Francine Iegelski – Orientadora

Universidade Federal Fluminense (UFF)

_____

Profa. Dra. Angélica Müller

Universidade Federal Fluminense (UFF)

_____

Prof. Dr. Javier Fernández-Sebastián

Universidad del País Vasco (UPV)

Prof. Dr. Fábio Wasserman

Universidad de Buenos Aires (UBA)

Prof. Dr. Rodrigo Turin

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Niterói

2025

A Victor Loback,

Aos amigos Jonathas e Gil,

À família,

Ao bebê que está chegando e escreveu esta tese comigo.

AGRADECIMENTOS

É impossível negar que esta tese passou por circunstâncias especiais e atípicas que representaram um desafio para a operação historiográfica desta pesquisadora em formação. Um cotovelo quebrado seguido de uma cirurgia, durante o período sanduíche, meu casamento, uma doença degenerativa na família e a descoberta da gravidez na reta final da entrega do material para a defesa. Lidar com tantas mudanças em um tempo já caracteristicamente acelerado - e ainda mais acelerado para os que tem prazos a cumprir - só foi possível porque tive o apoio de tantos que me deram força e aconselhamentos.

Primeiro, não poderia deixar de agradecer ao meu companheiro de vida, que se tornou meu marido durante o doutorado. Victor Loback, geógrafo e doutor em educação, é o meu parceiro preferido de discussões calorosas, meu revisor não remunerado, meu amigo de todas as horas, minha pessoa favorita no mundo. Obrigada. Sem você, sem nossa troca de ideias, sem sua força e seu otimismo inquebrantáveis esta tese não seria a mesma.

Aos meus amigos Jonathas Azevedo, diretor executivo de uma rede filantrópica do Terceiro Setor, e Gil Guilherme Barreto, administrador sênior de vendas no mundo empresarial, nossa amizade só prova que, mesmo seguindo trajetórias tão diferentes, amizades só fazem sentido quando são cultivadas com respeito e empatia. Obrigada pela escuta atenta, obrigada por tornarem meus dias difíceis mais fáceis e obrigada por serem um alívio nos momentos de tensão da escrita acadêmica.

À minha família de origem, Fátima e Flavia Lazaro, agradeço por terem cultivado em mim o interesse pelos estudos, pela leitura e pela escrita.

Não poderia deixar de agradecer também aos colegas dos grupos de pesquisa de que faço parte no âmbito do PPGH-UFF, o Epistasthai e o Observatório do Tempo

Presente. Os muitos eventos que organizamos e as discussões que travamos foram fundamentais para a formulação de ideias que fertilizaram este trabalho.

Sou ainda extremamente grata à minha orientadora e Profa. Dra. de Teoria e Filosofia da História, Francine Iegelski, cujas provocações e ideias foram fundamentais à execução deste trabalho. Além disso, Francine é sempre solícita aos meus pedidos de reunião, organizada e ao mesmo tempo extremamente gentil com seus orientandos. É muito prazeroso encontrar, no mundo acadêmico, professores que combinam o rigor profissional com a delicadeza no tratamento dos educandos. E à Profa. Dra. Juliette Dummont, minha orientadora do período sanduíche no *l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine* (IHEAL) da *Université Sorbonne Nouvelle* em Paris, sou grata por todas as discussões de que participei na ARBRE, pela organização conjunta do evento que fizemos sobre o Brasil e o tempo presente, e sou grata pelas reuniões e trocas de ideias que tivemos em relação à pesquisa.

Gostaria de agradecer também aos membros da banca pelo aceite em participar desta empreitada. Ao Prof. Dr. Fabio Wasserman e ao Prof. Dr. Rodrigo Turin, suas contribuições valiosas ao material da qualificação foram fundamentais para repensar algumas bases e revisar pressupostos de pesquisa. À Profa. Dra. Angélica Müller, de quem fui aluna em História do Brasil III e uma pesquisadora de peso em História do Tempo Presente, obrigada por toda a força no período difícil da cirurgia durante o intercâmbio e obrigada por todo o apoio nestes anos de pesquisa. Ao Prof. Dr. Javier Fernández Sebastián, uma referência no campo da História Conceitual, o qual mudou rumos de pesquisa e coordenou uma das maiores redes internacionais de estudos sobre História dos Conceitos, agradeço o aceite em avaliar esta pesquisa, que é profundamente impactada pelos seus trabalhos.

Um agradecimento também especial aos colegas que compartilharam comigo o período do doutorado sanduíche em Paris, seja dividindo as salas da *Université Sorbonne Nouvelle*, seja convivendo como vizinhos na *Cité Internationale Universitaire*: Ana Vianna, Carolina Bertassoni, Cynara Kern, Samuel Horita, Wemerson Ferreira e tantos outros. Estive nesta jornada cercada de colegas oriundos de distintas áreas do conhecimento: advogados, historiadores, químicos, biomédicos e antropólogos, uma mistura que produziu um grupo tanto diverso quanto divertido.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Nesse sentido, gostaria de agradecer à agência CAPES pelo financiamento da minha pesquisa de doutorado, durante o qual fui agraciada com uma bolsa de estudos que tornou esta tese possível. Importa ressaltar que a experiência do doutorado sanduíche também se concretizou sob financiamento de edital CAPES-COFECUB, a quem destino meus mais sinceros agradecimentos pela seleção do projeto "Ideias em tempo de Guerra Fria: circulação intelectual, encontros e desencontros", coordenado pela Profa. Denise Rollemberg (PPGH-UFF) e pelo Prof. Olivier Compagnon (IHEAL-CREDA), de quem sou igualmente grata pela oportunidade.

Ao meu bebê, que se tornou acidentalmente coautor da tese, obrigada por me encher de expectativas e de alegria. Um ciclo de trabalhos se encerra e outro cheio de afetos se abre.

A todas as vozes de apoio que atravessaram de uma maneira ou de outra esta tese, muito obrigada!

“Limpeza faz bem parecer as cousas aos que a veem”

Ordenações Alfonsinas, 1446, p.369

RESUMO

Em nome da “limpeza”, temos assistido à defesa da perseguição de certos partidos políticos, do impedimento de certos candidatos, da depreciação de certos veículos de comunicação, da criminalização de instituições essenciais à democracia, além da defesa do expurgo de todos aqueles que se opõem às expectativas dos “faxineiros morais”. A presença das metáforas da “limpeza” e da “sujeira” no vocabulário político da Nova República provoca questões ligadas aos sentidos de tais transferências para a linguagem política do sistema democrático, que promete poder ao povo, a partir de uma lógica de purificação. Esta tese tem por objetivo fazer um estudo sobre a história das metáforas da limpeza ao longo da Nova República no Brasil, refletindo sobre questões fundamentais do campo de Teoria da História, em particular o debate sobre os sentidos do tempo e sobre as temporalidades do tempo presente. O corte cronológico adotado para o uso das fontes será o período de 1987, ou seja, do processo de elaboração da carta constitucional, até o ano de 2019, o primeiro ano do governo ultraliberal-conservador de Jair Bolsonaro. Assumindo a premissa de que as metáforas não estão disponíveis em predicados lógicos e próprios, agindo como fontes de transferências de sentidos em diversos contextos de enunciação, a tese se organiza nos múltiplos e distintos horizontes de sentidos que as metáforas da limpeza e da sujeira atravessam, ou, nos termos de Blumenberg, “perturbam” (BLUMENBERG, [1969] 2003, p.104). Assim, a tese se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo de natureza teórica propõe pensar a escrita de uma história das metáforas e dos conceitos no tempo presente; o segundo capítulo analisa as metáforas do “entulho autoritário” e “na lata de lixo da história”, em relação com os conceitos de ordem e de História; o terceiro capítulo discorre sobre as metáforas da “ficha limpa” e da “Lava Jato”, traduzidas sob o campo semântico da moralidade e da luta anticorrupção; e

o quarto capítulo discorre sobre as metáforas da limpeza que se desdobraram em discursos de extermínio e de perseguição à oposição, tomando a ascensão da direita ultraliberal e conservadora, investigando em particular o léxico do bolsonarismo. Esta tese conclui que as classificações simbólicas da poluição expressam disputas de ordem política, através de representações em torno de centros de poder e de suas margens, isto é, de elementos dos quais se pretende repelir e de elementos dos quais se pretende proteger deste perigo ameaçador. A sujeira assume, nesse caso, o aspecto de tudo aquilo que ofende a ordem, o que, na jovem democracia brasileira, tem sido objetificado como o autoritarismo residual, a corrupção ou a própria democracia.

Palavras-Chave: Limpeza; Nova República; Teoria da História; Metáforas; História do tempo presente

ABSTRACT

In the name of “cleanliness,” we have seen the defense of the persecution of certain political parties, the impeachment of certain candidates, the depreciation of certain media vehicles, the criminalization of fundamental institutions to democracy, and the defense of the purge of all those who oppose the expectations of the “moral cleaners.” The presence of the metaphors of “cleanliness” and “dirt” in the political vocabulary of the New Republic raises questions related to the meanings of such transfers to the political language of the democratic system, which promises power to the people based on a logic of purification. This thesis aims to study the history of cleaning metaphors throughout the New Republic in Brazil, reflecting on fundamental questions in the field of Historical Theory, in particular the debate on the meanings of time and the temporalities of the present time. The chronological cut adopted for the use of sources will be the period from 1987, which means the process of drafting the constitutional charter, until 2019, the first year of the ultraliberal-conservative government of Jair Bolsonaro. Assuming the premise that metaphors are not available in logical and proper predicates, acting as sources of transfer of meanings in different contexts of enunciation, the thesis is organized in the multiple and distinct semantic fields that the metaphors of cleanliness and dirt traverse, or, in Blumenberg's terms, “disturb” (BLUMENBERG, [1969] 2003, p.104). Thus, the thesis is divided into four chapters. The first chapter of theoretical nature proposes thinking about writing a history of metaphors and concepts in the present time; the second chapter analyzes the metaphors of *“entulho autoritário”* (“authoritarian rubble”) and “*na lata de lixo da história*” (“in the rubbish can of History”), in relation to the concepts of order and History; the third chapter discusses the metaphors of “*ficha limpa*” (“clean record”) and “*Lava Jato*” (“Car Wash”), translated under the semantic field of morality

and the fight against corruption; and the fourth chapter discusses the metaphors of cleanliness that have unfolded in discourses of extermination and persecution of the opposition, taking into account the rise of the ultra-liberal and conservative right wing in the particular lexicon of Bolsonarism. This thesis concludes that the symbolic classifications of pollution express disputes of a political nature, through representations around centers of power and their margins, that is, elements that one intends to repel and elements that one intends to protect from this threatening danger. In this case, dirt assumes the aspect of everything that offends order, which has been objectified as residual authoritarianism, corruption or democracy itself in the young Brazilian democracy.

Keywords: Cleanliness; New Republic; Theory of History; Metaphors; History of Present Time

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BG	*Begriffgeschichte*
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CONCEPTA	*Research Seminars in Conceptual History and Political Thought*
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
GG	*Geschichtliche Grundbegriffe*
HCG	*History of Concepts Group*
HPSCG	*History of Political and Social Concepts Group*
HTP	História do Tempo Presente
IBERCONCEPTOS	*Proyecto Iberoamericano de Historia Conceptual*
IHTP	*Institut d'Histoire du Temps Présent*
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
OTP	Observatório do Tempo Presente

PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	Rede Sustentabilidade
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

Introdução 23

Capítulo 1. Entre conceitos e metáforas no tempo presente 39

1.1. Estado da arte de uma história conceitual do tempo presente 40

O lugar do presente no projeto do *Geschichtliche Grundbegriffe*..... 41

Após o projeto do *Geschichtliche Grundbegriffe*: esforços de reflexão teórica 47

1.2. Desafios e oportunidades de escrever uma história dos conceitos e das metáforas no tempo presente 62

Da duração ou da espessura temporal dos conceitos no tempo presente . 62

A alta instabilidade semântica do tempo presente..... 71

Capítulo 2. O lixo, a ordem e a História 88

2.1. Entulho autoritário 92

De expressão subjetiva à metáfora conceitualizada 92

A constituinte, o regimento interno e a soberania. 100

2.2. Na lata de lixo da história 112

O autoritarismo e o comunismo como resíduos históricos..... 113

O lixo histórico e seus regimes de tempo 125

Capítulo 3. A limpeza, a moral e a corrupção 134

3.1. Ficha limpa 139

Do bom pagador ao político honesto..... 142

A lei 135/2010 152

3.2. Lava Jato 172

Aquilo que se cobre e aquilo que se vê 180

Os heróis, a verdade e a lei 191

Capítulo 4. A limpeza, o extermínio e o passado 210

4.1. Operação limpeza 214

"Uma limpeza nunca vista na história do Brasil"..... 224

Podridão e conspiração no governo Bolsonaro 240

4.2. Passado a limpo: uma revisão sobre a adequação do tempo histórico da modernidade 257

Exortação ao futuro 260

Limpar o presente para retroceder ao passado 266

Conclusão 271

Anexo 283

Bibliografia.....286

Introdução

A história da limpeza é um objeto científico escasso e, ao mesmo tempo, abundante. Escasso, porque, na historiografia, são poucas as obras que trabalham esse tema de forma protagonista, especialmente na historiografia brasileira. Abundante, porque são infinitas as referências em que a limpeza é abordada no atravessamento de outros temas, servindo de apoio ou de subcategoria narrativa. Quando historicizada, aparece geralmente por meio da sociologia das figurações e do corpo, da história cultural, das ideias ou das mentalidades. Parte dessa escassez pode ser explicada porque o tema toca naquilo que o pesquisador torce o nariz e afasta a visão: a imundície, os dejetos, a faxina, o banheiro, a cozinha, o lixo, o esgoto, tudo o que queremos repelir. Não por acaso, a limpeza vem sendo frequentemente trabalhada de forma jocosa, explorada muitas vezes como literatura de curiosidade e entretenimento. O foco não é desmerecer este gênero, mas identificar os efeitos que a ênfase de histórias sobre "boas maneiras" tem produzido, bem como o grau de fascínio e estranheza que cercam as publicações de maior tiragem sobre este objeto.

O problema da prevalência da postura de jocosidade na literatura é que ela tende a obliterar o seu viés político. A história da limpeza vai muito além do inventário de gestos e de utensílios que atravessam as épocas. Em nome da limpeza, foram elaborados e exercidos ordenamentos jurídicos, políticas públicas, reformas urbanas, códigos sociais, discursos de ódio, mecanismos de distinção e de policiamento sanitário. A limpeza é política nos níveis micro e macro escalares. Ela adentra o domínio das instituições do Estado e das instituições locais, como a escola, o hospital, o laboratório, o hospício e a família. Ela caminha nos dois lados dos modernos limites entre o físico e o moral, o espiritual e o carnal, o público e o privado. Ela possui uma alta fluidez semântica, pois

seus significados percorrem distintos campos da vida: o corpo, o meio e o espírito. É uma espécie de objeto movediço que empresta sentidos entre um campo e outro.

Complexificando ainda mais a sua qualidade e particularidade, lembra-nos Mary Douglas (2014), pela via antropológica, que os critérios de limpeza e sujeira são ideias relativas dentro de uma mesma comunidade.

> Sapatos não são em si sujos, mas é sujeira colocá-los na mesa de jantar; comida não é sujeira em si, mas é sujeira deixar utensílios de cozinha no quarto, ou deixar comida salpicada na roupa; do mesmo modo equipamento do banheiro na sala de visitas; roupa pendurada nas cadeiras; coisas que são para ser deixadas fora da casa dentro de casa; coisas do primeiro andar no térreo; roupa de baixo aparecendo e assim por diante (DOUGLAS, 2014, p.50).

Como parte do nosso conjunto de classificações, os critérios de limpeza e sujeira são interpretações culturais flexíveis em relação aos referenciais. O que é sujo/limpo em um tempo ou um espaço pode não ser em outro, característica que impede qualquer tentativa de fixar sentidos estáveis sobre o signo da limpeza. Há também a dimensão ritual em torno do objeto, que a moderna sociedade ocidental com frequência identifica nas sociedades primitivas, mas tende a obliterá-la na consciência de si, tratando a limpeza e a sujeira como uma mera questão de procedimentos. Basta um olhar mais atento para identificar o lugar quase sempre normativo da limpeza em nossa sociedade e a sujeira como categoria residual.

Na história recente da política brasileira, o signo da “limpeza” tem assumido uma presença frequente em enunciados de eventos chaves da política nacional. Durante a oitiva do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, em 2016, a advogada Janaína Paschoal afirmou na Câmara dos Deputados que estava “passando o país a limpo”. Ainda mais recentes foram as declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre a necessidade de se fazer “uma limpeza jamais vista na história do país”. Engana-se, contudo, quem acredita que a palavra “limpeza” seja utilizada apenas por aqueles com repertório conservador e autoritário. Ainda durante a Assembleia Constituinte, a expressão “passar

o Brasil a limpo" era repetidamente utilizada pelos parlamentares que associavam a "limpeza" do texto com a "limpeza" do país de todo e qualquer "entulho autoritário". A limpeza como uma metáfora política está, assim, popularizada no vocabulário da política nacional e segue como objeto da linguagem cotidiana, principalmente por aqueles que afirmam construir um "novo Brasil".

Como conceito antropológico e sociológico, alguns autores já exploraram o seu valor: Mary Douglas ([1966] 2014), Norbert Elias ([1939] 2011) e, no Brasil, José Carlos Rodrigues (1995). Como metáfora política, entretanto, qual seria a sua contribuição? Em primeiro lugar, seria o signo da limpeza uma metáfora ou um conceito político fundamental, seguindo a definição de Reinhart Koselleck? Nos termos de Koselleck ([1979] 2006):

> Os conceitos sociais e políticos contém uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos pelas ciências históricas sempre como palavras pura e simplesmente […]. O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. Que elementos estão incluídos na palavra Estado para que ela se torne um conceito? Dominação, território, burguesia, legislação, jurisdição, administração, impostos, exército – citando aqui os mais recorrentes (KOSELLECK, [1979] 2006, p.108-109).

Para definir "conceito", Koselleck ([1979] 2006) considera principalmente a atribuição das circunstâncias político-sociais e empíricas agregadas à palavra. Atribui-se a isso o caráter necessariamente polissêmico do conceito e a incorporação de certos sentidos contextuais nos quais a palavra ou sua ressignificação foram gestados. Projetando essa definição para pensar o signo da limpeza, não é difícil reconhecer seu caráter polissêmico e, ao mesmo tempo, impregnado de experiências do tempo. Limpeza, pelo menos desde o século XIX, evoca significados associados à proteção, pureza, higiene, ordem, moralidade e, nos discursos mais violentos, extermínio.

Quanto à questão se essa definição deve ser limitante o suficiente para dispor de um único "método", bem como de sua qualificação como "básico" ou "fundamental", estou de acordo com Hans Ulrich Gumbrecht ([2006] 2012). Esta designação de "conceito fundamental" é mais uma arbitrariedade do historiador do que, de fato, representaria uma definição estática e excludente, que impediria uma investigação histórico-conceitual de termos que possam ser considerados menos importantes ou menos formativos do que outros.

> No lugar da definição proposta por Koselleck para a palavra "conceito", os editores do Léxico poderiam ter colocado, sem qualquer prejuízo, a declaração de que escolheram, de acordo com suas expectativas e respectivas qualificações, as palavras, os predicados ou mesmo os conceitos que prometiam decifrar momentos e contextos históricos de particular condensação semântica. O critério para a seleção das histórias dos conceitos a serem tratadas não era de modo algum uma noção abstrata ou complexa do que seria um "conceito básico", mas a visão que historiadores importantes tinham do passado, determinada pelos seus respectivos interesses cognitivos e experiências (GUMBRECHT, [2006] 2012, p.33).

Assumo, portanto, a limpeza como uma categoria linguística, cujas circunstâncias políticas não derivam de um só contexto original ou de uma totalidade empírica, mas de muitos processos, dispersos em camadas distintas do tempo, que são articulados sob o olhar do pesquisador para compor o seu rol de usos e significados. Renunciar à definição tradicional de conceito se insere em uma postura mais ampla neste trabalho que considera o signo da limpeza como um objeto discursivo, com dimensão metafórica, ritual, mítica, e, nesse sentido, não possui definições terminológicas precisas, nem é nuclearmente linguística ou lexical.

Apesar do forte vínculo que a palavra "limpeza" tem estabelecido com o sentido de purificação, não vou tratá-la como um construto discursivo "puro". Seus sentidos não são referenciais, na medida em que eles não espelham uma perspectiva externa, e nem podem elucidar "puramente" uma realidade histórica que se situaria fora da linguagem. Ao mesmo tempo, não adotarei a linguagem como única realidade possível. A limpeza é

uma ação, uma prática social e, portanto, está mergulhada no fluxo da linguagem, mas também é cercada de percepções sensoriais (o cheiro, o asco, o medo) e de objetos (incluindo o corpo) que contém uma presença tangível no mundo. Esses aspectos não são aprioristicamente semióticos ou pragmáticos, porque não são fenômenos culturais por excelência. São frequentemente apropriados, apreendidos, afetados ou provocados pela cultura e por sistemas de significação, mas não são exclusivamente produtos da linguagem.

A relação da linguagem com a apreensão do mundo é um tópico de ampla discussão dentro da história conceitual e foi profundamente trabalhada desde o princípio da institucionalização da história dos conceitos, recebendo uma tinta particular nos trabalhos de Hans Blumenberg. Respondendo a uma época na qual a linguagem era associada à área da lógica filosófica, a categoria "metáfora" de Blumenberg ([1969] 2003, [1979] 1992) teria a vantagem de escapar desse domínio reflexivo, se abrindo para as dimensões que a linguagem não poderia apreender. Diferente do conceito de "conceito", contudo, a metáfora prescindiria de uma precisão terminológica conceitual ou de um conteúdo mental reduzível a uma fórmula. Seu diferencial e seu poder residiria justamente no seu caráter impreciso, discordante, inacabado e perturbador (BLUMENBERG, [1979] 1992).

Nos termos de Blumenberg ([1979] 1992), enquanto o conceito se cercaria da linguagem descritiva, a metáfora se caracterizaria pela expressão do indizível. Essa indizibilidade foi incorporada dentro de uma teoria da inconceitualidade, traçando um limite no qual o aspecto objetivo e referencial de um conceito não o alcança. Cabe ressaltar que Hans Blumenberg, quando escreve "Perspectiva sobre uma teoria da inconceitualidade" (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.104), confere mais autonomia à metaforologia, negando sua versão de 1957 na qual a metáfora serviria como um terreno

preliminar de formação de conceitos, para torná-la um “apoio constante de toda a teoria” (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.104).

Não estou tão certa deste caráter indizível da metáfora, uma vez que ele enfraquece a força locucionaria da categoria. Por mais difícil que seja a construção de um enunciado ou expressar uma escolha lexical, comunicar-se por qualquer tipo de linguagem, incluindo a metafórica, *é dizer*, nos termos de Austin ([1962] 1990), *e dizer é sempre fazer algo com o mundo*. Mesmo que o apoio seja figurado, mesmo que o contexto de alusão discursiva seja diferente daquele efetivamente empregado. Talvez possamos afirmar que se trate de uma “indizibilidade lógica”, ou seja, a metáfora estabelece uma relação que não é sempre evidente com a expressão humana analítica-racional ou com o léxico culturalmente compartilhado. Quando faltam palavras ou quando as palavras conhecidas não são suficientes para expressar o sentido e a emoção que se pretende na construção de um enunciado, a metáfora tem a potencialidade de tomar de empréstimo um significante com sentidos, valores e imagens que são identificadas usualmente com outro horizonte de sentidos. E, neste sentido, estou de acordo com Blumenberg ([1979] 1992) de que há mais nas metáforas da limpeza do que uma pretensa precisão terminológica poderia ser capaz de encerrar.

A metáfora remete, nos termos de Javier Fernández Sebástian (2009), “à tradução, ao deslocamento ou desvio de algo e pode ser entendida como a aplicação, aparentemente ilógica ou ao menos surpreendente, de um conceito próprio de certo campo semântico a um campo distinto” (2009. p.18). Principalmente, quando despontam novas experiências que demandam a produção de signos e/ou conceitos inteligíveis, que ainda não foram inventados, as metáforas servem como um ponto de ancoragem da linguagem. É uma estratégia que usamos para “colonizar semanticamente o desconhecido, para tentar

alcançar o estranho e convertê-lo em familiar" (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2009, p.19).

Sobre o aspecto metafórico da limpeza, possivelmente, vem mais rápido à mente o uso do termo nas limpezas que varreram a história, aquelas dos vocabulários violentos que expuseram mais abertamente o seu uso ideologicamente indiscriminado. Sejam nos regimes nazifascistas com sua obsessão por limpar a nação dos sangues impuros, sejam nas limpezas étnicas que até hoje incidem sobre as áreas periféricas mundo afora. Ainda assim, uma visão mais objetiva poderia interpretar esse uso como uma derivação contemporânea e puramente retórica de um estado natural do termo, quando, no estudo histórico-linguístico, limpeza e violência já se encontram juntos pelo menos desde o nascimento do mundo moderno.

Natalie Davis no capítulo "Ritos de Violência" ([1975] 1990) localizou o uso do termo entre reformadores e contrarreformadores cristãos, que utilizavam os binarismos "poluição-limpeza" e "pureza-impureza" para articularem o discurso da violência. Na fundação do território que chamamos Brasil, nossos antepassados foram regulados por estatutos de "limpeza de sangue", em uma época na qual limpeza não significava agir com o mesmo escrutínio de asseio sobre as superfícies. Jamais poderia ser, portanto, uma derivação de uma ação física de higiene, quando higiene no sentido que usamos hoje nem mesmo existia.

Talvez o grande desafio de uma análise das metáforas é que, apesar de profundamente ideológicas, elas insinuam não ser. A limpeza aparenta ser uma palavra neutra, que indica uma ação física e natural dos comportamentos. Essa construção de neutralidade semântica pode ser localizada no alvorecer da modernidade, quando a ciência transformou a limpeza em uma questão técnica, em uma condição meramente objetiva. Por isso mesmo, justamente na construção dessa aura de naturalidade

ontológica, reside o seu êxito funcional em mobilizar unidades de ação política sem que muitas pessoas percebam o que o seu ímpeto purificador signifique.

Eu mesma, confesso, quando comecei a pesquisa tentando entender os significados do tempo presente, me sustentava numa hipótese preliminar, buscando identificar o período no qual a limpeza deixou se ser uma questão puramente física e sensível para se tornar um adjetivo moral. Falhei na minha empreitada. A limpeza é moral, pelo menos desde a Antiguidade (SMITH, 2007). Foi reinventada como qualidade física e utilitária na Era da Higiene, depois de tanto ter servido às regras de conduta e de boas maneiras, após tanto ter criado mecanismos de distinção social.

Na historiografia, não é difícil imaginar porque não constam publicações deste objeto do ponto de vista da história dos conceitos ou da metaforologia, menos ainda como uma metáfora política do tempo presente. Ele provavelmente não é lembrado no rol dos conceitos e das metáforas políticas, embora, nos momentos mais críticos da política republicana brasileira, ele estivesse lá. Desde as primeiras décadas da República, a limpeza, sob o manto da higiene, foi citada como instrumento de produção de uma nova era de progresso e de civilização. Uma "nação suja, feia e pestilenta" jamais poderia chegar ao caminho das nações mais desenvolvidas. Mais tarde, surgiram as ditaduras municipais, estaduais e federais, com suas muitas Operações Limpeza, cujo alvo costumava ser a corrupção, a oposição partidária ou as classes populares, ou mais de um desses ao mesmo tempo. Nos anos 1970, passamos pelos movimentos em prol da reforma do sistema público de saúde, no qual políticas sanitárias foram defendidas como mecanismos de promoção de cidadania; a higiene então deixava de significar legitimamente coerção. Reaparece o vocabulário na Nova República, quando saímos de uma ditadura querendo limpar o Brasil do "entulho autoritário". A partir de então, vemos

repetir-se muitas vezes no discurso daqueles que estão em busca de “um novo Brasil” ou de “passar o Brasil a limpo”.

Outro aspecto importante a ser destacado sobre a limpeza como um objeto linguístico, como uma metáfora política do tempo presente, é o seu caráter transdisciplinar ou indisciplinar. Dificilmente é possível percorrer seus significados prescindindo da contribuição de antropólogos, cientistas sociais e principalmente dos estudos na área da saúde, um campo em que frequentemente o conceito de limpeza tende a se associar. A limpeza para proteção de doenças assume uma relação antiga, muitas vezes espiritual, e reforçada principalmente nos momentos de ameaças epidêmicas, sendo constantemente reatualizada em diversos momentos da história. Não por acaso, as analogias no domínio político do tempo presente tendem a recuperar essa construção. Como falar de limpeza sem falar de corpo, de espiritualidade, de medicina, de higiene pública? São muitos os domínios da vida que o termo atravessa e, nesse sentido, são inúmeras as contribuições que outras disciplinas podem oferecer.

Reside o desafio, portanto, de abordar a complexidade das metáforas da “limpeza”, cujo uso e extensão são variáveis, cuja imprecisão semântica pode ser tão grande a ponto de soar como um clichê. Pretende-se agir limpidamente sobre quase tudo, sem que a definição desta operação e de seu objeto tenha alguma coerência ou estabilidade entre esses múltiplos enunciados. Ao mesmo tempo, vivemos um tempo presente no qual a fixação pelo seu emprego é mais do que um lugar comum. Nos últimos anos, a política, por meio da sua negação, tem sido vista como um lugar de poluição e mecanismos de purificação têm sido frequentemente acionados para fazer frente a um perigo de contaminação.

A sujeira assume, nesse caso, o aspecto de tudo aquilo que ofende a ordem, o que, na nova democracia brasileira, tem sido objetificado como o autoritarismo residual, a

corrupção ou a própria democracia. As classificações simbólicas da poluição expressam, portanto, as disputas de ordem política, através de representações em torno de centros de poder e de suas margens, isto é, de elementos dos quais se pretende repelir e de elementos dos quais se pretende proteger deste perigo ameaçador. Essas relações não são binárias necessariamente, nem concêntricas. Discursivamente, podem ser construídos inúmeros pontos poluidores em um regime político – como a corrupção sistêmica; a ordem dentro da desordem ou a ordem desordenada – como aquela que foi provocada pelo golpe de 2016; e impurezas ainda mais ameaçadoras dentro de outros domínios impuros.

No imaginário político, a limpeza determina o limite até onde os membros de sua comunidade são íntegros e familiares, e até onde os seus elementos subjacentes estariam livres de uma ação estranha. Essa dualidade incorpora, portanto, uma metáfora espacial fundamental: a proximidade e a distância. A limpeza é o núcleo, enquanto a sujeira - a poluição, o dejeto, o lixo, o detrito, o resíduo, a impureza e a contaminação - é o que se busca repelir. Me afastarei, portanto, de uma visão que entenda o binarismo limpeza-sujeira como uma composição natural da humanidade e, portanto, como expressões que não poderiam ser transferidas para a linguagem política. Na democracia, me parece profícuo analisar a produção desse vocabulário e os jogos de linguagem produzidos por aqueles que buscam ordenar um sistema que promete poder ao povo, a partir de uma lógica de purificação.

Nestes termos, o que efetivamente se quer dizer, na história recente brasileira, ao se acionar o signo da limpeza para tratar de temas no âmbito da política, dentro de um sistema de governo democrático? Quais são os significados, usos e práticas, que as metáforas da limpeza e do seu par antitético, a sujeira, têm produzido por aqueles que o enunciam? Quais são as continuidades e alterações semânticas que as metáforas da limpeza e da sujeira tem sofrido no vocabulário político brasileiro?

A partir das perguntas de pesquisa levantadas, o objetivo desta tese é fazer um estudo sobre a história das metáforas da limpeza ao longo da Nova República no Brasil. O corte cronológico adotado para o uso das fontes será o período de 1987, ou seja, do processo de elaboração da carta constitucional, até o ano de 2019, o primeiro ano do governo ultraliberal-conservador de Jair Bolsonaro. Assumindo a premissa de que as metáforas não estão disponíveis em predicados lógicos e próprios, agindo como fontes de transferências de sentidos em diversos contextos de enunciação, a tese se organiza nos múltiplos e distintos horizontes históricos de sentidos que as metáforas da limpeza e da sujeira atravessam, ou, nos termos de Blumenberg, "perturbam" (BLUMENBERG, [1969] 2003, p.104). Assim, a tese se divide em quatro capítulos: 1) Entre conceitos e metáforas no tempo presente; 2) O lixo, a ordem e a História; 3) A limpeza, a moral e a corrupção; e 4) A limpeza, o extermínio e o passado.

O primeiro capítulo de natureza teórica, "Entre conceitos e metáforas no tempo presente", tem por objetivo propor um diálogo entre a história conceitual, a metaforologia e a história do tempo presente em torno do signo da limpeza. Esse capítulo é dividido em duas partes: uma na qual avalia o estado da arte de uma história conceitual do tempo presente, começando pelo lugar do tempo presente no projeto do dicionário conceitual alemão dos anos 1970 (o *Geschichtliche Grundbegriffe)*, posteriormente levanta as publicações de teor empírico e teórico que buscaram entrecruzar estas duas abordagens; e a segunda que busca investigar os desafios e as oportunidades de escrever uma história das metáforas e dos conceitos no tempo presente. Para isso, localiza e explora respectivamente dois pontos de tensão teóricos e epistemológicos: o debate das durações temporais entre a História dos Conceitos e a História do Tempo Presente; e a alta instabilidade semântica das categorias linguísticas no tempo presente, particularmente das metáforas.

O segundo capítulo, de natureza mais empírica, “O lixo, a ordem e a História”, inicia a análise com o par antitético da limpeza - as metáforas da sujeira -, cujas referências visuais de movimento e de deslocamento antirresidual tem emprestado sentidos aos discursos que se relacionam ao conceito de ordem, particularmente os de ordem política e temporal. Nestes termos, o capítulo se divide na análise de duas expressões: o “entulho autoritário”, um neologismo típico do período constituinte, e a “lata de lixo da história”, cuja análise percorre o período de redemocratização até os anos 2010.

O terceiro capítulo, “A limpeza, a moral e a corrupção”, analisa a relação das metáforas da limpeza com o campo semântico da moral e da corrupção. Esse capítulo observa que, em alguns contextos da história política da Nova República, as metáforas da limpeza tem sido adotadas com proeminência, emprestando sentidos que se relacionam aos seus significados mais antigos, derivados etimologicamente do latim *limpidus*: claro, transparente. Observou-se que, nos discursos anticorrupção, a defesa da “transparência” como princípio da democracia fomentou o uso das metáforas da limpeza, ao mesmo tempo em que tais usos estiveram circunscrito a questões de ordem moral: a verdade e a mentira, o falso e o verdadeiro, os heróis e os vilões, entre outros. Assim, o capítulo se divide em duas partes: a primeira analisa a metáfora da ”ficha limpa”, isto é, sua trajetória enquanto expressão de uso corriqueiro, que designava a ficha de crédito ou criminal de um sujeito até a sua transformação na lei 135/2010; a segunda analisa a metáfora da “Lava Jato”, cujo maior desafio da análise residiu na abertura que a operação da Polícia Federal produziu em relação à inúmeras outras metáforas do “limpo” e do “sujo”, consolidando o uso político do vocabulário da limpeza na história recente.

O quarto capítulo, “A limpeza, o extermínio e o passado” analisa as relações entre as metáforas da limpeza com os discursos autoritários que surgiram na última

década, particularmente com a ascensão do bolsonarismo e sua vitória eleitoral em 2018. Esse capítulo se divide em duas partes: a primeira que busca explorar os sentidos das metáforas da limpeza no vocabulário bolsonarista. Expressões como "passar o Brasil a limpo", "fazer uma faxina", "limpar o Brasil do perigo vermelho", entre outras, foram interpretadas nesta tese como metáforas do tipo "operação limpeza", isto é, enunciadas com o objetivo de fazer expurgos nas instituições brasileiras, uma transferência semântica similar àquela observada no período autoritário de 1964-1985[1]; a segunda parte tem por objetivo compreender o lugar das metáforas da limpeza no vocabulário bolsonarista em relação à organização discursiva das experiências temporais. Esta seção explora as maneiras pelas quais o passado, o presente e o futuro têm sido articulados por meio das metáforas da limpeza no bolsonarismo, agindo como operadores temporais discursivos.

As fontes de análise são de tipo escrito, pictográfico e audiovisual. Para as fontes de tipo escrito, foram utilizadas os anais da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e fontes de imprensa, em particular o jornal O Estado de S. Paulo e o Jornal do Brasil. O acesso a essas fontes se deu por meio da consulta ao acervo digital dos Anais

[1] Parte relevante da escrita desta tese foi produzida durante o período sanduíche na França, no qual ingressei por meio do projeto "Ideias em tempo de Guerra Fria: circulação intelectual, encontros e desencontros" do acordo Capes-Cofecub, coordenado pelos professores Denise Rollemberg e Olivier Compagnon. Parte da tese foi assim também conduzida no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique latine do Centre de recherche et de documentation sur les Amériques (IHEAL-CREDA), sob orientação da Profa. Juliette Dumont. Durante este período, realizei uma etapa da pesquisa, na qual investiguei a circulação de ideias de limpeza e poluição no período da ditadura militar brasileira, tendo como princípio a ligação fundamental entre a gestação da Nova República e o seu período autoritário precedente. Nestes termos, retomei certos aspectos do período republicano de 1964-85, assumindo o caráter "inconcluso" (FICO, 2012) da transição política brasileira para a democracia. O foco desta análise recai no uso do conceito de limpeza na doutrina militar que sustentou o arcabouço ideológico do regime desde o golpe de 1964: a doutrina militar francesa da guerra revolucionária, a fim de entender seus ecos e reverberações na Nova República, ou mesmo seus momentos de rupturas semânticas. O conhecimento produzido nessa fase da pesquisa foi aproveitado, com maior ênfase, no capítulo 4, no qual trabalhei com o campo semântico do extermínio. Além disso, o período sanduíche foi fundamental para entrar em contato com obras da historiografia francesa dedicadas ao estudo da limpeza e da sujeira, como *Le Propre et le Sale* ([1985] 2014) de George Vigarello e *Le miasme et la jonquille* ([1982] 2016) de Alain Corbin, que influenciaram na construção de uma racionalidade apropriada para a compreensão do objeto desta tese.

da Assembleia Constituinte no sítio do Senado Federal e pelo acesso aos acervos digitais das edições impressas do Jornal do Brasil e do jornal O Estado de S. Paulo.

Os anais da Constituinte foram usados no segundo capítulo, particularmente na seção dedicada à metáfora “entulho autoritário”. Sua escolha como fonte se justifica porque esse conjunto de materiais representa o arquivamento de um período fundamental de discussões sobre o futuro político do Brasil em transição para a democracia, cujo gênero se caracteriza pela exposição de diálogos que foram travados no calor dos acontecimentos. Nesse sentido, a possibilidade de encontrar metáforas e expressões corriqueiras é muito superior em relação a outros textos legislativos, com maior teor de formalidade.

A escolha do Jornal do Brasil se justifica por ser um dos mais populares e antigos periódicos do Brasil (fundado em 1891) e, ainda em circulação, apesar da forte crise sofrida pelo jornal nos anos 2000 a 2010. O arquivo disponibilizado pela página da Hemeroteca Digital no sítio da Biblioteca Nacional permite acessar edições desde o começo da República, fornecendo um material com relevante densidade temporal para a consulta sobre os usos do passado nas metáforas do tempo presente.

A escolha do jornal O Estado de S. Paulo se justifica pela sua antiguidade (fundado em 1875) e pela importância que adquiriu nos anos 2010, tornando-se o terceiro jornal de maior circulação paga do Brasil, considerando a soma das edições impressas e digitais. Cabe ressaltar que os campeões em circulação no Brasil atualmente, os jornais O Globo e a Folha de S. Paulo, não foram incluídos como fontes, uma vez que as ferramentas de acesso ao acervo desses veículos estão apresentando inúmeros problemas de busca de palavras-chave, retornando um número muito superior e não organizado de resultados. Como esta tese executa uma história linguística, que precisa lidar com grande volume de dados, é imprescindível explorar ferramentas digitais que permitam localizar

com facilidade e com organização as palavras e expressões procuradas nos acervos. Os jornais impressos foram usados como fontes no segundo e no terceiro capítulos.

Para as fontes de tipo pictográfico, foram utilizadas charges e reproduções imagéticas retiradas das próprias fontes de imprensa mencionadas anteriormente. Para as fontes audiovisuais, foram utilizados os canais de vídeo no YouTube, particularmente no último capítulo em que se analisa as metáforas da limpeza no Bolsonarismo.

A adoção das fontes audiovisuais, retiradas de plataformas de vídeos de circulação em massa, se justifica principalmente pela importância que as mídias digitais passaram a adquirir em relação às mídias analógicas, durante a Nova República. Trata-se de uma escolha, baseada na importância adquirida pelos sites de compartilhamento de vídeos (no qual o *Youtube* é a plataforma de maior sucesso), possibilitando que os seus usuários criem um canal particular de acesso público ou privado, onde divulgam informações pessoais, revelam interesses específicos, compartilham vídeos e trocam comentários. Durante a eleição de 2018 e o governo Bolsonaro, estes sites de compartilhamento, como o *Youtube*, foram fundamentais para fornecer materiais aos sites de relacionamento (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter* etc.) e aos aplicativos de mensagens (*Whatsapp*, *Telegram* etc.), por meio da reprodução de *links*, fomentando a lógica das comunidades voltadas para determinados assuntos e interesses.

Renunciar à análise singular do "papel" e das fontes escritas pela também inclusão das fontes digitais permite aos historiadores e historiadoras do tempo presente acessar, nos termos de Pierre Lévy (1999), um "conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LÉVY, 1999, p.17). Além do aspecto cultural das conexões *online*, a análise de fontes provenientes de plataformas digitais também potencializa o entendimento sobre mudanças rápidas e extensivas da

infraestrutura de mídia na última década, que tem resultado no descompasso do arranjo social vigente, na criação de esferas conspiratórias e na promoção de instabilidades políticas imprevisíveis (CESARINO, 2022, n.p.).

Uma vez que o elemento audiovisual foi proeminente na comunicação da campanha e do governo de Jair Bolsonaro, esta pesquisa deu prioridade à análise de dois canais: o canal oficial de Jair Bolsonaro e o canal do veículo de jornalismo Folha Política, o maior canal pró-governo não oficial em número de seguidores. Em alguns momentos, fontes complementares como livros literários, obras acadêmicas e outros veículos de comunicação digitais e analógicos também foram consultados durante a pesquisa.

A organização da tese, portanto, assume que a identificação dos significados associados à palavra "limpeza" dependem dos horizontes de sentidos em que são mobilizados, bem como dos usos e contextos em que são evocados. Esta tese dará atenção para a dimensão metafórica, isto é, para as expressões que são utilizadas em diferentes contextos políticos, cujos significados não podem ser deduzidos literalmente como práticas higiênicas, nem como meros ornamentos do discurso. As metáforas da limpeza agem como um terreno fértil para a produção de novos horizontes históricos de compreensão, que, por sua vez, embasam a criação de um léxico político-social, geralmente atrelado aos contextos de mudanças e de incertezas políticas e intelectuais. Dentro desta perspectiva, entende-se que tais metáforas da limpeza e do seu par dicotômico, a sujeira, condicionam e estabelecem as regras do jogo e os horizontes de sentidos em que são organizadas e legitimadas as práticas e instituições democráticas da Nova República. Sua investigação permite lançar inteligibilidade sobre o terreno discursivo em que foram gestados eventos importantes da história política recente do Brasil.

Capítulo 1. Entre conceitos e metáforas no tempo presente

Este capítulo tem por objetivo levantar reflexões sobre o escopo teórico da tese, explorando o diálogo entre a história conceitual, a metaforologia e a história do tempo presente. Assume-se a postura de refletir sobre uma história linguística do tempo presente, levando em conta a abertura recente da História dos Conceitos para a metaforologia. Neste encontro entre tradições teóricas distintas, vislumbra-se possibilidades de contribuição recíproca. A história conceitual poderia fornecer categorias teóricas como indicadores e fatores de transformações sociais para a história do tempo presente. Por sua vez, a metaforologia, em um nível mais latente e menos cartesiano da linguagem, poderia avultar as dobras através das quais se formam e se alteram horizontes históricos de sentido, dentro dos quais os conceitos do tempo presente sofrem suas modificações. Já a história do tempo presente poderia fornecer uma nova abordagem historiográfica para a história dos conceitos e para a metaforologia, assumindo principalmente o caráter deslizante do tempo presente e a necessidade de revisitação exaustiva do passado devido às suas balizas móveis.

Para isso, proponho avaliar os trabalhos que se dispuseram a refletir sobre o estudo dos conceitos e/ou das metáforas, respondendo aos desafios de lidar com cronologias mais próximas do nosso tempo. Do mesmo modo, pretendo contribuir com o rol de trabalhos publicados sobre o tema, analisando e discutindo questões de ordem teórica e epistemológica que circunscrevem uma proposta de encontro entre essas distintas tradições historiográficas, tomando o objeto de estudo desta tese – as metáforas da limpeza.

Neste sentido, o primeiro subcapítulo, desenvolve o estado da arte de uma história conceitual do tempo presente, começando pelo lugar do tempo presente no projeto do dicionário conceitual alemão dos anos 1970 (o *Geschichtliche Grundbegriffe)*. Como

fonte de pesquisa, foram consultados os tomos originais do *Geschichtliche Grundbegriffe* e as traduções de alguns de seus verbetes para o português, quando disponíveis. Posteriormente, são levantadas as publicações empíricas e teóricas que buscaram entrecruzar estas duas abordagens, ou mesmo que diagnosticaram um esmorecimento da história conceitual, tendo em vista o processo de afirmação do presente. São autores que propuseram a metaforologia como um caminho mais propício para o estudo de objetos histórico-linguísticos que não são facilmente encapsulados por definições referenciais.

O segundo subcapítulo investiga os desafios e as oportunidades de escrever uma história dos conceitos e das metáforas no tempo presente. Para isso, localiza e explora respectivamente dois pontos de fricção entre a história dos conceitos, a metaforologia e a história do tempo presente: a relação entre as durações da história conceitual e da história do tempo presente e o descompasso entre o caráter de relativa estabilidade semântica dos objetos linguísticos tradicionais do campo da História em comparação com a alta instabilidade semântica do tempo presente. Neste último subcapítulo, exploram-se as possibilidades de abertura de uma história conceitual do tempo presente para a metaforologia, levando em conta a relação intercambiável entre conceitos e metáforas.

1.1.Estado da arte de uma história conceitual do tempo presente

Não existe uma tradição em história conceitual do tempo presente, ao menos uma que se defina como tal. Existem alguns esforços, publicações, evocações, que aproximam ou tentaram aproximar esses dois campos. Inicialmente, é preciso reconhecer que a história dos conceitos (*begriffsgeschchite)* e uma escrita voltada ao tempo presente não são estranhos, nem sua conjunção é fruto de uma evolução natural dos campos. Desde o projeto do *Geschichtliche Grundbegriffe* até pesquisas recentes, podem ser encontradas iniciativas na direção de compreender conceitos do passado recente em uma perspectiva

histórica. Uma das dificuldades de mapear esses trabalhos (quando começa e quando acaba o presente?) reside justamente nas transformações da concepção do tempo ao longo do século XX, as quais ajudaram a criar outras definições de temporalidade para a contemporaneidade, a mesma que foi fundamental para criar o próprio campo de história do tempo presente.

O conceito de um presente denso e móvel, discutido nas reflexões do campo de história do tempo presente no final do século XX, não havia sido formulado como tal, quando se apresentaram os pressupostos básicos da *Begriffsgeschchite* em meados do século XX. Daí, reside um esforço de deslocamento dessas categorias do tempo no trabalho de mapear e definir o que são pesquisas em história conceitual do tempo presente.

O lugar do presente no projeto do *Geschichtliche Grundbegriffe*

Ao contrário do que se possa imaginar, o *Geschichtliche Grundbegriffe* não é alheio ao tempo presente. Poderia se pensar que o recorte de 1750-1850 que define as pesquisas do dicionário alemão seria um argumento convincente de que a contemporaneidade não fez parte das reflexões da *begriffsgeschchite.* No entanto, a própria concepção do projeto partiu de um interesse inicial por um estudo de longa duração que chegasse até o presente.

> No final da década de 1950, Reinhart Koselleck, então assistente do [professor Werner] Conze no Grupo para o Estudo da História Social Moderna da Universidade de Heidelberg, propôs a Conze que o grupo considerasse a publicação de um dicionário de conceitos históricos, fornecendo em um volume uma pesquisa que se estendia desde a Antiguidade até o presente. Conze aceitou a ideia, mas argumentou que o escopo deveria ser reduzido tanto no tempo quanto na abrangência: o dicionário deveria se restringir à língua alemã e focar nos anos do início da modernidade, principalmente nos séculos XVIII e início do XIX[2] (TRIBE, 1989, p.180).

[2] No original: In the later 1950s, Reinhart Koselleck, then an Assistent to Conze in the Group for the Study of Modern Social History at the University of Heidelberg, proposed to Conze that the group consider publication of a dictionary of historical concepts, providing in one volume a survey reaching from Antiquity to the present. Conze accepted the idea but argued that the scope should be cut both in time and coverage:

Interessa observar nessa passagem que a dimensão do presente é integrada ao dicionário de variadas maneiras. Primeiro, na proposta inicial de Koselleck em relação ao recorte temporal do dicionário. Ainda que o professor Conze tenha rejeitado a proposta de Koselleck de partir da antiguidade até o tempo presente, por fim, a pressuposição heurística que guiou as pesquisas se baseou no conceito de *Sattelzeit*[3] ("tempo de sela" ou "umbral da modernidade"), cuja hipótese supunha uma correspondência semântica com o presente. O dicionário, já em seu primeiro volume, reconhecia a ênfase temporal entre meados do século XVIII até meados do século XIX. A seleção desse período foi justificada como uma chave de compreensão da transformação dos *topoi* clássicos do discurso político para significados que são transmitidos para a contemporaneidade. Nesse sentido, o *Sattelzeit* traça uma relação de contiguidade semântica entre a modernidade e o presente, na medida em que os conceitos elaborados no umbral da modernidade não precisariam de tradução.

Na seção de introdução do dicionário (*Einlentung*), o *sattelzeit* pode ser interpretado como um período de transição: "o foco principal deste léxico é o período de cerca de 1700 até o limiar de nosso próprio tempo (*an die Schwelle unserer Gegenwart*)[4]" (KOSELLECK, [1972] 2011, p.9). O limiar final do *sattelzeit* culminaria no presente histórico e, por isso, ele deveria ser estudado. O turbilhão de transformações semânticas ocorridas nesse período (1750-1850) tornaria possível a compreensão do significado dos

---

The dictionary should be restricted to the German language and focus on the years of early modernity principally the eighteenth and early nineteenth centuries.

[3] Cabe ressaltar que "o tempo de sela" (*sattelzeit*) é mais do que um corte cronológico do dicionário. Ele é um processo de longo prazo, que contém uma temporalidade de aceleração e que articula as mudanças conceituais com as mudanças históricas.

[4] No original: this lexicon's primary focus is the period from about 1700 to the threshold of our own time (*an die Schwelle unserer Gegenwart*) this lexicon's primary focus is the period from about 1700 to the threshold of our own time (*an die Schwelle unserer Gegenwart*).

conceitos antigos para os novos, ou seja, de como foram elaborados os conceitos mais próximos do horizonte linguístico do historiador: "desde então, conceitualidade e inteligibilidade coincidiram simultaneamente para nós[5]" (KOSELLECK, [1972] 2011, p.9).

Essa relação de coincidência entre passado moderno e presente contemporâneo nos conceitos fundamentais é metaforizada pela alegoria da "face de Janus" (KOSELLECK, [1972] 2011, p.9): ao olhar para trás, o conceito aponta para realidades sociais e políticas que não são mais inteligíveis para os contemporâneos sem seu estudo ou observação crítica; e ao olhar para frente, para o nosso tempo, o conceito toma significados que não precisam mais de explicação para serem diretamente inteligíveis a nós.

Nesse sentido, a compreensão dos termos utilizados na linguagem política do presente era a justificativa de base para a viabilidade do dicionário. Esta centralidade do presente é incorporada até mesmo na organização dos artigos-verbetes, os quais eram divididos geralmente em três partes: a seção de abertura (*Einlentung*) que buscava elucidar a história do conceito e das palavras que o designavam no advento da modernidade; uma ou mais seções de desenvolvimento que procuravam escrutinar processos pelos quais os conceitos adquiriam suas qualidades modernas distintivas; a seção final (*Ausblick*) que apontava para os usos atuais do conceito.

A seção final, chamada de "perspectivas" (*Ausblick*), era caracterizada, em sua maioria, por pouquíssimas páginas[6], que se concentravam na reflexão sobre a significação do conceito nos usos atuais. Neste ponto, é preciso elucidar onde se encontram os limites

---

[5] No original: From this point on, we understand and conceptualize simultaneously.
[6] Em comparação com o conjunto textual, representavam uma pequena parcela do verbete. Levantei uma média de uma a três páginas na maioria das publicações do GG.

do dicionário em relação à afirmação de que produzia uma história conceitual do tempo presente. O dicionário partia da preocupação com a compreensão dos conceitos do tempo presente, mas só chegava nele, em termos linguísticos, enquanto prolongamento da modernidade. O próprio Koselleck ([1972] 2011) reconheceu que o objetivo do dicionário não era executar um projeto de semântica política a partir de uma linguística atual.

> Assim, em grande parte, o léxico é orientado para o presente. Seu objeto é como o mundo moderno foi registrado por meio da linguagem; como, em outras palavras, foi compreendido e articulado por meio de conceitos que ainda utilizamos. No entanto, o léxico nunca teve a intenção de tratar de todo o vocabulário social e político de nosso tempo. Também não procurou fornecer uma semântica política derivada da linguística atual, embora faça algumas contribuições preliminares nessa área ainda desconhecida. Em vez disso, o objetivo deste trabalho foi rastrear os conceitos categorizadores (*Leitbegriffe*) do período anterior à Revolução Francesa, através dos eventos e mudanças ocorridos durante a Revolução, até a linguagem do presente[7] (KOSELLECK, [1972] 2011, pp.8-9).

No sentido da história linguística, é possível concluir que a concepção do presente na introdução do primeiro volume de 1972, embora não tenha sido explicitamente definida, está atrelada à sua concepção de modernidade como longa extensão temporal. O "nosso tempo", descrito por Koselleck, contém um vocabulário político de inteligibilidade compartilhada que foi formulado durante o *sattelzeit* e se prolonga em termos semânticos. Sob essa lógica, não há um corte epistêmico entre a semântica dos conceitos fundamentais da modernidade e àquela vivida pelo historiador, pelo menos não ao ponto de merecer o escrutínio e a atenção do dicionário. Como já foi explicado, nessa concepção, os conceitos que foram formulados no limiar da modernidade não precisam

[7] No original: Thus, to a considerable extent, the lexicon is oriented to the present. Its theme is how the modern world has been registered through language; how, in other words, it was comprehended and articulated through concepts which we still use. Nonetheless, the lexicon was never intended to treat the entire social and political vocabulary of our own time. Nor did it seek to provide a political semantics derived from present-day linguistics, although it does make some preliminary contributions in this still uncharted area. Rather the aim of this work was to track the categorizing concepts (*Leitbegriffe*) from the period before the French Revolution, through the events and changes during the Revolution, down to the language of the present.

de tradução, porque são contíguos ao tempo presente. Assim, a seção final dos verbetes se reservava mais a um trabalho de levantamento ou apresentação de significados contemporâneos, do que de um exame dedicado às rupturas semânticas recentes: neologismos, ressignificações e reapropriações de expressões políticas. A existência de temporalidades concorrentes, tanto na modernidade, quanto no século XX, também não é incluída nas bases teóricas do léxico dos conceitos políticos e sociais.

À título de ilustração, menciono um dos mais longos verbetes da coleção, dedicado a estudar o conceito de "História" (*Geschichte, Historie*). Escrito por Reinhart Koselleck, Christian Meier, Horst Günther e Odilo Engels (1975)[8], o verbete de 126 páginas do segundo tomo, foi organizado em oito seções: I) Introdução (*Einlentung*); II) Antiguidade; III) Compreensão do conceito na Idade Média; IV) Pensamento histórico no início da Idade Moderna; V) A configuração do moderno conceito de História; VI) "História" como conceito mestre moderno; e VII) Perspectivas (*Ausblick*). Sob essa estrutura, o texto contém um capítulo para a antiguidade, um capítulo para a Idade Média, um capítulo dedicado à Idade Moderna, dois capítulos dedicados à modernidade e o último capítulo que levanta algumas perspectivas contrastantes ao uso do conceito moderno de História. A reflexão mais disruptiva sobre a modernidade está reduzida à última seção que contém somente três páginas. Essa pequena seção escrita por Koselleck ([1975] 2013) chegou mais perto de algumas fontes cronologicamente próximas ao autor,

[8] Esse verbete foi traduzido integralmente para o português, dando origem ao livro "O conceito de História" (KOSELLECK [et al.], [1975] 2013) da Coleção História e Historiografia, coordenada por Eliana de Freitas Dutra. A análise da estrutura textual do verbete foi feita a partir da fonte original em alemão. As citações em português foram retiradas do livro.

embora tenham sido levantadas como tentativas que, apesar de "sérias", não conseguiram renunciar ao conceito moderno de História[9].

No último parágrafo desta última seção, Koselleck ([1975] 2013) ainda admite que, "desde a Segunda Guerra Mundial, pela primeira vez, ingressamos na etapa da História mundial global, cujos centros de ação se espalham de forma pluralista da Europa para o globo" (KOSELLECK [et al.], [1975] 2013, p.225). A princípio, esse diagnóstico pareceria revelador do reconhecimento de uma nova consciência histórica e, portanto, da necessidade de reformulação da estrutura semântica dos conceitos políticos fundamentais. Mais à frente, Koselleck ([1975] 2013, p.225) afirma que essas novas Histórias que se desenham "acabam criando um novo espaço de experiência comum", sem, contudo, lhe reservar mais atenção.

Inclino-me para a interpretação de que esse afastamento em relação à investigação das especificidades do seu próprio tempo se justifica pelas premissas que estavam contidas na introdução do dicionário. No *Einlentung* do primeiro tomo, Koselleck ([1972] 2011) assumiu que um trabalho mais aprofundado sobre as transformações semânticas contemporâneas sairia do escopo da coleção.

> Dessa forma, podemos trazer as reivindicações históricas de nossa história dos conceitos para as preocupações centrais da seção final, que aborda o uso conceitual em nosso próprio tempo. Ter feito um exame separado do uso contemporâneo, com suas rápidas mudanças e seus neologismos universais, teria violado os preceitos de nosso método, ignorando todos os seus critérios para delimitar o escopo dessa investigação. Na melhor das hipóteses, esse léxico fornece a base preliminar para uma semântica política do tempo presente[10] (KOSELLECK, [1972] 2011, p.25).

---

[9] Mesmo assim — apesar de seu significado múltiplo e por causa dele em lugar nenhum, há tentativas sérias de abrir mão do conceito. Versões como "a perda" ou "o deslocamento da História", em geral, visam à sua preservação (KOSELLECK, 2013, p.225).

[10] No original: In this way, we may bring the historical claims of our history of concepts to bear on the central concerns of the final section, which touches on usage in our own time. To have undertaken a separate examination of contemporary usage, with its rapid changes and its universal neologisms, would have violated the precepts of our method, by ignoring all its criteria for delimiting the scope of this inquiry. At best, this lexicon furnishes the preliminary basis for a political semantics of the present time.

O dicionário, portanto, admite suas próprias limitações de análise histórica-semântica do presente, propondo uma contribuição de base preliminar. Conclui-se que o tempo presente circunscreve o dicionário de três maneiras: 1) como justificativa de validação da pesquisa; 2) como dimensão do tempo em contiguidade com a hipótese do *sattelzeit*; e 3) como ponto de partida para a pesquisa histórica dos conceitos fundamentais (postura apologética). Assim, o tempo presente possui centralidade no dicionário, mas não como objeto de estudo em termos de uma análise linguística mais aprofundada.

Após o projeto do *Geschichtliche Grundbegriffe*: esforços de reflexão teórica

Após a última publicação do dicionário, alguns autores levantaram bandeiras em torno do avanço cronológico da história dos conceitos e outros poucos em torno da escrita de uma história dos conceitos do tempo presente. Na abertura da conferência que foi um marco na internacionalização da *Begriffsgeschchite* e levou à criação da rede internacional *History of Political and Social Concepts Group (HPSCG)*, Melvin Richter (1999) defendeu que as hipóteses constituintes do *Sattelzeit* (politização, democratização, ideologização e temporalização) teriam validade para o tempo presente. Decerto, Richter (1999) aventurou a possibilidade de que elas seriam mais aplicáveis para o tempo presente do que para os períodos da modernidade e do umbral da modernidade. A rápida transformação dos conceitos, devido à aceleração linguística, estaria produzindo modelos de pensamento políticos e sociais que registram a perda da importância do passado e de outras continuidades em relação ao presente e, ainda mais, em relação ao futuro. Assim,

a antecipação do tempo futuro estaria crescendo na formulação dos conceitos políticos e sociais[11].

Não obstante sua defesa pela aplicação dos pressupostos da *Begriffgeschchite* para a análise dos fenômenos linguísticos do tempo presente, a agenda de pesquisa de Richter esteve mais voltada à história intelectual dos teóricos do século XIX: TH. Green, Montesquieu e Tocqueville.

Uma iniciativa mais direta e mais concreta teria sido tomada a partir dos trabalhos de Javier Fernández Sebastián. Em 2002, no artigo dedicado a pensar novas perspectivas para o estudo das linguagens políticas europeias, Fernández Sebastián defendeu, como futuro possível da história conceitual, a "história conceitual do tempo presente, que se interessa pelos câmbios semânticos que estão sendo produzidos dia a dia, ante nossos próprios olhos" (2002, p.360). Em 2004, Fernández Sebastián, junto a Francisco Fuentes, voltou a defender o lugar de uma história conceitual do tempo presente para compreensão dos conceitos políticos modernos em crise: "a transformação, o nascimento e a expiração dos conceitos políticos é um processo incessante que ocorre todos os dias diante de nossos olhos" (2004, p.25). No artigo dedicado a refletir introdutoriamente sobre a relação entre a história, a linguagem e a política, os autores defendem que "tais mudanças, muitas vezes imperceptíveis, mas não menos decisivas, poderiam ser objeto preferencial de escrutínio

[11] "De fato, as hipóteses investigadas pelo dicionário podem ser ainda mais aplicáveis ao nosso tempo presente do que à modernidade e aos primeiros anos da modernidade, o que Reinhart Koselleck chamou de *Sattelzeit*. Podemos antecipar uma aceleração ainda maior da mudança linguística, cunhagens de novos conceitos políticos e sociais, indicando a aceitação crescente de modos de pensamento baseados na suposição de que o tempo, a experiência e os avanços no conhecimento estão todos se acelerando. Essa mudança rápida (*Beschleunigung*) pode produzir modos de pensamento político e social, registrando a perda de importância do tempo passado, da tradição e de outras continuidades em relação ao presente, e ainda mais, ao futuro. Assim, se as hipóteses do GG se mantiverem, a antecipação do tempo futuro (*Verzeitlichung*) será cada vez mais agregada aos conceitos políticos e sociais" (RICHTER, 1998, p.15).

por uma hipotética história conceitual do tempo presente" (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN e FUENTES, 2004, p.25).

O interesse dos autores por uma história conceitual do tempo presente se materializou na publicação da obra "*Diccionario político y social del siglo XX español*" em 2008. O dicionário, editado e organizado pelos autores, é a continuação do projeto, iniciado pela publicação do volume de 2002, que se concentrava no século XIX espanhol. Avançando cronologicamente para o século XX, Fernández Sebastián e Fuentes retomam conceitos (ou "vozes", como definem os autores) consolidados da linguagem política da modernidade, como "democracia", "liberalismo", "revolução", "nacionalismo", "intelectual", "cidadania", "socialismo", constituição" e "partido". E se voltam também para termos mais recentes como "globalização", "consenso" e "ecologismo". Trata-se de uma obra de cerca de 1400 páginas, contendo mais de 120 verbetes.

No fim dos anos 2000 a 2010, Fernández Sebastián recua no tempo, retomando o escopo temporal do GG (a hipótese do *sattelzeit* e as balizas de 1750-1850) para delimitar seu trabalho de maior fôlego: o projeto IBERCONCEPTOS, o qual coordenou, e que teve por consequência a publicação de dois tomos de dicionários dos conceitos políticos e sociais do mundo ibero-americano. Isso não significou o abandono do autor em direção ao tempo presente. Uma das mais recentes iniciativas de Fernández-Sebástian se deu no seu envolvimento com o Ciclo de Conferências Internacional de História Conceitual - lo público, lo político y lo conceptual de 2020, organizado pela IBERCONCEPTOS, pelo CONCEPTA (associado ao HCG), pela Universidad de Los Andes e pela Universidad de Colombia. O ciclo tinha por objetivo tratar a problemática da crise sanitária de 2020 e o desafio que ela impunha à capacidade das ciências sociais iluminarem a compreensão do presente. Algumas apresentações como a de Elías Palti sobre a tradição republicana no

debate político contemporâneo e a de Gabriel Entin sobre o conceito de liberdade em tempos de pandemia fizeram um avanço cronológico considerável.

Quanto às reflexões teóricas, somente em 2010, um artigo de Christian Geulen, pesquisador atuante na história do racismo e dos nacionalismos, contribuiu definitivamente para abrir as discussões, revisando antigos pressupostos e apresentando novas premissas. O historiador e cientista social alemão publicou o "*Plädoyer für eine Geschichte der Grundbegriffe des 20. Jahrhunderts*" ("Por uma história dos conceitos fundamentais do século XX"), no qual defendeu a incorporação do século XX como objeto de um estudo histórico-conceitual sistemático, ou seja, que "reflita a sua história de acontecimentos e desenvolvimento por meio dos seus conceitos básicos e das suas mudanças semânticas" (GEULEN, 2010, p.80). Para isso, o autor partiu de um diagnóstico de fechamento temporal sobre o século XX, tanto como cronologia, quanto como consciência histórica. Esse fechamento, por sua vez, permitiria um "distanciamento" da sua linguagem histórico-política, questão que Geulen (2010, p.80) parece alçar como um fator para a formulação de novas perspectivas ou para uma nova realização historiográfica.

O artigo representou um passo importante, talvez inaugural, no sentido de motivar teoricamente a promoção de uma história dos conceitos fundamentais do século XX, justificando seu significado e necessidade, a partir de três premissas básicas: 1) as velhas expectativas se tornaram experiências – seja pelo cumprimento ou pelo desapontamento -, assim, a inversão moderna foi concluída e as expectativas moldam o que pode ser experienciado, ao ponto em que chegamos a um novo estatuto histórico do presente; 2) O século XX pode ser interpretado como um período limiar em que os conceitos fundamentais da modernidade sofreram outra mudança estrutural, uma metamorfose em sua semântica e uma modificação em relação às suas experiências e expectativas. Em

termos, há uma proliferação de conceitos no presente cuja semântica só pode ser entendida a partir da própria história do século XX; e 3) A defesa por abordagens metodológicas que não tentem aplicar aquela promovida pelo GG e que se comprometam com a pragmática dos conceitos investigados, levando em conta questões atuais, como a ampliação das fontes e o processo de internacionalização de significados entre línguas.

Uma das proposições centrais de Geulen (2010) assume que as transformações que levaram à modernidade continuaram em uma transformação da própria modernidade e, por consequência, dos seus conceitos básicos na linguagem social e política alemã. Em resumo, o artigo de Geulen (2010) avulta o surgimento de conceitos no século XX que já não são mais traduzíveis pela semântica da modernidade, defendendo o lugar de uma história conceitual que avance cronologicamente a partir de novas premissas teóricas e novas abordagens metodológicas. Na direção contrária de Melvin Richter (1999), Geulen (2010) entende que as categorias de Koselleck estariam prescrevendo para a análise de transformações semânticas do século XX. No lugar das quatro categorias descritivas do *Sattelzeit* (democratização, temporalização, ideologização e politização), ele propõe outras quatro novas categorias para orientar a pesquisa.

A "cientifização" (*Verwissenschaftlichung*), isto é, o processo de difusão e migração de conhecimento científico na linguagem política do século XX; a "popularização" (*Popularisierung*) que se expressa pela transformação da disseminação quantitativa de conceitos, em alusão à categoria de democratização do GG, em uma alteração qualitativa da funcionalidade dos meios de comunicação e de diversos setores sociais que vivem profissionalmente disso, tornando os conceitos, por um lado, mais diversos, devido à veiculação de inúmeras vozes e fontes de conhecimento e, ao mesmo tempo, mais padronizados pelo seu formato midiatizado; a "espacialização" (*Verräumlichung*) que substitui a categoria de temporalização do GG, por meio dos

processos de compressão espacial, que teriam intensificado a circulação de pessoas e, ao mesmo tempo, foram acompanhados de políticas violentas de dominação territorial; e a "liquefação" (*Verflüssigung*) que expressaria a imagem do processo químico devido à transformação e "fusão" de redes semânticas, por meio da transferência repentina e múltipla de conceitos para novos contextos. A dissociação dos conceitos dos seus contextos de origem estariam tornando-os mais plurais e menos concretos. Contrapondo-se à premissa de ideologização do GG, estariam surgindo conceitos que são muitas vezes política e ideologicamente inespecíficos, sem domínio particular e levando uma vida política e social própria.

As ideias e o artigo de Christian Geulen (2010) fomentaram debates em dois workshops realizados no *Zentrum für Zeithistorische Forschung* em Potsdam, em 2009 e 2011 (KOFFMAN e KOLLMEIER, 2012, p.83). As contribuições do segundo workshop, incluindo críticas às propostas de Geulen (2010), foram reunidas e publicadas em 2012, por meio de um dossiê na Revista *Contributions to the History of Concepts*. Em forma de "mesa-redonda" (*roundtable*), o dossiê buscava responder se seria possível escrever uma história conceitual de base alemã do século XX e, em caso afirmativo, de que maneira. *Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century* foi publicado sob o formato de um documento de mais de cinquenta páginas, onde são revezados os seguintes textos: 1) Introdução por Stefan-Ludwig Hoffmann e Kathrin Kollmeier; 2) "*Some Thoughts on the History of Twentieth-Century" German Basic Concepts* por Willibald Steinmetz; 3) "*Is a "History of Basic Concepts of the Twentieth Century" Possible? A Polemic"* de Philipp Sarasin; 4) "*History of Concepts, New Edition: Suitable for a Better Understanding of Modern Times?"* De Alf Lüdtke; e 5) *"Reply"* de Christian Geulen.

Apesar de serem importantes reflexões em relação ao avanço cronológico da história do tempo presente, cabe ressaltar que elas se limitaram ao limiar final do século XX, quando esses autores já estavam no alvorecer de um novo século, o qual não foi nem refletido como potencial cronologia de uma história conceitual (em nenhum desses trabalhos). Uma das justificativas para essa desconsideração pode ser encontrada nas discussões de Geulen (2012) e Sarasin (2012) que, embora friccionem entre si, acabam assumindo a mesma perspectiva da necessidade de um fechamento do tempo ou da consciência histórica para que seja possível historicizar a linguagem. Geulen (2012) apenas define que o século XX se encerrou e Sarasin (2012) acredita que não, admitindo que a curta distância da linguagem do século XX seria um entrave para a sua abordagem "sistemática" e "imparcial" (SARASIN, 2012, p.106). No diagnóstico das posições levantadas pelo debate alemão, os autores se agarraram à antiga premissa de objetividade histórica expressa pela distância temporal do historiador ao seu objeto, como critério indispensável para a operação historiográfica.

É preciso advertir que nem todos os trabalhos que pensaram o presente foram reformadores no sentido de Christian Geulen (2010), ao propor uma reformulação da história conceitual a partir de seus próprios termos. O capítulo "Pirâmides do Espírito"[12] ("*Pyramiden des Geistes*") de Hans Ulrich Gumbrecht, publicado em 2006, encarava o novo presente como ambiente epistemológico distinto que teria levado ao próprio esmorecimento da história dos conceitos. Alerta o próprio autor que ele se refere ao

[12] O capítulo no original em alemão se chama "Pyramiden des Geistes. Über den schnellen Aufstieg, die unsichtbaren Dimensionen und das plötzliche Abebben der begriffsgeschichtlichen Bewegung" e foi inserido como o primeiro capítulo do livro "Dimensionen und Grenzen der Begriffsgeschichte", publicado em 2006 pela Editora Wilhem Fink Verlag. No Brasil, foi traduzido por Luciana Villas Bôas e inserido no livro "Graciosidade e Estagnação: ensaios escolhidos", publicado em 2012, junto com outros textos do mesmo autor.

“esmorecimento”, “não ao desaparecimento, da história dos conceitos porque, na amplitude e na complexidade do novo presente, opções passadas nunca se perdem totalmente” (GUMBRECHT, [2006] 2012, p.59).

Esse novo presente, segundo Gumbrecht ([2006] 2012), seria marcado por uma nova tópica temporal, caracterizada pela sua ampliação e transformação em uma zona de simultaneidades. Esse processo de afirmação do presente teria enfraquecido dimensões antes ocultas da história dos conceitos, como a ideia de que existiria uma história factual, não semântica, na qual se poderia acessar por meio da história conceitual. Como alternativa analítica e filosófica à quase derrota da perspectiva externa e referencial, Gumbrecht ([2006] 2012) propõe a metaforologia para investigar realidades que não são apreensíveis pela linguagem. Em vista disso, “Pirâmides do espírito” ([2006] 2012) apresenta o novo presente (o “amplo presente”) como um fundamento de prescrição da história dos conceitos, cuja saída para a renovação se daria a partir de um referencial que se apoia justamente na teoria da inconceitualidade.

A metaforologia, citada por Gumbrecht, apoia-se principalmente no projeto filosófico de Hans Blumenberg, que foi gestado nas discussões que envolveram a história dos conceitos nos anos de 1950[13] e que sofreu significativas alterações a partir da década de 1970, em particular através dos influxos cada vez maiores da fenomenologia (ALVES, 2020, p.13). Tais discussões levaram a uma revisão da própria metaforologia a partir de uma teoria da inconceitualidade ou não-conceitualidade, afastando-se cada vez mais da

[13] Refere-se, neste contexto, à vertente alemã da História dos Conceitos desenvolvida por Erich Rothacker na década de 1950, cujo programa de pesquisa buscava aproximar os conceitos filosóficos do campo de estudos das metáforas. A produção de Rothacker culminou na publicação dos “Arquivos para a história dos conceitos”, que incluía o texto “Paradigmas para uma metaforologia”, no qual Blumenberg expõe em linhas iniciais a relação de implicação entre a metaforologia e a história dos conceitos (BLUMENBERG, [1979] 1992).

pressuposição de que se trataria de um campo de estudos subsidiário à história dos conceitos.

Em 1979, na obra "Naufrágio com o espectador", Blumenberg escreve "Perspectivas para uma teoria da inconceitualidade", no qual apresenta uma mudança paradigmática em relação à História dos Conceitos. Blumenberg (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.103) afirma que, em 1960, Eric Rothacker havia aceitado o texto "paradigmas para uma metaforologia" no "Arquivo para história dos conceitos", tomando o estudo das metáforas como um restrito caso de inconceitualidade (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.103). Pois, se, em 1960, as metáforas eram vistas como um terreno preliminar para a formação de conceitos, neste trabalho, Blumenberg defende um papel maior para as metáforas, que "passam a se aplicar como ligações retrospectivas ao mundo da vida" (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.103). Tomando de empréstimo um conceito de tradição fenomenológica (o "mundo vital" ou "*Lebenswelt*"), Blumenberg (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.103) eleva as metáforas à posição de apoio constante para a motivação de toda a teoria, não somente da história conceitual, ampliando o escopo da metaforologia.

O texto "perspectivas sobre uma teoria da inconceitualidade" e seus trabalhos posteriores são explicitamente desesperançosos em relação às expectativas de buscar nas ciências *a verdade* (ALVES, 2020, p.13; BLUMENBERG, [1979] 1992, p.104). Crítico à produção vigente dos dicionários conceituais, pautados nas transformações de significados em um tipo de prova filológica-histórica de uma semântica dos termos (ALVES, 2020), a metaforologia se refere mais a busca de um saber associado à "desilusão" (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.104). Apropriando-me das ideias de Blumenberg ([1979] 1992), esta inferência refere-se ao caráter de "perturbação" (p.104) que a metáfora introduz em uma interação, ao reportar contextos distintos por meio da

consumação visual. Agindo como um corpo exótico em um enunciado, a metáfora tem a capacidade de causar estranhamento por destruir os sentidos familiares ou precisamente terminológicos. A consciência recupera a concordância comunicativa por meio da identificação deste corpo linguístico anômalo como "metáfora" (BLUMENBERG, [1979] 1992, p.104). Em outras palavras, o estudo das metáforas, com seu comportamento anômalo e desviante, acaba por abrir oportunidades de explorar

> dimensões não conceituais, ligadas diretamente ao mundo da vida, como é o caso do simbólico, do mítico, do cômico, ou seja, de tudo aquilo que a filosofia moderna de base cartesiana, por não achar digno de racionalidade, não deu conta de explicar e simplesmente reduziu a um mero aspecto retórico (ALVES, 2020, p.25).

No rol das publicações mais recentes que se voltaram ao estudo das metáforas na historiografia e que se aproximaram cronologicamente do nosso tempo, destaca-se o livro de Javier Fernández Sebastián, "*Key Metaphors for History: Mirrors of Time*" (2024), cujo escopo abrange "os discursos sobre história produzidos durante os últimos dois séculos no Ocidente, especialmente nas últimas décadas" (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, p.4)[14]. O livro de Fernández Sebastián (2024) põe em diálogo metáforas, conceitos e seus estados intermediários de cristalização, assumindo relações fundamentais entre a historiografia e a linguagem metafórica, por meio da análise de termos caros aos historiadores como "História", "passado", "presente, "futuro", "memória", "crise", "revolução", "progresso", "declínio", "tempo", "temporalidade", entre outros.

Para endereçar intelectualmente a categoria de "metáfora", Fernández Sebastián (2024) apoia-se em autores como Hans Blumenberg, Thomas de Aquino, Elías José Palti, Friedrich Nietzsche, José Ortega y Gasset, entre outros. Uma das premissas de Fernández

[14] No original: First, from the point of view of the cultural and chronological framework, I shall focus above all – but not exclusively – on the discourses on history produced during the past two centuries in the West, especially in recent decades.

Sebastián (2024) sobre o caráter da metáfora se refere à sua relação por vezes difusa em relação aos conceitos e vice-versa: "entre conceitos e metáforas não existem barreiras tão intransponíveis como geralmente se supõe"[15] (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.7). A implicação entre conceitos e metáforas se explica, pois, apoiando-se em Blumenberg, Fernández Sebastián (2024) define as metáforas como estruturantes cognitivos, que "estabelecem as bases do pensamento lógico sobre o qual são construídas as noções mais estritas e rigorosas, unidades menores de significação contidas no amplo vaso semântico criado pelas primeiras"[16] (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.7). Em outras palavras, as metáforas não só agem como um terreno de formação de conceitos, mas como um apoio para a produção mais ampla de nosso vocabulário, pensamento, experiência e ações.

E quanto ao espaço de produção da história do tempo presente? Qual é o lugar das pesquisas do campo de história do tempo presente interessadas na elucidação de metáforas e conceitos políticos e sociais?

Há exemplos de demandas em torno da reflexão sobre o lugar da linguagem e da terminologia na história do tempo presente, mas ainda muito incipientes. No livro "*Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*" (2007), produzido quando o campo de *historia reciente* na Argentina estava se consolidando, Marina Franco e Florencia Levín (2007) reconhecem o inevitável debate terminológico que atravessa o campo, devido à sua aproximação com conflitos e enfrentamentos éticos e políticos. Em meio ao processo de reflexão sobre a construção do campo, as autoras citam um conjunto de discussões e desacordos em torno de expressões utilizadas para

[15] No original: between concepts and metaphors there are no barriers as insurmountable as is generally supposed.
[16] No original: In a sense, great metaphors lay the foundations of the logical thought upon which are built the strictest and most rigorous notions, smaller units of signifcation contained in the broad semantic vessel created by the former.

interpretar o passado recente. O interesse comum da historiografia em se aproximar dos termos na maneira em que eles eram utilizados no seu contexto original, teria gerado duas problemáticas para a pesquisa do tempo presente:

> Esta última se traduz em pelo menos duas grandes séries de problemas (que, no entanto, tendem a aparecer misturadas): por um lado, essas categorias são fortemente carregadas de conotações construídas em um passado recente – ou mesmo nas décadas seguintes –, o qual desvirtua de seu valor explicativo. Por outro lado, essa carga de significados produzidos em contextos passados – ou relativamente recentes – produz uma atualização e repetição de velhas disputas em termos nem sempre frutíferos[17] (FRANCO e LEVÍN, 2007, p.19).

Essa observação chama a atenção para a existência de uma tensão semântica entre o uso dos termos no seu contexto de produção e no seu contexto de pesquisa; entre o seu significado no cotidiano e o seu valor explicativo alguns anos depois; entre o vocabulário das testemunhas e dos historiadores. Tomando os contextos das ditaduras militares na América Latina, Franco e Levín (2007) indicam que algumas categorias utilizadas pelos próprios atores em seu período podem ser inapropriadas para o uso historiográfico. Como exemplos, citam os "ásperos debates" em torno de conceitos e metáforas como "guerra" ("civil", "suja", "subversiva" "contrarrevolucionária", etc.), "genocídio", "processo", "ditadura" e "terrorismo de Estado", que são atravessados pela atualização e repetição de antigas disputas narrativas.

O reconhecimento da centralidade dos debates terminológicos e da reflexão em torno da adequação heurística dos termos encontrados nas fontes, contudo, não levou as autoras a defenderem a importância da escrita de uma história conceitual ou metaforológica do tempo presente. As expressões mobilizadas no presente e identificadas

---

[17] No original: Esto último se traduce en, por lo menos, dos grandes series de problemas (que, sin embargo, suelen aparecer mezclados): por un lado, esas categorías están fuertemente cargadas de connotaciones construidas en ese pasado reciente –o aún en las décadas siguientes–, lo cual les resta valor explicativo. Por otro, esa carga de significaciones producidas en contextos pasados –o relativamente recientes– produce una actualización y repetición de viejas disputas en términos que no siempre son fructíferos.

por Franco e Levín (2007) também possuem uma densidade temporal, que não se esgota na comparação semântica entre o contexto do objeto (a ditadura argentina) e o contexto do pesquisador. É importante observar que as lutas políticas que perpassam o uso das metáforas e dos conceitos podem estar ligadas a formações culturais mais antigas, como tradições autoritárias, cuja elucidação por meio de uma história conceitual ajudaria os historiadores a se colocarem melhor nessas disputas narrativas.

Outra iniciativa de caráter teórico surgiu da pesquisadora chilena Cristina Moyana Barahona. No artigo "La historia política en el bicentenario: entre la historia del presente y la historia conceptual. Reflexiones sobre la nueva historia política", Barahona (2011) se volta para a renovação identitária das esquerdas, após a perda de seus principais referentes e suas posteriores ressignificações. A autora escreve no contexto das comemorações do bicentenário de independência do Chile e defende a aproximação entre a história dos conceitos e a história do tempo presente, principalmente neste período em que a direita política, então no poder, disputava o terreno discursivo desse objeto histórico. Barahona (2011) chama a atenção para a crise das matrizes e categorias argumentativas, após a derrubada do socialismo real, que levou à busca de novas construções identitárias. Novos conceitos passaram a circular e a redefinir um novo universo semântico pelo qual estes "sujeitos derrotados" se repensavam, se redefiniam e se reconstituíam.

Segundo Barahona (2011), a transição chilena da ditadura para a democracia

> deve ser repensada em termos historiográficos com a urgência de uma história do tempo presente. A análise conceitual das linguagens políticas parece um bom ponto de partida, assim como pode ser para compreender os fenômenos de construção identitária de uma esquerda que se ressignificou após o colapso de seus principais referentes e que continua sendo em nosso país, um ator político chave e relevante, como a direita [...]18 (BARAHONA, 2011, p.242).

[18] No original: debe ser repensada en términos historiográficos con la urgencia de una historia del tempo presente. El análisis conceptual de los lenguajes políticos parece un buen punto de inicio, así como también

Não obstante a defesa em direção a aproximação entre a história do tempo presente e a história das linguagens políticas, Barahona (2011) não explora os desafios e as possibilidades de construção de novas ferramentas e critérios teóricos ao fazer essa junção. A autora cita alguns postulados da Escola de Cambridge e da *Begriffgeschchite* de Koselleck e sua contribuição para as agendas de pesquisa da história política e da história do tempo presente, operando numa espécie de transferência direta entre as pressuposições heurísticas dessas abordagens linguísticas da história dos conceitos para a história do tempo presente. Cabe destacar que as perspectivas de Skinner e de Koselleck foram construídas a partir de concepções teóricas e metodológicas que nem sempre são contíguas aos debates que atravessaram e construíram o campo de estudos de história do tempo presente[19].

Quanto aos eventos e trabalhos apresentados de cunho teórico, destaca-se a conferência de abertura "As vertigens do tempo: perspectivas de uma história conceitual do presente" do Prof. Dr. Rodrigo Turin, no dia 30 de maio de 2022, para o Seminário de Linguagens e Tecnologia, transmitido pelo canal do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL-UTFPR) no YouTube[20]. Nesta conferência, Rodrigo Turin explorou como as diferentes formas de experiências temporais do presente podem ser tematizadas por meio da História dos Conceitos. De forma geral, sua comunicação se

---

lo puede ser para comprender los fenómenos de construcción de identidad de una izquierda que se resignificó después del derrumbe de sus principales referentes y que sigue siendo en nuestro país, um actor político clave y relevante, al igual que la derecha política [...].

[19] Reconhecendo que os conceitos e debates que foram formulados no processo de construção do campo da história do tempo presente não são fixos, nem estáveis, continuam em disputa. Além disso, o campo foi apropriado a partir de diversas tradições de pesquisa locais.

[20] PPGEL DALIC-UTFPR. TECLIS (30/05) – Conferência de abertura. *YouTube*, 30 mai. 2022. 1 vídeo [1 h. 38 min. 8 segs.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KqR02i0Z4yg. Acesso em: 10 jul. 2024.

inicia chamando a atenção para a "crise do tempo", isto é, a perturbação na nossa forma coletiva de organizar o tempo presente e as maneiras pelas quais podemos criar inteligibilidade sobre esse fenômeno através da linguagem[21]. Considerando as recentes perturbações nas temporalidades, Turin explora como podemos conceituar o presente, que não mais se organiza em uma linha processual singular, exigindo uma gramática temporal diferenciada em relação à gramática moderna[22]. Para isso, Turin fricciona as categorias modernas de Koselleck ("politização", "democratização", "ideologização" e "temporalização"), propondo categorias mais pertinentes para o estudo do presente: "desmobilização", "diferenciação", "tecnificação" e "destemporalização"[23].

Em termos de publicações, as chaves analíticas explicitadas por Turin nessa conferência estão desdobradas em trabalhos como "Presentismo, neoliberalismo e os fins da história" (2019) e "Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais" (2023). São artigos e capítulos que refletem sobre as novas formas de articulação das redes semânticas no tempo presente e, por consequência, de reestruturação histórica de conceitos, levando em conta questões emergentes da sociedade atual, como as catástrofes climáticas e o neoliberalismo.

Para fins de elucidação das fontes para a construção desse estado da arte, foram consultados, no rol das publicações internacionais: as bases de dados do site do IBERCONCEPTOS; a revista "*Conserveries mémorielles*" do IHTP; duas das mais reconhecidas revistas de história conceitual - "*Berghahn: Contributions to the History of Concepts*" e "*Redescriptions: political thought, conceptual history and feminist theory*"; a biblioteca digital do Jstor; o google scholar; e o google books. No rol das publicações

[21] *Idem.*
[22] *Idem.*
[23] *Idem.*

nacionais, foram consultados: a Revista de Teoria da História; a Revista de História da historiografia; a Revista Tempo & Argumento; o catálogo de teses e dissertações da CAPES; o Google scholar; e o Google books.

Durante a consulta, observou-se que a maioria das publicações empíricas nas revistas de histórias dos conceitos chegavam até o começo do século XX. Um maior avanço cronológico dos objetos de estudo se deu a partir dos anos 2010, junto a criação de volumes dedicados a temas inseridos na história recente ou a alterações no escopo das revistas. Em 2015, a *Contributions to the History of Concepts* publicou o volume 15 dedicado ao conceito de "cidadania" na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Em 2009, a *Redescriptions* incorporou a teoria feminista, o que elevou a publicação sobre temas mais próximos da atualidade. O motivo para a concentração de estudos afastados do tempo presente está provavelmente ligado à ainda forte influência do recorte temporal da modernidade *(sattelzeit)*, introduzida pelo dicionário conceitual alemão.

1.2. Desafios e oportunidades de escrever uma história dos conceitos e das metáforas no tempo presente

Da duração ou da espessura temporal dos conceitos no tempo presente

A história do tempo presente possui um "*turnover"* muito rápido; suas balizas são móveis e estão em constante revisitação (FERREIRA, 2018, p.86; BÉDARIDA, 1996, p.221). Além disso, a história do tempo presente tende a se voltar para os acontecimentos do passado recente, especialmente aqueles da segunda metade do século XX, cujas rupturas frequentemente inauguram traumas que se estendem ao presente. Já a tradição alemã da história dos conceitos tende a se voltar para acontecimentos situados em balizas relativamente estáveis, com ênfase no chamado "tempo de sela" ou "umbral da modernidade" (*sattelzeit*) (KOSELLECK [1972], 2011), que vai de meados do século

XVIII a meados do século XIX[24]. Neste sentido, inicialmente, poderia se presumir que a história do tempo presente se volta fundamentalmente para o estudo de eventos ou fenômenos aproximados de curta duração, enquanto os trabalhos em história dos conceitos teriam uma extensão mais ampla, interpretando a análise das lentas transformações de um conceito ao longo de um ou mais séculos.

Quanto à história dos conceitos, a constância e solidez das análises de longa duração provavelmente se justifica pela influência da abordagem metodológica desenvolvida por Reinhart Koselleck ([1979] 2006; 2014; 2020), que pressupunha que as mudanças semânticas só podem ser concebidas no pano de fundo das repetições estruturais. Segundo Koselleck (2020), a semântica de um conceito é antes repetível do que singular. Para que a argumentação seja compreensível, é preciso um mínimo de consenso sobre o significado de uma palavra. Esse consenso, por sua vez, é resultado da sedimentação de significados em uma estrutura durável de repetições linguísticas. Na abordagem conceitual de Koselleck (2020), as inovações linguísticas existem, mas só são possíveis porque uma continuidade semântica lhe deu coerência ou fundamentação. Esse ponto de partida, no qual a recorrência é precondição da singularidade, tem privilegiado o interesse pela extensão da longa duração na história dos conceitos:

> A ênfase nessa invariante tem em vista a estrutura repetitiva daquilo que Fernand Braudel chamou de 'longue durée'. Quanto à sua temporalidade, a 'longue durée' não deve ser compreendida como um curso constante e linear de eventos iguais, mas como uma repetição contínua de condições semelhantes em eventos diferentes. Eventos sempre se distinguem uns dos outros, mas suas

[24] A perspectiva da longa duração pode ser também interpretada sob o enquadramento teórico dos autores do *Geschichtliche Grundbegriffe*, Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck, de estender a experiência da Segunda Guerra Mundial em uma grande temporalidade. A *Begriffgeschichte* surge no final dos anos 1950 como resposta a uma longa tradição idealista da Alemanha, a qual teria sofrido um grande abalo após o conflito mundial. Como parte do movimento crítico ao idealismo que despontava nas ciências sociais, a principal contraposição filosófica residia em torno da construção de que a linguagem representava o mundo - de que as coisas somente existiam pela realidade dos seus termos (HOLSCHE, 1996). A perspectiva do tempo histórico moderno da BG fundamentava e justificava criticamente o *telos* futurista, baseado na evolução da História e no ideal de perfectibilidade do mundo, que havia levado à catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

> condições e estruturas se repetem de forma mais ou menos contínua. Tal afirmação vale para a história considerada tanto na dimensão da história conceitual quanto na dimensão da história extraconceitual [*Sachgeschichte*]: só podemos articular história dos conceitos como mudanças no terreno dos significados e da pragmática se soubermos que muitas outras coisas permanecem iguais e, portanto, são repetitivas. Somente contra o pano de fundo de estruturas semanticamente e pragmaticamente repetitivas é possível pensar, perceber e aferir a inovação e a mudança histórica no âmbito da semântica e da pragmática (KOSELLECK, 2020, p.66 e 67).

Essa construção leva a alguns historiadores como João Paulo Pimenta e Paulo Fanni a assumirem que "a história de um conceito jamais é bem apreendida em curtos recortes temporais" (PIMENTA e FANNI, 2019, p.1). Por consequência, ao promover uma história conceitual de tempo presente, estaríamos perdendo essas condições profundas e já sedimentadas no tempo, em prol de uma análise que tome apenas breves rompantes de disputas semânticas? Tais rompantes discursivos se manifestariam, a princípio, como uma inovação linguística, mas com o tempo desapareceriam como uma das vagas ondas metaforizadas por Braudel?

Para responder a essas provocações, é preciso levar em conta que Koselleck (2014) reelabora a abordagem metodológica de Fernand Braudel, a desconectando do "circuito paralelo das durações longas, curtas e situacionais" para reconduzi-la a "um padrão antropológico comum, básico, que comporta distintos estratos do tempo" (2014, p.13). A diferenciação das camadas de tempo por Koselleck (2006) adota uma definição de evento e estrutura como representações entrelaçadas, conferindo integração e mais plasticidade aos tempos históricos. Nesse jogo, alguns eventos podem inaugurar uma nova estrutura ou torná-la visível, ao passo em que as estruturas produzem condições de longo prazo para que um evento aconteça. Cabe destacar que, nesta perspectiva, os planos temporais se condicionam reciprocamente, embora não se fundam totalmente, e daí advém sua especificidade metodológica: "certas estruturas só podem ser apreendidas nos eventos nos quais se articulam e por meio dos quais se deixam transparecer" (KOSELLECK, [1979] 2006, p.138). Assim, Koselleck conclui que "a forma mais

adequada para se apreender o caráter processual da história moderna é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa" (KOSELLECK, [1979] 2006, p.139).

Quanto à história do tempo presente, cabe explorar algumas premissas em relação às suas extensões temporais. Em primeiro lugar, assume-se que a "história do tempo presente está na interseção do presente e da longa duração" (DOSSE, 2012. p.6) e estar nesta interseção impõe um "dever de mediação" (idem), no qual o historiador ou historiadora precisa assumir o passado incorporado ao presente e o presente incorporado ao passado dentro de uma espessura temporal. A escrita da história do tempo presente demanda, portanto, uma nova postura epistemológica que vai além de fazer uma história do imediato ou de um mero período adicional após a Idade Contemporânea. Imaginar e escrever uma história conceitual do tempo presente demanda mediar o presente e a longa duração, sabendo costurar os tempos, na medida em que, para explicar o presente, é preciso revisitar o passado e, para explicar o passado, é preciso compreender o presente. Nesse sentido, ao contrário do que se possa imaginar, a longa duração não é ignorada na história do tempo presente, tampouco a reflexão científica sobre o tempo presente assume o presente como uma dimensão que paira no ar, desapegada de outros estratos do tempo.

Nesses termos, importa reforçar a relação matizada entre a história do tempo presente e a longa duração, afirmando a problemática de uma duração que não deve ser interpretada de forma linear e/ou homogênea. Apoiando-me em Delacroix (2018), defendo a concepção do tempo histórico a partir de "temporalidades plurais", entrelaçadas como "tempos co-presentes" (DELACROIX, 2018, p.36).

> Inversamente, numa perspectiva segundo a qual o tempo histórico é heterogêneo e descontínuo, neste ponto, se pensa o presente, para usar a fórmula de W. Benjamin, como um "entrelaçamento" de tempos diferentes, uma "pluralidade de tempos co-presentes feitos de aparições repentinas, reapropriações, replays do passado – de "reflexões posteriores" – e ressoa com "passados que não passam", "passados inacabados", "possibilidades não realizadas do passado". A noção de "não contemporaneidade do contemporâneo" pretende dar conta desse entrelaçamento no mesmo presente

> de diferentes séries temporais: “Nem todos estão presentes no mesmo tempo presente” (DELACROIX, 2018, p.36)25

O historiador do tempo presente lida, portanto, com passados que reverberam, com fenômenos que não estão encerrados, com problemáticas que pareciam esquecidas ou que foram propositalmente apagadas, mas que ressurgem reclamando seu lugar no presente. Cada uma dessas séries temporais contém experiências do tempo e são também produtos da própria reflexão histórica. Podem ser interpretadas como “historicidades entrecruzadas e móveis” (DELACROIX, 2018, p. 35).

Cabe destacar que a expressão “contemporaneidade do não contemporâneo”, citada por Delacroix (2018), é de autoria de Reinhart Koselleck na obra Estratos do Tempo (2014)[26]. Introduzindo a metáfora espacial dos tempos estratificados, Koselleck (2014) argumenta que, em torno de um mesmo conceito, “muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos” (KOSELLECK, 2014, p.9). A teoria do tempo introduzida nesta obra concebe as temporalidades como “planos” ou “estratos” com “diferentes velocidades de mudança, atrasos ou aceleração” (KOSELLECK, 2014, p.15). Nesses termos, cada evento singular da atividade humana comportaria estruturas de repetição com ritmos diferentes[27].

---

[25] No original: À l’inverse, dans une perspective selon laquelle le temps historique est hétérogène et discontinu, le présent y est pensé, pour reprendre la formule de W. Benjamin, comme un « entrelacs » de temps différents, une « pluralité de temps co-présents » fait de surgissements, de réappropriations, de rejeux du passé – d’« après-coups » – et il résonne des « passés qui ne passent pas », des « passés non réglés », des « possibles du passé non réalisés ». La notion de « non contemporanéité du contemporain » entend rendre compte de cette imbrication dans le même présent de séries temporelles différentes : « Tous ne sont pas présents dans le même temps présent »

[26] Ela aparece também mais de uma vez nas seções escritas por Koselleck no verbete *Geschichte, Historie* do segundo tomo do dicionário conceitual alemão (KOSELLECK [et al], [1975] 2013, p.19, 20, 79, 101).

[27] Reconheço, apesar dos encontros, duas diferenças fundamentais nas temporalidades delineadas por Koselleck (2014) em relação aos autores da história do tempo presente de linha francesa. Koselleck (2014) admite a presença de “fatores meta-históricos” (KOSELLECK, 2014, p.12) que influenciam no processo de sedimentação dos tempos, dentre eles: um modo de conduta antropológico que garantiria a recorrência na situabilidade; e a influência dos estratos de tempos naturais em relação aos estratos de tempo das ações humanas. Além disso, segundo Koselleck (2006), o entrelaçamento dos tempos são constituídos por um

Junto à contribuição de outros autores, a teoria do tempo de Koselleck (2014) tocou um papel importante para a construção de uma racionalidade do campo de História do Tempo Presente, calcada na imagem entrelaçada das temporalidades plurais. Não por acaso, o resgate dessa expressão tornou-se recorrente em escritos teóricos do campo de História do Tempo Presente, como Henry Rousso (2016, p.35), Christian Delacroix (2018, p.36), Patrick Garcia (2010) e François Dosse (2012, p.6).

Expostas algumas das premissas fundamentais sobre a espessura ou as durações de uma história do tempo presente, baseadas nos escritos de Koselleck e nos autores de linha francesa, me inclino a considerar qual é a substância cronológica desse passado que se faz presente em realidades que extrapolam o solo europeu. Uma das teses que recebeu maior notoriedade no campo de estudos de História do Tempo Presente postula que a História Contemporânea começa com a "última catástrofe em data, e, em todo caso, a última que parece a mais loquaz, senão a mais próxima cronologicamente" (ROUSSO, 2016, p.24). Nesse sentido, a tese popularizada por Rousso (2016) pressupõe que as balizas do tempo presente precisam estar próximas cronologicamente do tempo do historiador e de suas testemunhas.

Pensando a história política do Brasil, atravessada por processos traumáticos e transições conservadoras, qual seria a nossa última catástrofe mais loquaz? A ditadura militar mais recente de 1964-85, cujo *timing* da justiça de transição foi perdido na seara do discurso de "reconciliação", que continua não penalizando individualmente os agentes repressivos? Ou seriam os trezentos anos de escravidão, cuja abolição sem reparação, em 1888, levou à marginalização e à precarização de uma grande parcela da população negra,

---

jogo entre duas categorias antropológicas e meta-históricas, chamadas de espaço de experiência e horizonte de expectativa, que são elucidadas na seção 4.2 desta tese.

com consequências sociais que se estendem até a atualidade? Sem contabilizar outros passados traumáticos que retornam como objetos de luta pela reparação, justiça ou rememoração [28].

A crescente demanda pelo reconhecimento público de passados que não estão necessariamente próximos cronologicamente do tempo presente brasileiro, me parece um argumento sólido para a relativização da "tese da última catástrofe em data" (ROUSSO, 2016). No recente editorial "Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo" (2022), Ana Lucia Araújo e Ynaê Lopes dos Santos afirmam que a esfera pública no Brasil e no mundo tem sido tomada por debates e ações cada vez mais instigantes em torno do passado escravista transatlântico e da colonização europeia da África, Ásia e Américas. No Brasil, apesar da atual onda reacionária de extrema-direita, as autoras observam o aumento do reconhecimento público das heranças do passado escravista, que tem se manifestado por meio de diferentes iniciativas, dentre elas: a lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas e instituições de ensino superior; a inscrição do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade da UNESCO e da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do Mercosul em 2017; a criação do projeto Salvador Escravista e do projeto Passados Presentes; além do crescimento do interesse por autores negros e negras na literatura, cujo conteúdo das obras debatam a questão racial no Brasil (ARAÚJO e SANTOS, 2022, p.11).

[28] Devo a reflexão sobre a adequação da tese da última catástrofe, levando em consideração o passado da escravidão e do colonialismo brasileiro, às discussões calorosas travadas com os discentes no curso "História do Tempo Presente e suas novas abordagens", que ministrei no âmbito do PPGH-UFF, em 2023, sob orientação da Profª Francine Iegelski.

Considero que a forte presença da memória do passado da escravidão e do colonialismo nos debates públicos nas últimas décadas, colocado pelas autoras, é um objeto importante de reflexão em torno da configuração das balizas temporais do tempo presente. O reconhecimento da confluência de diversas experiências do tempo, renunciando a balizas cronológicas estabelecidas *a priori*, me afiguram como opção mais profícua de abordagem para as durações da História do Tempo Presente. Angélica Müller e Francine Iegelski (2018, p.16) chamam a atenção para a "armadilha" de um possível mecanicismo temporal ao aplicar a tese da "última catástrofe em data" para experiências que extrapolam o solo europeu.

Posiciono-me, portanto, no sentido de que uma história conceitual do tempo presente opera sob a consciência histórica do pesquisador e da pesquisadora, que traçam uma duração baseada na relação mediada entre passado, presente e futuro. Com base em Franco e Levín (2007), estou de acordo que o estabelecimento do que é considerado "presente" está calcado na "apreciação de atores vivos", que reconhecem "determinados processos marcados num lapso temporal que nem sempre, e nem necessariamente guardam uma relação de contiguidade progressiva com o presente", mas que, definitivamente, adquirem para esses atores "algum sentido em relação ao tempo atual, o que justifica o vínculo estabelecido" (FRANCO e LEVÍN, 2007, p.3)[29]. Assim, cada corte cronológico de uma história conceitual do tempo presente teria uma densidade subjetiva que se situa entre o passado e o futuro, ou seja, sem que haja uma fronteira ou predefinição

[29] No original: parece evidente que otro elemento que sin duda interviene en el establecimiento de lo que es considerado "pasado cercano" es la apreciación de los propios actores vivos, quienes reconocen como "historia reciente" determinados procesos enmarcados en un lapso temporal que no siempre, y no necesariamente, guardan una relación de contigüidad progresiva con el presente, pero que en definitiva para esos actores adquieren algún sentido en relación con el tiempo actual y eso es lo que justifica el vínculo estabelecido.

entre esses limites temporais. Nesse sentido, o presente não é o exatamente agora, nem o microssegundo em que cada novo evento surge todos os dias, inaugurando uma grande transformação. Os conceitos poderiam ser interpretados e organizados a partir de uma profundidade adequada ao objeto, que passa pelo escrutínio do historiador, e que pode se conectar a passados próximos ou longínquos, a futuros abertos ou fechados.

A partir dessa perspectiva, escrever uma história conceitual da limpeza requer, portanto, organizar o tempo a partir do perfil do objeto e das perguntas de pesquisa. Isso significa compreender o presente, não por meio de um começo previamente estipulado por uma catástrofe, mas a partir das transformações semânticas sofridas pela categoria de análise, seja um conceito, seja uma metáfora. Isso significa renunciar à mecânica da violência como chave epistêmica, uma vez que nem sempre o conteúdo empírico do construto linguístico se associa a uma violência paroxística. Em muitas situações, um conceito ou uma metáfora podem ser utilizadas de forma a engajar uma intervenção conservadora, isto é, manter um estado político anterior, dispensando o uso da força, modificando apenas elementos pontuais.

Nesta tese, observou-se que, quando mobilizadas em pontos de instabilidade da ordem, as metáforas da limpeza muitas vezes operam como dispositivo de mudanças dentro da mesma estrutura e por meio de acordos e negociações. Assim ocorreu no nascimento da Nova República, quando a expressão “entulho autoritário” foi disputada pelos deputados da ala conservadora, que queriam manter o corpo da Constituição autoritária, alterando apenas algumas de suas regras e ordenamentos (cf. seção 2.1.). De maneira similar, os usos e abusos políticos de outras metáforas, como a “Lava Jato”, mostraram que é possível alterar e romper a institucionalidade brasileira, dentro da própria institucionalidade, sem precisar provocar necessariamente uma violência paroxística (cf. seção 3.2.).

Portanto, mesmo que algumas investigações de uma história conceitual do tempo presente se voltem para um corte cronológico mais curto, cabe ressaltar três aspectos: 1) o presente como objeto histórico é caracterizado pela narrativa concentrada de fenômenos históricos. Assim, uma história de uma década no tempo presente pode ocupar mais páginas que uma história de um século da antiguidade; 2) o presente, enquanto duração, é uma construção do historiador assim como o passado e o futuro também o são; e 3) nenhuma análise do tempo presente, ainda mais de teor histórico-linguístico, pode prescindir da sua ligação com o passado. Justamente, o nascimento institucional da História do Tempo Presente ao longo do século XX se deu com a necessidade de compreender os processos traumáticos que perduram no presente. Nesse sentido, a duração do tempo presente pode frequentemente se estender a passados mais distantes, para interrogar, revolver e, sobretudo, não os deixar desaparecer.

Tomando a duração do tempo presente como uma espessura mediada entre passado e futuro, seria possível estabelecer uma abordagem teórico-metodológica que não perca de vista as repetições que são necessárias para a escrita de uma história conceitual, ao mesmo tempo que adota uma perspectiva adequada à operação historiográfica de um presente imaginado pelo atravessamento de temporalidades plurais.

A alta instabilidade semântica do tempo presente

Tomando a assunção de que o historiador e a historiadora devem estar abertos à investigação de dinâmicas múltiplas de historicidade e de temporalidades, destaca-se o último desafio de produzir uma história da metáfora da limpeza do tempo presente e este está ligado à instabilidade de sua terminologia. O número de sujeitos que disputam metáforas e conceitos políticos e a quantidade de tramas semânticas que lhe dão densidade se apresentam de formas infinitas e não acabadas, o que torna a tarefa diferenciada em

relação àquela dos historiadores que trabalham com termos mais situados e gestados em períodos afastados do tempo. A limpeza no vocabulário político é apropriada pela classe política, pelos meios de comunicação, pelas camadas médias e populares. Ela é veiculada tanto nos discursos mais democráticos, quanto nos mais autoritários. Também é alvo de grupos que objetivam moralizar a política, a partir de pautas distintas. A questão colocada é se essa alta instabilidade semântica é resultado da curta distância temporal do objeto, própria da história do tempo presente, ou se é consequência também de uma mudança de perspectiva, baseada nas transformações pelas quais tem passado o mundo, incluindo os novos paradigmas do conhecimento histórico.

Sobre esta última questão, reconhece-se o papel das novas mídias digitais na reconfiguração da comunicação política na última década, que tem impactado as formas de expressão e de mobilização da sociedade, especialmente em tempos de crise da democracia. Nesta lógica, a instabilidade semântica se manifesta na produção de significados inversos que passam a ser atribuídos a antigos conceitos, ao passo em que novas metáforas vão surgindo a cada momento, a fim de indexar os interesses de um público cada vez mais fragmentado (CESARINO, 2022). A migração de parte importante da circulação informacional para o meio digital tem por consequência a emergência ou a ressignificação em alta velocidade de conceitos e metáforas sob o enquadre dinâmico da efemeridade e da individuação.

Nesse sentido, uma história conceitual do tempo presente precisa necessariamente lidar com redes semânticas não consolidadas. É como se o historiador fosse convocado a analisar as transformações dos significados de um objeto linguístico, ele mesmo inserido no universo cacofônico e repleto de vozes que o disputam. Como se o historiador estivesse mergulhado no fluxo inacabado da linguagem, em que ele precisa pausar momentaneamente o seu objeto para decidir qual caminho investigativo tomar. Para isso,

ele ou ela é chamado(a) a lidar com a pluralidade de dados, fontes e testemunhos, resultante do nível de reprodutibilidade técnica que caracteriza o nosso tempo. Além disso, o historiador do tempo presente é constantemente provocado a responder às testemunhas, aos revisionismos de todos os tipos e às muitas disputas de memórias, especialmente nos chamados "temas sensíveis". Uma história conceitual do tempo presente tenderia a instigar o historiador a criar estabilidade narrativa onde há instabilidade semântica.

Aqui reside o desafio de refletir se esta instabilidade decorrente da proximidade temporal das metáforas da limpeza e das novas configurações tecnológicas da circulação da informação é necessariamente um problema ou uma oportunidade de elaboração de um fazer metodológico próprio. O "preconceito antinômico", descrito por Henry Rousso (2016, p.15), no qual o historiador acredita ter a vantagem de poder proferir a última palavra sobre um passado encerrado, pode ser substituído pelo reconhecimento de que os objetos linguísticos não precisam estar fechados para serem analisados.

No vocabulário político, as disputas narrativas em constante atualização fornecem motivações suficientes para que os historiadores se preocupem com as análises histórico-conceituais. Principalmente em tempos de ascensão da extrema direita, a elucidação da trajetória recente de conceitos como "democracia", "ditadura", "terrorismo de Estado", "genocídio", entre outros, ajudaria a desmontar certas narrativas míticas que se reapropriam de conceitos básicos do Estado democrático, buscando na "História" eventos que nunca aconteceram enquanto tais. Além disso, conceitos chaves para a historiografia do tempo presente, como "memória" e "testemunho", estão passando por rápidas e profundas reformulações recentes perante os nossos olhos, e estão ainda em disputa pelos historiadores. A elucidação da trajetória recente desses conceitos e dos horizontes metafóricos que lhe subjazem ajudaria a produzir inteligibilidade sobre a

constituição do campo de história do tempo presente; e em abrangência ainda maior, ao próprio movimento reflexivo em torno do conceito de "História".

No que diz respeito à questão da temporalidade, a instabilidade semântica poderia ser justificada por uma nova consciência histórica do tempo. Em termos de produção de linguagem, trata-se da reconfiguração da própria interpretação de conceitos e metáforas, cuja análise do historiador parece não ser mais capaz de instrumentalizar o conhecimento histórico.

Alguns questionamentos em relação à vitalidade da História dos Conceitos na atualidade já foram previamente explorados por Hans Ulrich Gumbrecht (2012), especificamente os efeitos da introdução do cronotopo[30] da pós-modernidade nas ciências humanas a partir dos anos 1970. Gumbrecht (2012) defende que a transformação da tópica temporal da pós-modernidade é um dos fatores para o "esmorecimento" da história conceitual, uma vez que

> Em primeiro lugar, o tempo pós-moderno não é mais um fator inexorável de mudança. O presente não está mais a postos, para ser substituído, e frequentemente superado, por novos presentes. Ao mesmo tempo, a relação para com um passado arrebatadoramente presente deixou de ser necessariamente uma relação mediada por "acontecimentos transmitidos", ou uma "história" da qual se podem extrair "leis" do desenvolvimento relevantes para prognósticos. A força intelectualmente motivadora do que chamei de segunda dimensão da história dos conceitos (a indefinição da esperança de se poder aprender com a história) está hoje esmorecida (GUMBRECHT, 2012. p.55-56).

Assim, imersa em um presente amplo de simultaneidades, a dinâmica da pós-modernidade teria solapado os potenciais de referências científicas do mundo moderno.

30 O conceito de "cronotopo" está presente na obra "A Teoria do Romance II" (2018) de Mikhail Bakhtin e foi citado pelo autor no sentido da interligação essencial das relações de espaço e tempo. O conceito originário pretende estabelecer um nexo na compreensão da fusão espaço-tempo no universo do romance e, mais tarde, alguns autores e autoras transporiam este conceito para interpretar outros gêneros e relações interdiscursivas.

Uma vez que o futuro se fechou e o presente foi ampliado, o passado se aproximou do presente, enfraquecendo as propostas de uso da história para alcançar o passado. Para Gumbrecht (2012), isso significou a perda da esperança do projeto inicial de História dos Conceitos de que fosse possível, por meio da análise de conceitos, alcançar uma realidade não semântica, bem como encontrar uma fonte potencial de experiências entre os conceitos produzidos no passado e transmitidos ao presente. O diagnóstico do "esmorecimento" da história conceitual por parte de Gumbrecht (2012) se baseia principalmente no processo de perda da autorreferência humana (o enfraquecimento do "sujeito" e da "subjetividade" da modernidade clássica), que alimentava o espírito da produção de uma perspectiva externa crítica referencial. Na medida em que a relação entre a semântica do tempo presente e do tempo passado foi profundamente balançada pela crise referencial do mundo moderno, surge o desafio de fazer uma história conceitual que responda às crises que se instalaram no campo da História.

Interessante considerar que o mesmo movimento de esfacelamento da história que levou ao esmorecimento da História dos Conceitos teria sido um vetor para uma inversão de ordem epistemológica, na qual a investigação do passado próximo emergiu como nova demanda social. Segundo François Bédarida (2001), a institucionalização do campo de História do Tempo Presente na França deriva justamente de um movimento no qual as filosofias do progresso sofriam um refluxo histórico.

> Essa inversão epistemológica, em parte induzida por fatores econômicos – a virada cultural de maio de 68, o fim da era do crescimento, os ventos de pessimismo impulsionados pela depressão econômica a partir de 1973 –, no entanto, teve como causas maiores o refluxo de filosofias de progresso e utopias totalizantes provocando "a obliteração do futuro" (P.A. Taguieff), o retorno à força do acontecimento e do sujeito, a busca generalizada pela identidade, gerando ela mesma uma nova demanda social. Todo este movimento levou-a a voltar-se para a história próxima, a do passado mais recente, revivendo aliás velhas tradições. Na época, no momento da criação do *Institut d'Histoire du Temps Present*, Ernest Labrousse, sempre atento ao

> andamento da disciplina, me dizia: "Isto marca uma data na historiografia francesa"[31] (BÉDARIDA, 2001, pp.153-154).

Talvez, no lugar de assumir que a crise referencial do mundo moderno desacreditaria uma história linguística das expressões metafóricas da limpeza e da sujeira no tempo presente, poderíamos tomar esse movimento como uma oportunidade de reelaboração da História dos Conceitos a partir de outros referenciais, especialmente em relação a uma maior abertura para o estudo das metáforas.

Segundo Elías Palti (2011), a metáfora, em sua leitura de Blumenberg, traduz um vazio constitutivo da linguagem, consequente da ansiedade da história da consciência humana de representar o irrepresentável ou não experimentado, aquilo que não pode ser referenciado objetivamente e imediatamente por um enunciado. A metáfora seria muito mais pragmática, portanto, do que referencial. Ela vale mais *por aquilo que faz*, do que aquilo que indica e nunca consegue encerrar-se em si mesma. "Em suma, toda metáfora nada mais é do que uma metáfora de sua própria impossibilidade, de seu fracasso final, que força a linguagem a se dobrar sobre si mesma" [32](PALTI, 2011, p.245). Nestes termos, a metáfora é mais aberta à instabilidade e, no seu limite, à insuportabilidade semântica do que os conceitos, o que constitui o caráter contingente da linguagem e que parece explodir como uma questão do tempo presente.

> O valor das metáforas, diferentemente das ideias ou conceitos, não está no que elas representam; o seu significado não está na sua forma, no que elas afirmam;

---

[31] No original: Ce retournement épistémologique, en partie induit par des facteurs conjoncturels – tournant culturel de Mai 68, fin de l'ère de la croissance, vent de pessimisme impulsé par la dépression économique à partir de 1973 –, a eu cependant pour causes majeures le reflux des philosophies du progrès et des utopies totalisantes provoquant « l'effacement de l'avenir » (P.-A. Taguieff), le retour en force de l'événement et du sujet, la quête généralisée d'identité, elle même génératrice d'une nouvelle demande sociale. Tout ce mouvement a conduit à se tourner vers l'histoire proche, celle du passé le plus récent, en renouant d'ailleurs avec de vieilles traditions. À l'époque, au moment de la création de l'Institut d'histoire du temps présent, Ernest Labrousse, toujours attentif à la marche de la discipline, m'avait dit: « Cela marque une date dans l'historiographie française »

[32] No original: en fin, toda metáfora, no es sino una metáfora de su misma imposibilidad, de su fracaso último, que obliga al lenguaje a plegarse sobre sí.

> mas no que elas fazem e, em última análise, no que elas dão origem [...]. Desta forma, [as metáforas] canalizam a ansiedade que surge do confronto com a evidência da contingência nua e crua do mundo. Encontramo-nos aqui, finalmente, perante uma instância de linguagem distinta da referencial, mas igualmente inerente a ela: a sua dimensão pragmática; sua produtividade não é mais implantada apenas no nível de representações, mas no de ações.[33] (PALTI, 2011, p.246).

Isso não significa abandonar a investigação dos conceitos em detrimento das metáforas. Segundo Javier Fernández-Sebastián (2024), em alguns contextos, conceitos e metáforas são pouco distinguíveis e é possível até mesmo visualizar estados intermediários que confundem as fronteiras entre estas categorias do conhecimento histórico.

> Numerosas metáforas em desuso são lexicalizadas como conceitos e subsequentemente usadas como metáforas vivas num novo contexto. Além disso, os processos de conceitualização e metaforização nunca param, e a estabilização de qualquer instrumento cognitivo em um ou em outro polo desse *continuum* é extremamente rara. Não só existe uma abundância de estados intermediários de cristalização – isto é, metáforas conceituais e conceitos metafóricos – mas nunca se pode ter a certeza de que tal ou tal conceito continuará a ser utilizado durante muito tempo num sentido literal sem que alguém decida, em qualquer momento, dar-lhe mais uma vez uma reviravolta figurativa e vice-versa[34] (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.3).

Nos empréstimos da palavra limpeza ao vocabulário político, a relação difusa entre conceito e metáfora pode ser localizada no uso da metáfora "entulho autoritário", durante o processo constituinte, quando passou a designar especificamente a legislação autoritária que ainda não havia sido derrubada pelo Congresso Nacional (cf. seção 2.1.).

---

[33] No original: El valor de las metáforas, a diferencia de las ideas o los conceptos, no radica en lo que ellas representan; su sentido no se encuentra en su letra, en lo que ellas afirman; sino en lo que *hacen*, y, en fin, aquello a lo que dan lugar [...]. De este modo, canalizan la ansiedad que nace de la confrontación de la evidencia de la desnuda contingencia del mundo. Nos encontramos aquí, en fin, ya en una instancia de lenguaje distinta de la referencial, pero igualmente inherente al mismo: su dimensión *pragmática*; su productividad se despliega ya no meramente en el plano de las representaciones sino en el de las acciones.

[34] No original: "Numerous worn-out metaphors are lexicalized as concepts and subsequently used as living metaphors in a new context (Ricoeur 2004b, 342–3). Moreover, processes of conceptualization and metaphorization never stop, and the stabilization of any cognitive instrument at one or other pole of that continuum is extremely rare. Not only is there an abundance of intermediate states of crystallization – that is, conceptual metaphors and metaphorical concepts – but one can never be certain that such and such a concept will continue to be employed for much time in a literal sense without someone deciding, at any given moment, to once again lend it a figurative twist and vice versa".

É possível também visualizar relações de reciprocidade entre conceitos e metáforas que tendem a circular nos mesmos contextos e enunciados, como as metáforas da limpeza e o conceito de transparência na política, cujos significados se aproximam etimologicamente (cf. cap.3). Por conta desta relação entre limpeza e transparência, certas metáforas da limpeza tem ganhado até mesmo uma importância ao ponto de serem substantivadas, tornando-se oficialmente nome de lei, como a metáfora da "ficha limpa" (cf. seção 3.1.) ou nome de operação policial, como a metáfora da "Lava Jato" (cf. seção 3.2.). Ao fim e ao cabo, afirma Fernández-Sebastián (2024), metáforas e conceitos são "intercambiáveis" (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.3).

Considerando essa permuta entre metáforas e conceitos, uma história das metáforas da limpeza do tempo presente poderia se beneficiar de uma leitura de recomposição da trama temporal dos objetos linguísticos, que não são facilmente apreensíveis pela linguagem, em razão de uma relação multifacetada entre passado, presente e futuro, discutido na seção anterior deste capítulo. Em vez de imaginar historicamente um tempo presente que já não existe, que é preciso reconstituir, uma história linguística do tempo presente se voltaria diferencialmente para o presente que está "ainda aí" (ROUSSO, 2016, p.18), isto é, uma história que ainda está por se fazer. A diferença de perspectiva colocada por um presente que se movimenta, me parece contribuir para o reconhecimento de que os horizontes de sentidos que subjazem a circulação de conceitos, metáforas, conceitos metaforizados ou metáforas conceituais do tempo presente também podem ser situadas em "moradas provisórias". Refiro-me ao termo de François Bédarida (1996, p.221) sobre o caráter de renovação da operação historiográfica da HTP, que se reescreve constantemente.

Como saída teórico-metodológica, defendo que, em vez de interrogar as metáforas da limpeza e da sujeira como um ferramental do conhecimento histórico, em

busca de realidades não semânticas consolidadas, poderíamos considerar a contingência semântica dos seus momentos de constituição, gestação, disputa ou rejeição perante os nossos olhos. Uma análise de tramas da linguagem em interação e movimento requer uma atenção, tanto para os significados que retornam de passados que não passam, se presentificando em novas disputas de narrativas, quanto para aqueles que delimitam um futuro de incerteza, promessa ou pesadelo. Nessa abordagem preliminar, poderíamos ainda incorporar o estudo sobre as diferentes velocidades de aceleração e desaceleração no compartilhamento de alguns significados em detrimento de outros. A orientação pelo caráter de contingência dos objetos linguísticos do tempo presente nos permitiria compreender por que, por vezes, são reabertas disputas narrativas em torno de redes semânticas que pareciam estar socialmente e/ou cientificamente consolidadas. Abrangeria, assim, uma conduta mais adequada para a análise histórico-linguística de fenômenos recentes, como o negacionismo, a desinformação e o alto fluxo semiótico das plataformas digitais.

Neste ponto, o papel das novas mídias digitais merece apreciação. Segundo alguns autores como Letícia Cesarino (2022) e Marcos Nobre (2022), uma nova dinâmica comunicacional na política tem sido provocada pelo avanço desregulado das plataformas *online*. Essas novas mídias têm atuado como forças tecnopolíticas que influenciam protestos contestatórios e processos de reintermediação contraditória. Para Cesarino (2022), essa dinâmica antiestrutural se sustenta e, ao mesmo tempo, alimenta o avanço de narrativas invertidas no ambiente da economia da atenção. Surgem, neste cenário, líderes que se colocam como *outsiders* políticos, alegando “trazer o novo, quebrar tabus, libertar o que se encontrava sufocado, revelar verdades que alguma elite ‘não quer que você conheça’” (CESARINO, 2022, n.p.).

No caso brasileiro, o bolsonarismo se apresenta como o fenômeno mais recente e mais representativo do que a autora chama de “populismo digital” (CESARINO, 2022, n.p.). Trata-se de um movimento que repete padrões gramaticais binários como líder/povo, amigo/inimigo, elite/povo, verdade/mentira, herói/vilão entre outras dinâmicas que também se apresentam por meio do fomento de ameaças iminentes, da deslegitimação de estruturas de produção de verdade preexistentes (imprensa, academia) e de uma relação de mimese inversa onde o inimigo aparece como espelho invertido da identidade do grupo enunciador, o centro puro e externo à sujeira da política (CESARINO, 2022, n.p.).

Além disso, o processo de “plataformização da política” na nomenclatura de Letícia Cesarino (2022) ou de “digitalização da política” na nomenclatura de Marcos Nobre (2022) se caracteriza pela produção de formas de individuação algorítmica, que aproveita as latências heterogêneas dos grupos contestatórios, englobando-os em um “todo”, ao passo em que, a individualidade e a coerência são mantidas do ponto de vista de cada usuário. Em termos práticos, trata-se da personalização de imagens que a lógica de programação das plataformas, baseadas em conjuntos estruturais, é capaz de produzir para cada seguidor. Assim, cada usuário, restrito a “bolhas” de sociabilidade, recebe uma informação personalizada da realidade “à qual cada um se apega como se fosse a única imagem correta” (CESARINO, 2022, n.p.).

Essa nova dinâmica comunicacional produz uma grande fragmentação da informação, que Cesarino (2022) chama de “fenômeno fractal e antiestrutural”. Como consequência, são fortalecidos líderes que se apresentam sem uma substância política unificada e programática às demandas de seus seguidores. No caso recente da ascensão da direita ultraliberal e conservadora no Brasil, esse processo se traduziu em movimentos, ao mesmo tempo, vagos de conteúdo e altamente performativos. Nos termos de Cesarino

(2022), é o privilégio da “forma” em detrimento do “conteúdo” que permite o crescimento de líderes autoritários e o preenchimento individualizado de suas imagens públicas pelos grupos dos mais moderados aos mais radicais.

A irrupção destes paradoxos e contradições mediadas na ordem comunicacional recente tem se expressado em metáforas como as da limpeza analisadas nesta tese: “fazer uma faxina”, “passar o Brasil a limpo”, “limpar a política” (cf. cap. 4); e outras de origens distintas, como “o gigante acordou”, “não vou pagar o pato”, “pixuleco”, “ponta da praia” etc. Sem contar o número de objetos que têm sido mobilizados por aglomerados contestatórios e que adquirem uma carga metafórica ao estabelecerem trocas semânticas com outros campos da experiência humana: as máscaras de V de Vingança nos protestos de junho de 2013, as blusas da seleção brasileira de futebol nas manifestações políticas da direita etc. Sob esta lógica, por exemplo, “passar o Brasil a limpo” significa livrar o país da corrupção e do banditismo, reestabelecendo a democracia, contraditoriamente, por meio da perseguição da oposição. Da mesma maneira, as performances de manifestantes com a máscara de Guy Fawkes, retirada de uma *Graphic novel* anarquista, foram reapropriadas como símbolos nacionalistas[35]. São, portanto, formas de ressignificação invertida dos contextos de referência, reapropriados no tempo presente por essas metáforas.

Neste sentido, por que as metáforas parecem assumir um papel privilegiado no compartilhamento fragmentado das novas mídias digitais? Porque, devido ao seu caráter desviante, elas podem ser preenchidas mais elasticamente do que os conceitos e, consequentemente, tem sido usadas estrategicamente em dinâmica fractais e paradoxais,

[35] Cf. CARVALHO, Fernanda Olívia Lazaro. *Qual Guy Fawkes?* Dialogismo e trajetórias textuais das máscaras de V nos protestos de junho de 2013. Dissertação [Mestrado em Linguística Aplicada], Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

englobando os opostos. Com isso, não se pretende negar que os conceitos também passem por processos de dissociação, especialmente aqueles que são fundamentais para o reconhecimento universal de um sistema de governo democrático, como "liberdade (civil, de expressão, de circulação etc.)", "justiça", "direitos humanos", "ordem" e o próprio conceito de "democracia". No entanto, os desafios em reenquadrá-los e justificá-los para o grande público é maior. Por estes motivos, fenômenos como o Bolsonarismo têm buscado validação em movimentos adjacentes, como o Olavismo[36], cuja aparência de conhecimento formal científico lhe confere uma referência de autoridade para a recontextualização de conceitos fundamentais da democracia.

Um dos desafios de uma história conceitual do tempo presente reside, portanto, no próprio caráter individualizado, instável e fragmentado das metáforas e conceitos enquadrados na lógica da digitalização da política, que tornam tais trajetórias semânticas cada vez mais disruptivas, se desdobrando em investigações de difícil execução, na medida em que precisam dar conta de vieses multidirecionais. Além disso, são análises que se complexificam pelos impactos que a apropriação invertida desses termos causam em relação ao próprio ambiente narrativo em que foram gestadas. Por meio das possibilidades metacomunicativas abertas pela plataformização, esses públicos vão tensionando as estruturas vigentes, em nome da limpeza, da verdade, da liberdade, de Deus, da moralidade, ou de quem ou o que quer que seja.

No limite, a expansão da mídia de massas produz efeitos como o englobamento do sistema partidário-tradicional por lógicas midiáticas e mercadológicas, além da flexibilização de direitos e garantias fundamentais da Constituição. No lugar do princípio

[36] Olavismo é um movimento que se baseia nas ideias de Olavo de Carvalho (1947-20221), autointitulado filósofo, considerado um dos mentores do bolsonarismo e de grupos da extrema-direita brasileira.

da presunção da inocência, por exemplo, defendem-se os "vazamentos" ilegais, as "transparências" a qualquer custo, a "faxina moral" da sociedade contra os bandidos de "colarinho branco" (cf. seção 3.2.). Em vez do direito à liberdade de manifestação política, preza-se pela "pureza" das instituições, por meio da investigação, do impeachment, da prisão e até da eliminação física dos opositores (cf. seção 4.1.).

A expansão das mídias produz, portanto, uma nova compreensão do mundo político que se infunde na linguagem, configurando processos alternativos de conceituação e metaforização. Para o advento da modernidade, Koselleck ([1972] 2011) estabeleceu quatro categorias principais: democratização (*democratization*), temporalização (*Verzeitlichung*), ideologização (*Ideologiesierbarkei*) e politização (*Politisierung*). Para o tempo presente, impactado pela crise do tempo e pela plataformização da política, talvez possamos reelaborar de maneira ensaística e ainda incipiente categorias alternativas.

Em vez da "democratização"[37] da linguagem do tempo presente, propõe-se a existência de uma dinâmica cada vez maior de "fragmentação" semântica. Se antes as mídias tradicionais operavam com a produção de consenso sobre a opinião pública, as plataformas trabalham com processos de individuação da informação. Neste sentido, em vez da abertura de conceitos polissêmicos, observamos a ascensão de conceitos ressignificados pelo seu sentido contrário. E, principalmente, se notabiliza o uso privilegiado de metáforas no discurso político, cujo caráter de elasticidade e de vacância

[37] Na definição do dicionário conceitual alemão ([1972] 2011), a democratização (*democratization*) se refere à situação de abertura pelos quais passaram os conceitos políticos com o advento da modernidade. A linguagem política, antes restrita a certos círculos e estratos sociais (particularmente membros da aristocracia e juristas), teria se difundido para um uso geral. Segundo Koselleck ([1972] 2011), o círculo de falantes rapidamente se expandiu para abranger todos os educados. A penetração do vocabulário político para outras camadas sociais pode ser visualizada na abertura de conceitos como "honra" ou "dignidade" que deixaram de ser exclusivos dos membros da aristocracia, sendo a partir de então usados para descrever virtudes privadas ou mesmo para caracterizar uma nação ou povo.

semântica potencializa uma interpretação individualizada de um mesmo enunciado por diferentes sujeitos, que preenchem o conteúdo conforme seus interesses. Trata-se da prevalência da forma sobre o conteúdo, mencionada anteriormente.

No lugar da "temporalização"[38] baseada no *telos* do progresso que resulta do iluminismo, se difundiria a "pluralização" das temporalidades. Neste sentido, o tempo presente se reconfiguraria não mais em função privilegiada do futuro, mas em função da organização de experiências diversificadas e orientadas tanto a partir do passado, quanto do presente e/ou do futuro. No período analisado da ascensão do bolsonarismo brasileiro (seção 4.2.), por exemplo, argumento que o passado estruturou o agir político. A exortação ao futuro esteve presente somente na medida em que ele pudesse mimetizar o passado. Por outro lado, na investigação da metáfora do "lixo da história" (seção 2.2.), foram identificadas relações elásticas com a organização do tempo histórico. Neste capítulo, observei que, nos momentos de derrubadas de experiências autoritárias, enunciados mais disruptivos e cheios de expectativas entravam em cena. Já nos momentos em que as experiências autoritárias retornavam ou ameaçavam retornar, acreditava-se que o passado estava "sujando" novamente a cena política. Neste sentido, é como se cada

[38] A temporalização (*Verzeitlichung*) se refere à categoria de transformação semântica da modernidade, elaborada no GG, que atribui cargas de expectativa aos conceitos políticos. Conceitos como república e democracia que, na forma aristotélica, eram integrados a um circuito de repetição, passaram a ser considerados as únicas formas possíveis de governo. Junto a essa alteração semântica, expectativas em relação ao futuro se somaram aos significados que elucidavam um movimento específico da história em forma de seta temporal. Surgiu o republicanismo, junto com outros "ismos", que continham uma utopia em direção ao futuro. Em vez de se repetir, a história acelerava para frente. Por consequência, todo o vocabulário político e social foi reorientado nos termos de uma nova filosofia da história. Foi o momento do surgimento de conceitos totalmente voltados para expectativas, sem nenhum solo em experiências previamente concebidas ("comunismo", "anarquismo", "liberalismo") e expressões que articulavam o tempo histórico em si. O conceito de "progresso" foi concebido como processo interminável de mudança futura. A "História" (Geschichte, Historie) se voltou simultaneamente para significar seu próprio sujeito e objeto. "Revolução" perdeu seu significado original de "ciclo" e se tornou um conceito que projeta metas futuras e resultados indeterminados, dentre outros (KOSELLECK [1972] 2011).

fenômeno do tempo presente demandasse uma interpretação situada e contingente sobre as diferentes formas em que o tempo histórico é experimentado.

Por sua vez, a "ideologização"[39] teria sido hiperbolizada pela digitalização da política, caminhando para um processo de "superideologização" que, por fim, tem se transformado em um processo radical de "dualização". Na medida em que se ampliaram os vieses possíveis em lógicas bifurcadas, as fronteiras entre esses vieses se tornaram mais impenetráveis. Em vez de sentidos passíveis de negociação para grupos adversários, criam-se "bolhas semânticas". Isto é, para um grupo heterogêneo de simpatizantes dos líderes fortes, se verificam interpretações gerais e ambíguas de um mesmo acontecimento (que é recortado segundo o processo de individuação dos algoritmos), mas que convergem em termos de criação de identidade de grupo, baseado principalmente na lógica de ódio ao outro, o espelho inverso de si. Para outros grupos, contudo, existem as versões completamente opostas, de onde emergem interpretações que não dialogam com o grupo fractal e friccionam totalmente o seu par oposto.

Por fim, a "politização"[40] nas lógicas das novas mídias teria sido substituída pelo "hiperengajamento" de públicos, baseado na despolitização de conceitos e metáforas.

---

[39] A categoria da ideologização (*Ideologiesierbarkeit*), proposta no GG, se refere a um processo de abstração semântica, que torna possível a partidarização dos conceitos. Isto é, conceitos de uso concreto se tornaram conceitos mais abstratos: *historie* – que, no alemão significava história(s), no sentido de narrativa(s) de algo ou de alguém – foi substituído por *Geschichte* – que, no alemão, indica o longo processo, a História em si, como estado de coisas e como conhecimento do estado de coisas. As histórias no plural davam, então, lugar a "História" no singular, concebida ao mesmo tempo como conhecimento (de si) e como realidade. Tal conceito carregava a pretensão da modernidade de poder organizar os acontecimentos em relação causal e por isso é denominado de coletivo singular por Koselleck ([1972] 2011). Junto a outros conceitos como revolução e progresso, a "História" como coletivo singular tem a vantagem de ser geral e ambígua. São expressões que por serem abstratas podem ser entendidas em sentidos diferentes e contraditórios dependendo da classe ou do interesse da pessoa que os utiliza.

[40] A categoria da politização (*Politisierung*), proposta pelo GG, seria a consequência direta do impulso para abstração, descrito nos processos de ideologização dos conceitos, na medida em que os conceitos se tornaram abertos à disputa de oposições em torno dos seus significados. Houve um aumento significativo no uso de conceitos derivados de pares bipolares (*Gegenbegriffe*), que eram indispensáveis aos polemistas. Expressões que serviam para as disputas políticas como "revolucionário" e "reacionário" se tornaram

Assim, os pares bipolares se mantém e continuam sendo estrategicamente mobilizados, tanto pelo grupo amigo quanto pelo inimigo, mas do ponto de vista algorítmico, como afirma Cesarino, "importa menos se um conteúdo tem valência negativa ou positiva do que se ele gera ou não engajamento" (CESARINO, 2022, n.p.). Neste sentido, abrem-se fendas invertidas nos binarismos tradicionais da modernidade. Por exemplo, "revolucionário" pode assumir um sentido negativo, se determinado enquadramento retira dele seu valor positivo. "Golpes" e "ditaduras" podem ser apoiados quando são justificados gloriosamente para a proteção e a manutenção do líder carismático no poder. "Guerras sujas" podem ter mais validade do que "guerras limpas", quando são publicizadas como "mal necessário", entre outros. Vale salientar que a despolitização dos binarismos da modernidade, isto é, o esvaziamento de seus conteúdos e valores tradicionais, para atender ao enquadramento midiático da escandalização da política são uma forma de politização do mundo promovida pela nova arquitetura algorítmica das redes sociais. Assim, o "hiperengajamento" seria um processo distintivo de politização da linguagem pela sua própria despolitização.

Cabe ressaltar que a proposição de tais categorias não pretende estabelecer uma gramática estanque para a leitura de uma história conceitual do tempo presente. Estas categorias foram elaboradas, considerando os processos mais recentes de digitalização da política, particularmente tomando o quadro de ascensão da direita ultraliberal e conservadora após 2014. Para fenômenos em que o tempo histórico se organiza diferencialmente, a elaboração de outras categorias pode ser mais adequada para compreender as dinâmicas em torno dos conceitos e metáforas.

---

abundantes e apareciam indiscriminadamente e arbitrariamente no uso tanto do grupo amigo quanto do inimigo (Koselleck, [1972] 2011).

De qualquer maneira, admite-se que o desafio da instabilidade semântica do tempo presente, com uma nova abordagem que lhe concerne, poderia abrir caminhos metodológicos fecundos para a história conceitual. A análise de conceitos e metáforas gestados sob o universo aparentemente caótico de um tempo pautado na abundância de dados, fontes e testemunhos, na crise da perspectiva referencial da modernidade, bem como na lógica da fragmentação digital, nos dá a oportunidade de lançar inteligibilidade a respeito de novas dinâmicas comunicativas, que torcem as maneiras mais tradicionais de produção do conhecimento histórico-linguístico. Na mesma direção, nos apresenta também o desafio de encarar as dificuldades em historicizar as linguagens do nosso próprio tempo.

Capítulo 2. O lixo, a ordem e a História

No vocabulário político brasileiro, as metáforas do lixo tem a função de provocar a repulsa. E a repulsa tem a função de organizar não somente o espaço, mas também nossas relações sociais e históricas. A sujeira, como afirma Mary Douglas (2014), ofende a ordem e a ordem, no seu caráter mais radical, não admite a impureza. Em diversas sociedades, o lixo, os despojos, as escórias e os entulhos são incômodos que precisam ser distanciados de um centro de poder. Do ponto de vista de sua base metafórica, o sujo contém, portanto, uma dimensão espacial, na medida em que remete a uma imagem de deslocamento.

A imaginação da sujeira evoca quase imediatamente o seu distanciamento e esta relação é mais antiga do que se possa conhecer. Na limpeza dos ambientes domésticos, até o século XIX, a água não tinha função dominante de limpeza. Como o olhar e o discurso se voltavam para a superfície e a aparência, a limpeza do ambiente se prestava mais ao movimento dos objetos, a contenção dos acúmulos e a retirada daquilo que impede a passagem do que a eliminação das impurezas por meio da lavagem. No cotidiano colonial do Brasil, Mary Del Priore (2016) afirmava que:

> Raramente o interior das habitações era limpo. Quando muito, era varrido com uma vassoura de bambu. Água no chão? Nunca. As paredes, apenas caiadas, ficavam amarelas. A fim de tornar os quartos toleráveis e deles expulsar o mau cheiro, costumava - se queimar plantas odoríferas. Tais odores também mantinham afastados os ‘atacantes invisíveis’: mosquitos, baratas e outras imundícies. (PRIORE, 2016, p.187).

Nesse sentido, a luta era contra a desordem acumuladora do espaço e “organizar era, antes de tudo, transportar” (VIGARELLO, [1985] 2014, p.65). Assim, se livrar do lixo significou, por muito tempo, apenas movimentá-lo, tirá-lo de vista.

Esta carga semântica ajuda a explicar o porquê o conceito de ordem tende a se encontrar com o conceito de limpeza e com suas metáforas. O Dicionário Político e Social do Mundo Iberoamericano afirma que, no século XVIII, ordem (do latim *Ordo*) na língua

portuguesa, em sua acepção mais comum, significava “disposição, colocação das coisas no lugar que lhe convém, classificação” (MONTEIRO, 2014, p.67). Monteiro (2014) identifica que, no Brasil, este conceito pode ser dividido em dois momentos: o período colonial, no qual ordem significava uma dominação multissecular; e o começo do século XIX, no qual o conceito de ordem é dividido em diferentes domínios, a ordem política, social e econômica.

No domínio dos discursos sobre a ordem política, é de fácil visualização a relação com o vocabulário da sujeira, especialmente nas ações de segregação socioespacial. Foi assim com a expulsão dos cortiços e a criação de avenidas na capital federal durante o período Pereira Passos. Justamente no auge do movimento sanitarista que se difundiu a ideia de que a transformação da cidade “suja, feia e pestilenta” (BENCHIMOL, 1992, p.205) para uma urbe moderna e civilizada demandava um processo de remoção de habitações populares. Afirma Nicolau Sevcenko que, a rigor, no processo de regeneração, falava-se em uma “Operação Limpeza” e de livrar a sociedade do “entulho humano”, varrendo as ruas “infestadas” (SEVCENKO, [1984] 2018, p.93). É também justamente no auge das políticas sanitárias e de profilaxia, que são reformadas, modernizadas ou ampliadas as instalações voltadas ao encarceramento: os presídios, penitenciárias, manicômios e hospitais públicos. Estas figuravam ao lado das grades dos parques e jardins urbanos que também vedavam o acesso aos membros de uma certa comunidade (SEVCENKO, [1984] 2018).

Por estes motivos, postula-se que a metáfora do “lixo” e o conceito de ordem estão intrinsicamente conectados, pois a imagem da sujeira nos provoca uma vontade de deslocamento do sujo e contra o sujo, o que pode incluir objetos, experiências, ideologias e grupos sociais. No período mais recente da nossa democracia, as relações entre estes dois campos ainda persistem, embora com suas próprias peculiaridades. São relações que

conectam experiências sensoriais (medo, asco e nojo) e visuais (o afastamento), além de sentidos ritualísticos longevos, derivados da nossa obsessão histórica por ordenar os corpos, os ambientes e os objetos e por nos protegermos de perigos ameaçadores.

Não por acaso, o "entulho autoritário", expressão altamente popular e integrante do alvorecer da Nova República, tinha por objetivo botar abaixo os resquícios repulsivos do período autoritário. A fala emblemática de Ulysses Guimarães na entrega da Constituinte ("Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo!")[41] explicita o sentimento de ojeriza que marcou o espírito deste tempo e ajuda a elucidar o porquê esta metáfora do "lixo" se tornou tão popular. A metáfora da "lata de lixo da história" que não é um produto do período da Nova República, pois já era ventilada pela geração de 1960, também desponta nos momentos de derrubadas de lideranças políticas e de ideologias, ou, contrariamente, nos seus ressurgimentos. Mais do que isso, a metáfora do "lixo da história" corrobora o sentimento de repulsa e a imaginação visual da própria ordem dos tempos, organizando relações entre passado, presente e futuro. Foram precisamente nos momentos de reordenamento político que estas expressões foram majoritariamente acionadas. Na medida em que as metáforas da sujeira aparecem nos momentos de ruptura política, seus significados mais latentes de referência visual e de deslocamento dão base para a transformação da palavra em uma metáfora histórica. Trata-se de um processo no qual o conteúdo espacial é reaproveitado para expressar o conteúdo temporal.

Admitindo esta relação entre as metáforas da poluição e o conceito de ordem política e ordem temporal, este capítulo tem por objetivo analisar as metáforas do "entulho autoritário" e da "lata de lixo da história". As fontes consultadas para a análise

---

[41] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano II - Nº 306 a 308. Brasília, Congresso Nacional, 05 out. 1988, p.322.

da expressão “entulho autoritário” (o subcapítulo 2.1.) foram os anais da Assembleia Constituinte, o jornal O Estado de S. Paulo, o Jornal do Brasil e, como fontes complementares, A Tribuna da Imprensa e O Pasquim (charges e artigos). Os anais da Assembleia Nacional Constituinte incluem 25 livros, que registraram as discussões das sessões entre o período de 27 de fevereiro de 1987 e 01 de setembro de 1988, quando a Constituição foi promulgada. A fim de compreender a trajetória de formulação e popularização da expressão, que não se deu durante o processo constituinte, os jornais foram consultados mais regressivamente, abrangendo o período da abertura política, da segunda metade dos anos 1970 até 1988.

As fontes consultadas para a análise da expressão “na lata de lixo da história” (o subcapítulo 2.2.) foram o Jornal do Brasil, o jornal O Estado de S. Paulo (charges e artigos) e o livro “A lata de lixo da história” de Roberto Schwarz. Como o uso da expressão “na lata de lixo da história” é mais antigo e mais prolongado do que o emprego da metáfora “entulho autoritário”, a pesquisa adotou como recorte temporal a década de 1980 até a década de 2010. Para as fontes de imprensa, foram consultados materiais escritos (notícias e artigos) e iconográficos (charges e fotografias).

O uso das fontes complementares, o jornal O Pasquim e a Tribuna da Imprensa, se justifica pela sua orientação em linhas editoriais antagônicas. O Pasquim como um semanário alternativo brasileiro, expoente da contracultura da década de 1960 e opositor ao regime militar, servia-se frequentemente do humor como recurso estilístico, o que proporcionava a análise de dados, especialmente charges, com profunda carga metafórica. A Tribuna da Imprensa, por outro lado, era um jornal conservador e ultraliberal, de tradição udenista, cuja linha editorial apoiou o golpe civil-militar de 1964 e, portanto, optou-se pela sua leitura, a fim de investigar quais vieses adotaram quanto à noção de “entulho autoritário”. Já o livro de Roberto Schwarz, “A lata de lixo da história” (1977)

se justifica devido à explícita relação que o título estabeleceu com a metáfora analisada, além de ter sido escrito em 1968, isto é, o livro apresenta uma visão do autor sobre o que a expressão significava no auge do autoritarismo, antes que fosse recontextualizada no período democrático.

2.1. Entulho autoritário

De expressão subjetiva à metáfora conceitualizada

No processo de transição da ditadura militar de 1964-85 para a democracia, a expressão "entulho autoritário" não só circulou com grande intensidade, como adquiriu um valor fundamental. A legislação autoritária que ainda não havia sido derrubada pelo Congresso Nacional, em particular, a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional, o estado de emergência, o poder do executivo emitir decretos-lei, o decurso de prazo, a Lei Falcão e a Lei de Imprensa foram considerados parte de um pacote chamado "entulho autoritário". A remoção deste pacote explicava a abertura do processo constituinte, uma vez que emendas movidas por parlamentares de oposição foram rejeitadas no Congresso Nacional com a justificativa de que essa era tarefa da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Defendia-se que somente um processo constituinte poderia expurgar da ordem política este resíduo, muitas vezes também chamado de "lixo autoritário" ou "entulho ditatorial", que ainda pairava sobre a legislação brasileira.

A entrada desta expressão no período de transição não surge de imediato com este sentido jurídico. O "entulho" inicialmente e de forma mais tímida podia abranger tudo o que se quisesse criticar a respeito das heranças da ditadura: a inflação, a enorme dívida externa e dívida pública deixadas pelos militares, a carga fiscal, os escândalos de corrupção; ou até de forma mais abstrata: a "intolerância", o "radicalismo", "o embuste

intelectual" [42] etc. Até 1978, a expressão, com pouca popularidade, ainda possuía um valor referencial extremamente subjetivo, variando de acordo com o desgosto do locutor.

A passagem semântica na qual a sua referência passa a designar leis e decretos da ditadura militar é identificada principalmente no vocabulário dos juristas e dos parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O deputado Paes de Andrade (MDB-CE) em 1978: "a nação reclama muito mais, reclama não só a revogação do AI-5, mas a remoção do entulho de toda a legislação ordinária, para que se possa, limpo o terreno, construir o edifício constitucional do país"[43]. Em 1982, o então Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Bernardo Cabral (se tornou posteriormente relator da comissão de sistematização da constituinte pelo PMDB) defendeu: a "revogação do entulho de legislação arbitrária e autoritária, editada nos últimos 18 anos, é medida prévia que se impõe para a convocação de uma constituinte"[44].

Também é visualizada em algumas seções da grande imprensa, como na famosa Coluna do Castello do Jornal do Brasil em 1979: "esperanças de uma efetiva abertura política ainda pendente [...] e de uma remoção do entulho ditatorial constituído por leis e decretos inspirados pelo longo período de predomínio da mentalidade discricionária"[45]. A expressão circulou também na imprensa alternativa, como exposto no jornal Movimento que teria grande influência no debate político da esquerda e das forças democráticas do país, apesar de muitas vezes censurado: "somente com a ajuda e a unidade das forças progressistas e populares do país, será possível remover o entulho da

---

[42] Editorial "Cavalões". Fernando Pedreira. *Jornal do Brasil*. 11 de junho de 1978. Editorial "Riscos democráticos". Jornal do Brasil. 6 de julho de 1978.
[43] "Montoro condena decisão pessoal na indicação do sucessor do gen. Geisel". *Diário de Natal.* Fortaleza, ANDA-DN. 6 de janeiro de 1978.
[44] Para Cabral, governo convocará constituinte. *O Estado de S. Paulo.* 20 mai. 1982, p. 4.
[45] "A transição e a incógnita". Coluna do Castello. Carlos Castello Branco. *Jornal do Brasil.* 9 de março de 1979.

exceção. E isso se dará através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte”[46].

É, contudo, somente em 1985, com a entrada de Fernando Lyra (PMDB-PE) no Ministério da Justiça, que a expressão ganha maior publicização e legitimidade. Durante seu período como ministro do governo Sarney, Lyra fez circular um jornal em Pernambuco, como parte de sua campanha política, o jornal "Ministério da Justiça". Neste jornal, o “entulho autoritário” é mencionado em diversos artigos, sendo a edição de “maio” de 1985 bastante ilustradora da adoção constante do vocabulário da limpeza.

> O entulho autoritário sendo removido: o ministro da Justiça, Fernando Lyra, levará ao presidente Sarney uma espécie de roteiro de limpeza institucional. Relacionará todo o chamado lixo autoritário político ainda constante da Constituição e das principais leis para ser removido o mais breve possível através de emendas ou projetos de simples supressão[47].

Com a adoção do vocabulário por um membro do governo no ano de 1985, não por acaso, o quantitativo de ocorrências da expressão apresenta um pico nas fontes de imprensa. Em pesquisa dos jornais da época, realizada no sítio Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, contrasta-se o resultado de 13 menções identificadas entre as décadas de 1970 a 1980 para 1317 ocorrências de 1980 a 1989[48]. Na década de 1980, particularmente o ano de 1985 é um marco para que a expressão perdesse seu apelo subjetivo e se tornasse uma metáfora conceitual. Trata-se de um estado intermediário da cognição, nos termos de Fernández-Sebastián (2024, pp. 119-132), pela qual a expressão passou a designar em uma fórmula um conjunto preciso terminológico (a legislação

[46] “Contra o pluripartidarismo da ditadura”. Jarbas Vasconcellos. Jornal Movimento. 14 de outubro de 1979.
[47] Jornal Ministério da Justiça. Carlos Chagas. Março a dezembro de 1985, p.23. Este trecho pertence ao artigo “Está sendo criada uma nova justiça?”, no qual o jornal cita alguns trechos publicados na imprensa e organizados como resposta à pergunta provocadora. Havia um objetivo de publicidade dos feitos do ministro, com corroboração pelas próprias palavras da imprensa, neste caso, do jornalista Carlos Chagas do Estado de S. Paulo.
[48] No momento da pesquisa, a ferramenta de busca da hemeroteca digital continha 205 peças de acervo de jornais do período 1970-1989.

autoritária: a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional, o estado de emergência, os decretos-lei, o decurso de prazo, a Lei Falcão e a Lei de Imprensa), ao passo em que não perdeu o caráter de tradução com o seu par de semelhança (o lixo e a repulsão). Similar variação quantitativa pode ser localizada também na pesquisa do acervo do jornal O Estado de S. Paulo.

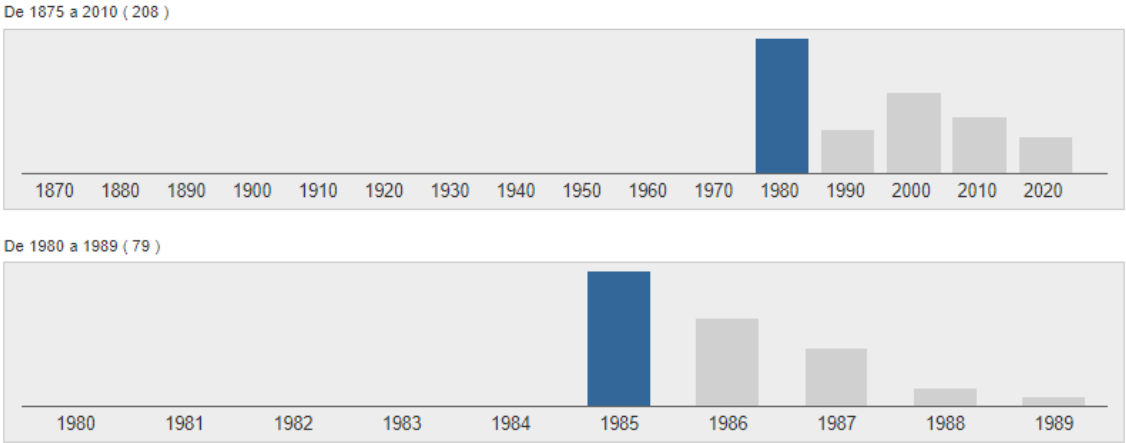


Gráfico 1- Número de ocorrências da expressão "entulho autoritário" no jornal O Estado de S. Paulo

De acordo com o gráfico, a expressão "entulho autoritário" surge apenas a partir dos anos 1980 e, precisamente, no ano de 1985 é onde se encontram o maior número de ocorrências.

Esse ano é caracterizado não só pela entrada de Lyra no Ministério da Justiça, mas também pela proliferação de emendas de supressão da legislação autoritária, pela pressão de entidades civis e de populares pela abertura do processo constituinte e pela tentativa do Governo Sarney e da Aliança Democrática de celebrar um pacto em torno da nova Constituição. O então senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) anunciava no

fim de 1984: “o ano de 1985 será o ano da limpeza do entulho autoritário”[49]. Um sintoma do status conquistado pela expressão: em março de 1985, o Jornal do Brasil reconhece que “entulho autoritário” se tornou “a expressão da moda, a primeira cunhada pela nova República”[50]. O “entulho autoritário” então passou a designar um conteúdo próprio – a legislação autoritária - e um objetivo significativo do período de transição – removê-lo para garantir a consolidação da democracia.

O trecho do Jornal do Ministério da Justiça deixa evidente o intuito inicial do quadro governista do PMDB de remover o chamado “entulho autoritário” por meio de reformas constitucionais na Carta de 1967, precedendo os trabalhos da Constituinte. Em abril de 1985, Humberto Lucena (PMDB-PB), então líder do governo no senado, dizia que restava tempo “para remover o entulho autoritário, limpando o terreno para a eleição da constituinte”[51]. Lyra endossava a metáfora: “removendo o entulho autoritário e adaptando à legislação à nova realidade, estamos abrindo o caminho para que o povo se manifeste livremente na Constituinte em 1986”[52].

Esse objetivo de “limpar o terreno” ou “abrir caminho” para a chegada da constituinte via Congresso Nacional foi formalizado em março de 1985, por meio de uma comissão interpartidária (cuja presidência ficou com o PDS e a relatoria com o PMDB), que estudava reformas nas legislações partidária e eleitoral. Mudanças pontuais da legislação autoritária foram também estabelecidas por ministros, através de despachos, portarias e decretos-lei, como a revogação da proibição de alianças intersindicais e a

---

[49] Fernando Henrique Cardoso *apud* Isaías Feitosa. Ato nº1 de Tancredo será pró-Constituinte. *Jornal do Brasil*. São Paulo, 16 de dezembro de 1984.
[50] Abertura consolidada é o maior legado de Figueiredo. *Jornal do Brasil*. 15 de março de 1985.
[51] Humberto Lucena *apud* Ulysses reitera que data de eleição é para Constituinte. *Tribuna da Imprensa*. 30 de abril de 1985.
[52] Fernando Lyra *apud* Lyra anuncia fim do entulho autoritário. *Tribuna da Imprensa.* 11 e 12 de maio de 1985.

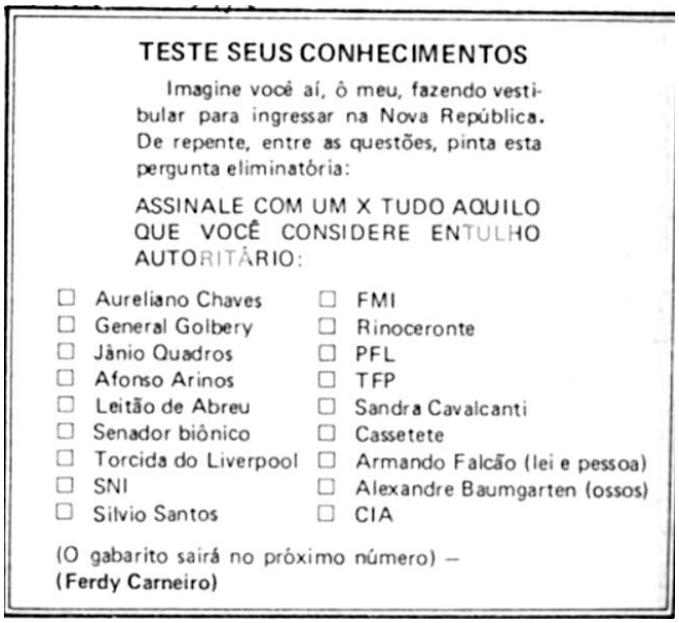
anistia de líderes sindicais cassados e destituídos dos seus mandatos, o que havia até então prejudicado a atuação de militantes como Luís Inácio Lula da Silva e Jair Meneghelli. Além do parlamento e da ação dos ministros, a remoção do entulho autoritário foi conduzida por entidades, como o Movimento Pró-Constituinte no Rio de Janeiro, que defendia a "eliminação do entulho autoritário" como "pré-requisito" de uma Assembleia Constituinte[53]; e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que atuou ora apresentando propostas de revogação de leis autoritárias, como o "super entulho"[54] do artigo 3º da E.C. nº.11[55], ora desaprovando publicamente emendas conservadoras, como a Emenda Gastone Righi[56].

Nestes termos, a tese da "remoção do entulho autoritário" como uma etapa anterior e uma pré-condição à instalação da Assembleia Nacional Constituinte ganhou força e apoio em grupos heterogêneos da sociedade. Na imprensa liberal, foi qualificada pelo editorial do Jornal do Brasil como integrante de uma "ordem natural": "a democracia começa pela limpeza do entulho autoritário e termina com a constituinte"[57]. Na imprensa alternativa, as menções a respeito de "remover o entulho autoritário" eram, no geral, positivas, mas muitas vezes a expressão era usada com o objetivo crítico de alargar o seu sentido em voga, então muito limitado ao campo jurídico. Nesse caso, apareciam referências como "entulho autoritário é a fome!" ou a charge abaixo, publicada na Revista O Pasquim, cujo humor reside em associar o entulho autoritário a inúmeras

---

[53] Movimento quer autonomia para a constituição. *Tribuna da Imprensa*. 24 de maio de 1985.
[54] OAB convoca advogados de todo o país para remover o entulho autoritário. *Tribuna da Imprensa*. 03 de maio de 1985.
[55] O artigo 3º da emenda constitucional de 1979 continha a seguinte redação: "São revogados os Atos institucionais e complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com bases neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial". Apesar de revogar os atos institucionais, este artigo retirava o direito da magistratura de apreciar crimes cometidos com base neles.
[56] O texto da Emenda Gastone Righi, desaprovado pela OAB, preservava os senadores biônicos de 1982 na futura Constituinte.
[57] EDITORIAL. Ordem natural. *Jornal do Brasil*, 1º cad., 7 mai. 1985, p.10

personalidades e instituições conservadoras ou a meros elementos que caíam no desgosto do público.



TESTE SEUS CONHECIMENTOS

Imagine você aí, ô meu, fazendo vestibular para ingressar na Nova República. De repente, entre as questões, pinta esta pergunta eliminatória:

ASSINALE COM UM X TUDO AQUILO QUE VOCÊ CONSIDERE ENTULHO AUTORITÁRIO:

- ☐ Aureliano Chaves
- ☐ General Golbery
- ☐ Jânio Quadros
- ☐ Afonso Arinos
- ☐ Leitão de Abreu
- ☐ Senador biônico
- ☐ Torcida do Liverpool
- ☐ SNI
- ☐ Silvio Santos
- ☐ FMI
- ☐ Rinoceronte
- ☐ PFL
- ☐ TFP
- ☐ Sandra Cavalcanti
- ☐ Cassetete
- ☐ Armando Falcão (lei e pessoa)
- ☐ Alexandre Baumgarten (ossos)
- ☐ CIA

(O gabarito sairá no próximo número) –
(Ferdy Carneiro)

Figura 1 - Charge de 12 jun. a 18 jun. de 1985 da Revista O Pasquim

Quanto às charges, estas podiam ser de tipo mais sério e mais literal, quanto de tipo mais jocoso – e estas últimas não estavam tão preocupadas em seguir o sentido convencional. A primeira abaixo, do jornal Tribuna da Imprensa de novembro de 1983, desenhava de forma precisa uma lata de lixo aberta ao lado da Praça dos Três Poderes em Brasília, de onde sai um uniforme militar e papéis que provavelmente representam os textos da legislação autoritária. A segunda abaixo, do jornal O Pasquim de julho de 1985, usando a imagem da vassoura, relacionava a expressão “varrer o entulho autoritário” à imagem cômica do bigode espesso do então presidente José Sarney.

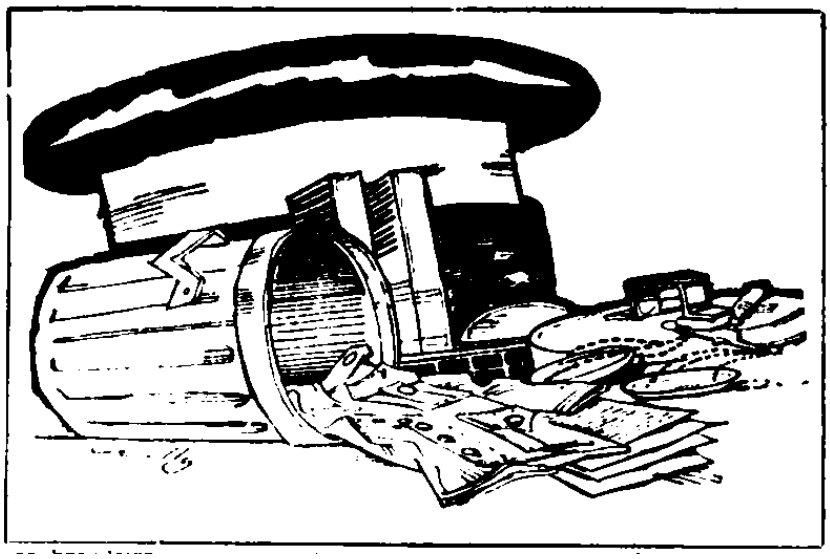


Figura 2 - Charge de 25 de nov. de 1983 do Jornal Tribuna da Imprensa

Figura 3 - Charge de 04 jul. a 10 jul. de 1985 da Revista O Pasquim

Não obstante algumas diferenças de sentido, tanto na imprensa tradicional, quanto na imprensa alternativa, tanto nos setores governistas, quanto nos discursos mais progressistas, circulou um mútuo entendimento de que o entulho autoritário era

impeditivo de um bom andamento da constituinte. Este caminho planejado de limpeza institucional (reformas antes e constituinte depois) guardava um paradoxo intrínseco: o de que seria fundamental fazer prévias reformas legislativas antes da abertura de um poder democrático originário, cuja função, em teoria, seria exatamente ter o poder de derrubar ou constituir o que quisesse. Para os setores mais conservadores, o resguardo nas instituições e nas reformas da carta e da legislação autoritária criava um terreno mais seguro para fazer as mudanças sem o radicalismo do processo constituinte. Para as alas mais progressistas, era uma maneira de tentar se resvalar de antemão de ameaças jurídicas que pudessem dificultar o processo constituinte. Era uma tese reveladora das marcas da aparente legalidade da ditadura militar e do tipo de transição "lenta, gradual e segura"[58], que reclamava reformas internas antes de um processo teoricamente disruptivo.

A constituinte, o regimento interno e a soberania.

Apesar dos planos e dos esforços das alas mais progressistas do Congresso Nacional e de outras instituições, a Constituinte começou e o entulho autoritário permanecia. Até a abertura dos trabalhos da casa em fevereiro de 1987, alguns "entulhos" já haviam sido removidos, principalmente por meio das reformas da legislação eleitoral e partidária, que garantiram eleições diretas para a prefeitura das capitais, eleições diretas para a presidência da República e a extinção das sublegendas antes da instauração da Assembleia Nacional Constituinte.

[58] A "abertura" ou a "distensão lenta, gradual e segura" se refere ao "Projeto Geisel-Golbery", definido pela literatura sobre o tema, que versa sobre a "retirada organizada e controlada do poder político" dos militares, "visando à própria preservação das Forças Armadas" (FERREIRA, 2018, p.29).

Com a instauração do Congresso Constituinte[59], mantém-se o discurso de "remover o entulho autoritário", isto é, dos resíduos legislativos que restavam intactos. Durante a pesquisa, verificou-se que a expressão foi mencionada pelos parlamentares da direita e da esquerda, da ala progressista e da ala conservadora. Nos dois anos da constituinte, ele apareceu em quase todo o período de trabalho, entretanto com mais ênfase nos primeiros meses. Para fins de elucidação numérica, apenas no primeiro mês de abertura dos trabalhos, a palavra "entulho autoritário" foi mencionada 60 vezes pelos deputados e senadores constituintes.

No objeto das disputas sociais, esta generalização do vocabulário não significou um compreendimento mútuo em torno dos interesses e sentidos desta metáfora conceitual. Como pairavam discordâncias sobre o que se entendia por uma nova ordem democrática, havia, por consequência, grandes atritos sobre a semântica do "entulho autoritário: Quando removê-lo? Como removê-lo? Quem deveria removê-lo?

Uma constituinte complexa como a do caso brasileiro, conduzida por um Congresso Constituinte de parlamentares tão heterogêneos, sendo a maioria (217 constituintes) com histórico de passagem pelo partido militar da ditadura, a ARENA (FLEISCHER, 1988, p.31), impôs logo de princípio o desafio de que não bastava somente

[59] A expressão "Congresso Constituinte" se refere à composição particular da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, cujos integrantes não foram eleitos exclusivamente e provisoriamente com o objetivo de elaborar a Constituição. A Assembleia Nacional Constituinte, instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, foi composta por 559 constituintes, dentre eles deputados federais e senadores que, após a dissolução dos trabalhos da Assembleia, continuariam no Congresso e concluiriam seus mandatos. Em outras palavras, junto à função de constituintes, os deputados e senadores acumulavam também a função de congressistas. Os integrantes da ANC de 1987-1988 eram formados majoritariamente por parlamentares escolhidos em novembro de 1986 - em contexto de eleições gerais para a escolha direta de parlamentares que integrariam a ANC -, bem como por 23 senadores eleitos em 1982, cujo pleito feito ainda sob governo militar não era direcionado para a composição da Assembleia Nacional Constituinte. Os senadores eleitos em 1982 foram chamados pela oposição de "senadores biônicos" e sua presença na ANC levantou questionamentos nos primeiros meses de abertura dos trabalhos.

o ânimo de remover o entulho autoritário para que ele fosse concretizado. Os pontos de atrito surgiram principalmente em torno da discussão fundamental sobre a soberania da constituinte, durante a elaboração do regimento interno, que constitui os trabalhos iniciais de uma assembleia constituinte.

O primeiro ponto se deu em torno da atribuição da remoção do entulho autoritário. Para alguns a tarefa de derrubar a legislação autoritária era exclusiva do Congresso Nacional, para outros da Assembleia Nacional Constituinte. O segundo ponto se deu em torno do limite e da extensão do poder da Assembleia Nacional Constituinte de remover o entulho autoritário. Isto é, seria a Assembleia Nacional Constituinte um poder originário ou um poder derivado da Carta de 1967? E o último ponto, que se desenvolve dos primeiros, se deu em torno do paradoxo da confluência *pari passu* entre o entulho autoritário e o funcionamento de uma assembleia constituinte. A existência do entulho autoritário ameaçava a existência da ANC e, portanto, preconizavam alguns parlamentares que os dispositivos autoritários deveriam ser urgentemente derrubados, já na redação do regimento interno.

Sobre o atrito em torno da revogação imediata do "entulho autoritário", muitas foram as vozes que levantaram essa bandeira, especialmente as do campo progressista. Na primeira semana das discussões, Haroldo Lima (PC do B-BA) cobrava dos colegas constituintes uma posição mais célere e assertiva:

> é bom lembrar que a Constituinte ainda não tomou qualquer decisão política que pressuponha a sua soberania. Não declarou ela, de forma peremptória, quem irá fazer mudanças constitucionais necessárias ao trabalho livre da sua tarefa constituinte [...]. Sobretudo, não fez mudança alguma no que se refere à revogação dos dispositivos constitucionais que compõem o entulho autoritário herdado do regime militar. Se estes não forem revogados, não estará em funcionamento uma Constituinte verdadeiramente livre. Setores

> conservadores, ante a proposta de a Constituinte vir a promover mudanças no País, começam a ameaçar sua soberania[60].

A falta de consenso em torno do tema levava a mais pressões de outros parlamentares em todo o mês de fevereiro: em 11 de fevereiro, Nielton Friedrich (PMDB-PR) declarava em plenário: "a Assembléia Nacional Constituinte é, sem dúvida, soberana. Por esta razão, passa imediatamente pela retirada do que se denominou entulho autoritário"; em 18 de fevereiro, Geraldo Melo (PMDB-PE) questionava: "por que teremos de viver o alvorecer e o meio-dia da Constituinte sob esse entulho autoritário?"[61]; em 23 de fevereiro, Sergio Spada (PMDB-PR) conclui que "a permanência do chamado 'entulho autoritário' deixa sobre as nossas cabeças, qual espada de Dâmocles, permanente ameaça de constrangimento ou violência"[62].

A urgência destacada no pronunciamento dos constituintes pressuponha que a Assembleia Nacional Constituinte desse como primeiro passo a revogação dos dispositivos autoritários ainda vigentes e a declaração de sua soberania no preâmbulo do texto do regimento interno. No entanto, para alguns parlamentares continuístas essas medidas ameaçavam os trabalhos do Congresso Nacional, questão que leva ao segundo ponto de atrito.

Quanto à atribuição de remoção do entulho autoritário, parlamentares mais conservadores levantaram a tese de que as preliminares do texto constitucional e as preliminares da legislação ordinária deveriam ser revogadas pelo Congresso Nacional, enquanto ficaria com a Assembleia Nacional Constituinte somente o poder de elaborar

---

[60] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 09 fev. 1987, p.182.
[61] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 18 fev. 1987, p.336.
[62] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 23 fev. 1987, p.523.

um texto constitucional enxuto, cuja aplicação e legalidade se daria somente com o encerramento dos trabalhos da Constituinte. Descrito de outra forma, não caberia à Assembleia Constituinte o poder de derrubar imediatamente a legislação ordinária e as emendas constitucionais em vigor. Discursivamente, desenhava-se um conflito entre os poderes da Assembleia Nacional Constituinte e os poderes do Congresso Nacional.

Os constituintes mais conservadores, como Cardoso Alves (PMDB-SP), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Amaral Neto (PDS-RJ) e Jarbas Passarinho (PDS-PA), expressavam a tese de que era necessário proteger o poder do congresso dos poderes efetivamente decisórios da constituinte. Cardoso Alves do PMDB, embora defendesse a remoção do entulho autoritário, o fazia por meio de uma limitação do poder constituinte: "quero a Câmara funcionando para não transformar esta Assembleia numa Câmara do interior, tratando de problemas de somenos, em vez de cuidar da Constituinte" e concluía que "soberano é o Congresso. Ele, sim, guardará para si o direito de reformar o que este Congresso federativo constituinte viera fazer com relação à nossa Carta Magna"[63].

Eraldo Tinoco (PFL-BA) fazia coro à Cardoso Alves:

> Argumenta-se – e é um argumento político válido – que existe ainda um entulho autoritário que pode dificultar o funcionamento da Constituinte. Concordo com o argumento, mas, se queremos remover os últimos resquícios desse entulho autoritário, façamo-lo pela via própria. Convoquemos o Congresso Nacional, modifiquemos os aspectos da Constituição vigente no fórum próprio, sem quebrarmos a ordem legal instituída[64].

Resta evidente, portanto, que, para estes constituintes cuja trajetória e interesses estavam ligados aos quadros da ditadura militar, reconhecia-se a existência de um "entulho autoritário", mas buscava-se limitar a sua revogação. Qualquer atitude de

---

[63] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 09 fev. 1987, p.178.
[64] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 24 fev. 1987, p.503.

derrubada imediata destes dispositivos via constituinte e a própria afirmação de soberania da ANC era considerada "radical" e uma quebra da ordem, o que expressava o receio conservador de descambar o processo constituinte, tão característico do processo controlado de transição política brasileira.

Cabe salientar que até alguns constituintes, tradicionalmente considerados da ala progressista do PMDB, davam declarações reticentes em relação à soberania da constituinte, como as do relator Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) de que a constituinte era soberana, mas só usaria esse poder, caso fosse extremamente necessário[65]. Outros, como Sergio Spada (PMDB-PR), abriam concessões, chegando a uma espécie de proposição de meio-termo: "se esta Constituinte não derrogar o entulho autoritário, façamo-lo, então, através de proposta de emenda constitucional, via Congresso Nacional, a reunir-se dentro de alguns dias, imprimindo-se rito de urgência urgentíssima a sua tramitação e votação"[66].

Já os constituintes com uma perspectiva de total ruptura com a ordem anterior, defendiam o papel de remoção imediata do entulho autoritário via ANC e a afirmação da soberania constituinte sem exceções. Essa interpretação era compartilhada por alguns constituintes da ala mais progressista do PMDB, pelo PDT, pelo PC do B e pelo PT. O trecho do discurso de José Genoíno (PT-SP) exemplifica essa posição:

> Sr. Presidente, a Assembléia Constituinte, para livrar-se do entulho autoritário e da legislação ordinária repressiva, não pode delegar esse poder ao Congresso Nacional, porque, se assim o fizesse, estaria se submetendo a um poder derivado e não ao poder originário dado pela Emenda Constitucional nº 26. Portanto, se a Assembléia Nacional Constituinte abrir mão desse poder originário, estará assinando seu suicídio político, que não queremos decretar para ela [...]. Esta é a questão de fundo que deverá ser decidida pela

[65] Descrição do constituinte Haroldo Lima (PC do B-BA). BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 18 fev. 1987, p.321.

[66] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 23 fev. 1987, p.523.

> Constituinte. E ela não pode delegá-la a outro poder. Já se ouvem comentários e se leem propostas no sentido de que as preliminares que dizem respeito à soberania da Constituinte – e eu me refiro ao entulho autoritário – podem ser revogadas por dois terços do Congresso Nacional. Esta é uma situação esdrúxula: a Constituinte pede ao Congresso Nacional que aprove a sua soberania. São inaceitáveis essas formuletas que não querem enfrentar a questão de fundo: os poderes da Assembléia Nacional Constituinte. Neste sentido é que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos insistindo e esta é a nossa tese central – em que a soberania da Constituinte diz respeito as preliminares constitucionais do entulho autoritário, mas diz respeito também às preliminares da legislação ordinária, isto é, à Lei de Segurança Nacional e à Lei de Greve. E essas preliminares dos poderes da Constituinte terão de ser decididas soberanamente por este Plenário[67].

No trecho do discurso de Genoíno (PT-SP), é possível observar que o tópico da atribuição da remoção do entulho autoritário esbarra também em uma questão de fundo: se o poder constituinte era derivado ou originário, no que reside o terceiro ponto de atrito. Argumentavam parlamentares conservadores que somente o Congresso Nacional detinha o poder de legislar e fazer emendas constitucionais, pois a Constituinte surgiu de uma emenda constitucional da Carta de 1967, a emenda nº26. Por não ter emergido de uma ruptura política ou de um processo revolucionário, o seu poder era derivado e, por conseguinte, subordinado ao ato da Carta autoritária de 1967. Nestes termos, a Constituinte estaria impedida de decretar a remoção do entulho autoritário e de tomar outras decisões normativas de pronto efeito, como barrar o exercício dos senadores biônicos da Constituinte, interpretação que pode ser visualizada no trecho de Gastone Righi (PTB-SP):

> É preciso que, para prestigiar a Constituinte, tenhamos respeito pela Constituição vigorante, porque é sobre ela que repousa o direito desta Constituinte. Fora dela é o vazio, é a anarquia! Sr. Presidente, isto, politicamente, não passa da tentativa de um golpe, da tentativa, na verdade, de se criar um poder revolucionário, quando não houve revolução alguma. Pacificamente, quisemos percorrer o período da transição democrática até o máximo de dar ao povo brasileiro uma Constituição nova. Querer-se implantar uma revolução, seria necessário antes que houvesse força, força mesmo

[67] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 11 fev. 1987, p.220.

> armada ou força popular que destituísse as Forças Armadas da sua força, e isso eles não têm[68].

O argumento da ausência da revolução armada como impeditivo da ANC decretar o fim da legislação autoritária e providenciar grandes modificações foi compartilhada por outros constituintes como Farabulini Júnior (PTB-SP) e pela bancada do PL em nota. Prisco Viana (PMDB-BA), Mario Assad (PFL-MG), Jutahy Júnior (PMDB-BA), Jorge Arbage (PDS-PA), Divaldo Suruagy (PFL-AL), entre outros, faziam coro ao impeditivo da Assembleia Constituinte editar atos constitucionais, não lhe cabendo, portanto, remover o entulho autoritário. Nesta argumentação que se utiliza superficialmente de longos debates jurídicos, subsiste mais uma vez o medo da ruptura brusca da ordem política herdada da ditadura. É bem proeminente nos seus pronunciamentos a escolha lexical de palavras como "anarquia", "instabilidade", "golpe", "desordem" e "revolução" como cenários futuros catastróficos de uma Assembleia Nacional Constituinte com poderes ilimitados.

Além disso, o receio da constituinte ir além da redação do texto constitucional esbarrava em duas questões de fundo: 1) manter o "entulho autoritário" *pari passu* com a ANC garantia a continuidade de dispositivos jurídicos que pudessem ser utilizados para frear o crescimento dos poderes constituintes ou seu direcionamento para uma ordem mais "radicalizada"; 2) havia a ameaça para o governo de que a Constituinte revogasse, tanto as leis formuladas pelo Congresso Nacional, quanto aquelas emanadas da Constituinte de 1967, como a que permitia o mandato de seis anos do presidente Sarney,

---

[68] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 02 fev. 1987, p.10.

podendo reduzir-se para quatro anos, antes mesmo que a Constituinte fechasse seus trabalhos.

Antagonizando essa posição em torno de uma Constituinte democrática paradoxal, visto que seu próprio poder seria controlado por ato emanado de uma Constituição autoritária, encontram-se vozes da oposição: do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da ala progressista do PMDB. Na disputa de narrativas, se a ANC teria ou não o poder de derrubar o entulho autoritário como poder originário, o domínio dos argumentos jurídicos foram fundamentais. O discurso de José Paulo Bisol (PMDB-RS), formado em Direito pela PUC-SP, e que havia atuado no cargo de desembargador em Porto Alegre, deu maior sustentação teórica para o lado democrático no plenário, sendo corroborado por outros constituintes:

> Em suma, para evitar a anomia, a Constituinte pode e deve convalecer a ordem constituída, expurgando-a de seu entulho autoritário. E isso pode e deve ser feito através de um ato constitucional que escoime de sua facticidade todas as ambigüidades geradas a respeito de sua soberania. [...] A esta altura é de bom alvitre lembrar que a ordem constituída, ao convocar a Constituinte, reconheceu a sua insuportabilidade. Não fosse assim, isto é, se não se tratasse de uma insuportabilidade da ordem como um todo, não se cogitaria uma Constituinte; cogitar-se-ia de ativar o Congresso para escoimar da Constituição os seus defeitos (no caso, primordialmente, os adendos conhecidos como entulho autoritário) e para atualizar seus anacronismos, iniciativas essas que configuram a função de regulagem, especificamente congressual. É por isso que a convocação da Constituinte, na sua dimensão simbólica, é uma mensagem ao povo no sentido de que a revolução, como guerra civil, não é mais necessária, pois a ordem constituída admite sua desconstituição e substituição pacificamente[69].

Além da questão da elucidação conceitual, o discurso de Bisol (PMDB-RS) escancarou o interesse dos setores conservadores de atribuir à Constituinte uma mera função de regulagem e reprodução da ordem, deslegitimando seu poder originário de

[69] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 14 fev. 1987, p.261.

constituir uma nova ordem política. Na direção contrária, defendida por Bisol, caberia à ANC remover o “entulho autoritário” via atos constitucionais, tendo plenos poderes de desconstituir a ordem então constituída.

Como a política brasileira tradicionalmente não se resolve somente pelos debates de plenário, algumas negociações a portas fechadas foram conduzidas para resolver a questão da soberania e da remoção do entulho autoritário. Um acordo entre o presidente José Sarney, o partido do governo, o PFL, e o PMDB, que detinha a maior bancada, foi levado adiante[70]. No texto do regimento interno, a extensão da soberania foi limitada por uma interpretação potencialmente responsiva, conferida pela aprovação do substitutivo do relator: “Nesta fase de transição institucional, os Constituintes - delegados do povo - têm o poder de sobrestar medidas *que possam ameaçar* os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida”[71] (grifo meu). Substancialmente, o cerceamento maior da soberania se deu pela Emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima ao regimento interno no mês de março de 1987, criando entraves burocráticos para que a constituinte revogasse o entulho autoritário.

Essa emenda, negociada com o líder do Governo Executivo na Constituinte, o deputado Carlos Sant’Anna, introduzia o "projeto de decisão" unicamente para aprovar justamente as matérias destinadas a sobrestar medidas que pudessem ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia. Os “projetos de decisão”, além de precisarem passar por um terço dos constituintes, depois seriam encaminhados para a

---

[70] Ulysses Guimarães teria se reunido com José Sarney na sua fazenda para discutir o projeto, e o líder do PMDB, o constituinte Lourenço, também teria se reunido com o líder do PFL, o constituinte Luiz Henrique, segundo o Jornal da Tarde. Fonte: LUIZ Henrique e Lourenço conversam: o acordo PMDB-PFL parece estar próximo**.** *Jornal da Tarde*, São Paulo, nº 6526, 07 mar. 1987, p.5. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/112881. Acesso em 22 jan. 2024.

[71] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 01 a 23. Brasília, Congresso Nacional, 21 fev. 1987, p.461.

Comissão de Sistematização, cuja relatoria e presidência era dividida entre os partidos de situação (PMDB e PFL), que poderiam emitir um parecer contrário, arquivando o projeto.

Esta Emenda foi aprovada em março e, como afirmou José Genoíno (PT-SP), colocou na "lata do lixo a soberania da Constituinte"[72] e a possibilidade de remover o entulho autoritário. O resultado foi uma constituinte que sobreviveu junto à vigência dos dispositivos de emergência, dos decretos-lei, abusivamente usados pelo governo Sarney, do decurso de prazo, da Lei de Greve e da Lei de Segurança Nacional - esta última só foi revogada em 2021.

Após a vitória da Emenda Maurílio Ferreira Lima, uma transformação semântica ocorre em relação à expressão "remover o entulho autoritário". Antes reiteradamente defendida pelos setores progressistas e de grande popularidade, chegou a ser execrada pelo sociólogo e então deputado constituinte Florestan Fernandes (PT-SP).

> É aqui que se acha o cerne dos dilemas constitucionais do Brasil de hoje. Cortada no ápice do seu fluxo, a oscilação histórica apontada comporta duas visões opostas do que deve ser a Constituição em processo de elaboração: os que defendem o "compromisso sagrado de Tancredo Neves", malgrado sua vocação democrática, afundam no pântano conservador. Para eles, não existe uma ordem ilegal, mas um "entulho autoritário." Ele poderia ser removido como uma leve dor de cabeça, com uma vassourada. De fato, trata-se de uma colossal mistificação, pela qual a ordem ilegal não é expelida da cena histórica e condiciona, ao contrário o processo de reconstrução de sociedade civil e do Estado. Os juristas que defendem essa posição abominam a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e soberana e se fixam na consolidação da Nova República como e enquanto rebento da ditadura militar, descrita eufemisticamente como VeIha República[73]!

Se antes o objetivo de "remover o entulho autoritário" era parte do vocabulário disruptivo da esquerda, incluindo inúmeros constituintes do próprio partido de Florestan Fernandes (PT-SP), no discurso de 29 de abril, a expressão passa a ter significado

---

[72] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 38 a 53. Brasília, Congresso Nacional, 01 mai. 1987, p.565.
[73] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano I - Nº 38 a 53. Brasília, Congresso Nacional, 29 abr. 1987, p.555.

conservador e continuísta. “Remover o entulho autoritário” é caracterizado como uma mera “vassourada”, atribuída à atitude da aliança PMDB e PFL. Nos termos de Florestan Fernandes (PT-SP), a chamada Aliança Democrática é interessada na reprodução dos interesses burgueses, por meio de uma revisão da constituição de 1967, que se limita a derrubar alguns dispositivos autoritários e reinstaurar a sua velha estrutura liberal, derivada da Carta de 1946. Com a perda da esperança da derrubada da legislação autoritária via Constituinte, “remover o entulho autoritário” perde força no plenário e até mesmo passa a ser interpretada, nesse caso, como uma estratégia das elites para inaugurar uma ordem presa à ordem existente. Neste sentido, o resultado dos atritos travados na sucessão dos acontecimentos da ANC transformaram contingentemente a expressão, que antes funcionava como mecanismo de produção de identidade entre os constituintes (botar abaixo os resquícios da ditadura), em uma metáfora conservadora.

Do material aqui exposto, conclui-se que as disputas dos constituintes se dão muito menos em relação ao conteúdo semântico da expressão “entulho autoritário” do que em relação aos meios e instrumentos de se fazer essa remoção. De certa forma, as diferenças de conteúdo foram muito pontuais. Diferenças mais abertas foram visualizadas especialmente em relação à Lei de Greve, que era substancialmente mais citada como “entulho autoritário” pelos constituintes da oposição à esquerda do que os demais. Em certos momentos, a expressão também era adotada com mais ênfase para designar uma legislação específica, como a discussão sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional, que se tornou mais proeminente nos meses de junho e julho, após o caso do atentado contra José Sarney. Algumas vezes também a expressão foi usada pelos constituintes da dissensão da ARENA como forma de provocar a ala progressista em pontos de divergência. Por exemplo, a primeira versão do regimento interno foi chamada de “entulho autoritário” por constituintes do PDS.

No geral, permanecia, entretanto, o entendimento majoritário de que o entulho autoritário abrangia o estado de emergência, a Lei de Segurança Nacional, os decretos-lei, os decursos de prazo, a Lei de imprensa e a Lei de Greve. Os focos de tensão, como expostos anteriormente, residiam nas maneiras pelas quais se propunha remover a legislação autoritária, questões que passavam pela extensão dos poderes da ANC, pela atribuição dos poderes de remoção do entulho autoritário e pela urgência com que deveria ser feita essa revogação.

Resta cada vez mais evidente que a luta pelo significado do "entulho autoritário" esbarrava na questão fundamental da elaboração de uma nova ordem política do Brasil: aqueles que não queriam cortar as relações com a antiga ordem, defendiam que a Constituinte não tinha o poder soberano de derrubar o "entulho autoritário"; era um poder derivado da Carta autoritária de 1967. Portanto, o entulho deveria ser regulado pelo Congresso Nacional. Aqueles que queriam um processo disruptivo reclamavam o poder originário da Constituinte e a impossibilidade de começar qualquer trabalho sob ameaças da legislação autoritária. Florestan Fernandes bem observou em plenário: para alguns bastava dar uma "vassourada" para "remover o entulho autoritário", para outros, se tratava de fundar uma ordem completamente desvinculada do antigo regime, cujo sentido de limpeza era mais profundo, mais popular e mais radical no compromisso com a democracia. A expressão "entulho autoritário" concentrou, assim, as particularidades da transição brasileira e as disputas ideológicas que não só reverberaram os heterogêneos interesses dos grupos da época, como influíram na construção de uma interpretação duradoura para a ordem democrática da Nova República, extremamente vinculada à imagem de um ritual de limpeza.

2.2. Na lata de lixo da história

O autoritarismo e o comunismo como resíduos históricos

A expressão “na lata de lixo da história” fabrica o seu sentido da associação entre uma metáfora e um conceito, como se a história possuísse um compartimento destinado a descartar o velho do novo. Segundo Fernández-Sebastián, “a economia da metáfora é inseparável da história em qualquer uma das suas formas” (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.54). Nestes termos, as metáforas que ajudam no trabalho do historiador estão intimamente ligadas às relações que tecemos para nos referirmos ao tempo histórico. Não é incomum, portanto, que o conceito de história esteja circundado por expressões figurativas que nos ajudem a imaginá-la como uma disciplina ou como uma sucessão de acontecimentos.

Possivelmente, o enunciado em que a expressão ganhou maior notoriedade e popularidade foi proferido por Leon Trostky no Segundo Congresso Pan-Russo dos Sovietes[74]. Respondendo às acusações de Julian Martov de que a tomada do poder pelos bolcheviques seria uma “conspiração militar”, Trotsky teria negado um acordo de compromisso com outros partidos, dirigindo-se aos mencheviques: "Vocês são indivíduos isolados e miseráveis; estão falidos; seu papel já foi cumprido. Vão para onde pertencem de agora em diante — para a lata de lixo da história![75][76]". Uma busca na ferramenta digital do Google Livros mostra, contudo, que variações precedentes em inglês e português podem ser identificadas em outros excertos literários desde, pelo menos, o fim do século

[74] TROTSKY, Leon. Congress of the Soviet Dictatorship. In:_____. History of the Russian revolution. Trad. Max Eastman. Chicago: Haymarket Books, [1930] 2008. Livro eletrônico.
[75] No original: “You are pitiful isolated individuals; you are bankrupts; your role is played out. Go where you belong from now on– into the rubbish-can of history!”
[76] TROTSKY, Leon. Congress of the Soviet Dictatorship. In:_____. History of the Russian revolution. Trad. Max Eastman. Chicago: Haymarket Books, [1930] 2008, n.p. Livro eletrônico.

XIX[77] (em inglês, a expressão aparece com distintas grafias: “rubbish can of History”, “dust-heap of History”, “dustbin of History”, “trash heap of History”, “ash-heap of History” etc).

No período chamado de Nova República, a expressão “o lixo da história”, além de popular, foi ocupada por distintos objetos, pessoas, instituições e assuntos, que variavam de acordo com a ojeriza do locutor. A associação com o indesejável, não por acaso, torna a expressão muito frequente na seção de notícias internacionais, principalmente para designar ideologias repressivas ou chefes de estados de condutas polêmicas. Embora seja geralmente usada como condenação categórica, seu uso reconhece um alto valor histórico para o seu objeto e consequentemente corrobora esse valor, mas para decretar a sua derrota ou o seu fim.

Como bem observou o jornalista Fritz Utzeri, os “maus” podem ir para o “lixo da história”, mas nem por isso deixam de ser conhecidos, pelo contrário[78]. É o caso de antigos estadistas, como Nero, famoso na contemporaneidade por ter colocado fogo em Roma, ou Calígula, atualmente taxado como um assassino depravado. Em acordo com Fernández-Sebastián, que também analisou a expressão em “*Key metaphors for History*” (2024), ao separar os bons dos maus, o uso dessa metáfora assume a função de identificar um caminho “certo” da História:

> Esses discursos pintaram uma nova paisagem temporal altamente avaliativa, povoada por justos e injustos, heróis e vilões, vencedores e perdedores, e incitaram seus ouvintes a apoiar o lado certo da história. Graças à qualidade

[77] A expressão “dustbin of History”, por exemplo, aparece desde 1874 na autobiografia do dramaturgo inglês Francis Cowley Burnand: “how few of us in after-life have the time, or the will, to sift the rubbish of the dustbin of History on the chance of discovering the diamond of truth?”. In: BURNAND, Francis Cowley. *My Time, and what I've Done with it*: An Autobiography. Macmillan and Company, 1874, p. 266. Em português, a metáfora “lixo da história” aparece desde 1885, em uma crônica do escritor português Gervasio Lobato: “La vae mais um carnaval para o barril do lixo da história”. In: LOBATO, Gervasio. Chronica occidental. In: LOBATO, Gervasio et al (dir.). *O Occidente*: revista ilustrada de Portugal et do estrangeiro. Vol.8, 8º ano, nº 217, 1 jan. 1885, p.42.

[78] UTZERI, Fritz. Um lugar na História. Jornal do Brasil. 13 jul. 1997.

> antecipatória de seus pretensos intérpretes, mesmo antes de chegar à linha de chegada, a História já teria emitido seu veredito incontestável, salvando alguns e condenando outros[79] (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.43).

No passado recente brasileiro, a representação da popularidade da expressão "na lata de lixo da história" pode ser rastreada no título do livro "A lata de lixo da história" do crítico literário Roberto Schwarz, publicado em 1977[80]. Segundo Schwarz, o livro foi escrito em 1968, o auge do período repressivo, cujo objetivo era produzir uma sátira à ditadura militar de 1964, por meio da adaptação de "O Alienista" de Machado de Assis.

> No final da década de 60, a "lata de lixo da história" era uma expressão difundida, levemente fanfarrona. Designava o depósito de velharias ao qual, com sorte, seriam jogados os políticos, as práticas e as teorias responsáveis por formas caducas de opressão. Capitalismo e stalinismo iriam embora de braço dado, no mundo e no Brasil, varridos pelo progresso da história e pelos estudantes libertários. Entretanto, como se verificou em seguida, o curso das coisas não foi o esperado, até pelo contrário. E como o sistema dos opressores se reciclou e venceu em toda linha, a expressão – tão simpática – saiu de moda. Ainda assim, se consultarmos a nossa experiência e nosso íntimo, talvez convenhamos que ela, a lata, não perdeu a razão de ser, nem deixou de falar à imaginação. Por expressar o que devia ter sido e não foi, achei que era um bom título para uma chanchada política[81].

No espectro da esquerda, Schwarz afirma que a expressão definhou. De fato, "saiu de moda" para quem acreditava que o progresso viria por meio do socialismo libertário. Com o golpe de 1964, o sonho trabalhista das reformas de base seria o primeiro golpe para a geração de 1960. Na década de 1980, a ditadura é encerrada sem reparação histórica, junto com a derrubada do socialismo soviético e a exclamação de que o liberalismo venceu, ensejando o fim da história. O "lixo da história" ficou praticamente

---

[79] No original: "These discourses painted a new highly evaluative timescape, populated by the just and the unjust, heroes and villains, winners and losers, and urged their audiences to support the right side of history. Thanks to the anticipatory quality of their would-be interpreters, even before reaching the fnishing line, History would already have issued its indisputable verdict, saving some and condemning others".

[80] SCHWARZ, Roberto. *A lata de lixo da história*: chanchada política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

[81] SCHWARZ, Roberto. A lata de lixo da história: prefácio inédito a uma chanchada de 1968. Piauí. Edição 91, abril 2014. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-lata-de-lixo-da-historia/. Acesso em 09 set. 2024.

vazio para os progressistas de esquerda no Brasil, como uma expressão que devia ter sido e não foi, enquanto a direita liberal recuperou a expressão nos folhetins.

A partir da década de 1980, nas páginas dos veículos de imprensa tradicionais, o Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo, ela continua a designar formas de autoritarismo, adquirindo, contudo, um viés particular. Durante o período de abertura, elementos e legados deixados pela ditadura militar de 1964-85 foram massivamente definidos como "a lata de lixo da história". No Jornal do Brasil, a "herança que o regime militar gastou anos esculpindo"[82], os "21 anos de autoritarismo"[83] e os "processos e práticas adotados pelo regime autoritário"[84] foram parar no "lixo da história". N'O Estado de S. Paulo, o "bipartidarismo"[85], os "senadores biônicos"[86] e o "texto da Lei de Segurança Nacional"[87] foram taxados como ultrapassados para os novos tempos de democracia. O uso da expressão desde o começo da década de 1980 decretava, portanto, a sentença de morte dos anos de chumbo.

Cabe ressaltar que tanto O Estado de S. Paulo, quanto o Jornal do Brasil, junto aos principais jornais da época, compuseram a aliança civil-militar que ajudou a implantar a ditadura militar de 1964-85. Nos primeiros anos do regime militar, o Jornal do Brasil defendia a maior parte das ações da ditadura e buscava sempre colocá-las nos marcos da redemocratização ou do retorno à normalidade democrática (CHAMMAS, 2012). Similarmente, o Estado de S. Paulo, apoiou e, em certos momentos, até pediu a ampliação da Revolução para que ocorressem mais cassações de políticos considerados subversivos

---

[82] NOBLAT, Ricardo. Sarney acelera o passo. *Jornal do Brasil*. 13 mai. 1985.
[83] CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: no país do Cruzeiro. *Jornal do Brasil.* 1º caderno: Política. 19 mar. 1986.
[84] BRIZOLA, Leonel. Prestando contas à população: a alternativa da dignidade nacional. *Jornal do Brasil.* 15 fev. 1987.
[85] Congresso reabre hoje sob nova perspectiva. *O Estado de S. Paulo*. Geral. 01 mar. 1980.
[86] PDS dividido reflete cansaço do modelo. *O Estado de S. Paulo.* 06 jul. 1983.
[87] CHAGAS, Carlos. Imprensa é sujeita à lei específica. *O Estado de S. Paulo*. Geral. 09 nov. 1983.

e corruptos (GUILHERME, 2018). A casa da família Mesquita, proprietária de O Estado de S. Paulo, foi até mesmo centro de conspiração do golpe que seria desferido contra o presidente João Goulart.

Afirma Guilherme (2018), que os objetivos do diretor Ruy Mesquita, de O Estado de S. Paulo, não era uma revolução, mas "a execução do programa pretensamente defendido pelo marechal Castelo Branco de *limpeza do cenário político, com cassações*, mantendo o calendário eleitoral" (o grifo contém palavras retiradas de uma entrevista de Mesquita) (GUILHERME, 2018). Observa-se que o vocabulário da limpeza, ao contrário do período da redemocratização, foi usado pelo diretor do jornal, em 1964, para a defesa do autoritarismo, como espécie de medida de salvaguarda da democracia.

Além dos lucros auferidos no período autoritário, os grandes jornais tiveram um papel na consolidação das expressões que sustentaram o regime militar como "milagre econômico" e "subversão comunista". No momento de transição para a democracia, contudo, o Jornal do Brasil e o Estado de S. Paulo adotaram postura combativa, ignorando sua própria participação no golpe e na manutenção da cúpula militar por mais de vinte anos. Afirma João Teófilo Silva (2014) que é preciso ter cuidado com a narrativa recente, difundida pelos veículos tradicionais de imprensa no Brasil, de que estes foram somente vítimas da censura. Segundo Silva (2014), a censura também atingiu apoiadores da ditadura, sobretudo na fase mais repressiva do regime. Passada a ditadura militar, a experiência da censura tem sido explorada de forma superdimensionada, forjando uma leitura do passado que não corresponde à realidade do apoio golpista dado por estes jornais.

Além da ditadura militar brasileira, a outra faceta do autoritarismo abordada pelos jornais foi o comunismo e qualquer elemento que se relacionasse a ele. No impulso de decretar ou antecipar o fim de ditadores e ditaduras sanguinárias, os jornais jogavam até

mesmo as ideologias na lata de lixo da história, junto com seus principais expoentes. Entre o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990, no contexto de queda da União Soviética e do processo de abertura conhecido como Glasnost, surgiu uma associação massiva do marxismo, comunismo e socialismo como dejetos históricos. Para ambos os jornais, não restava dúvida de que essas ideologias estavam destinadas à decadência e ao fracasso.

Nesse contexto, surgiram notícias que faziam alusão quase imagética a ideia do descarte soviético, como aquela que reportava a remoção das estátuas de Lênin, Kruchev e Stalin na Rússia[88]. Mais do que isso, as personalidades do comunismo soviético foram inúmeras vezes definidas como "lixo da história" junto ao grupo dos ditadores da extrema direita. No editorial "Varrer o Lixo", O Estado de S. Paulo defendia que "o objetivo da Europa deveria ser o de pura e simplesmente varrer esse câncer para o lixo da história, onde ardem figuras como Hitler, Stalin, Mussolini, Franco e Salazar, Ceaucescu e outros de menor calibre"[89]. O "câncer" mencionado pelo editorial seria o ex-presidente da Iugoslávia Slobodan Milošević (apesar de independente da União Soviética durante a Guerra Fria, se aproximava do campo socialista), envolvido com o genocídio da Guerra da Bósnia. Nesse sentido, a expressão conjugava as figuras do nazifascismo e do comunismo em todas as suas vertentes.

Além de Joseph Stalin, Slobodan Milošević e o próprio Leon Trotski, que ajudou a popularizar a expressão em 1917, terem sido lançados no lixo da história, Karl Marx foi descartado junto com a queda da União Soviética. Como se suas ideias não tivessem mais validade histórica, após o fracasso da experiência comunista do leste europeu. A década de 1990 marca, portanto, uma inflexão na posição de ambos os jornais analisados, que

---

[88] WAACK, William. Soviéticos enterram em três semanas passado de 74 anos. *O Estado de S. Paulo*. Internacional. 08 set. 1991.
[89] Editorial. Varrer o lixo. *O Estado de S. Paulo*. 25 abr. 1999.

passam a declarar abertamente a decadência do pensamento marxista, e nesse sentido, até mesmo os autores que revisitavam o marxismo eram colocados em xeque ou questionados.

Foi o caso de Jacques Derrida com o livro "Os espectros de Marx", que se tornou notícia no Jornal do Brasil com o título "Filósofo pós-estruturalista resgata Marx da lata de lixo da história". A análise assinada por Ivana Bentes conjuga o vocabulário do lixo e da morte, sentenciando o enterro do pensador clássico: "Derrida sempre trabalhou à margem da filosofia, não seria estranho que se interessasse por mortos-vivos, especialmente por Marx, agora que ele vaga num limbo-acadêmico"[90]. Em O Estado de S. Paulo, o alvo foi o historiador marxista Eric Hobsbawn, que "não se deu o trabalho de bisbilhotar, cientificamente, as terríveis contradições do comunismo. Contradições que acabam de enterrar o próprio na lata de lixo da história. Cujo inquilino até então mais ilustre era o nazismo"[91].

Entre o fim dos anos 1990 e os anos 2000, foi a vez dos Chefes de Estado do Oriente Médio, Saddam Hussein e Abu Abbas; do Zaire, Mobutu; da Venezuela, Hugo Chavez; da Nicarágua, Daniel Ortega – todos caracterizados como ditadores. As figuras associadas ao neoliberalismo, pertencentes a regimes autoritários ou que adotaram práticas controversas, ficaram fora do âmbito da expressão, com raras exceções. O jornal do Brasil abriu espaço na coluna Opinião para que o sociólogo Ricardo Antunes jogasse Menem, Fujimori, Collor e Salinas no "lixo da história" no artigo "A devassa do neoliberalismo". Augusto Pinochet foi referente da expressão de forma bastante tímida

---

[90] BENTES, Ivana. Filósofo pós-estruturalista resgata Marx da lata de lixo da história. *Jornal do Brasil.* Ideias-livros. 27 ago. 1984.
[91] BETING, Joelmir. Muro em pé. *O Estado de S. Paulo.* Economia. 15 ago. 1995.

em relação às figuras do comunismo soviético, mesmo se tratando de uma ditadura de um país vizinho.

Entre os anos 2000 e 2010, muda-se o principal referente. A semântica do comunismo autoritário, antes referida às ditaduras internacionais e ao comunismo soviético, é transferida para os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), particularmente no jornal O Estado de S. Paulo, como se abrigassem uma espécie de herança do autoritarismo soviético. Além disso, o conteúdo semântico do "lixo da história" começa a incorporar a temática da corrupção com mais ênfase. Cabe destacar que, durante o processo traumático dos escândalos que levaram ao impeachment do primeiro presidente eleito diretamente, Fernando Collor de Mello foi jogado no "lixo da história" pelo Jornal do Brasil somente uma vez. A eleição de Lula da Silva, o Mensalão, a Lava-Jato e o impeachment de 2016, por sua vez, fizeram proliferar um número elevado de menções à expressão. Estas menções foram adotadas em tons distintos pelos dois jornais.

No caso do Jornal do Brasil, ainda na eleição de 2002, na página Opinião, observou-se um tom mais favorável ao então candidato Lula da Silva, assinada pelo diretor da redação, Fritz Utzeri. No artigo "Por um Brasil sem medo", Utzeri pede que joguem "os agentes do medo e do atraso para a lata de lixo da História"[92], em referência implícita ao vídeo de Regina Duarte para a campanha do candidato do PSDB, José Serra. Nesse vídeo, a atriz dizia que tinha "medo", pois não se deveria jogar toda a "estabilidade" conquistada "na lata do lixo"[93]. Utzeri, criticando a "campanha do medo" de José Serra,

---

[92] UTZERI, Fritz. Por um Brasil sem medo. *Jornal do Brasil.* Caderno B. 20 out. 2002.
[93] PODER 360. Regina Duarte diz "eu tenho medo" à uma possível vitória de Lula em 2002. *Youtube.* 1:06. Publicado em 23 de set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=skVHeZ0OPdQ. Acesso em: 11 set. 2024.

posiciona o próprio medo como sentimento para ser descartado em uma eleição democrática. A referência da "lata de lixo" foi endossada por uma charge, posicionada no centro do artigo de opinião de Utzeri.

Figura 4- Charge "Por um Brasil sem medo" de 20 de outubro de 2002 – Jornal do Brasil[94]

O uso da charge indica que, embora a notícia não reflita a posição oficial do jornal, por não ser um editorial, ela assume um espaço de destaque. Em primeiro lugar, porque é assinada pelo diretor de redação e, em segundo lugar, porque faz uso de um apelo imagético para chamar atenção do leitor.

[94] Charge sem autoria, retirada do artigo de Fritz Utzeri para o Jornal do Brasil. Ref. UTZERI, Fritz. Por um Brasil sem medo. *Jornal do Brasil*. Caderno B. 20 out. 2002.

A construção “jogar o medo na lata de lixo da história” pelo Jornal do Brasil também recupera criticamente a memória do “perigo comunista” que justificou o golpe militar de 1964. Essa posição foi invariavelmente distinta à posição do jornal O Estado de S. Paulo, cujo título de um dos seus editoriais era justamente “O medo que Lula provoca”. Este editorial não projetava um futuro catastrófico para a vitória de Lula da Silva, não porque simpatizasse com o então candidato, mas porque desacreditava qualquer tentativa de substituição da liberdade econômica em um mundo globalizado. O “triunfo mundial do sistema de mercado” teria remetido à “lata de lixo da história” o “projeto de economia de comando à moda soviética”[95]. Na lógica deste editorial, mesmo que Lula da Silva quisesse implantar um comunismo soviético, não conseguiria. Portanto, mais uma vez, O Estado de S. Paulo recupera a economia soviética como referente da expressão “lixo da história” e, ineditamente, o associa à figura de Lula da Silva.

Em pouco tempo de governo, contudo, o Jornal do Brasil adota tom similar ao O Estado de S. Paulo, ao sugerir uma associação entre o “lixo da história”, o “autoritarismo” e o “Governo Lula”. Em 2004, o editorial “Governo Lula: piada sem graça” compara práticas do governo Lula com o autoritarismo e o obscurantismo: “a valsa das sugestões equivocadas, que namoram perigosamente um autoritarismo há muito tempo despejado na lata de lixo da história, atingiu um descompasso inimaginável pelas cabeças sensatas”[96]. Também durante o escândalo do Mensalão, a expressão passa a ser adotada em notícias críticas em relação ao Partido dos Trabalhadores, como se este tivesse se desviado dos seus valores históricos. Heloisa Helena, em entrevista ao Jornal do Brasil, afirmou que “a bandeira da ética” foi jogada no “lixo da história”[97] pela cúpula do

[95] Editorial. O medo que Lula provoca. *O Estado de S. Paulo*. Notas e informações. 28 out. 2001.
[96] Editorial. Governo Lula: piada sem graça. *Jornal do Brasil.* 15 ago. 2004.
[97] HELENA, Heloísa. "Bandeira ética foi jogada no lixo". *Jornal do Brasil*. País. 27 jun. 2005.

Planalto e pelo Governo Lula. Milton Temer, no artigo de opinião "Um tempo de não lembrar" afirmou que "quadros importantes do saudoso PT e o significado original da legenda" foram jogados no "lixo da história"[98].

No contexto da Operação Lava-Jato e do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, proliferaram as referências da "lata do lixo da história" ao Partido dos Trabalhadores (PT). O jornalista Arnaldo Jabor afirmou que o golpe de 2016 não foi golpe, mas um contragolpe, dos tipos "que estão mergulhando na lata de lixo da história, junto com os velhos comunas que não viram cair nem o muro de Berlim"[99]. O editorial "A cara do novo governo" advertiu ao presidente interino Michel Temer, que caso não reduzisse os ministérios – uma ação antifisiológica, segundo o jornal - estaria "fadado ao mesmo fracasso que condenou a presidente Dilma Rousseff, o chefão Luiz Inácio Lula da Silva e o PT à lata de lixo da história"[100].

Além dos jornalistas e colunistas, O Estado de S. Paulo abriu espaço, no fórum dos leitores, para veicular referências às figuras e elementos associados ao Partido dos Trabalhadores (PT) como "lixo da história" entre 2016 e 2020. No contexto da eleição de Maduro, um leitor de Osasco argumentou que, assim como o Maduro, "esse é o real objetivo de Lula, Dilma e dos companheiros - na cadeia ou na lata de lixo da História"[101]. Outro leitor do Rio de Janeiro escreveu uma carta com o título "No lixo da história", em que imaginou "Napoleão, Nero, Calígula, Hitler, Stalin, Bush, Lula, Fidel, Maduro, Chávez e Dilma" como uma mesma pessoa[102]. No avanço das investigações da Operação Lava-Jato, um leitor de Marília caracterizou Lula e o ministro Nelson Jobim como

---

[98] TEMER, Milton. Um tempo de não lembrar. *Jornal do Brasil.* Outras opiniões. 18 out. 2005.
[99] JABOR, Arnaldo. Os golpes do petismo. *O Estado de S. Paulo*. 12 mai. 2016.
[100] Editorial. A cara do novo governo. *O Estado de S. Paulo*. 05 mai. 2016.
[101] Os bolivarianos. *O Estado de S. Paulo*. Fórum dos leitores. 01 abr. 2017.
[102] No lixo da história. *O Estado de S. Paulo*. Fórum dos leitores. 30 jan. 2017.

“nefastos personagens da política nacional” e ameaçou: “se tentarem destruir a Operação Lava-Jato, vamos com as nossas armas democráticas varrê-los para o lixo da história”[103]. Um leitor de Avaré, escrevendo contra a corrupção, afirmou que o lugar de Lula e do seu “grupelho puxa-saco deve ser o lixo da história”[104]. No período próximo à prisão da Lula, um leitor de São Paulo afirmou que “não é o povo que está a sujar-lhe a imagem, ele próprio a jogou na lata de lixo da história”[105].

Essas ocorrências são elucidativas da segunda metade nos anos 2010, quando se desenvolve uma disposição para o antipetismo radical. Este sentimento foi mobilizado por eleitores que não aceitaram a derrota em 2015 e pela liderança de oposição, principalmente o PSDB, cuja intenção inicial, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2018), era “sangrar o governo” (MOTTA, 2018, p.438), mais do que retirá-lo do poder. O golpe de 2016 surgiu na evolução dos acontecimentos, como uma oportunidade, devido à rápida deterioração da economia e da base de apoio de Dilma Rousseff. Neste cenário, os grandes veículos de imprensa, como O Estado de S. Paulo, O Globo e a Folha de S. Paulo, bem como o canal Globo de televisão, tiveram papel fundamental em insuflar o discurso antipetista, mobilizando uma agenda jornalística extremamente desfavorável às medidas econômicas do governo e criando uma narrativa na qual o golpe era descrito como saída democrática legal (POZZI, 2019).

Em relação a outros governos do período democrático, em termos numéricos, O Estado de S. Paulo citou somente dois ex-presidentes: Itamar Franco, pela coluna de economia do jornalista Joelmir Beting, e Fernando Henrique Cardoso, cuja associação era mais um aconselhamento do que que uma crítica (“Aproveitem o FHC e PSDB, pois

---

[103] Complô contra a nação: acórdão sórdido. *O Estado de S. Paulo.* Fórum dos leitores. 29 mai. 2017.
[104] Corrupção: o santo e a Lava-Jato. *O Estado de S. Paulo.* Fórum dos leitores. 08 mai. 2017.
[105] Caravana do ficha-suja: inversão de papeis? *O Estado de S. Paulo.* Fórum dos leitores. 28 mar. 2018.

a oportunidade é ímpar. Se falharem como o PMDB, serão varridos para o 'lixo da história'"[106]). No caso do Jornal do Brasil, o governo Sarney foi mencionado duas vezes, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso uma vez cada um. Para os governos de Lula e Dilma, foram mais de vinte associações com a expressão "lixo da história", todas elas em tom crítico. Resta evidente, portanto, a preferência pela metáfora do "lixo" para caracterizar os governos trabalhistas.

São inúmeros os exemplos de que a metáfora passou por uma virada semântica relevante durante o período político democrático. A expressão, que no final dos anos 1980, indicava formas gerais de autoritarismo, passa a convergir para significar com maior ênfase o autoritarismo soviético. Por fim, nos anos 2000 a 2010, vemos a expressão significar cada vez mais práticas de corrupção atreladas ao Governo Lula, este muitas vezes também relacionado à herança soviética. Distinto das aspirações de Schwarz nos anos 1960, nas páginas dos jornais de grande circulação no Brasil, o "lixo da história" foi ocupado pelo comunismo, pela corrupção e, nos anos recentes, pelos elementos e personagens associados ao Partido dos Trabalhadores.

O lixo histórico e seus regimes de tempo

No período em que José Sarney afirmou que toda crítica aos seu governo seria uma traição à pátria, o jornalista Ricardo Amaral escreveu uma coluna no Jornal do Brasil afirmando que "Os historiadores do futuro só terão duas atitudes a considerar diante dos fósseis do Governo Sarney. Jogá-los na vala comum que se convencionou chamar de 'lixo

[106] Lixo da história. *O Estado de S. Paulo*. Fórum de debates. 30 nov. 1994.

da história' ou enriquecer com Sarney a galeria de traidores da pátria"[107]. Como uma historiadora do futuro, posso afirmar que minha atitude sobre esse texto frustra as expectativas passadas do seu autor. Interessa-me menos jogar o governo de quem quer que seja no "lixo da história", do que compreender as invocações da "história" feitas pelos locutores desta metáfora e os regimes de tempo que tem sido desenhados com o seu uso.

A história que se quer jogar no lixo tem assumido duas temporalidades na história recente. Uma na qual se defende que aquilo que foi descartado, e, portanto, ultrapassado, não retornará ou não deveria retornar, uma vez que a história caminha para o progresso (ético, político, científico ou moral). E outra na qual o uso da expressão serve para comparar o presente com o passado, resgatando um evento ou uma pessoa condenada no passado para equipará-la ao objeto malfadado do presente.

Especialmente para a geração de 1960, como descrito por Roberto Schwarz na seção anterior, o "lixo da história" seria o depósito dos retrocessos, enquanto o futuro estaria aberto às expectativas. Tomando de empréstimo a classificação de Javier Fernández Sebastián (2009), as metáforas espaciais recorrem a certas relações de hierarquia, que podem ser verticais (acima-abaixo; superior-inferior; soberano-súdito) ou horizontais (afrente-atrás; avanço-retrocesso; vanguarda-retaguarda). Em alguns usos semânticos observados, a "lata de lixo da história" manifesta-se como uma metáfora espacial horizontal que remete à linearidade do tempo, avançando sobre um futuro melhor.

Essa temporalidade segue o conceito moderno de história, e pode ser visualizada com ênfase em quase todas as vezes em que a expressão é atribuída à derrubada de um

---

[107] AMARAL, Ricardo. Crítica e traição: Abaixo do Equador. *Jornal do Brasil.* Caderno B/Especial. 01 mar. 1987.

ditador. Por exemplo, em referência à Saddam Hussein, o embaixador Antônio Amaral Sampaio, escrevendo para O Estado de S. Paulo, afirmou: "daquele tirano, verdadeiro *inimicus humani sui generis*, discípulo da escola de Hitler e Stalin, os quais o progresso ético da humanidade poderia julgar sepultados no lixo da história"[108]. Neste trecho, está incutida a ideia de que o progresso histórico julga os ditadores mortos e os transfere para um espaço de descarte. Não há, portanto, outro caminho para a história do progresso ético da humanidade, senão o do fracasso das tiranias, estas vistas como ultrapassadas. Interessante que esta ideia do autoritarismo como signo do velho e da democracia como signo do novo, tende a obliterar o fato de que a democracia, tomando o modelo ateniense, não seja precisamente uma invenção da contemporaneidade.

Este foi o caso do fim das ditaduras internacionais, mas também do fim da ditadura no Brasil, quando os elementos do autoritarismo foram jogados na lata de lixo da história, do qual se acreditava ser o prenúncio de um tempo que não voltaria. Toda vez que se derrubava um "entulho autoritário", projetava-se um tempo de esperança e de certeza de que a democracia é o caminho natural da história. Mesmo os entulhos que só foram derrubados décadas mais tarde, como a Lei de Segurança Nacional, afirmava-se a certeza de que seriam deteriorados pelo tempo, como se viu na charge de Zé Dassilva abaixo, publicada no jornal NSC, através da expressão "não reciclável"[109].

---

[108] SAMPAIO, Antônio Amaral. As armas de destruição maciça de Saddam Hussein. *O Estado de S. Paulo.* Espaço aberto. 26 fev. 2004.

[109] DASSILVA, Zé. No lixo da história. Charge. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/noticias/charge-do-ze-dassilva-no-lixo-da-historia. Acesso em: 12set. 2024.

Figura 5 - Charge "O lixo da História" de Zé Dassilva no Jornal NSC de 05/05/2021

A premissa do conceito moderno de história também acompanhou os neoliberais no período final da Guerra Fria, justamente no sentido similar ao da derrubada das ditaduras. A decadência da União Soviética, um bloco associado ao autoritarismo vermelho, era entendida como um caminho inevitável dos tempos. Entre os anos de 1980 e 1990, surgiram uma sorte de notícias que se preocupavam em mostrar como o comunismo estava sendo "varrido" da Europa. Uma delas, em 1982, noticiava a remoção dos últimos vestígios do marxismo no programa do Partido Socialista Português e que este não mais faria alianças com os comunistas.

> Tudo indica que a poeira marxista, que não deixa de brilhar o verniz de um socialismo português, europeu e moderno será agora espanada - e se, porventura, houver ainda um retrato de Karl Marx numa sala qualquer em Lisboa, será lançado à lata de lixo da história ou (quem sabe?) nostalgicamente guardado num baú, junto a um vestido de noiva, uma casaca com naftalina, fotos amareladas e as cartas de um velho amor[110].

[110] ALVES, Hermano. Socialistas portugueses abandonam o marxismo. *O Estado de S. Paulo*. Geral. 28 nov. 1982.

A ideologia marxista é metaforizada como uma “poeira” espanada para o lixo da história. O sentido se materializa no jogo de palavras que aglutina os signos de um passado vencido: o “baú,” a “naftalina”, as “fotos amarelas”, “vestido de noiva” e as “cartas de um velho amor” contra o socialismo “moderno”, limpo deste passado, desta poeira histórica. Essa relação temporal é construída pelo paralelismo com a metáfora do baú, um objeto para guardar pertences fora da visão e que, portanto, passam a envelhecer ali, pois não tem mais serventia, além da própria função de memória.

Prenúncio das novas relações, o esfriamento da corrida bélica entre Estados Unidos e União Soviética parecia inaugurar um novo tempo, junto ao fim da ditadura no Brasil. Era fácil, neste sentido, para os ambos os jornais jogar o comunismo no “lixo da história” com uma tampa fechada. Não seria mais possível revolvê-lo, pois este seria o caminho natural da derrubada das experiências autoritárias. O autoritarismo, uma herança do passado, estava dando sinais de esgotamento e não voltaria. O conceito de “História” atribuído à metáfora do “lixo da história”, entre os anos de 1980 e 1990, assume principalmente o *telos* do progresso político e ético da humanidade.

A única exceção deste período, que contradiz a adoção do moderno conceito de história, apareceu no contexto da apuração dos crimes dos dirigentes comunistas da Alemanha Oriental, em 1992. No editorial “No Banco dos Réus” do Jornal do Brasil, Nazismo e Comunismo se equiparavam como ideologias totalitárias que manifestavam os ecos das tiranias do passado:

> à medida que as ideologias vão sendo devidamente remetidas, uma a uma, para o fundo da lata de lixo da história, pode-se observar com clareza para o que elas realmente servem. Dão, no máximo, um certo lustre de fachada a governos que repetem práticas que se perdem nos tempos, pois nada é tão antigo quanto as tiranias[111].

[111] Editorial. No banco dos réus. *O Estado de S. Paulo*. 1º Caderno. 08 abr. 1992.

Neste caso, o "lixo da história" tem uma tampa aberta, cujo conteúdo referente pode ser revolvido no presente.

No segundo caso, evoca-se a tradição clássica (*historia magistra vitae*) na qual a história pode voltar a repetir os erros do passado. Sob este *topos*, a expressão assume um aspecto de "profecia ruim", que relembra os maus exemplos justamente para condenar seus semelhantes do presente, como uma forma de aprendizado. Um exemplo pode ser retirado da notícia "Putin, imitação de czar". A fim de questionar Vladmir Putin no presente, a notícia d'O Estado de S. Paulo resgata elementos associados ao passado autoritário da Rússia, para aproximá-los das experiências do então novo líder do Kremlin. Contextualizando o cenário político na Rússia, a redação começa afirmando que "tudo mudou", "o Politburo e o Soviete Supremo foram relegados à lata de lixo da história", porém existe algo abaixo da "camada superficial"[112] de Putin.

Apesar de "desfilar como ocidental", a redação afirma que ele está muito mais perto do "velho modelo de czar/pai", se colocando como alguém que salvou o país da anarquia pós-soviética. Fazendo um jogo de opostos entre superfície e profundidade, autoritarismo e ocidentalismo, o "lixo da história" possibilita o resgate do tempo superado do comunismo e do czarismo, porém ressurgido nas características personalistas e autoritárias do presidente Putin. O *topos* de que a história ensina pode ser melhor visualizado mais a frente: "a história nos diz que desfilar de ocidental e ser um político ocidental não são a mesma coisa"[113].

---

[112] KHRUSHCHEVA, Nina K. (do Los Angeles Times). Putin, imitação de czar. *O Estado de S. Paulo*. Internacional. 05 out. 2003.
[113] Ibidem.

No vocabulário dos conservadores e teóricos da conspiração, o "lixo da história" adquire frequentemente também esse caráter de repetição. Olavo de Carvalho, em 1997, antes de se tornar o guru popular da extrema direita no Brasil, escreveu para o Jornal do Brasil, fazendo um balanço dos 80 anos da Revolução Russa. No texto, "Uma experiência fatal", Carvalho se dedicou a ofender os marxistas como "animais irracionais", assumindo, em sua concepção, um tempo de miséria e violência retornáveis: "a última moda entre essa gente, aliás, é ciscar no lixo da história para ver se sobrou de oitenta anos de massacre, algum 'ideal' que possa servir de pretexto elegante para começar tudo de novo"[114].

Tanto acreditava no retorno do "perigo vermelho", que Carvalho escreve mais um artigo de opinião para o Jornal do Brasil em 2007, denunciando uma iminente Revolução Socialista pelo Partido dos Trabalhadores:

> Aqueles que esperam usar as instituições existentes como freio às ambições petistas são sonhadores semidefuntos que já estão na lata de lixo da história e apenas não são inteligentes nem corajosos o bastante para reconhecer sua situação. As instituições não são nada. O poder esquerdista é tudo.

A metáfora do lixo da história adquire, nestes termos, a imagem de um recipiente que pode ser aberto pelos maus sujeitos. Estes, por sua vez, procuram e revolvem experiências, ideologias ou personalidades autoritárias e ultrapassadas para servir de modelos no presente. Uma vez que o discurso conspiratório se sustenta na premissa de que a verdade está sendo escondida ou manipulada, a versão conservadora da metáfora tende a descrever um perigo iminente, alimentado junto a autopromoção do locutor como o mocinho ou o grande sábio que busca desmascarar a trama dos maus sujeitos que chafurdam o lixo da história.

---

[114] CARVALHO, Olavo de. Bandidos e letrados – II. *Jornal do Brasil*. Opinião. 26 dez. 1994.

Dentre os conservadores e teóricos da conspiração, a expressão nem sempre abriga o indesejado. O que foi depositado no lixo da história pode ser também reivindicado: "queremos tirar o integralismo da lata de lixo da história, de onde ele foi colocado, injustamente, por Getúlio Vargas"[115]. Trata-se do enunciado de um jovem integralista brasileiro, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, que admirava o sentimento nacionalista pregado pelo movimento. Em sua concepção, para devolvê-lo ao povo, bastaria salvar os mesmos ideais da década de 1930 do "lixo da história".

Nos moldes de uma história mestra da vida, essa repetição do passado se dá também pela forma discursiva como a metáfora serve para resgatar retoricamente um elemento ultrapassado, assumindo uma função comparativa. É o caso da notícia de O Estado de S. Paulo sobre o estabelecimento do Real, no qual a expressão serviu para memorar os fracassos das outras moedas. Agindo como uma "profecia ruim", caso não siga seus preceitos liberais, a metáfora serve como ameaça: "Do contrário, será mais uma moeda que irá para o lixo da história![116]". Por referenciar a memória de um objeto fracassado, a expressão também facilita os usos políticos do passado pelo seu enunciador.

O que se observa é que a associação do tempo do progresso com a metáfora do "lixo da história" vai se perdendo em relação à associação com a história repetível, conforme se perde a esperança nas experiências democráticas. Esta relação do "lixo da história" com um futuro que ecoa catástrofes passadas é tão evidente que inspirou o nome de uma antologia de charges do cartunista Angeli[117], publicadas entre 2001 e 2012 no jornal Folha de S. Paulo. O livro "O lixo da história" faz uma espécie de retrospectiva

---

[115] MORAIS, Rod.rigo. Ação Integralista ainda vive com ajuda da internet. *O Estado de S. Paulo*. Política. 08 nov. 2001.
[116] MACEDO, Roberto. Que venha o real. *O Estado de S. Paulo*. 12 mai. 1994.
[117] ANGELI. *O lixo da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

mordente e satírica do que o autor considerou como uma “década de sangue”, iniciada com a Guerra no Iraque, passando pela questão palestina e encerrada com a “nova postura belicista” do Presidente Obama.

Ora se aproximando do conceito moderno de história, ora se aproximando de uma história mestra da vida, a metáfora do “lixo da história” assume relações elásticas com a noção de tempo histórico. Nos momentos de derrocadas de experiências autoritárias, a esperança se reveste de certeza de que o tempo da tirania jamais retornará. Nestes casos, o “lixo da história” se fecha para enterrar o que se espera apodrecer para sempre: as ditaduras internacionais, o comunismo soviético, os entulhos autoritários etc. Nos momentos em que as experiências autoritárias retornam ou ameaçam retornar, abre-se a tampa do “lixo da história” para tratá-lo como um espaço em que os dejetos mais desagradáveis podem ser retirados, voltando a sujar a cena da história política.

Em acordo com François Hartog (2019), os regimes de tempo não são realidades dadas: além de serem uma construção da historiadora, variam de acordo com os sujeitos, lugares e épocas. Os horizontes de sentidos deslocados no uso das metáforas também mobilizam sentidos que orientam as maneiras pelas quais cada experiência temporal é ordenada. Não por acaso, nada mais apropriado do que uma metáfora do lixo para organizar as relações entre o passado, o presente e o futuro. Especialmente nos tempos de esperança e liberdade (seja a liberdade burguesa ou a liberdade comunista), o lixo é o lugar do passado e a história, que o repele, se distancia dele. Quando a experiência humana é surpreendida com uma nova experiência autoritária, o lixo é aberto e derramado para a história, comprometendo o futuro. A metáfora da “lata de lixo da história” possui, nestes termos, um artifício visual poderoso para a imaginação do tempo histórico.

Capítulo 3. A limpeza, a moral e a corrupção

Os usos de metáforas da limpeza em discursos anticorrupção é extremamente comum no vocabulário recente do Brasil, ao ponto de que certas metáforas avançaram para espaços formais da institucionalidade estatal, circulando publicamente na comunicação do meio jurídico, criminal e econômico, como "lavagem de dinheiro", "branqueamento de capitais", "saneamento das contas públicas", "dinheiro sujo", "dinheiro limpo" etc. Os fatores que levaram a essa aproximação podem ser interpretados à luz dos conceitos que foram produzidos pela teoria política da segunda metade do século XX, a respeito dos elementos centrais para o bom funcionamento de uma República democrática.

Um deles é o conceito de esfera pública, que demarca a separação fundamental entre o público e o privado. Tomando de empréstimo o conceito de esfera pública, a partir de Hannah Arendt na obra "A condição Humana", entende-se como "tudo aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e adquire a maior visibilidade possível" (ARENDT, [1958] 1985, p.50). Segundo Leonardo Avritzer (2012), a perspectiva de Arendt se baseia numa "dupla chave de ação e de interação entre os indivíduos, pensada a partir do contraste entre o que é visível e partilhável e o que é invisível e não partilhável" (AVRITZER, 2012, p.112).

Uma vez que a esfera pública demarca o espaço do comum, daquilo que não deve ser oculto, e limpeza deriva do latim *limpidus*, "claro, transparente" (NASCENTES, 1966, p.447), há uma funcionalidade evidente em torno do imaginário da visão e da transparência nos discursos republicanos contra a corrupção. O próprio signo da "transparência", com acentuada carga metafórica no vocabulário político, acabou por

tornar-se um conceito fundamental dos sistemas democráticos de governo, cujos usos e sentidos são bem mais antigos do que a política moderna[118]:

> Há uma máxima do direito romano antigo segundo a qual *in claris cessat interpretatio,* em que se alude à clareza do verdadeiro. Não sendo, porém, um dado imediato da consciência, a claridade é o resultado do esclarecimento e da vitória contra preconceitos e obscurantismos – na ciência, na política, na moral, na cultura. Assim, o hermetismo no conhecimento e o "segredo da informação" na política diminuem seu poder com o acesso público às razões da ciência e do Estado, com o advento do "Estado de Direito". Da ágora grega à esfera pública iluminista, trata-se da política como transparência e visibilidade (MATOS, 2012, p.117)

Olgária Chain Feres Matos (2012) nos lembra que a Ágora grega era circular e com um centro em comum para todos os cidadãos, onde todos os olhares convergiam, na ideia de que havia uma ordem criada pelos iguais, pois todos era igualmente legisladores. Assim, tudo era visto por todos os lados, todas as ideias e cidadãos estavam expostos ao olhar do outro. Esse olhar era restrito, contudo, pois sabemos que a categoria de cidadão na democracia antiga não incluía mulheres, estrangeiros e escravizados, que ficavam às margens da Ágora.

No Brasil do tempo presente, a "transparência", de alta carga metafórica, tornou-se conceito e princípio legal, elaborado e detalhado das expressões iniciais da Carta Política de 1988. A redação original versava, no artigo 5º, sobre a garantia da "publicidade" dos atos processuais da administração pública direta, indireta ou fundacional, "quando a defesa da intimidade ou o interesse social não a restringissem"[119].

---

[118] Cabe destacar que a associação e a consequente contraposição entre a limpeza e a moralidade vs. a poluição e a corrupção é antiga e não aparece somente na língua portuguesa. Na etimologia da palavra francesa "netteté", o dicionário histórico localiza o antônimo "corruptus" desde pelo menos o século VI, sobretudo na língua cristã, onde se opõe também a "falsus", atribuindo um sentido moral antigo em torno do conceito de limpeza, daquilo que é sem pecado, conforme a moral.

[119] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: *Senado Federal*, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

Em 2011, o princípio da transparência e sua locução linguística foram tipificados explicitamente por meio da Lei da Transparência ou Lei do Acesso à Informação, a Lei nº 12.527/2011. Em suma, trata-se da elocubração formalizada juridicamente de que a sociedade deve ter conhecimento sobre o funcionamento da máquina estatal, seja em termos de seus custos (eficiência), seja em termos da consecução de suas finalidades (eficácia) (MARTINS, 2019). Tal lei abrange também o conceito de prestação de contas (*accountability*) ao interesse público e à sociedade como um todo, a fim de publicizar os gastos públicos para controle da população, buscando, por meio da visibilidade e do conhecimento geral, evitar desvios do dinheiro público e condutas ilegais (MARTINS, 2019).

Alguns teóricos das ciências sociais atribuem tais práticas e valores, como transparência e *accountability*, à chamada governamentalidade neoliberal, em que uma "cultura de auditoria" passa a gerenciar não somente as formas de governo como também a conduta humana, tornando-se cada vez mais centrais nos processos de governança. Cris Shore (2009) localiza este fenômeno a partir da década de 1980, em países como Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, quando escândalos envolvendo a falha de agências reguladoras ajudaram a alimentar a crise de confiança pública na capacidade autorreguladora das profissões. Apesar de parecerem discursos benignos e incontestáveis para o bom funcionamento do Estado, o vício da introdução da cultura auditorial, segundo Shore (2009), reside na confusão entre os princípios de transparência e responsabilidade com os pilares neoliberais de eficiência econômica e modernização.

> O problema, no entanto, é que a auditoria confunde "responsabilidade" (*accountability*) com "contabilidade" (*accountancy*) de forma que o "ter de responder à cobrança do público" é remodelado em termos de medidas de produtividade, "eficiência econômica" e garantia de "valor por dinheiro". Estes se tornaram os novos princípios de gerenciamento e reforma do setor público – e o instrumento de medir pelo qual a responsabilidade de prestar contas deve ser avaliada. Eles são os mesmos princípios que foram usados, desde a década de 1980, para dirigir os "programas de reajuste estrutural" do FMI e do Banco Mundial – políticas que acadêmicos e ONGs criticaram muitas

> vezes por sua obsessão ideológica com privatização e liberalização e por seus efeitos prejudiciais para os países em desenvolvimento (SHORE, 2009, p.31).

No Brasil, Ana Karolina Ramalho de Araújo Rosas (2019) defendeu que a cultura auditorial tem também um caráter moral e subjetivo, além de normativo, que se dissemina em valores culturais nas rotinas de produção burocrática do Estado e nas disputas entre os diversos atores sociais. Rosas (2019), ao entrevistar auditores de uma Controladoria Geral do Estado (CGE), observou a construção de sentidos éticos sobre o que é uma boa sociedade e como se deve agir, por meio de experiências liberais de engajamento nas práticas de combate à corrupção.

> Na verdade, o que pudemos perceber, por trás da ideia de transparência, é a presença de uma ideia de moralização e de decência, a ideia dos guerreiros da transparência, que precisam vencer uma grande batalha moral. Esse discurso traz um conjunto de valores que são morais e uma ideia de vocação, que têm uma dimensão política de transformação e civilização do país, por se colocar como algo que irá solucionar os problemas do sistema capitalista (ROSAS, 2019, p.123).

A relação do signo da "limpeza" com a claridade e a transparência pode ser historicizada, neste sentido, filologicamente, o que justifica o aparecimento até a atualidade de metáforas da limpeza nos discursos contra a corrupção, deslocando noções morais no qual o limpo e o sujo adquirem uma representação visual do que é, respectivamente, certo e errado, lícito ou ilícito, oculto ou transparente, verdadeiro ou falso. Tais metáforas ganharam importância no vocabulário político a ponto de nomearem fenômenos recentes da história política brasileira. Este capítulo se dispõe a analisar duas metáforas de maior repercussão e importância nas duas últimas décadas: a "Ficha Limpa" e a "Lava Jato".

Não se tratando de um capítulo cronológico sobre a lei da Ficha Limpa ou sobre a Operação Lava Jato, o objetivo é apresentar discursivamente como se deu a entrada e a transformação histórico-linguística dessas metáforas no vocabulário político e jurídico brasileiro. As fontes usadas para a pesquisa no subcapítulo 3.1. ("Ficha Limpa") serão as

notícias do jornal O Estado de S. Paulo e do Jornal do Brasil, incluindo capas, editoriais, artigos de opinião e as matérias com maior prioridade àquelas pertencentes às seções de política e cidade. Para o subcapítulo 3.2. ("Lava Jato"), serão utilizadas matérias do jornal o Estado de S. Paulo, as mensagens, áudios e conversas telefônicas publicadas pela agência de notícias The Intercept, que ficaram conhecidas pela alcunha de "Vaza Jato" e os trabalhos acadêmicos (artigos e livros) dos agentes públicos da Operação Lava Jato, juizes e procuradores.

Para o subcapítulo da Lava Jato, como o Jornal do Brasil já não estava mais circulando a versão impressa em 2014, e, devido a entraves técnicos do próprio sítio oficial do jornal, que impediram o acesso das matérias online, justifica-se o uso complementar de outras fontes de pesquisa. Além disso, o excesso de ocorrências da palavra "Lava Jato" no Estado de S. Paulo - a mais numerosa dentre as expressões metafóricas abordadas na tese (cerca de 30 mil entre os anos de 2014 e 2020[120]) – levou à necessidade de limitar a análise à leitura das capas, editoriais, artigos de opinião e cartas de leitores. Não prejudicando a qualidade da pesquisa, este amplo volume de materiais ofereceu um corpo denso para análise política da história linguística da metáfora da Lava Jato.

O material dos diálogos entre os agentes públicos da Operação Lava Jato, divulgados pela agência The Intercept Brasil, foi analisado no rol das fontes desta pesquisa devido ao seu gênero discursivo, que escapa ao decoro dos documentos oficiais. As conversas retiradas dos aplicativos de mensagens privadas entre os procuradores e os

[120] Com a deflagração da Operação Lava Jato em 17 de fevereiro de 2014, no dia seguinte, é publicada a primeira notícia. No primeiro ano da Lava Jato, o ano de 2014, são 1.444 ocorrências. De 2010 a 2019, são 22.103 ocorrências. Em 2016, o ano do impeachment, houve o pico de menções: 5411 vezes que a expressão "Lava Jato" foi citada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

juízes permite acessar conteúdos informais e menos comedidos quanto à circulação da informação. Desse modo, é possível acessar um vocabulário potencialmente mais metafórico e menos ponderado na expectativa sobre como a mensagem vai ser recebida pelos seus interlocutores.

Por outro lado, concluiu-se igualmente importante analisar as posições oficiais e públicas dos agentes da força-tarefa da Lava Jato, cujas publicações científicas foram interpretadas como sua maior representação, uma vez que reuniram e resumiram as premissas da operação, bem como as justificativas formais apresentadas para o exercício do modo de conduta dos seus agentes. Em outras palavras, o acesso ao oculto e ao visível fornece inteligibilidade sobre as formas de produção da linguagem da Lava Jato, permitindo pôr em comparação o que é dito e feito nos bastidores e o que é dito e feito publicamente.

3.1. Ficha limpa

A ficha limpa é uma metáfora para caracterizar o ser. Não caracteriza o corpo físico, mas a moral do sujeito escrutinado, através do escrutínio da sua história. Metáforas da limpeza que se propõem a investigar o passado de uma pessoa, perante os olhos da sociedade, são bem mais antigas e se apresentam desde o período colonial. Os estatutos de "limpeza de sangue", por exemplo, compunham um conjunto de códigos de distinção social presente na Península Ibérica e nas suas colônias, baseado na varredura da vida religiosa e da linhagem dos súditos coloniais[121]. Tratava-se de um dispositivo inquisitorial

[121] No rol das produções brasileiras, destacam-se obras clássicas como "O Nome e o Sangue" de Evaldo Cabral de Mello, publicado em 1989; "Cristãos-novos na Bahia" de Anita Novinsky, publicado em 1972; "A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial", publicada em 1978; e "Preconceito racial no Brasil-Colônia: os cristãos-novos" de Maria Luiza Tucci Carneiro, publicado em 1983, que foram fundamentais para a compreensão do funcionamento dos estatutos de limpeza de sangue na América portuguesa.

a respeito da genealogia, que, segundo Evaldo Cabral de Mello (2009), configurava "um saber crucial, pois classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos seus desiguais, reproduzindo assim os sistemas de dominação" (MELLO, 2009, p.5). Em nome da honra, os Tribunais do Santo Ofício vasculhavam as famílias que pudessem ter ascendentes judeus, judeus convertidos (cristãos-novos), negros, mulatos ou mouros. Aqueles que estavam em posse de tal linhagem possuíam "defeito de sangue" e eram classificados como "infectos de sangue"[122], sendo interditados de ocupar cargos públicos, além da perda substancial de prestígio e reconhecimento social.

Outro termo colonial, mais próximo ao campo semântico da corrupção política, e que se assenta na verificação da conduta moral do seu referente é o termo "limpeza de mãos" ou "mãos limpas". Estes eram usados como noções de virtude, um preceito moral, um imperativo cristão, inserido no movimento de disciplinarização dos funcionários de Estado que estabelecia um conjunto de normas e regras legais para o exercício de suas funções (ROMEIRO, 2017). A imagem das mãos limpas, – limpas, pois não recebem "dons" – se difundiu e penetrou na documentação sobre os desvios e as práticas de ilicitude no período colonial, aparecendo como forma de reduzir o ato de governar a um comportamento religioso que deveria ser seguido por todo "bom" cristão. A expectativa

[122] Cabe mencionar que a expressão "pureza" ou "limpeza" de sangue não é restrita aos falantes do mundo ibérico e aos dispositivos que vieram a se chamar "estatutos de limpeza de sangue". Até o século XIX na Europa e no mundo ocidental, a concepção do sangue era influenciada pela teoria humoral ou medicina galênica-hipocrática. "O sangue era o humor mais refinado", de acordo com Arlette Jouanna (2011, p.23), não só porque era portador de vitalidade, mas porque constituía "a própria essência de uma linhagem, sua personalidade transmitida pela herança" (JOUANNA, 2011, p.22). Observando a antiga sociedade francesa nos primeiros tempos do mundo moderno, a autora discorre sobre o sentido essencialmente moral tomado pela expressão "pureza de sangue". Referida a uma escala de qualidades morais, no topo da hierarquia, figurava o sangue nobre, enquanto, no seu grau mais baixo, residia o sangue dos plebeus, por vezes descrito como "ruim e infecto (*de malo et infecto sanguine*) ou então vil". Segundo a autora, na França, a noção de pureza do sangue se diferencia, contudo, porque não recebeu o conteúdo religioso como no mundo ibérico, afetado pelas clivagens entre o sangue judeu, mouro e o sangue cristão-velho (JOUANNA, 2011, p.28).

de manifestação desta virtude repousava tanto no governante, a título de exemplo, juízes e corregedores, quanto em todo "bom" cristão que não deveria se dobrar ao pecado capital da avareza, ou seja, do furto (ROMEIRO, 2017)[123].

Neste sentido, identificam-se outras metáforas, ao longo da história, que ligaram o signo da limpeza com a conduta do ser investigado e estas parecem guardar uma relação antiga entre a aparência e a moralidade religiosa. No passado recente, a expressão "ficha limpa" vem sendo mobilizada junto a atributos morais, no sentido religioso ou se estendendo para outros domínios. Podemos verificar, por exemplo, no caso da notícia que trata de um fazendeiro, suspeito de tráfico de drogas, descoberto pela Polícia Federal, no qual a idoneidade se mistura com as características morais e até físicas: "Articulado, de boa aparência, olhos azuis, muito educado, pai de quatro filhos e sem nenhuma passagem pela polícia, o fazendeiro José Antônio Cucolo foi apontado pela polícia como uma pessoa acima de qualquer suspeita"[124]. Ao longo da análise, destaca-se, portanto, a importância de se atentar aos aspectos culturais e raciais da sociedade brasileira, que tende a misturar a idoneidade com a posição social (patriarcal e classista) e a aparência física (caucasiana).

Esta seção se divide em duas partes. A primeira na qual se analisa a transformação semântica da expressão ficha limpa, cujos sentidos costumavam apontar ou para a ficha

---

[123] Isso não quer dizer que a limpeza contra a corrupção fosse sempre um incontroverso atestado de idoneidade na América Portuguesa. Outro uso do termo ligado às práticas de irregularidades, se encontra na sua associação mais ampla com a aparência, não a aparência do corpo, mas aquela dos comportamentos. Afirma Evaldo Cabral de Mello (2012) que um certo governador de Pernambuco de fins do século XVII foi aconselhado a regatear as mercês, porém mantendo as aparências, fazendo "o seu negócio com segredo e com cautela, porque isto alimpa e aquilo mancha" (MELLO, 2012, p.189). Investigando o recrutamento dos governadores pela metrópole de Portugal, Mello (2012) observou que a coroa fechava os olhos às ilicitudes cometidas pelos seus agentes, pois estes ganhos compensavam os ordenados pouco rentáveis pagos às autoridades ultramarinas. O status de limpeza assim se mantinha caso a ilicitude fosse feita com discrição, preservando-se a compostura e, indubitavelmente, sem atentar contra as receitas régias.

[124] MAGALHÃES, Rita. Educado, 4 filhos, ficha limpa. Um homem acima de qualquer suspeita. Cidades. *Estado de S. Paulo*, 13 dez. 2005, p.41.

criminal de um indivíduo ou para a sua ficha comercial, isto é, se possuíam pendências financeiras para finalmente adentrarem o mundo político e passarem a designar os políticos idôneos que não possuíam impedimentos morais ou criminais para disputar eleições. A segunda analisa os movimentos discursivos que levaram à lei 135/2010, a chamada lei da Ficha Limpa, resultado da organização de alguns órgãos e entidades religiosas e do meio jurídico para modificar a lei de inelegibilidades então vigente, buscando alterar os critérios de impedimento de registros de candidaturas às eleições.

Este subcapítulo percorre questões relativas à transformação da expressão "ficha limpa", que, nos anos 2010, perde substantivamente o caráter de alta contingência metafórica, para constituir-se cada vez mais das alterações sociopolíticas produzidas pelo debate da moralização da política e pela consolidação da lei 135/2010.

Do bom pagador ao político honesto

No passado recente, a metáfora da ficha limpa tem aparecido com pelo menos três sentidos recorrentes. O primeiro diz respeito ao bom pagador, isto é, aquele que não tem pendências financeiras e não deve a ninguém. O segundo se refere à ficha criminal de um sujeito; se ele já foi culpado por algum crime ou contravenção. O terceiro e mais recente se refere à honestidade política, isto é, se um candidato possui impedimento para disputar eleições ou se um político possui impedimento para o exercício do seu mandato em razão de histórico de ilicitude. Em comum, todos esses sentidos são correlacionados ao discurso da idoneidade moral como exemplo de conduta pública. Os dois primeiros aparecem desde pelo menos a metade do século XX e o terceiro surge com mais intensidade a partir dos anos 2000.

O uso dessa expressão em diferentes significados e contextos modifica principalmente a relação a quem se designa, ou seja, aos seus referentes. Assim, em certos momentos, a "ficha limpa" se refere mais a pessoas comuns, trabalhadores que não

honraram seus compromissos financeiros. Em outros momentos, refere-se mais à classificação de criminosos ou daqueles que são considerados "maus elementos" da sociedade. Por último, observa-se o movimento no qual se torna mais interessante adotá-la como forma de provocar a classe política. Conforme os sentidos vão sendo apropriados em interação e se tornando mais fortes do que outros, eles vão mobilizando grupos distintos da sociedade brasileira. Em acordo com Javier Fernández Sebastián, uma "mesma" metáfora, "como um camaleão, muda de cor – e até adquire um valor substancialmente diferente – dependendo do contexto e das condições ambientais de seu entorno imediato"[125] (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.5).

Entre os anos 1950 e 1980, a expressão "ficha limpa", sem hífen, aparecia principalmente nas notícias sobre crédito pessoal. Sinônimo de "ficha limpa" era o bom pagador. Nas páginas de anúncios, devedores se apresentavam como "ficha limpa" para pegar empréstimo na praça. Da mesma forma, credores utilizavam a expressão como critério para a escolha dos seus clientes ("arranjamos com resgate a longo prazo e juros permitidos por lei a pessoas que tenham um bom ordenado comprovado e ficha limpa na praça"[126]). Os jornais também escreviam matérias incentivando a moralidade daqueles que não deviam e mantinham o crédito comercial ("e o homem comum, que ainda não percebeu conscientemente isso, sente no fundo que ter crédito é importante, que uma ficha limpa significa muito, e os resultados passam a ser sentidos"[127]).

Neste sentido, quantitativamente, as notícias se centravam principalmente em matérias ou anúncios sobre comércio. A referência à política e aos altos cargos políticos

---

[125] No original: It is clear that the "same" metaphor, like a chameleon, changes colour – and even acquires a substantially diferent value – depending on the context and environmental conditions of its immediate surroundings.
[126] CLASSIFICADOS: dinheiro. 2º Caderno, *Jornal do Brasil*. 23 ago. 1971, p.120.
[127] DINHEIRO, coisa do passado. *Estado de S. Paulo*, 07 fev. 1971, p.30.

não era recorrente. Raras notícias se referiam à questão da ficha limpa de administradores públicos ou candidatos.

Além do sentido do crédito pessoal, a expressão aparecia também em matérias sobre cidade e criminalidade - os referentes da expressão eram principalmente civis - cidadãos comuns, suspeitos de cometerem crimes do Código Penal (assalto, furto, homicídio, sequestro etc.). A referência a policiais e membros das Forças Armadas surge apenas entre os anos 1980 e 1990. Seu sentido tem principalmente a função de atenuar a desconfiança da culpa e promover a presunção da inocência. Por exemplo, numa matéria sobre a acusação de homicídio contra um policial chamado Capitão Levi em 1981, o Jornal do Brasil reproduz a fala do advogado: "o decreto de prisão preventiva é uma violência contra ele, que oferece todas as garantias ao distrito da culpa (tem ficha limpa, endereço certo etc.)[128]".

Neste ponto, há uma diferença em relação ao período autoritário, no qual a menção à ficha (suja ou limpa) não incluía agentes coercitivos. Com a vigência da Doutrina de Segurança Nacional, apareceram estudantes, professores universitários e funcionários grevistas como principais referentes da expressão, na medida em que eram os maiores alvos de perseguição política do governo. Observamos isso no contexto das manifestações contra o assassinato do estudante Edson Luís no restaurante O Calabouço, quando o Jornal do Brasil teve a necessidade de enfatizar o óbvio - de que os estudantes, dentre outros manifestantes, não tinham antecedentes criminais: "O DOPs soltou na manhã de ontem 15 pessoas detidas durante as manifestações de anteontem, entre as quais somente três eram estudantes. Todos estavam com a ficha limpa[129]". Outra notícia trata de um

[128] OFICIAIS da PM se cotizam e pagam Pelegrino para defender o Capitão Levi. 1º cad., Violência, *Jornal do Brasil*, 23 jan. 1981, p.9.
[129] ESTUDANTES farão comício de 20 mil na Cinelândia. *Jornal do Brasil*, 31 mar. 1968.

professor perseguido pela ditadura no contexto do AI-1, a chamada Operação Limpeza, a qual exilou inúmeros intelectuais no país: “Heron também está com a ficha limpa em matéria de inquéritos, mas prefere estabelecer-se na França, onde já passou longa temporada ministrando cursos de literatura brasileira na Sorbonne[130]”.

Em 1968, no auge da repressão da ditadura militar, a expressão com função de suspeição designava apenas certos grupos da sociedade, excluindo políticos, policiais e militares. No seu lugar, noticiava-se a invenção do cartão de crédito: “dada a autenticidade do documento, é então fácil verificar se o portador tem ficha limpa ou maculada. Se estiver limpa, o crédito é concedido na hora. E este foi o primeiro passo na ‘revolução do crédito ao consumidor’[131]". A menção aos aliados da ditadura militar se deu apenas em alguns momentos entre 1964-1985, no sentido contrário, para caracterizar positivamente quadros do governo. Verificou-se, durante o contexto de escolha do presidente da câmara dos deputados pelo então presidente Médici, essa valoração positiva dada pelo jornal O Estadão:

> o quadro se completaria com a escolha de governadores de absoluta confiança da Revolução, com ficha limpa, [...]. O único dos cinco politicamente imaculado seria Arnaldo Prieto. Aos olhos da Revolução, seria um homem de ficha limpa: nenhuma ligação ou ato condenável no passado, nenhuma palavra ou ato comprometedor no presente[132].

Apenas com a flexibilização da censura na segunda metade da década de 1980, a expressão começa a ser bastante utilizada para referenciar casos de policiais e militares envolvidos em crimes hediondos, os quais acompanhavam geralmente um tom de surpresa: “as alegações do advogado de defesa Fernando Barbosa, que tentou demonstrar

---

[130] OS EXILADOS. 1º cad., *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1965, p.10.
[131] MUHR, Ernst. O mundo não tem dinheiro. *Estado de S. Paulo*, 14 jun. 1968, p.44.
[132] DAS SUCURSAIS. Renasce a esperança da institucionalização. Geral. *Estado de S. Paulo*, 01 dez. 1972, p.3.

as contradições das testemunhas e apresentou Nataniel como um policial de ficha limpa que nunca esteve, anteriormente, envolvido em quaisquer dos crimes atribuídos ao esquadrão da morte[133]"; "o sargento Antônio Lisboa, 36 anos, que está preso no 1º Batalhão da Polícia Militar, servia no Comando Geral e tinha, até promover a chacina, uma ficha limpa."[134]; "a denúncia contra Francisco surpreendeu seus companheiros. Em três anos de polícia, ele sempre teve bom comportamento e ficha limpa"[135]. Se durante a repressão, os abusos policiais não "sujavam a ficha" dos agentes coercitivos, com a democracia começam a aparecer os casos criminais de policiais e militares que "nunca" tinham cometido nenhum outro delito, possivelmente, por terem sido encobertos pela violência legalizada da ditadura.

Nos casos de violência institucional cometidos durante a ditadura, como estão suspensos os devidos ritos legais, o valor semântico da expressão aparece diversas vezes distorcido. Apareceu até empregado em conotação negativa. Foi o caso do relato de uma vítima da ditadura argentina, exposta pelo Jornal do Brasil, a partir de matéria reproduzida do New York Times. Nora Depaoli, presa em outubro de 1976, em Buenos Aires, foi transferida para a penitenciária do Estado, onde ficou por um ano sem acusação formal. Após ter passado por tortura e abusos, Depaoli relatou que foi solta sem aviso, sem advertência e sem registro: "na época eu achei bom ter uma ficha limpa, mas agora não. O problema é que fazendo isso eles lavam as mãos e é como se nada tivesse acontecido"[136]. Nos regimes autoritários, nos quais a "ficha limpa" significava um

---

[133] DO CORRESPONDENTE, da sucursal e do serviço local. Mais um do EM absolvido. Geral, *Estado de S. Paulo*, 25 mar. 1981, p.19.
[134] SARGENTO que matou cinco não aponta os cúmplices. 1º cad. *Jornal do Brasil*, 29 nov. 1985, p.12.
[135] CAMELÔ aponta PM como seu sequestrador. 1º Caderno. *Jornal do Brasil*, 11 jul.1987, p.12b.
[136] CHAVEZ, Lydia. Argentinas narram seu sofrimento na repressão.1º Caderno. *Jornal do Brasil*, 08 out. 1984, p.8.

registro criminal que foi manipulado ou apagado, seu significado tende a evocar, portanto, tons de indignação ou surpresa.

Além do caso dos crimes policiais, a expressão também surge com intensidade no contexto das operações contra o Jogo do Bicho no Rio de Janeiro. Os jornais enfatizaram os antecedentes criminais dos bicheiros, a fim de evidenciar as relações entre o poder paralelo e os jogos de azar. No contexto da condenação de 14 banqueiros do Jogo do Bicho do Rio de Janeiro pela juíza Denise Frossard, em 1993, o *Jornal do Brasil* destacava: "De todos os réus, nada menos que 13 bicheiros apresentam antecedentes criminais. Dos 14 condenados, o único com ficha limpa é Paulinho Andrade"[137]. Os crimes incluíam sequestro, assassinato, corrupção de autoridades, incluindo policiais, e disputas pelo loteamento de áreas de influência.

Com o crescimento do tráfico de entorpecentes nas favelas cariocas entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990, a relação entre o crime e o significado de "ficha suja" deixa de ser tão óbvio. Quando os bicheiros começaram a ser substituídos pelos traficantes em força política, o jornal do Brasil observava que a "ficha limpa" era uma fachada para os interesses dos chefes criminosos. Para escolher representantes nas eleições municipais, contadores e "seguranças das bocas", o tráfico tendia a buscar pessoas com "ficha limpa e passado tranquilo"[138], evitando que todo o esquema fosse destruído a partir de uma única detenção.

A aproximação entre a metáfora da "ficha limpa" e o campo semântico da corrupção política surge somente a partir dos anos 1990. Antes disso, as menções eram raras. Apareciam poucas notícias em que a expressão designava casos de corrupção

---

[137] UM TRABALHO irônico e detalhado. Cidade. *Jornal do Brasil*, 23 mai. 1993, p.29.
[138] OS VOTOS do tráfico. Caderno B/Especial. *Jornal do Brasil*, 29 mai. 1988, p.5.

cometidos por administradores públicos. Discursivamente, essa transformação se explica pela ascensão do tema da impunidade política como um problema a ser explorado nas páginas dos jornais. Como se o sentido tradicional da ficha limpa policial (a ficha criminal) não bastasse para a classe política, porque deixava de fora principalmente os casos de corrupção. Um corrupto muitas vezes tinha ficha limpa. Portanto, a questão da impunidade incomoda, adentra na agenda social e culmina posteriormente na revisão da Lei das Inelegibilidades.

Essa virada semântica se dá principalmente após o escândalo de corrupção do presidente Fernando Collor de Mello. O primeiro presidente eleito diretamente após a redemocratização, sob a bandeira da luta messiânica contra os "marajás", foi denunciado por lavagem de dinheiro em conluio com o seu tesoureiro de campanha, Paulo Cesar Farias (vulgarmente chamado de PC Farias), em maio de 1992, na Revista Veja e, no final de junho, no semanário Isto É. O Jornal do Brasil afirmou que, a partir da CPMI de PC Farias, organizada pela oposição do PT, PMDB e PSDB, os eleitores estariam mais interessados em eleger candidatos com a ficha limpa[139]. Segundo Brasílio Sallum Jr. (2018), após a instauração das investigações no Congresso Nacional e a mudança das relações de força no campo político-institucional,

> Houve, desde logo, uma mudança de posicionamento político dos meios de comunicação de massa, participantes usuais da esfera política. Acentuou-se a competição entre os diversos órgãos por um público ávido por informações sobre corrupção, CPMI etc. [...] Além dessas mudanças no campo político institucional, o Movimento pela Ética na Política (MEP) se expandiu, incorporando mais de uma centena de entidades e se estruturou fixando sede em Brasília, no escritório da OAB (SALLUM JR., 2018, pp.182-183).

[139] ELEITOR já traçou o perfil do novo presidente: corrução gera onda moralista. Política e governo, *Jornal do Brasil,* 16 jan. 1994, p.3.

O surgimento dos escândalos forneceu, portanto, um impulso importante para que a corrupção se tornasse um tópico privilegiado da pauta social e jornalística brasileiras. O novo quadro interpretativo disseminado pela imprensa e pelo MEP, a partir do movimento a favor do *impeachment* de Collor, promovia uma relação intrínseca entre a ética e a realização plena da democracia (SALLUM JR., 2018). Nesse contexto, a metáfora da "ficha limpa" passa a adentrar cada vez mais no discurso anticorrupção e a referenciar políticos e administradores públicos. Com o crescimento da indignação contra a impunidade, renegocia-se o sentido tradicional de ficha policial, que não era mais suficiente para dar conta dos "crimes de colarinho branco". No Fórum de Leitores do jornal O Estado de S. Paulo, em meio ao escândalo do governo Collor, um leitor de Brasília envia o seguinte texto intitulado "Impunidade":

> Não tenho mais dúvidas. Realmente, a corrupção neste país é um dos melhores investimentos. Em muitos outros países, isso também ocorre, mas aqui está demais. Não dá para resistir. Basta ter ficha limpa na polícia e um bom advogado (um lobista, de preferência) e o resto fica dependendo da competência de cada um. Curso superior é imprescindível. Recomenda-se que a pessoa seja fluente em inglês[140].

Começa a aparecer a crença de que, independentemente dos atos cometidos, os políticos não seriam punidos ou julgados devidamente pelos seus atos. Assim, a "ficha limpa" passa a ser usada no sentido irônico da crítica contra a impunidade. Mesmo após o afastamento de Collor, não se acreditava que o presidente seria punido pelas próprias regras e instituições do meio político. Dizia o colunista Villas-Bôas Corrêa, que o presidente interino Itamar Franco apenas guardaria o lugar de Collor, "como um lenço para o titular que foi ali na Casa da Dinda explicar o pacotaço de falcatruas e breve estará de volta com a ficha limpa pela absolvição no julgamento do Senado[141]". Havia, assim,

---

[140] FÓRUM dos leitores: corrupção. Geral, notas e informações. *Jornal do Brasil*, 8 ago. 1992, p.3.
[141] CORRÊA, Villas-Bôas. Anti-Collor a pulso. Opinião. *Jornal do Brasil*, 28 out. 1992, p.11.

uma suspeição circulante sobre as regras vigentes de cerceamento contra a corrupção política, que passou a elevar um novo entendimento sobre o que é ter "ficha limpa".

Nas eleições presidenciais de 1994, o Jornal do Brasil afirmava que os eleitores "vacinados por tantos escândalos, desde o impeachment de Collor, votarão de olho na biografia dos candidatos e votarão nos que tiverem ficha limpa e forem conhecidos pela população[142]". Pregava o senador Élcio Alvares do PFL-ES, que os eleitores priorizariam os candidatos com "a vida pública quase imaculada" e o cientista político Rubens Figueiredo dizia que o eleitor estava "mais vigilante e exigente"[143]. O jornal também insuflava a imagem de uma nova era ou de um período disruptivo da política brasileira, adotando termos como "crise do país", "onda de moralidade" e "novo político"[144].

Nessa mesma edição de 16 de janeiro de 1994, o Jornal do Brasil ocupou uma página inteira para tratar o tema da ética e da honestidade nas eleições. O Jornal, citando Lucilia de Almeida Neves, historiadora e sobrinha de Tancredo Neves, falava em "renovação do congresso"[145], a partir da moralização das eleições e da política partidária. Além disso, o jornal reforçava o debate esboçando um perfil político para cada candidato, com base em pesquisas de opinião, realizadas pelo Centro de Análise e Comunicação (CEPAC). Paulo Maluf seria conhecido pela autoridade, Jarbas Passarinho pela segurança, Antônio Brito pela experiência administrativa e Luís Inácio Lula da Silva pela honestidade. Este último parecer contrastava radicalmente com o retrato recente

---

[142] ELEITOR já traçou o perfil do novo presidente: corrução gera onda moralista. Política e governo, *Jornal do Brasil,* 16 jan. 1994, p.3.
[143] Idem.
[144] Idem.
[145] Idem.

disseminado pela grande imprensa e pela mídia digital a respeito do caráter de Lula da Silva[146].

A caracterização de Lula da Silva como um perfil de honestidade e ficha limpa aparece pelo menos mais duas vezes no Jornal do Brasil. Em 2003, já eleito presidente, o colunista Gilberto Paim defende que Lula da Silva assuma um papel de líder mundial, utilizando como premissa o argumento de que ele seria ficha limpa: "como nas lideranças do Terceiro Mundo, o que mais viceja são políticos corruptos, cabe ao presidente Lula da Silva, que tem ficha limpa, assumir o comando do movimento pró-comércio livre[147]". Em 2004, já surgindo discursos a favor da fiscalização do sistema eleitoral, mais uma vez Lula da Silva aparece como um perfil de confiança no trecho enviado por um leitor do Rio de Janeiro: "precisamos perguntar a nós mesmos se queremos um sistema de eleição para presidente que não exija qualquer preparação, seja cultural ou psicológica. É um tremendo risco. Tivemos sorte com atual, que pelo menos tem ficha limpa. Vamos tomar outro risco?"[148].

Ou seja, até o escândalo do Mensalão, em 2005, Lula da Silva foi caracterizado como um político "ficha limpa" pelo Jornal do Brasil. Nas eleições municipais de 2000, o Partido dos Trabalhadores também foi caracterizado por um colunista do Jornal do Brasil como uma "legenda identificada pelo eleitor por sua seriedade na luta contra a corrupção"[149] e por isso justificar-se-ia a sua conquista do maior número de assentos de

---

[146] Cf. CELENTE, Marcelo Lima. *A manipulação da opinião pública no Brasil*: uma análise da atuação da mídia digital a partir da cobertura da denúncia contra Lula na Operação Lava Jato. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2024. Celente (2024) analisa as maneiras pelas quais os grandes conglomerados de mídia digital fabricaram um consenso de que Lula seria o comandante máximo da corrupção no país, durante as denúncias produzidas pela Operação Lava-Jato e pelo Ministério Público Federal em 2016.
[147] PAIM, Gilberto. Abertura de mercados. Outras opiniões. *Jornal do Brasil*, 23 fev. 2003, p.A13.
[148] CARTAS ao editor. Jornal do Brasil, 13 set. 2004, p.A10.
[149] CORRÊA, Villas-Bôas. Cicuta no fundo da taça. Opinião. *Jornal do Brasil*, 16 fev. 2001, p.9.

prefeitos e vereadores em todo o Brasil. Já no Jornal O Estado de S. Paulo, não foi encontrada esta correlação entre a qualidade da honestidade e o Partido dos Trabalhadores ou a persona de Lula da Silva em nenhuma ocorrência do termo "ficha limpa".

Aos poucos, a metáfora da ficha limpa passa a tratar cada vez menos de temas ligados ao Código Penal ou ao Direito Comercial para adentrar no vocabulário da Legislação Eleitoral. Isso pode ser facilmente verificado quando fazemos uma pesquisa com a palavra-chave "ficha limpa" em ferramentas de busca online. O resultado retornará majoritariamente sites e páginas ligadas à questão da ética na política ou mais especificamente à lei 135/2010, a chamada Lei da Ficha Limpa.

A lei 135/2010

A lei complementar nº 135 de 04 de junho de 2010, conhecida popularmente como Lei da Ficha Limpa, rematou um processo importante de transformação semântica da expressão "ficha limpa". Não que os outros sentidos tenham desaparecido, porém a aplicação do sentido da honestidade política tornou-se muito mais usual. Uma das transformações produzidas pela introdução das discussões referentes a esta lei foi a hifenização da metáfora, para distinguir um sentido dos outros.

A partir dos anos 2000, surge a grafia "ficha-limpa", elevando o termo à condição de palavra composta, na medida em que se tornava parte do vocabulário político eleitoral. Trata-se de um processo importante de substantivação, uma vez que o traço indica a presença de uma palavra só, em vez de duas. Esse emprego já é admitido no próprio manual da Secretaria de Comunicação do Senado, que afirma: "use ficha-suja e ficha-limpa (com hífen) quando o termo for substantivo e significar pessoa que está com ou

sem impedimento para disputar eleições. Plural: os fichas-sujas, os fichas-limpas”[150]. Em outras palavras, se antes era comum dizer que alguém “tem” ficha limpa, passa a se dizer que também alguém “é” ficha limpa. Neste sentido, o termo “ficha limpa” com hífen não significaria somente o histórico de conduta moral ou criminal de um indivíduo, mas também o indivíduo em si.

Para o significado de “Lei da Ficha Limpa”, o manual da Secretaria de Comunicação do Senado afirma que a grafia apropriada seria sem hífen. Afirma também que para o sentido de “’ficha com as informações sobre a conduta de uma pessoa’, use sem hífen e com plural nos dois elementos”[151]. O emprego do hífen resulta, portanto, de uma série de transformações semânticas que vão se impondo em relação ao tema da ética na política e que vão tornando necessária à diferenciação gráfica das palavras.

Tais transformações gráficas e semânticas são consequências do crescimento da tese no início dos anos 2000 de que seria necessário uma maior fiscalização do judiciário no sistema eleitoral, sob a pauta da moralização da política. Historicamente, trata-se de uma mudança na qual não é mais o histórico criminal e policial que descreve a qualidade de alguém ter ficha limpa. Aos poucos cresce a ideia de que o envolvimento com qualquer tipo de irregularidade processual, mesmo que meramente suspeita, já tornaria a pessoa suja, não somente seu passado.

Cabe ressaltar que não foi necessariamente um único evento ou escândalo de corrupção mais explorado pela mídia que tenha dado início à defesa de uma maior atitude de autoridade da justiça eleitoral. Esta alusão surge, por exemplo, ainda antes do

---

[150] Estilo: Ficha-limpa/ficha limpa. Manual de Comunicação da SECOM. *Senado Federal*. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/ficha-limpa-ficha-limpa. Acesso em 10 dez. 2024.
[151] Idem.

escândalo do Mensalão (2005), em 2001, quando um leitor de São Paulo compara a fiscalização da vida pregressa de um candidato à emprego com a de um candidato à cargo político. Se tem "passado sujo", segundo o leitor, deveria ser impedido de se candidatar.

> Quando se procura um emprego, há que preencher uma ficha cadastral. O futuro patrão analisa a vida pregressa do candidato. Dessa forma, deveria também ser vasculhada a vida do candidato ao emprego político. Se se encontrar um passado sujo, o TSE tem de barrar essa pretensão do mau brasileiro. Só assim teremos bons políticos para dirigir a Nação[152].

É nessa década que retorna a circular o conceito de "vida pregressa" como um critério de escolha dos "bons" governantes, em uma clara alusão moral entre o certo e o errado.

Também em 2004, no *Jornal do Brasil*, um leitor do Rio de Janeiro defendia precocemente a votação de uma lei que impusesse um "modo decente de fazer política, com candidatos capazes, de ficha limpa, livremente eleitos"[153]. Ou seja, nesse caso, não foi preciso um escândalo específico de corrupção para que algumas vozes já se levantassem pedindo uma mudança legislativa. Até esse momento, a Nova República brasileira já havia passado por casos grandes de corrupção institucionais como o esquema de PC Farias (1992), a CPI dos Anões do Orçamento (1993), o escândalo do Banestado (1996), o caso dos Precatórios (1997), o esquema do TRT-SP (1998), os Vampiros da Saúde (2004), entre outros.

Se os discursos em prol de uma maior fiscalização institucional das candidaturas surgiram desde o começo dos anos 2000, ainda assim, escândalos como o do Mensalão (2005) e da CPI dos sanguessugas (2006) não deixaram de ser mobilizados pelos veículos de comunicação em prol de mudanças na legislação eleitoral. Um momento importante

---

[152] FICHA limpa. Fórum de debates, tema: políticos brasileiros. *O Estado de S. Paulo*, 13 out. 2001.
[153] O ENGODO dos candidatos. Fórum dos leitores. *Jornal do Brasil*, 20 jun. 2004, p.A16.

de inflexão foi o ano das eleições de 2006, quando concorreram candidatos à Presidência, ao Senado, aos Governos do Estado e às Câmaras Federal e Estaduais. Nesse ano, proliferaram mensagens de leitores e editoriais, demandando que os tribunais eleitorais impedissem candidaturas daqueles considerados moralmente inaptos para estes cargos políticos.

Um dos principais objetos de indignação era o Congresso Nacional. Falava-se em "faxina" e em "limpeza" do legislativo. A dois meses das eleições, o editorial "Justiça e eleitores deterão os espertos" do *Jornal do Brasil* deixou evidente a construção desse imaginário do Congresso como um lugar "sujo" pela corrupção.

> A chave para conter a sangria seria o artigo 14 da Constituição, segundo o qual não serão empossados os eleitos para quem haja provas de abuso de corrupção. Se o TSE entender do mesmo modo, a limpeza do Legislativo terá dado um passo significativo. Convém avançar ainda mais: a opinião pública agradecerá se for impugnada a candidatura de parlamentares comprovadamente envolvidos em corrupção. Depois disso, a faxina se estenderá às urnas. O voto em candidatos imersos até a alma em pilantragens federais é tão odioso quanto à adesão às tolices retóricas e programáticas exibidas ao longo da campanha [...]. Escolher candidatos com ficha limpa é o real desafio a que serão apresentados milhões de brasileiros[154].

A sangria de que fala o editorial se refere aos escândalos dos bingos (2004), dos correios (2005), do mensalão (2005) e dos sanguessugas (2006), todos envolvendo parlamentares ou partidos políticos[155]. Esses escândalos, que se sucederam

---

[154] EDITORIAL. Justiça e eleitores deterão os espertos. Opinião. *Jornal do Brasil*, 11 ago. 2006, p.A10.

[155] O escândalo dos bingos (fevereiro de 2004) surgiu após de denúncias de que Waldomiro Diniz, o assessor do então ministro da Casa Civil José Dirceu, estava extorquindo dinheiro de empresários de Casas Lotéricas com a finalidade de arrecadar fundos para o Partido dos Trabalhadores. O escândalo dos correios (maio de 2005) se refere à divulgação de uma fita de vídeo em que o ex-diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, detalha um esquema de pagamento de propina, coordenado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson (PTB-RJ), e outro diretor da empresa, Antônio Osório Batista. O escândalo do Mensalão (junho de 2005), derivado da Ação Penal nº470, surgiu logo após a instalação da CPI dos correios, quando o deputado Roberto Jefferson, envolvido no caso dos Correios, apontou esquemas de corrupção praticados pelo Partido dos Trabalhadores (uma vez que a manutenção das assinaturas dos parlamentares do PT garantiu o número necessário para a sua investigação pelo parlamento). Em entrevista ao veículo Folha de S. Paulo, o presidente do PTB disse que congressistas aliados do governo Lula recebiam o que chamou de "mensalão", isto é, uma mesada de R$ 30 mil do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A CPMI das sanguessugas (junho de 2006), criada no Congresso Nacional, teve por objetivo continuar as

em breves intervalos de tempo, foram identificados pelo editorial como uma “sangria” localizada no Legislativo brasileiro. Nessa leitura, o problema da corrupção brasileira residia, portanto, no Congresso Nacional, substancialmente povoado pela imoralidade dos políticos envolvidos em esquemas de rapinagem e de propinas. A solução dada pelo jornal parecia simples: barrar a entrada de políticos na Casa Legislativa. Os garantidores desse impedimento na luta anticorrupção, como o próprio título sugere, seriam os juízes eleitorais e os próprios eleitores.

Evocando o §10 do artigo 14 da Constituição, a redação do jornal omite a Lei Complementar nº64 de 18 de maio de 1990, que já regulava o dispositivo constitucional relativo à impugnação de mandatos eletivos. Para os casos de abuso de poder econômico e político, a lei estabelecia que seriam inelegíveis para qualquer cargo aqueles que tivessem “contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado”[156], isto é, os condenados definitivamente, sem possibilidade de recursos, o que provavelmente não enquadraria os políticos recém denunciados pela Operação Sanguessuga. A redação não descreve, neste sentido, o que quer dizer com “comprovadamente envolvidos em corrupção”. Na interpretação da lei vigente seriam os candidatos definitivamente condenados, o que já era fiscalizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não incluindo aqueles que ainda estavam sendo processados.

Pressionando pela ação do TSE, a despeito da condenação ou não do candidato, e mobilizando o combate à corrupção por meio de uma saída focada na legislação eleitoral e no poder dos tribunais eleitorais, observa-se que o discurso em prol da luta

---

investigações, iniciada pela Operação Sanguessuga, de 90 parlamentares (87 deputados e 3 senadores) sobre o esquema de fraude em licitações para a compra de ambulâncias superfaturadas.

[156] BRASIL. Lei nº 64, de 18 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

anticorrupção vai se cercando unicamente de uma solução individualista e passional. Bastaria barrar os candidatos de "ficha suja", que a moralização da política se concretizaria.

Segundo Francisco Fonseca (2011), a corrupção é um fenômeno intrinsecamente político, que se refere à maneira como o sistema político brasileiro está organizado. Afirma o autor que "a lógica do sistema político brasileiro é marcada pela privatização da vida pública, não em termos moralistas aludidos, e sim quanto às estruturas que o sustentam" (FONSECA, 02 set. 2011, n.p.). Nestes termos, a forma como as regras da nossa democracia foram estabelecidas incentiva a engrenagem da lógica dos interesses e de cálculos orientados pelos fins, isto é, uma lógica sobretudo mercantil.

Quanto às campanhas eleitorais, por exemplo, o Brasil e muitas outras democracias admitem o uso de recursos privados. Dentre as abundantes doações aos partidos, sobram evidências de interferência abusiva do poder econômico nas disputas eleitorais. São os casos de doadores que buscam obter vantagens por meio de subsídios, empréstimos ou incentivos, como o ganho em licitações públicas ou recebimento de verbas públicas em entidades privadas. Segundo Carlos Ranulfo Melo (2012), "a ausência ou baixa efetividade dos limites às doações, a existência de um reduzido universo de doadores e a ocorrência de repasses ilegais (o caixa dois) são fatores que podem contribuir para a violação do exercício da representação" (MELO, 2012, p.316).

Outro ponto a ser observado é a difundida prática de governar por meio de amplas coalizões, em razão da fragmentação dos sistemas partidário e eleitoral. Resulta, portanto, na construção de alianças que impactam na coerência e na coordenação das políticas públicas, muitas vezes dominadas pelos interesses das redes privadas que financiam os partidos. Esse imperativo da governabilidade democrática por meio da formação de superblocos ou supermaiorias parlamentares faz parte da cultura política brasileira e,

segundo Marcos Nobre (2013), está em movimento desde a abertura de 1985, no qual o Partido do Movimento da Democracia Brasileira (PMDB) teria sido seu maior expoente e propulsor.

A complexidade do fenômeno da corrupção no Brasil demanda, por um lado, pensar a abundância de regras privatistas do sistema político brasileiro que incentivam práticas de corrupção e, por outro lado, a escassez de mecanismos de punição que reduzam os custos da corrupção ou tornem incertos os seus benefícios. Desse modo, o esgotamento discursivo a respeito da fiscalização da "ficha limpa" dos candidatos como pedra angular da moralização da política sustenta uma postura insuficiente em relação ao combate da corrupção. Em muitos casos, observa-se que essa saída parte da afirmação corrente de que "os políticos são corruptos" e "o brasileiro não sabe votar", obliterando as respostas estruturais para o problema da corrupção. Em acordo com Bruno Carazza (2018), "não são as pessoas, é o sistema. Não é o brasileiro que não sabe votar; são as instituições que garantem a eleição dos corruptos e a impunidade dos corruptores" (CARAZZA, 2018, p.280).

O ano de 2006 foi emblemático nessa saída discursiva de fácil alusão. O ímpeto pela impugnação de mandatos gerou artigos com títulos mais agressivos como "Essa gente não tomará posse" de Dora Kramer no Estado de S. Paulo. Citando trecho da fala do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), a colunista fez um paralelo entre os critérios de admissão de concursados e o direito eleitoral: "'se para prestar um concurso público exige-se do candidato ficha limpa, o normal é que se exija, no mínimo, o mesmo de um

postulante a mandato público'. Mas, ao contrário, este acaba protegido por legislações 'favoráveis a quem rouba', no dizer de Miro"[157].

O artigo de Kramer também questiona o critério da condenação definitiva, por trânsito em julgado, estabelecido pela lei das inelegibilidades então vigente, considerada permissiva em relação a infratores. Defendia que se "a polícia prendeu, o Ministério Público denunciou, a Justiça processou e a imprensa revelou, não há razão para ficarmos naquela situação contemplativa" e apostava na "vitória do bem no final"[158]. Argumentos como esses de Kramer se verificarão adiante e sucessivamente na imprensa, apontando para uma virada semântica moral, na qual o significado de "ficha suja" não se restringiria mais aos candidatos com sentença final e, nesses termos, efetivamente considerados culpados, mas também àqueles que ainda estavam sendo processados e, nesse caso, que nem sequer foram julgados.

Possivelmente a construção dessa indignação moral em relação aos candidatos de "ficha suja" e a própria convocação popular pela ação do judiciário como solucionador moral da corrupção brasileira, tenha dado força à movimentação independente de alguns juízes eleitorais. Para as eleições de 2008, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o desembargador Roberto Wider (TJ-RJ), orientou os juízes eleitorais de sua região a não aceitarem candidaturas de postulantes a cargos de prefeito e vereador que fossem alvos de processo de natureza criminal, independentemente de serem culpados ou não. Baseando-se no artigo 14 da Constituição, Wider assumia que o mesmo critério usado em concursos públicos deveria valer também para o registro de candidatura dos políticos.

---

[157] KRAMER, Dora. 'Essa gente não tomará posse'. Política. *O Estado de S. Paulo*, 06 ago. 2006, p.6.
[158] Idem.

Em entrevista ao Jornal do Brasil no dia 31 de outubro de 2007, Wider faz uma analogia entre a limpeza física das ruas nas eleições, do qual foi responsável como juiz coordenador nos anos 1980, e a limpeza moral a partir da melhora do "padrão" político dos candidatos.

> Em 1985, 86, fui juiz coordenador da propaganda eleitoral no Rio. Nessa oportunidade, consegui o primeiro passo do que eu queria, que chamo hoje de eleições limpas. Modificamos uma praxe que era a de fazer uma sujeira enorme em nome da festa da eleição. Hoje, a cidade mantém-se limpa independentemente das propagandas, e isso não prejudicou em nada o brilho das eleições. Passado esse tempo, volto à área eleitoral e proponho que essas eleições também sejam limpas por dentro, que tenhamos um padrão melhor de candidatos a serem escolhidos pelos eleitores como nossos dirigentes. A idéia é fazer isso com o tempo necessário para que os partidos, ao escolherem seus candidatos, já o façam atentos e preocupados com que essas pessoas tenham condições morais, que na sua vida pregressa tenham esse pressuposto[159].

No vocabulário de Wider, a limpeza interna das eleições seria a limpeza moral, a partir da impugnação de candidatos cuja vida pregressa contenha algum tipo de processo criminal em curso. Afirmava também, na mesma entrevista, que havia descrença da população em relação aos políticos e convocava a resolver o problema "na fonte"[160]. Para isso, Wider lançou mão de algumas estratégias, como a convocação de uma reunião com os partidos, instruindo-os a não lançarem candidatos sem ficha limpa; a inclusão de candidatos que respondiam a processos por improbidade administrativa no entendimento do que é ser "ficha-suja"; e o diálogo com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para a publicização de uma "lista suja" de candidatos, sob critérios próprios.

Proclamando-se um defensor do princípio da moralidade, estabelecido pela Constituição de 1988, Wider defendia que o princípio da presunção da inocência prevalecia somente no direito criminal, enquanto a regulação dos cargos políticos deveria

---

[159] WIDER, Roberto. Operação. [Entrevista concedida a] Kayo Iglesias. País. *Jornal do Brasil*, 31 out. 2007, p.2.
[160] Idem.

privilegiar a proteção da probidade administrativa e da moralidade do exercício público. O estilo retórico do presidente do TRE-RJ se caracterizava por um tom de advertência e de autoridade moral, muitas vezes constrangendo as lideranças partidárias a adotarem os critérios estabelecidos pelo TRE-RJ, independentemente da interpretação da Suprema Corte. Na reunião convocada em junho de 2008 com as lideranças partidárias, Wider alertou aos presentes:

> É uma descortesia nenhum presidente de partido estar presente à reunião. Se eles não querem falar comigo, vão falar com quem? Eu também tenho muita coisa para fazer e estou aqui [...]. O TRE está indo de encontro ao anseio popular. Vocês (os partidos) podem fazer um exemplo de eleições limpas ou continuar com essa sujeira. Neste caso, a justiça eleitoral vai ter que pegar o esfregão e fazer a limpeza[161].

A cobertura da imprensa não só encorajava esse tipo de tratamento abusivo do judiciário brasileiro aos partidos políticos, como o reforçava, utilizando metáforas patriarcais nos títulos das matérias: "TRE dá puxão de orelha nos partidos"[162], "Puxão de orelha constrange PMDB"[163], "Na linha justa"[164] etc. Conquistando a arena pública, a mídia impressa validava o Poder Judiciário a se colocar como representante dos anseios populares, definir prioridades e escolher seus alvos sem precisar prestar contas das suas atitudes à população. Delineava-se um ideal de que o juiz possuía a autoridade moral para decidir o que devia ou não ser de conhecimento da sociedade em eleições, a despeito dos enquadramentos legais.

A atitude do TRE-RJ influenciou grande parte dos tribunais regionais brasileiros, que se comprometeram a analisar a vida pregressa dos candidatos no Encontro do Colégio

---

[161] RABELLO, Ludmilla Rabello. TRE dá puxão de orelha nos partidos. Cidade. *Jornal do Brasil*, 10 jun. 2008, p.A12.
[162] Idem.
[163] IGLESIAS, Kayo. Puxão de orelha constrange PMDB. País. *Jornal do Brasil*, 07 dez. 2007, p.A2.
[164] KRAMER, Dora. Na linha justa. Política. *O Estado de S. Paulo*, 31 out. 2007, p.6.

de Presidentes dos TREs, embora tenham se recusado a divulgar listas de "fichas-sujas" em seus canais de comunicação[165]. Outros como o TRE da Paraíba votaram a tese de que não poderia o judiciário, "sob ausência de lei complementar, estabelecer critérios de avaliação da vida pregressa do candidato para definir situação de inelegibilidade"[166], ou seja, tratar-se ia de uma atribuição do Poder Legislativo, e não do Poder Judiciário. Inevitavelmente, contudo, a atitude de Roberto Wider ajudou a alçar a metáfora da "ficha limpa" a um patamar central da luta contra a corrupção no Brasil, além de pressionar pela mudança do seu conteúdo semântico. Contornando o princípio da presunção da inocência, no seu entendimento, também eram "sujos" os que respondiam a processos, independentemente se foram julgados ou não.

A respeito do posicionamento contra os "fichas-sujas" adotado pelo TRE-RJ e por outros tribunais eleitorais, tanto o *Jornal do Brasil* quanto o *Estado de S. Paulo*, manifestaram apoio em relação à tese da moralidade e da probidade administrativa. Para isso, utilizaram-se de mecanismos, como o uso extensivo de chamadas na capa, manchetes, editoriais entrevistas e seleção de cartas de eleitores favoráveis às atitudes de Wider. O Jornal do Brasil também nomeou as ações do TRE-RJ de "Operação Ficha Limpa"[167] ou de "Operação Urnas Limpas"[168], buscando dar corpo e institucionalidade à sua movimentação. O Estado de S. Paulo, além de divulgar a relação "suja" dos candidatos a prefeito e vice das capitais brasileiras, feita pela Associação dos Magistrados

---

[165] THURLER, Fernanda. TREs não vão divulgar listas das fichas sujas. Cidade. *Jornal do Brasil*, 20 jun. 2008, p.A12.
[166] CARNEIRO, Luiz Orlando. Congresso tem como barrar os candidatos de passado sujo. País. *Jornal do Brasil*, 16 jun. 2008, p.A7.
[167] IGLESIAS, Kayo. Improbidade ameaça eleição de prefeitos. País. *Jornal do Brasil*, 10 dez. 2007, p.A2.
[168] THURLER, Fernanda; CARNEIRO, Luiz Orlando. TRE não vai desistir da Operação Urnas Limpas. Cidade. *Jornal do Brasil*, 12 jun. 2008, p.A16.

do Brasil (AMB), criou um mapa e um gráfico circular, contendo dados quantitativos a respeito da concentração de capitais e de candidatos ficha-sujas por estado da federação.

Em termos práticos, contudo, as candidaturas barradas pelos tribunais regionais, com base na tese da probidade administrativa, não foram sustentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a instância superior. Em junho de 2008, o Tribunal Superior Eleitoral julgou ação movida pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) – que pretendia pressionar por uma declaração do STF de não ser necessária a condenação definitiva prevista na Lei das Inelegibilidades, para a negação do registro da candidatura. Por nove votos a dois, os ministros da Suprema Corte rejeitaram a tese e reforçaram o princípio da presunção da inocência para embasar o direito eleitoral. No entendimento formado pelo Tribunal Superior Eleitoral, expressado pelo ministro Carlos Ayres Britto, então presidente, "enquanto uma sentença penal condenatória não transitar em julgado, todo mundo tem ficha limpa"[169]. Segundo o ministro-relator, Celso de Mello, parafraseado pelo *Jornal do Brasil*:

> O princípio da não-culpabilidade se projetaria além de uma dimensão estritamente penal, alcançando quaisquer medidas restritivas de direitos, inclusive no campo do direito eleitoral. A repulsa, portanto, à presunção da inocência 'mergulha suas raízes em uma visão incompatível com o regime democrático', segundo as palavras do relator. O sistema judicial brasileiro, lembrou, não tolera processos condenatórios irrecorríveis e não aceita a transgressão do dogma da presunção de inocência[170].

Também os inúmeros recursos foram analisados e votados, vencendo o entendimento de que a legislação eleitoral vigente apenas permitiria barrar a candidatura de pessoas com condenação definitiva. Alguns ministros da Suprema Corte foram ainda

---

[169] CANDIDATO ficha suja é consenso nos tribunais. País. *Jornal do Brasil*, 03 jul. 2008, p.A4.
[170] EDITORIAL. Aprendendo com os fichas-sujas. Opinião. *Jornal do Brasil*, 08 ago. 2008, p.A8.

mais enfáticos nas críticas, como Gilmar Mendes, que classificou a divulgação das listas sujas como uma medida "populista"[171].

Os atritos abertos em relação ao conteúdo semântico da definição de "ficha limpa/ficha suja" se estenderam até o final da década de 2000 e a declaração do TSE não foi suficiente para barrar aqueles que defendiam a tese da probidade administrativa. Alguns projetos de lei surgiram com o objetivo de levar adiante essa tese para o legislativo. Uma delas foi de relatoria do Senador Demóstenes Torres (DEM-GO), reunindo 21 propostas, e tinha por base o texto do ex-ministro aposentado do STF, Carlos Velloso. Essa encontrou resistência por parte do Congresso Nacional, uma vez que seus critérios de inelegibilidade retirariam do pleito 145 parlamentares que estavam respondendo a processos no STF, além de gerar especulação sobre o seu uso político por adversários eleitorais[172].

O projeto que conseguiu mobilizar a opinião popular foi conduzido por uma rede de entidades da sociedade civil. Organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Combate à corrupção eleitoral (MCCE)[173] e a Ordem

---

[171] Idem.
[172] FALCÃO, Marcio. Projeto barra os novos 'fichas sujas'. País. *Jornal do Brasil*, 08 jul. 2008, p.A10.
[173] O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas. Ele foi instituído oficialmente durante o período eleitoral de 2002, porém o próprio sítio institucional da organização afirma que suas raízes podem ser localizadas na campanha da fraternidade de 1996, que teve por tema "Fraternidade e Política". A Campanha da Fraternidade é uma atividade ampla de evangelização cristã, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), anualmente em todo o território nacional. Após o lançamento dessa campanha, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), órgão vinculado à CNBB, teria lançado o projeto "Combatendo a corrupção eleitoral" em fevereiro de 1997 - ativismo que teria resultado na iniciativa da Lei 9.840 de 28 de setembro de 1999.
Segundo o sítio institucional, o MCCE teria como objetivo "combater a corrupção eleitoral, bem como realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto visando sempre a busca por um cenário político e eleitoral mais justo e transparente". O movimento é composto por mais de 70 entidades nacionais e organizado em comitês regionais (estaduais, municipais e locais), que estão presentes em quase todos os estados brasileiros e constituídos por representantes da sociedade civil, pastorais, sindicatos, associações e outros grupos organizados e entidades da rede MCCE.
Dentre as entidades que compõem a rede, observa-se um elevado número de associações e organizações jurídicas nacionais, tais como: Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (ABRAMPPE), Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Associação Nacional dos

dos Advogados do Brasil (OAB) se mobilizaram para mudar o entendimento vigente, a partir da alteração da lei complementar nº64, de 18 de maio de 1990, via proposta de lei de iniciativa popular. Essas organizações já haviam se organizado para a aprovação de outra lei de iniciativa popular em 1999, a Lei 9.840, que tornou possível a punição de casos de corrupção eleitoral para políticos já eleitos. Objetivando dessa vez a impugnação das candidaturas, essas organizações da sociedade civil buscaram assinaturas para o que mais tarde ficaria conhecido popularmente como "Lei da Ficha Limpa".

A campanha de apoio ao projeto de lei de iniciativa popular foi lançada no início de abril de 2008, durante Assembleia Geral Anual da CNBB no bairro de Itaici, no município de Indaiatuba, no estado de São Paulo. O mote de apoio teve princípio, portanto, em um evento católico e nele se defendeu o impedimento da candidatura de cidadãos que estivessem respondendo a processos criminais ou já tivessem sido condenados em primeira instância. Para garantir que a proposta de lei fosse votada no Congresso Nacional, precisavam obter, contudo, no mínimo 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, o que equivalia a cerca de 1 milhão e 300 mil assinaturas.

O envolvimento da Igreja Católica, por meio da CNBB, trouxe mais uma vez o apelo moral para a discussão em torno da classificação jurídica de um político "ficha limpa". Dom Odilo P. Scherer, então cardeal-arcebispo de São Paulo e uma das principais vozes do movimento, argumentava em prol da "ficha limpa" dos candidatos para barrar "pessoas não idôneas" para o "desempenho de missões que requerem, além de

---

Advogados Públicos Federais (ANADE), Associação Nacional dos Defensores e Defensores Públicos (ANADEP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) etc. Outras organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Cáritas e a União Nacional dos Estudantes (UNE) também fazem parte do quadro associativo. O Comitê Nacional do movimento é sediado em Brasília e dirigido por uma Secretaria Executiva.

competência, alta confiabilidade moral”[174]. Na avaliação da entidade, o apoio da Igreja se justificava devido à sua neutralidade, garantida pela proibição do lançamento de candidatura de padres a cargos eletivos. Afirmava o então presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, que a “isenção é o que dá autoridade à Igreja para denunciar com clareza o que se opõe ao projeto de Deus”[175].

Desde os primeiros meses de sua criação, os jornais acompanharam e apoiaram a proposta de lei conduzida por essas organizações. No Estado de S. Paulo, uma página inteira foi dedicada a comentar a nova proposta de lei, inicialmente chamada de "Lei da Ficha Suja"[176]. Em uma das matérias, publicava-se de forma resumida os três principais pontos estabelecidos no texto, a respeito de quem não poderia disputar eleições: “1) Quem tenha sido alvo de denúncia pelos crimes contra a fé pública, economia popular, tráfico de entorpecentes, crimes dolosos contra a vida; 2) Aquele cuja denúncia já tenha sido aceita pelo MP ou tenha renunciado ao mandato para escapar de cassação; e 3) Quem foi condenado em qualquer instância, por improbidade administrativa”[177].

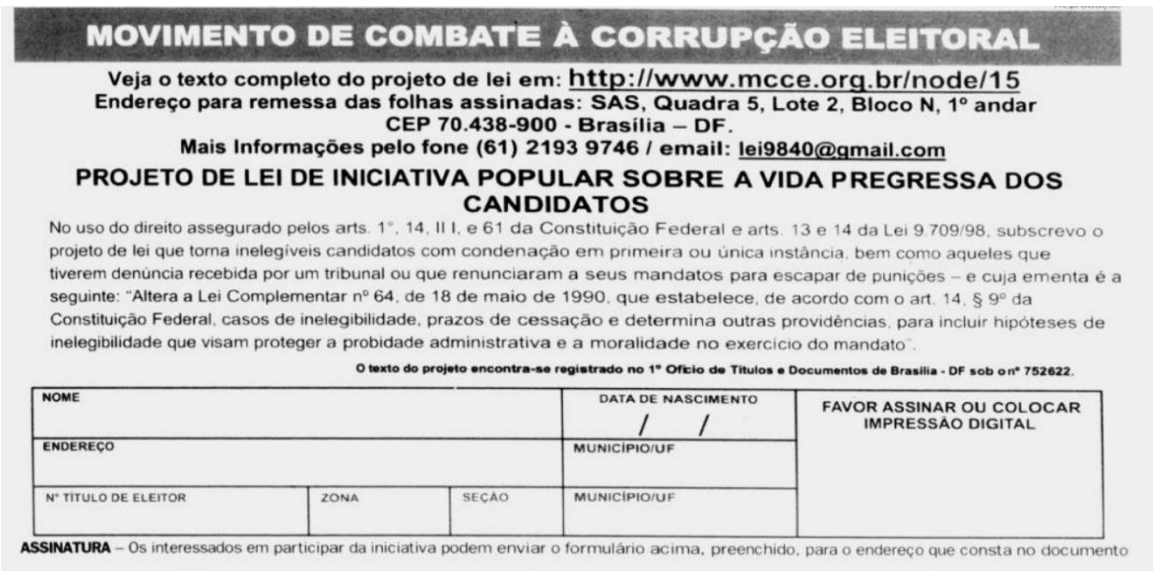
Assim como a posição do TRE-RJ, a proposta de lei partia do argumento de analogia em relação aos critérios de admissão dos candidatos a concurso público. A diferença é que o último restringia mais os crimes e os casos para os quais uma pessoa denunciada poderia ser impugnada, além de definir como inelegíveis aqueles que fossem condenados já em primeira instância. O ímpeto das organizações que conduziram o projeto de lei de iniciativa popular era corrigir o que consideraram uma “lacuna”[178] na

---

[174] SCHERER, Dom Odilo P. Credibilidade política. Opinião. *O Estado de S. Paulo*, 10 mai. 2008, p.2.
[175] PARAGUASSÚ, Lisandra. CNBB tem projeto para vetar registro com ficha suja. Política. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2008, p.12.
[176] SCINOCCA, Ana Paula. Sob pressão, partidos já vetam candidatos ficha-suja. Política. *O Estado de S. Paulo*, 24 jun. 2008, p.6.
[177] Idem.
[178] PARAGUASSÚ, Lisandra. CNBB tem projeto para vetar registro com ficha suja. Política. *O Estado de S. Paulo*, 14 jun. 2008, p.12.

Lei das Inelegibilidades, pressionando, portanto, por uma saída institucional mais democrática, via poder legislativo.

Em agosto de 2008, o termo "Campanha Ficha Limpa" começa a circular nos jornais, enquanto o projeto foi cunhado oficialmente como "Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a Vida Pregressa dos Candidatos". O logo publicado no sítio do MCCE (ver figura 7), cujos dizeres são grafados em uma cor e design que lembra um vidro ao ser limpo, se baseou no uso pictórico do conceito de transparência. A coleta das assinaturas foi feita pelas 42 entidades que formaram o Comitê Nacional do MCCE, incluindo o trabalho de voluntários e de captações em dioceses da Igreja Católica. O *Jornal do Brasil* também reproduziu o formulário integralmente para que os leitores assinassem e mandassem para o endereço do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.



MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

Veja o texto completo do projeto de lei em: http://www.mcce.org.br/node/15
Endereço para remessa das folhas assinadas: SAS, Quadra 5, Lote 2, Bloco N, 1º andar
CEP 70.438-900 - Brasília – DF.
Mais Informações pelo fone (61) 2193 9746 / email: lei9840@gmail.com

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR SOBRE A VIDA PREGRESSA DOS CANDIDATOS

No uso do direito assegurado pelos arts. 1°, 14, II I, e 61 da Constituição Federal e arts. 13 e 14 da Lei 9.709/98, subscrevo o projeto de lei que torna inelegíveis candidatos com condenação em primeira ou única instância, bem como aqueles que tiverem denúncia recebida por um tribunal ou que renunciaram a seus mandatos para escapar de punições – e cuja ementa é a seguinte: "Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato".

O texto do projeto encontra-se registrado no 1º Ofício de Títulos e Documentos de Brasília - DF sob o nº 752622.

NOME			DATA DE NASCIMENTO / /	FAVOR ASSINAR OU COLOCAR IMPRESSÃO DIGITAL
ENDEREÇO			MUNICÍPIO/UF	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF	

ASSINATURA – Os interessados em participar da iniciativa podem enviar o formulário acima, preenchido, para o endereço que consta no documento

Figura 6 - Formulário reproduzido pelo Jornal do Brasil em 25 set. 2009

Figura 7- Logo criado para a "Campanha Ficha Limpa" de autoria do MCCE, disponível em seu sítio eletrônico

Uma vez que o projeto não conseguiu o tempo necessário para ser protocolado e votado a tempo das eleições municipais de 2008, as entidades pressionaram para que ele fosse aprovado até as eleições de 2010, quando seriam eleitos presidente, governadores, senadores, deputados estaduais e federais.

Cabe ressaltar que o movimento não era homogêneo, pelo contrário, a diversidade de entidades que o integravam produziu discordâncias em relação ao projeto da ficha limpa. A OAB, por exemplo, se manifestou a favor de fazer reparos no texto em relação à impugnação de candidatura com base em sentença condenatória por juiz de primeiro grau. O então presidente da OAB, Cezar Britto, defendia que a inelegibilidade só deveria ser estabelecida após a sentença de primeiro grau ser confirmada por tribunais recursais. Na sua opinião, "o juiz é sujeito à erro e o ser humano à paixão política"[179].

---

[179] CARNEIRO, Luiz Orlando. Uma chance para a 'ficha limpa'. País. *Jornal do Brasil*, 04 out. 2009, p.A12.

Durante a Campanha da Ficha Limpa, o então presidente do MCCE era o mesmo presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (ABRAMPPE), o juiz Marlon Reis. Reis também se utilizou do apelo moral e de um vocabulário maniqueísta para defender a proposta. Defendia que "o projeto era baseado na noção de afirmar a política como um espaço para homens e mulheres de bem" e o entendia como uma proposta de fazer uma "reforma mais ampla" na política, que a seu ver, andava "entrelaçada com a criminalidade em alguns pontos"[180].

A fala de Marlon Reis não foi isolada, encontrando eco nas publicações de leitores e colunistas dos jornais, nos quais se verificou um vocabulário marcado pela política como um território criminoso a ser purificado pela vigência da Lei da Ficha Limpa. Dizia um leitor do Rio de Janeiro que "uma lufada de ar fresco no ambiente altamente poluído da política brasileira parece ser o projeto de lei de origem popular pela ficha limpa dos candidatos"[181]. Maria Clara Bingemer, Teóloga e Professora da PUC, conquistou no Jornal do Brasil um espaço para defender diretamente a relação entre a pureza cristã e a Lei da Ficha Limpa.

> A notícia de que o projeto da ficha limpa conseguiu recolher mais de um milhão de assinaturas é alentadora e refrescante como a brisa suave de que fala a bíblia judaica que sinalizava a presença de Deus para o profeta Elias. O ar se purifica, respira-se melhor, os olhos voltam a brilhar. Faz bem sabermos que a sociedade civil não está totalmente passiva e abúlica, resignada a deixar-se afogar em lama e podridão. E que a Igreja volta a assumir seu papel profético no seio dessa sociedade[182].

---

[180] MAZZINI, Leandro. "O crime e a política estão entrelaçados". País. *Jornal do Brasil*. 26 out. 2009, p.A4.
[181] CARTAS. Sociedade aberta. *Jornal do Brasil*, 02 nov. 2009, p.A8.
[182] BINGEMER, Maria Clara. Mandacaru florido e ficha limpa. Sociedade aberta. *Jornal do Brasil*, 02 nov. 2009, p.A10.

Outros eram menos sutis e mandavam cartas com passagens como: "A Lei da Ficha Limpa já tem que valer para outubro, afinal ela é para desratizar as eleições"[183].

Entre as eleições de 2008 e 2010, com a elevação da agenda da moralização da política no legislativo e no debate público, começam a aparecer enunciados que extravasam o sentido da "ficha limpa" como uma qualidade que alguém possui para definir o que alguém é, ou seja, confundindo a pessoa com o seu histórico jurídico. Em 2010, durante a campanha para a presidência e para o governo do Estado, a vida pregressa foi usada como motivo para voto, qualificando o próprio candidato, e não somente seu passado: "o pré-candidato ao senado pelo PPS, o ex-deputado Marcelo Cerqueira fez elogios a Marina Silva e campanha para Serra: 'esse homem tem uma vida limpa, *é um ficha limpa*. Nós somos Serra presidente, Gabeira governador'"[184] [grifo meu]. Essa construção foi observada na fala reproduzida de políticos, na redação dos jornais e nos comentários dos leitores que apoiavam um ou outro candidato: "precisamos de homens de definição. Este paranaense *é político ficha limpa* como o Serra"[185] [grifo meu]. Adotada por grupos de direita e de esquerda, viu-se também sendo usada no sentido crítico à suspeição de candidatos, como observado no trecho reproduzido de Chico Alencar (PSOL-RJ) pelo Jornal do Brasil: "'*ficha limpa mesmo são poucos*. Tem muito é pilantra, bandido, clientelista, ladrão, ou, no mínimo, ingênuos querendo um emprego tranquilo' - disse sob aplausos da plateia"[186] [grifo meu].

---

[183] TEMA do dia: Lula Sanciona ficha limpa sem veto. Fórum dos leitores. *O Estado de S. Paulo*, 06 jun. 2010, p.3.
[184] LEAL, Luciana Nunes. PV esconde Marina em lançamento de Gabeira. Política. *O Estado de S. Paulo*, 24 mai. 2010, p.7.
[185] TEMA do dia: vice gera polêmica na campanha de serra. Fórum dos leitores. *O Estado de S. Paulo*, 27 jun. 2010, p.3.
[186] BRAGA, Carlos. Candidatos que não perdem um debate. Eleições municipais 2008. *Jornal do Brasil*, 24 set. 2008, p.A4.

Apesar dos receios dos apoiadores, dos veículos de imprensa analisados e das lideranças do MCCE, a Lei da Ficha Limpa foi declarada constitucional pela Suprema Corte e validada para as eleições de 2010. No Congresso Nacional, após passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto final chegou a uma posição intermediária em relação à proposta de origem e às críticas recebidas. Incluía-se na lei não só os candidatos que tivessem contra a sua pessoa a decisão transitada em julgado, o que já valia na lei de 1990, mas também aqueles com decisão "proferida por órgão colegiado"[187]. Isso eliminaria a possibilidade de uma candidatura ser impugnada após decisão proferida por apenas um juiz de primeira instância. Sancionada sem vetos pelo então presidente Lula da Silva em 04 de junho de 2010, passou a vigorar no dia 07 de junho, a partir da publicação no Diário Oficial da União (Lei Complementar 135/2010), contando com o apoio de 1.604.815 assinaturas coletadas.

Transformando-se em um dos maiores símbolos da purificação do processo eleitoral e da política, seus maiores críticos apontam o problema dos abusos jurídicos produzidos por essa metáfora que se tornou parte do vocabulário legislativo brasileiro e que tem sido objeto de inúmeras controvérsias nos tribunais eleitorais. Segundo André Garcia Xerez Silva (2020), o perigo reside nos casos em que forças políticas encontram na Lei da Ficha Limpa um instrumento ideológico para interferir judicialmente na política por meio das eleições (SILVA, 2020, p.20). Em termos discursivos, tal avanço de forças se traduziu nos processos semânticos pelos quais o termo passou e provocou. A metáfora

[187] BRASIL. Lei nº 135 de 4 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.

da “ficha limpa” elevando-se à nome de lei e tornando-se substantivo composto criou um marcador ontológico, baseado na autoridade de juízes com poder de influenciar o processo eleitoral. Em outras palavras, um candidato não somente *tem ficha suja* se for condenado definitivamente, com direito à ampla defesa e todas as instâncias recursais. Como uma mácula permanente, um candidato *é ficha-suja* se tiver passado por qualquer decisão proferida por órgão colegiado.

3.2. Lava Jato

A expressão “Lava Jato” se tornou uma das metáforas de maior repercussão da política brasileira nos últimos dez anos, porque nomeou o volumoso e duradouro conjunto de investigações da Polícia Federal, em colaboração com o Ministério Público Federal, com a Procuradoria Geral da República e com a 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que ocorreu entre os anos de 2014 e 2021. Seguindo o rastro de seus termos derivados, cabe observar que a chamada Operação Lava Jato deflagrou outras operações, divididas em 79 fases, que receberam nomes próprios, baseados em empréstimos de fórmulas provenientes de diversas atividades humanas. Eram termos cuja inspiração derivava de expressões em latim, palavras científicas, locuções religiosas, nomes de filmes, fenômenos históricos ou das próprias gírias retiradas das delações dos réus (“acarajé” e “pixuleco”).

Nesse movimento de empréstimos semânticos e pragmáticos, conforme observa Javier Fernandez Sebastián (2024), “numerosas metáforas em desuso são lexicalizadas como conceitos e subsequentemente usadas como metáforas vivas num novo contexto”[188]

[188] No original: “Numerous worn-out metaphors are lexicalized as concepts and subsequently used as living metaphors in a new context”.

(FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2024, p.3). Trata-se de um processo praticamente interminável de conceitualização e metaforização, no qual se vislumbram uma abundância de estados intermédios de cristalização: metáforas conceituais e conceitos metafóricos. Se antes a expressão “lava-a-jato” era basicamente empregada para significar instalação automatizada de lavagem de veículos, localizada em postos de gasolina, a partir de 2014, a alta cobertura da mídia tornou o termo (sem a preposição “a”) praticamente sinônimo de investigações contra a corrupção governamental.

Neste sentido, o termo “Lava Jato” deriva de uma operação de semelhança entre a instalação presente em postos de combustíveis e outra metáfora, que já se tornou comum no vocabulário dos investigadores: a lavagem de dinheiro. Esta operação de semelhança entre o ritual de lavar e a prática ilícita da dissimulação do desvio de ativos financeiros não é linear, uma vez que o termo "Lava Jato" para a operação policial de 2014-2019 não significou nem um, nem o outro termo. Negando suas fontes de inspiração, a metáfora da Lava Jato, cujo objetivo inicial era nomear uma operação contra a corrupção envolvendo doleiros, afirmaria aos poucos um novo sentido direcionado à moralização geral da política brasileira. Mais abrangente, a força-tarefa da Lava Jato, tornando-se nome de operação investigativa e procurando impor-se como paradigma nacional de combate à corrupção, efetivamente produziu uma reviravolta figurativa. Do seu meio de discussões, surgiram conceitos, argumentos e alavancas descritivas-avaliativas que engajaram uma parcela considerável da opinião pública a seu favor.

As investigações começaram com um inquérito, envolvendo José Janene, ex-líder do Partido Progressista (PP) na Câmara dos Deputados. Seguindo o rastro de operações financeiras suspeitas e empresas de fachada de Janene, a Polícia Federal chegou inicialmente aos desvios financeiros cometidos por dois doleiros, Alberto Youssef e Carlos Habib Charter. Youssef já havia sido condenado pelo escândalo do Banestado em

2002 e de Charter se descobriu que realizava operações financeiras não declaradas dentro de um posto de combustíveis, o Posto da Torre, em Brasília. Segundo o coordenador da Força-Tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal, o procurador Deltan Dallagnol:

> Daí veio o nome da operação – Lava Jato –, numa referência ao serviço de limpeza de automóveis que costuma ser prestado em postos de gasolina, mas que não era realizado ali, onde o que havia era um grande esquema de lavagem de dinheiro[189].

Concretamente, o posto abrigava uma lanchonete, uma lavanderia e uma casa de câmbio, mas não um lava-a-jato[190]. Assim, o sentido do nome proveio da associação irônica entre um serviço prestado em postos de gasolina e as operações de lavagem de dinheiro. A ideia veio da delegada da Polícia Federal, Erika Marena, que já havia atuado no escândalo do Banestado contra Youssef[191], registrando o nome da operação no sistema interno da Polícia Federal. Sobre as críticas de que havia errado a grafia original da palavra, a delegada se defendeu:

> Pensei em Lava Jato obviamente por causa do posto de combustível, que era uma lavanderia, e porque eu tinha plena consciência de que não se tratava de coisa pequena. Não estavam lavando coisa pequena, não estavam lavando um carro. Se fosse comparar um carro e um jato, lavariam muito mais um jato. Não ficou faltando um 'a' no lava-a-jato, foi uma brincadeira com a palavra[192].

Do ponto de vista de seus executores, o objetivo da investigação era, desde o princípio, investigar crimes financeiros ligados à lavagem de dinheiro. A ideia da "lavagem" parte da imagem de que os recursos provindos de atividades ilícitas ou não declaradas (propinas, sonegação fiscal, tráfico de drogas, contrabando etc.) são "dinheiro sujo". A construção do "sujo" provém, portanto, da ilicitude da origem desses recursos.

---

[189] DALLAGNOL, Deltan. *A luta contra a corrupção* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017, n.p.
[190] NETTO, Vladimir. *Lava Jato* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016, n.p.
[191] DALLAGNOL, Deltan. *A luta contra a corrupção* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017, n.p.
[192] MARENA, Erika *apud* NETTO, Vladimir. *Lava Jato* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016, n.p.

A lavagem seria a operação intermediária que transforma esses recursos ilícitos em "dinheiro limpo"; "limpo" porque passa por práticas econômico-financeiras que dissimulam ou escondem a origem ilícita desses recursos[193]. "Lavar o dinheiro", neste sentido, é operar com as aparências do sistema financeiro em um jogo entre ocultar e revelar valores de transações.

Tal relação entre práticas financeiras ilícitas com a semântica da limpeza e da sujeira não é exclusiva do vocabulário jurídico brasileiro. Não é por coincidência que a Operação Lava Jato se inspirou, segundo seus próprios executores, na operação italiana Mãos Limpas (*Mani Pulite*), deflagrada em 1992. Assim como a expressão brasileira, mencionada anteriormente na introdução da seção sobre a metáfora da ficha limpa (subcapítulo 3.1.), o significado da vertente italiana se refere àquele que não tem envolvimento com atividade fraudulenta ou ilícita. As "mãos sujas" incluíram empresários, agentes de órgão públicos, ministros, parlamentares e ex-presidentes do Conselho de Ministros, entre outros, cuja quantidade de incriminados chegou à soma impressionante de 4200 pessoas aproximadamente[194]. A *Mani Pulite* ficou conhecida pelo abalo político, não só devido ao elevado número de condenados, mas também devido ao

---

[193] A "lavagem de dinheiro" pode ser executada de diversas maneiras. Segundo o então juiz da operação, Sergio Moro (2021), uma prática muito comum no período do Banestado e da Lava Jato consistia em depositar o valor roubado, traficado ou sonegado (o "dinheiro sujo") em contas-correntes comuns em nome de pessoas interpostas, denominadas vulgarmente de "laranjas", e depois fazer a transferência do dinheiro dessas contas para contas do tipo CC5 (contas que facilitavam transferências para o exterior). Outra forma consistia em depositar o dinheiro em contas-correntes de "laranjas" e depois levar fisicamente o dinheiro, por meio do saque, para países fronteiriços, retornando para o Brasil como se fosse um dinheiro proveniente de atividade comercial internacional. Essas práticas eram executadas por doleiros contratados clandestinamente. Uma vez na CC5, o dinheiro seguia para contas de passagem no exterior para depois chegar às contas reais do dono, geralmente em paraísos fiscais, tornando o "dinheiro limpo". Para dificultar o rastreamento bancário, as contas comuns dos "laranjas" no Brasil eram utilizadas por cerca de um mês e depois encerradas (MORO, 2021, n.p.).

[194] DAVIGO, Piercamillo. Itália: um país resignado? In: PINOTTI, Maria Cristina [et al.] (org.). *Corrupção:* Lava Jato e Mãos Limpas. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.

desenvolvimento, em prazo relativamente curto, das investigações e ao uso político da mídia e da opinião pública como bases de apoio para a ação dos promotores.

Apesar de considerada um sucesso inicial, alguns integrantes da Lava-Jato identificaram falhas e limites nas consequências da Operação Mãos Limpas. Em comparação com a operação italiana, o juiz responsável pela condução das investigações no Brasil, Sergio Fernando Moro, lamentou que "a partir de 1994 houve uma reação política e uma série de medidas que minavam os avanços anticorrupção"[195] sendo aprovadas na Itália, "frustrando as expectativas de se construir um sistema político mais íntegro"[196]. Segundo Moro, seu aceite ao cargo de Ministro da Justiça ainda como juiz da Lava Jato, questão que será mais bem explorada nas próximas páginas, "foi vista como uma chance de, pelo menos, tentar evitar os retrocessos que ocorreram na Itália após a Operação Mãos Limpas"[197].

Os procuradores da Lava Jato, Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon, também questionaram os resultados da operação italiana, os comparando com expectativas desejadas para o futuro político no Brasil.

> O erro italiano com a operação Mãos Limpas foi colocar as expectativas de mudanças de modo excessivo sobre o Poder Judiciário. O controle da grande corrupção depende de mudanças nas condições dos ambientes político, empresarial e de justiça criminal que hoje favorecem a corrupção. E isso só pode ser feito por meio da política. Na Itália, foram mantidos no poder os mesmos políticos envolvidos até o pescoço em esquemas, e o desfecho era previsível: não apenas as reformas deixaram de ser feitas, mas também as investigações foram sabotadas[198].

---

[195] MORO, Sergio. *Contra o sistema da corrupção* [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2021, n.p.
[196] Idem.
[197] Idem.
[198] DALLAGNOL, Deltan; POZZOBON, Roberson. Ações e reações no esforço contra a corrupção no Brasil. In: PINOTTI, Maria Cristina [et al.] (org.). *Corrupção:* Lava Jato e Mãos Limpas. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019, p.181.

Não por acaso, ainda em 2015, no segundo ano da Lava Jato, Dallagnol, afirmando buscar "fechar as brechas da lei que proporcionam, em regra, a impunidade de corruptos e corruptores"[199] esteve à frente, junto com outros integrantes do Ministério Público Federal, da elaboração de propostas legislativas que ficaram conhecidas como "Dez Medidas Contra a Corrupção". Esse pacote de medidas foi apresentado como projeto de iniciativa popular para o Congresso Nacional e Dallagnol se tornou um dos maiores divulgadores do projeto, junto a movimentos sociais de direita, como o Movimento Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre.

Apesar do explícito entusiasmo na proposição de leis durante as investigações, esses órgãos mantinham o discurso de serem imparciais, técnicos e apartidários. A comprovação da parcialidade e da conduta fora dos limites da lei proveio do vazamento de mensagens telefônicas publicadas pela agência de notícias The Intercept Brasil em 2019. Uma das mensagens interceptadas chama a atenção porque o juiz Sergio Moro, em conversa com o procurador Deltan Dallagnol, fala especificamente em "limpar" o Congresso.

> Ainda desconfio muito de nossa capacidade institucional de limpar o congresso. O melhor seria o congresso se auto limpar mas isso não está no horizonte. E não sei se o STF tem força suficiente para processar e condenar tantos e tão poderosos[200].

Dallagnol então continua: "precisamos atacar e avançar no âmbito legislativo tanto quanto nas ações penais"[201]. Também pede que Moro assumisse "mais" as Dez

---

[199] DALLAGNOL, Deltan. *A luta contra a corrupção* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017, n.p.
[200] LEIA os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept. *The Intercept Brasil*, 12 jun. 2019. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/. Acesso em: 20 out. 2024.
[201] Idem.

Medidas Contra a Corrupção ou "outras mudanças em que acredite também"[202], afinal a sociedade "espera líderes sérios e reconhecidos que apontem o caminho"[203]. E completa: "Você é o cara. Não é por nós nem pelo caso (embora afete diretamente os resultados do caso), mas pela sociedade e pelo futuro do país"[204].

Neste sentido, a despeito da postura apolítica publicizada por seus órgãos responsáveis (MPF, PF e 13ª Vara Federal de Curitiba), importa ressaltar que os principais agentes que conduziram as investigações da Lava-Jato desenvolveram um projeto político, um *telos* que gostariam de alcançar para o destino da luta contra a corrupção no Brasil. E este destino caía na promoção de leis para o Congresso Nacional, que modificariam o sistema jurídico brasileiro, além do impedimento penal de políticos considerados "sujos". Nas "Dez Medidas Contra a Corrupção", uma das propostas apresentadas conferia ao Judiciário um novo motivo autorizador da prisão preventiva de uma pessoa presumidamente inocente, como instrumento destinado a garantir a recuperação de bens. Outras medidas limitavam o uso do habeas corpus e permitiam o uso de provas ilícitas, ampliando a autoridade penal dos juízes e restringindo direitos e garantias fundamentais da Constituição[205].

A parcialidade da operação também pode ser observada pelo uso seletivo da mídia e da opinião pública brasileira, similar à antecessora italiana, vazando informações sigilosas no sentido de provocar a opinião pública em prol da legitimação de ações penais mais punitivas. Em acordo com João Feres Jr. et al. (2018), a cobertura da Lava Jato pela

---

[202] Idem.
[203] Idem.
[204] Idem.
[205] Sobre a avaliação da proposta do Ministério Público Federal, ver documento crítico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *10 medidas em cheque*: uma análise crítica das propostas de combate à corrupção, 16 set. 2016. Disponível em: https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/imagens/d8a82703a08b4a4096424c576bdff239.pdf. Acesso em 20 out. 2024.

mídia brasileira foi além de um esquema colaborativo. Feres Jr. et al (2018) afirmam que as operações inauguraram um "novo paradigma de relacionamento da grande mídia com a política" (FERES JR. et. al, 2018, p.208), baseado na

> Aliança entre a grande mídia e as instituições do Sistema de Justiça, contra os poderes eleitos da República, Executivo e Legislativo. No plano do discurso, contudo, o que se dá é a redução da política ao problema da corrupção, algo que já estava sendo praticado na cobertura dos escândalos há décadas, mas que assumiu uma radicalidade sem precedentes (FERES JR. et al, 2018, p.208).

Esse relacionamento foi analisado por inúmeros historiadores, cientistas políticos e juristas, que questionaram as bases da investigação, principalmente o excesso de prisões preventivas, o uso instrumentalizado das delações premiadas e o "*timing* eleitoral" (MOTTA, 2018, p.437) das ações coercitivas e dos vazamentos, que constrangiam figuras do Partido dos Trabalhadores e poupavam seus adversários.

Assumindo que o objetivo desta seção não é apresentar uma história cronológica da Operação Lava Jato, mas explorar a história linguística das metáforas da limpeza, a organização da pesquisa privilegiou as divisões discursivas encontradas nas fontes do jornal O Estado de S. Paulo, dos diálogos vazados e publicados pela agência de notícias The Intercept Brasil e de trabalhos escritos pelos agentes públicos da Operação Lava Jato (Sergio Moro, Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon). Neste caso, a primeira subseção se dispõe a analisar a relação profundamente explorada da metáfora da limpeza ao jogo visual da transparência e do ocultamento durante as investigações. A segunda subseção se propõe a analisar três eixos principais discursivos que se cruzaram com a defesa da limpeza e da purificação políticas: 1) a vilanização e a heroicização de agentes públicos; 2) a construção de uma dicotomia entre a verdade e a mentira; e 3) a defesa interessada da ideia de que "a lei é para todos".

Aquilo que se cobre e aquilo que se vê

"*Ce qui se recouvre et ce qui se voit*" ("Aquilo que se cobre e aquilo que se vê") é o nome de um subcapítulo do livro "*Le propre et le Sale*" ("O limpo e o sujo") escrito pelo historiador italiano, sediado na França, Georges Vigarello [1985] 2014. Pesquisando os costumes de higiene corporal do fim da Idade Média, Vigarello [1985] 2014 observa que há um jogo de visão que delimita os códigos de limpeza deste período. Entre os séculos XIII ao XVI, a prioridade da lavagem da pele residia nas partes visíveis aos olhos da sociedade: as mãos e o rosto. As roupas, especialmente as camisas brancas, também recebiam atenção para o cuidado com a lavagem. As partes escondidas do corpo sob as vestimentas, por sua vez, eram sumariamente negligenciadas. Isso se explica, porque em vez de uma preocupação com a saúde ameaçada, dizia Vigarello, "a obrigação, feita sem desvios ou comentários, era moral. Seu objeto era a decência antes de ser a higiene"[206] (VIGARELLO, [1985] 2014, p.55)[207].

Ao pesquisar a Lava Jato, notei uma semelhança nas fontes analisadas com o raciocínio de Vigarello ([1985] 2014). Um jogo entre velar e desvelar, entre ocultar e descobrir esteve presente em grande parte das metáforas da limpeza e da sujeira adotadas durante a operação. Direcionadas ao tema da corrupção, sem nenhuma dúvida, ficou evidente a construção de tudo o que é ilícito é sujo e escondido e tudo o que é lícito é

[206] No original: "L'obligation, faite sans detour ni commentaire, est morale. Son objet est la decénce avant d'être l'hygiène".

[207] Na leitura de autores e autoras que pesquisaram hábitos de higiene no Brasil colonial, observa-se a repetição do mesmo costume de lavar as mãos e o rosto, em detrimento da ablução total do corpo. Leila Mezan Algranti (1997), que pesquisou os ritos de limpeza no âmbito da família e da vida doméstica, por meio das fontes dos cronistas e viajantes, destaca também a lavagem rotineira dos pés, um costume que não se via na Europa: "chamam a atenção, entre os costumes domésticos, certos hábitos de higiene, como o de lavar as mãos antes e depois de comer, quando um escravo carregando jarra, bacia e toalha as passava aos convivas. Antes de dormir também se tinha o costume de lavar os pés, hábito atribuído aos paulistas desde os primórdios da colonização, para evitar certas infecções, como o célebre 'bicho-de-pé', provenientes do fato de andarem descalços" (ALGRANTI, 1997, p.55-56).

limpo e descoberto. As práticas de corrupção, caracterizadas como sujeira, foram metaforizadas em inúmeras expressões como "mar de lama[208]", "esgoto a céu aberto", "mãos sujas", "jogo sujo", "manobra suja", entre outros termos, que vão além da semântica da limpeza e da imundície, mas que mantém essa relação entre o ocultamento e a descoberta (exemplos: "fratura exposta", "superfície arranhada", "justiça cega", "o rei está nu" etc.). Para os corruptores, falavam até mesmo em "ratos" que infestavam o país.

As analogias da limpeza e da sujeira no vocabulário lavajatista, contudo, incorporaram significados mais próximos da contemporaneidade, que foram desdobramentos semânticos e ritualísticos de mudanças surgidas na modernidade. Apesar de manterem uma lógica visual, observada por Vigarello ([985], 2014) no fim da Idade Média, as transformações contemporâneas remodelaram a dinâmica do olhar quanto à identificação das impurezas dos corpos e dos ambientes. Trata-se da teoria microbiana, que reconfigurou as causas das doenças, localizando organismos microscópicos[209] como

---

[208] Cabe destacar que a expressão "mar de lama" se tornou extremamente popular no vocabulário republicano brasileiro durante o segundo governo de Getúlio Vargas, quando o próprio presidente deixou escapar que se encontrava em um "mar de lama", após terem sido divulgados os esquemas de funcionários da presidência pelas investigações conduzidas pela polícia e Aeronáutica, expressão que "passou de boca em boca", segundo Thomas Skidmore (1969, p.177). A expressão foi reapropriada pela imprensa e pelos udenistas, que, após terem perdido as eleições de 1945 e 1950, acirraram o discurso dos perigos poluidores com os escândalos surgidos em 1953, contra Getúlio Vargas e seu filho, Lutero Vargas (SKIDMORE, 1969, p.177).

[209] Não que a grande contribuição da teoria microbiana seja a descoberta dos micróbios em si. Micro-organismos já eram conhecidos desde pelo menos o século XVII, sob o nome de "animálculos". Eles somente não eram incorporados sob o escrutínio de nenhuma teoria; nenhum corpo de técnicas ou procedimentos que pudesse lhes dar uma função social e científica, aquela que verificaria a importância dos micro-organismos em inúmeros processos de adoecimento. Além disso, uma advertência é necessária a respeito do desenvolvimento de técnicas de limpeza antes da afirmação da microbiologia e das pesquisas de Louis Pasteur. A assepsia, por exemplo, que contribui enormemente para a preservação da vida, é constantemente confundida em algumas literaturas como originária da teoria microbiana. Sua descoberta, porém, se deu em 1848, o ano em que Pasteur ainda estava desenvolvendo estudos na cristalografia. Segundo a "História da Medicina" de Roy Porter (2008), o médico húngaro Ignaz Philipp Semmelweis teria sido o pioneiro na prática da assepsia, a partir da observação empírica de mortes por febre puerperal na clínica de obstetrícia do hospital de Viena. Observando os índices de mortalidade em pacientes atendidas por médicos que recém saíam das salas de autópsias, Semmelweis instituiu uma política rigorosa de lavagem de mãos e dos instrumentos em solução de cal clorada para evitar a passagem de elementos contagiosos não identificados das mãos dos profissionais para as pacientes. Mais tarde, os trabalhos do cirurgião Joseph Lister teriam introduzido técnicas mais efetivas para a assepsia e, somente em 1874,

os principais agentes patogênicos. Ao voltar a atenção para o "infinitamente pequeno" (LATOUR, 1986, p.351), ou seja, para aquilo que estava escondido, o entendimento social sobre o "sujo" ou sobre aquilo que mereceria ser "limpo" passou a englobar partes ocultas ou invisíveis, que antes eram desconsideradas nos rituais de limpeza. O olhar do asseio contra o sujo tornou-se, portanto, mais exigente, recebendo uma carga surpreendente de vigilância.

Na recepção das teses da microbiologia no Brasil, Sant'anna (2011) assinala que a "higiene" passou a ser entendida como um instrumento privilegiado de promoção do conforto e do progresso e que essas ideias modificaram o "imaginário da limpeza" (SANT'ANNA, 2011, p.306):

> com a divulgação das pesquisas em microbiologia, os perigos da sujeira e da doença exigiram uma higiene diferente das defumações e outras práticas usuais até então. Os micróbios existiam aos bilhões, e nenhum lugar estava a salvo da sua presença. Reportagens publicadas nos jornais de inúmeros países alertavam educadores, autoridades públicas e pais de família sobre esse perigo minúsculo, porém avassalador [...]. A partir daí, o imaginário da limpeza sofreu modificações significativas. A sujeira vista a olho nu passou a ser apenas uma parte do risco, pois outro problema grave, impossível de ser flagrado sem a ajuda de um microscópio, ameaçava a saúde de todos. Por conseguinte, a higiene posterior à microbiologia tornou-se uma arma diante da qual as expectativas de médicos, engenheiros e muitos brasileiros letrados não eram pequenas (SANT'ANNA, 2011, p.306).

Nestes termos, criaram-se verdadeiras "cruzadas sanitárias" contra os germes no século XIX, incorporando procedimentos rígidos de profilaxia, reproduzidos dos hospitais e dos laboratórios, aos ambientes domésticos, aos corpos e ao próprio conjunto da sociedade.

A reatualização de tais metáforas no século XXI permite um empréstimo não só de termos e conceitos provenientes de outros horizontes de sentido, mas também dessa

---

Pasteur teria sugerido a fervura dos instrumentos como método de esterilização (PORTER, 2008, pp.203-204).

relação visual, quase implícita, entre aquilo que o olho vê e aquilo que o olho não alcança. Trata-se da emergência dos tempos, descrita por Koselleck (2014, p.9), na qual contextos "completamente heterogêneos", que remetem a diversos planos, com durações e origens distintas, ressurgem, reclamando seu lugar no presente. Em termos oficiais, a Operação Lava Jato traduzia esse jogo visual - que já vinha sendo simulado desde os hábitos coloniais à modernidade – por meio do conceito republicano da "transparência". Assim, "limpar" é revelar o que está oculto, fazendo transparecer a sujeira escondida sob o governo e as instituições estatais. Nestes termos, os signos da limpeza, decodificados como princípio da transparência e como metáforas visuais, justificaram pelo menos três atitudes polêmicas dos agentes e defensores da Operação Lava Jato: 1) os vazamentos ilegais; 2) a postura de que políticos faziam "vista grossa" para a corrupção; e 3) a vinculação das estatais à imagem subterrânea da clandestinidade.

Quanto aos vazamentos, a própria metáfora induz à interpretação visual de que uma substância escapou de um espaço interno e extrapolou para um espaço externo. Sob o âmbito da Operação Lava Jato, os vazamentos provinham ou das delações dos próprios réus ou da publicização de conversas e mensagens telefônicas grampeadas pela Polícia Federal. A despeito do direito ao sigilo das informações dos investigados, o principal argumento era: se não deviam nada, não tinham o porquê escondê-las. Seus críticos, contudo, apontaram o uso abusivo do recurso dos vazamentos de delações que ainda não haviam sido provadas, principalmente em época de eleições. O vício jurídico residia na ideia de que importava mais o conteúdo revelado do que a prova em si.

Segundo Leonardo Avritzer (2018), uma das problemáticas destes vazamentos consistiu na apropriação distorcida do instrumento da delação premiada. No caso da Lava Jato, tornou-se comum decretar a prisão preventiva, uma medida teoricamente excepcional no direito brasileiro, com o objetivo de forçar a delação premiada. Os acordos

de delações com os empreiteiros, por sua vez, tinham como objetivo principal chegar aos membros do sistema político. Para as prisões ocorridas nos anos de 2016 a 2018, os vazamentos se tornaram ainda mais seletivos, perdendo o foco em descobrir os delitos ocorridos na Petrobras, para serem "quase todos ligados às figuras de Lula e Dilma". Segundo Avritzer (2018):

> Informações relevantes como a da propina de 100.000 milhões de dólares na venda da Peres Compac durante o governo FHC não são nem sequer investigadas. Três depoimentos mencionando o Senador Aécio Neves levaram seis meses para serem divulgados e não conduziram a quaisquer investigações. Hipóteses de delação premiada que desgastam um partido ou um político são imediatamente vazadas para a imprensa. A ação política tornou-se tão desenfreada neste terceiro momento da Lava Jato, que se perde a necessidade de justificar a investigação em termos de delitos cometidos na Petrobras (AVRITZER, 2018, p.42).

Apesar de Fernando Henrique Cardoso, presidente antes de Lula da Silva pelo PSDB-SP, ter sido citado algumas vezes em delações durante a Lava Jato, inclusive sob acusação de ter recebido caixa dois de grandes empreiteiras nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, suas denúncias não tiveram andamento, nem suas delações foram encaradas como escândalos políticos. Em chats internos vazados pela agência de notícias do The Intercept Brasil, o procurador Deltan Dallagnol criou uma denúncia ilusória apenas para, em suas próprias palavras, "passar recado de imparcialidade"[210]. O juiz Sergio Moro, em conduta incondizente com o código de ética da magistratura brasileira, ainda teria advertido o procurador para "melindrar alguém cujo apoio é importante"[211]. Neste sentido, os vazamentos da Lava Jato se pautaram em uma transparência seletiva, uma vez que o conteúdo vazado esteve subordinado aos objetivos políticos da operação.

---

[210] MARTINS, Rafael Moro [et al]. As mensagens secretas da Lava Jato – Parte 8. *The Intercept Brasil*, 18 jun. 2019. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc-apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/. Acesso em: 21 nov. 2024.
[211] Idem.

Não obstante a escandalização política promovida pelos vazamentos seletivos, O Estado de S. Paulo, no editorial "O PT às voltas com a justiça"[212], chamou de "divulgação legítima"[213] e criticou as reações críticas de Lula como um "produto de má fé"[214]. Os articulistas do jornal O Estado de S. Paulo também não perderam a oportunidade de elogiar a conduta "transparente" do juiz Sergio Moro. No contexto do vazamento dos grampos telefônicos de Lula da Silva, o jornalista Carlos Alberto Di Franco afirmou que:

> O juiz Sergio Moro atendeu ao princípio da publicidade ao retirar o sigilo da gravação, já que o interesse público justifica claramente sua divulgação. Não houve invasão de privacidade do ex-presidente. A informação era um dever. É uma clara questão de interesse público. Os grampos rasgaram a embalagem e mostraram o produto. Lula, despido das lantejoulas, de João Santana, é torpe e indigno. Um triste capítulo da nossa História[215].

O artigo "O juiz Moro e a transparência" do desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Rogerio Medeiros Garcia de Lima, legitimava as ações de seu colega de profissão, ao sustentar a licitude dos vazamentos também a partir do princípio da publicidade. E completa, citando Louis D. Brandeis, antigo ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos: "a luz do sol é o melhor desinfetante"[216].

Os leitores, por sua vez, faziam coro às investidas do juiz:

> L1[217] de São Paulo: A população tem todo o direito de saber o que fazem os políticos com a dinheirama arrecadada e desviada[218].
>
> L2 de São Paulo: O ex-presidente Lula preocupa-se mais com os vazamentos das investigações da Operação Lava-Jato que com a verdade. Ora, se as denúncias são verdadeiras e parece que são, não há de se preocupar com quem

---

[212] EDITORIAL. O PT às voltas com a justiça. *O Estado de S. Paulo*, 16 out. 2014, p.A3.
[213] Idem.
[214] Idem.
[215] FRANCO, Carlos Alberto Di. Lula, exposição necessária. Opinião. *O Estado de S. Paulo*, 28 mar. 2016, p.A2.
[216] LIMA, Rogério Medeiros Garcia de. O juiz Moro e a transparência. *O Estado de S. Paulo*, 16 abr. 2016, p.A2.
[217] A adoção da nomenclatura "L#", no qual "#" representa um número, é usada neste subcapítulo com o objetivo de diferenciar os comentários de leitores da mídia impressa, sem a divulgação de suas autorias.
[218] PETROBRAS e petrolão: manobra diversionista. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo*, 15 out. 2014, p.A2.

> elas vão atingir, mas sim com o bem do país. [...] O povo quer transparência e punição, seja para quem for[219].
>
> L3 de São Paulo: Não se entende o motivo do sigilo das delações da Odebrecht. Os brasileiros devem saber o nome de todos os envolvidos e o andamento das investigações. A transparência evita vazamentos e acusações e é uma razão de passar o Brasil a limpo[220].

A relação abusiva e sucessiva entre a prisão preventiva, a delação premiada e os vazamentos caracterizou uma conduta jurídica que relativizava a garantia constitucional fundamental da presunção de inocência[221], questão que vimos se desenvolver na análise da história linguística da lei da ficha limpa.

Outra atitude polêmica da operação construída em torno do signo da transparência é a de que os políticos, particularmente aqueles filiados ao Partido dos Trabalhadores, faziam "vista grossa" para a corrupção. Ou seja, sabiam de tudo e participaram, ou sabiam de tudo e simplesmente não denunciaram. A metáfora da "vista grossa" subentende que os altos cargos políticos tem o poder de ver ou perceber tudo o que ocorre nas instituições estatais, e em certos casos, até de comandar o esquema criminoso. A Lava Jato foi entendida, portanto, como uma oportunidade de acabar com a cegueira do mundo político e provocar o passado dos governos petistas: "O PT está aí há 12 anos. Lula fez vista grossa para a corrupção?"[222].

O Estado de S. Paulo chegou a publicar um editorial em 2014, cujo título afirmava o que a própria investigação não havia provado: "Lula e Dilma sempre souberam". Neste editorial, o jornal assume o papel de inquisidor, levantando o caso de janeiro de 2010, quando Lula vetou dispositivos da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, que

---

[219] OPERAÇÃO Lava Jato. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo*, 22 dez. 2014, p.A2.
[220] DELAÇÕES. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo*, 05 mar. 2017, p.A2.
[221] O princípio da presunção de inocência está previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal e garante, entre outros direitos, que: o acusado não sofra com medidas que restrinjam seus direitos; o sistema judicial seja imparcial; e a acusação tenha o ônus probatório.
[222] GABEIRA, Fernando. Apocalipse, agora. Opinião. *O Estado de S. Paulo*, 21 nov. 2014, p.A2.

autorizava o bloqueio de despesas de contratos da Petrobras por identificar irregularidades nos valores repassados pela empresa. Afirmava o editorial: "até um cego enxerga que governos petistas permitiram, quando não estimularam, as irregularidades na Petrobras. E agora está claro e confirmado que Lula e Dilma não desconheciam o assalto à maior empresa brasileira"[223].

Para descredibilizar figuras ligadas ao governo que afirmavam não ter conhecimento dos esquemas até a prisão do diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a ironia foi bastante explorada como recurso retórico. Para clarear o ambiente turvo da corrupção no Brasil, exclamava um leitor: "Haja água para tanta sujeira!"[224]. E questionou como Dilma Rousseff e a então presidente da Petrobras, Graça Foster, não sabiam de nada. Outra leitora comparou Dilma Rousseff e Lula da Silva ao provérbio budista dos macacos Kikazaru, Iwazaru e Mizaru, que escondem cada um os olhos, a boca e os ouvidos. A leitora zombava de como os eleitores brasileiros poderiam acreditar que a presidente e o ex-presidente poderiam ser "cegos, surdos e mudos" ao que estava acontecendo na Petrobras[225].

Por fim, o discurso da transparência atingiu as estatais, que foram associadas a imagens de obscuridade e de clandestinidade. Quanto às grandes empresas privadas, suas responsabilidades como agentes corruptores – cuja autonomia lhes permitiu organizar entre si um cartel para controlar os processos licitatórios -, foram substancialmente reduzidas no funcionamento sistêmico da corrupção. Algumas vezes foram consideradas até vítimas do esquema supostamente comandado e conduzido pelas estatais. Dizia um

---

[223] EDITORIAL. Lula e Dilma sempre souberam. *O Estado de S. Paulo*, 14 nov. 2014, p.A3.
[224] A 'ZELITE'. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo*, 16 nov. 2014, p.A2.
[225] CEGOS, surdos e mudos. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo*, 16 nov. 2014, p.A2.

leitor de São Paulo: “os responsáveis por empresas fornecedoras não são corruptores. São vítimas de chantagens da compradora, no caso, a Petrobrás”[226].

A solução fácil apareceu nas cartas de muitos leitores do Estado de S. Paulo:

> L1 de Espírito Santo do Pinhal: A única solução para acabar com a corrupção endêmica na Petrobrás é a privatização total [...]. Os compradores devem ser as gigantes do petróleo mundial, as americanas, as britânicas, ou a francesa, para limpar, mudar tudo e gerar tributos bilionários para o tesouro nacional[227].
>
> L4 de São Paulo: Está comprovado, estatais só servem para maracutaias, roubalheiras e malfeitos. Só privatizando mesmo![228]

Na descredibilização de todas as empresas estatais, não só da Petrobras, junto à solução da privatização generalizada, observou-se o discurso de que tudo relacionado ao controle do Estado era considerado subterrâneo e sujo. Alguns articulistas do jornal, como Sergio Fausto, diretor executivo da Fundação FHC, foram explícitos ao afirmar que a ideologia do Estado como motor do desenvolvimento seria o "terreno ideológico"[229] para esquemas de corrupção “nos moldes do petrolão”[230].

Sob esta lógica, concluía-se que uma das funções da Lava Jato seria “moralizar os costumes da Petrobrás” e continuar a “limpeza” em outras empresas públicas: “a Polícia Federal deve continuar a investigar e ajudar a limpar as estatais brasileiras: Eletrobras, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios etc. Fica aí a sugestão!”[231]. Resta evidente que tal imagem de limpeza e de transparência interessa particularmente àqueles que concebem as empresas estatais como meros entraves à livre ação do mercado e à livre entrada de capital internacional, ou seja, para aqueles que se identificam com a ideologia neoliberal.

---

[226] SOBRE as últimas prisões na Lava Jato. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 15 nov. 2014, p.A3.
[227] PIZZABRÁS ou Petrobrax. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 26 nov. 2014, p.A2.
[228] ESTATAIS. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 22 dez. 2014, p.A2.
[229] FAUSTO, Sergio. O petrolão não é um caso isolado. Opinião. *O Estado de S. Paulo,* 30 nov. 2014, p.A2.
[230] Idem.
[231] PRÓXIMOS passos. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 26 dez. 2014, p.A3.

Em 2016, já tendo passado por inúmeros prejuízos devido à ação descoordenada da Operação Lava Jato, que não teve o cuidado de proteger o cabedal técnico acumulado pela Petrobras, o editorial elogiava o começo de uma "faxina contábil" interna:

> essa limpeza é o aspecto mais positivo das últimas demonstrações financeiras. Ao revalorizar a transparência, a empresa caminha, segundo o presidente Aldemir Bendine, para o 'resgate de sua credibilidade' [...]. Ainda será preciso remover muito entulho dos anos de baderna.

A opinião oficial do jornal parecia sustentar que os ajustes microeconômicos de controle fiscal interno fossem suficientes para liquidar os problemas de solvência e credibilidade enfrentados pela empresa nos mercados nacional e internacional. Neste sentido, verificou-se que a operação Lava Jato caminhou junto ao discurso em prol de uma cultura auditorial, baseada na defesa da eficiência econômica de medidas austeras de ajuste fiscal, controle de gastos públicos, redução do tamanho do Estado e privatização, apontando-as como soluções principais para o problema de corrupção na Petrobras, junto à prisão dos agentes corruptores.

Luiz Gonzaga Bellluzo (2018) afirma que, como consequência da Operação Lava Jato, houve a desorganização de uma cadeia produtiva fundamental para a economia brasileira - a cadeia de infraestrutura -, que envolvia empresas de geração de energia, de estradas, de aeroportos, entre outras, que inclusive, teriam o papel de ajudar na recuperação da economia. Com os ataques da Lava Jato, inúmeras obras tocadas pelas empresas afetadas foram paralisadas, impactando na geração de emprego e de renda. Nos Estados Unidos, segundo Belluzo (2018), casos recentes de corrupção tem sido tratados pelo Departamento de Justiça e pela *Securities Exchange Comission* com severas aplicações de multas, porém preservando as empresas.

Sob o ponto de vista de Belluzo (2018), é possível inverter o raciocínio do diagnóstico neoliberal, e compreender o problema da corrupção sistêmica a partir do momento que a lógica privada invade o interesse público. Assim não é o excesso de

controle estatal que gera a corrupção, mas, pelo contrário, é o acoplamento dos interesses do mercado aos órgãos e entidades estatais.

> a concorrência entre as grandes empresas e as trapaças ideológicas dos mercados financeiros não só arrastam o Estado para a arena dos negócios, como também atraem a rivalidade privada para o interior das burocracias públicas com propósito de cooptar cumplicidade, influenciar as formas de regulação e capturar recursos fiscais (BELLUZO, 2018, p.23).

No mais, o baluarte do elogio à transparência propagandeado pela Operação Lava Jato e por seus apoiadores foi abalado a partir do momento em que um episódio virou o jogo dos vazamentos contra seus próprios agentes. No dia 9 de junho de 2019, a agência The Intercept Brasil publicou uma série de diálogos, em forma de mensagens telefônicas e áudios trocados entre a equipe de procuradores do Ministério Público Federal e o juiz Sergio Moro. Nesse material, ficou evidente que a operação foi afetada por uma conduta antiética e parcial do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Chamada de "Vaza-Jato", as fontes revelaram que o juiz Sergio Moro inúmeras vezes deu vantagens às peças acusatórias e coordenou integrantes da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal como se fossem seus funcionários subordinados. Os trechos também mostraram que Moro agiu de forma parcial nos vazamentos feitos pela Operação Lava Jato, os utilizando de forma a afetar a imagem do ex-presidente Lula da Silva e de Dilma Rousseff no contexto das eleições de 2014, de 2018 e do impeachment de 2016.

Paradoxalmente, a força-tarefa da Lava Jato, que antes tanto elogiava o princípio da publicidade e da transparência, criticou e criminalizou os vazamentos de suas mensagens por uma fonte de imprensa. O Ministério Público Federal, que antes nunca se importou com os vazamentos ilegais da Lava Jato contra autoridades políticas, inclusive contra a própria presidente da República em exercício, deflagrou a operação Spoofing em

23 de julho de 2019 para identificar e investigar o hacker responsável pela invasão nos celulares das autoridades judiciais. Já O Estado de S. Paulo, que havia sido um grande defensor dos vazamentos feitos pela Lava Jato, praticamente não cobriu o escândalo da Vaza-Jato. Durante todo o ano de 2019, a pesquisa retornou apenas onze ocorrências do termo no periódico, praticamente como se os vazamentos não existissem ou não fossem merecedores de atenção jornalística.

Integrantes da força-tarefa passaram a criticar o vazamento de suas conversas, chegando a afirmar que as mensagens poderiam "ser total ou parcialmente adulteradas", nas palavras do juiz Sergio Moro[232]. Nestes termos, a operação encerra seus últimos anos sob uma lógica controversa, na qual revelar os bastidores de negociações políticas significa ser lícito, limpo e transparente, mas revelar os bastidores de ações investigativas significa agir de forma ilícita e suja. Tal imagem seletiva de limpeza e transparência é evidentemente obra daqueles que disfarçam seus projetos e interesses político-ideológicos sob a desfaçatez da criminalização da política.

Os heróis, a verdade e a lei

Para além da referência da "lavagem de dinheiro" e do jogo entre o velar e o desvelar, a operação Lava-Jato se apoiou em representações metafóricas da limpeza, como meios de purificação da política, a partir de três eixos principais identificados: 1) a glorificação de personalidades burocráticas do Estado brasileiro, dividindo-as em campos de vilanização e heroicização; 2) a construção de uma dicotomia entre a verdade e a

[232] GREENWALD, Glenn; DEMORI, Fernando. #VazaJato: as provas de que os chats são autênticos agora vêm de diversos veículos de comunicação – são definitivas e esmagadoras. *The Intercept Brasil*, 15 jul. 2019. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2019/07/15/vazajato-as-provas-de-que-os-chats-sao-autenticos-agora-vem-de-diversos-veiculos-de-comunicacao-sao-definitivas-e-esmagadoras/. Acesso em 25 out. 2021.

mentira - o falso e o verdadeiro -, delegando ao campo da política e dos políticos a qualificação da desonestidade e da trapaça; e 3) o princípio da isonomia jurídica, publicamente explorado pela expressão a "lei é para todos" e suas adjacências, porém subvertido pela conduta do justiçamento no lugar da Justiça.

Em primeiro lugar, o processo de glorificação dos atores da Lava Jato foi construído sob um processo de glorificação da operação em si. A Lava Jato foi qualificada pelos seus próprios agentes como a "esperança"[233] de um futuro melhor para o Brasil e a representação de "uma clara quebra da tradição de impunidade de crimes praticados pelos poderosos"[234]. O jornal O Estado de S. Paulo também contribuiu com uma poderosa interpretação positiva da operação, apreciando-a, publicamente em seus editoriais, como um "marco divisor da nossa história"[235] e um "trabalho exemplar de investigação" [236], "assentado em sólida argumentação jurídica"[237].

Quanto à qualificação dos seus personagens, o judiciário foi enquadrado como uma classe heroica, disposta a salvar o país, e os políticos como uma classe criminosa, um elemento contaminador das instituições. Do ponto de vista dos seus executores, houve uma massiva associação da política com a corrupção, assumindo, sem se apoiar em qualquer tipo de dado, que grande parte da classe política estaria envolvida em esquemas criminosos. Dallagnol, coordenador da Força-Tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal, não se eximia de criminalizar a política publicamente, conforme se observou em entrevista para o jornal O Estado de S. Paulo:

---

[233] DALLAGNOL, Deltan; POZZOBON, Roberson. Ações e reações no esforço contra a corrupção no Brasil. In: PINOTTI, Maria Cristina [et al.] (org.). *Corrupção:* Lava Jato e Mãos Limpas. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019, p.181.
[234] MORO, Sergio. Sobre a Operação Lava Jato. In: PINOTTI, Maria Cristina [et al.] (org.). *Corrupção:* Lava Jato e Mãos Limpas. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019, p.214.
[235] EDITORIAL. A Lava Jato não está ameaçada. *O Estado de S. Paulo*, 03 jul. 2017, p.A3.
[236] EDITORIAL. Os méritos da Lava Jato. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 2017, p.A3.
[237] Idem.

> A virtude dessas operações foi um amplo diagnóstico da podridão do sistema político. Contudo, a virtude da Lava Jato é também sua maldição, pois o sistema político concentra o maior poder da República, no Congresso, e sua reação pode enterrar as investigações, como na Itália [...]. A peculiaridade da Mãos Limpas e da Lava Jato é que elas não revelaram corrupção de um político ou de um grupo, mas de grande parte da classe política. O objetivo da operação é colocar essas pessoas poderosas debaixo da lei, mas há um problema: elas fazem as leis[238].

Ainda que a Lava Jato tenha revelado a ação criminosa de operadores de câmbio, que movimentaram milhares de dólares, bem como as fraudes conduzidas por executivos de grandes empreiteiras e empresas nacionais e internacionais, presumia-se que havia um poder de comando proveniente dos altos cargos políticos. A esfera privada não era igualmente culpada, pois era cooptada pela "podridão" da ilicitude, proveniente do sistema político. Não só as declarações dos procuradores corroboravam esta tese da pirâmide criminosa, como o próprio *modus operandi* da Lava Jato. Avritzer (2018) cita o uso excessivo do recurso da redução penal de sentenças (em até trinta vezes) nos acordos de delação premiada com doleiros, diretores da Petrobras e empreiteiros, cujo objetivo era chegar aos "mandantes políticos" (AVRITZER, 2018, p.40)[239].

A visão de um sistema contaminado, por sua vez, localizava seus pontos de irradiação, que residiam nos órgãos federais, estaduais e municipais, onde se concentrariam os esquemas de corrupção. Sob a lógica cíclica de Dallagnol, se os políticos cometiam os crimes e faziam as leis, o sistema nunca mudaria de um estado de impunidade permanente. Nestes termos, portanto, conclui-se que a ação salvadora viria

---

[238] DALLAGNOL, Deltan. 'O Congresso pode pôr tudo abaixo em uma madrugada'. Política. *O Estado de S. Paulo*, 23 out. 2017, p.A6.

[239] Cabe lembrar também a polêmica entrevista coletiva a jornalistas do dia 14 de setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal. Nesta apresentação pública, o Procurador da República, Deltan Dallagnol utilizou arquivo em PowerPoint, em formato de organograma, para esquematizar acusações - ainda sem provas contundentes, portanto, baseadas em suposições – que apontavam para um balão ao centro escrito "Lula".

de fora do mundo político, a partir do poder de pressão da opinião pública e do poder judiciário sobre o Congresso Nacional.

Como mencionado anteriormente, uma das atitudes salvacionistas veio dos próprios membros integrantes da força-tarefa da Lava Jato, representados pelo Ministério Público Federal, que escreveram um pacote de leis chamado "Dez Medidas Contra a Corrupção", enviado ao Congresso Nacional, como projeto de iniciativa popular. As medidas foram incorporadas sob o Projeto de Lei 4850/2016, reunindo propostas de alterações legislativas com o fim de combater a corrupção, mas que, na prática, aumentavam o poder penal das instâncias criminais. Das dez medidas, seis foram rejeitadas na Câmara e as outras não foram totalmente aprovadas. A Câmara dos Deputados também adicionou como medida o crime de responsabilidade para juízes e procuradores do Ministério Público, o que, sob o ponto de vista do juiz Sergio Moro, significou uma "desconfiguração" da redação original e um destino "desalentador" para o projeto[240].

Não contentes com o destino frustrado de suas campanhas legislativas, dois integrantes da Lava Jato, após fortes críticas e denúncias de abuso de poder, abandonaram a operação para se tornarem políticos. Em novembro de 2021, Deltan Dallagnol pediu exoneração do cargo para registrar candidatura à Câmara dos Deputados pelo PODEMOS (PODE), um partido de direita conservadora liberal. Foi eleito em 2022, ficou cerca de quatro meses no poder e logo perdeu o mandato, cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob acusação de fraude na lei da Ficha Limpa. Já Sergio Moro se tornou Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, um governo de extrema-direita, que derrotou o

[240] MORO, Sergio. Sobre a Operação Lava Jato. In: PINOTTI, Maria Cristina [et al.] (org.). *Corrupção:* Lava Jato e Mãos Limpas. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019, p.201.

Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2018. Desde a campanha eleitoral, Moro foi anunciado como representante de um futuro ministério do governo Bolsonaro. Essa indicação pegou muitos de surpresa, pois o juiz, que havia condenado inúmeros políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) – inclusive Lula da Silva que foi afastado do pleito justamente pela condenação de Moro –, agora apoiava o principal candidato da oposição.

A heroicização das grandes personalidades da Lava Jato foi corroborada pelo jornal O Estado de S. Paulo, tanto pela equipe de redação, quanto pela maioria de seus articulistas, colunistas e leitores. O Estado de S. Paulo não se poupou em enaltecer inúmeras vezes o trabalho dos procuradores, dos delegados e do juiz Sergio Moro.

A versão da glorificação dos agentes judiciários e policiais muda de interpretação somente após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016. Quando o governo Temer dá início às políticas ortodoxas de interesse econômico dos setores conservadores da grande mídia, observa-se um desgaste nos discursos enaltecedores sobre a Lava Jato e uma diferenciação em relação a conduta interna de seus integrantes. No contexto do avanço da Reforma da Previdência, com a aprovação do texto do projeto na Comissão Especial da Câmara, o quadro editorialista do jornal modifica radicalmente o discurso, identificando uma postura "messiânica"[241] por parte dos procuradores e criticando o destino da operação, que deixava de ser "uma investigação policial para ser prisioneira da presunção de que tem um papel a desempenhar no futuro da política e da Justiça no Brasil"[242]. Criticando efusivamente o coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público, Deltan Dallagnol, o jornal, contudo, fazia uma salvaguarda em relação ao juiz Sergio Moro, considerado mais técnico e imparcial.

---

[241] EDITORIAL. A real ameaça à Lava Jato. *O Estado de S. Paulo*, 04 mai. 2017, p.A3.
[242] Idem.

No editorial “O partido da Lava Jato” de 24 de outubro de 2017, o Estado de S. Paulo continua a tecer diversos comentários negativos à figura de Dallagnol para afirmar que, junto aos seus colegas procuradores, estava se comportando como um “militante”[243], transformando a Lava Jato em “partido político”[244]. O jornal criticava as reações dos agentes da operação, que interpretavam qualquer mudança administrativa ou qualquer revogação de pena pelo STF como uma ameaça à operação.

Cabe ressaltar que essas críticas não apareceram durante as primeiras fases da operação, principalmente durante as eleições de 2014, quando apuraram responsabilidades de Dilma Rousseff no caso da compra da Refinaria de Pasadena. Em nenhum desses momentos, o jornal colocou à prova a conduta técnica da operação. Pelo contrário, a linha adotada foi a de criticar a reação do Partido dos Trabalhadores de denunciar os vazamentos de delações e apoiar a Lava Jato, corroborando a premissa de uma conduta neutra e condizente com a lei. No contexto do vazamento das delações do diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, a menos de duas semanas do segundo turno, o jornal publicou a manchete “Juiz da Lava-Jato é alvo do PT e tem apoio de magistrados”[245], construindo a figura de Sergio Moro como um juiz injustamente atacado.

A posição de crítica à “conduta messiânica” da Lava Jato surge a partir do momento em que o jornal busca proteger o governo de Michel Temer de possíveis desestabilizações causadas por denúncias e investigações da procuradoria e tal postura se manteve até mesmo durante a chegada polêmica de Moro no Ministério da Justiça do

---

[243] EDITORIAL. O partido da Lava Jato. *O Estado de S. Paulo,* 24 out. 2017, p.A3.
[244] Idem.
[245] CAPA. Juiz da Lava-Jato é alvo do PT e tem apoio de magistrados. *O Estado de S. Paulo,* 14 out. 2014, p.1.

governo Bolsonaro. A diferença é que o juiz Sergio Moro era qualificado como apolítico em relação à conduta partidária dos procuradores do MPF, versão que pode ser bem observada no editorial "A Lava Jato e a política" de 06 de novembro de 2018:

> Ao longo dos últimos anos, o juiz Sergio Moro foi um árduo defensor do caráter judicial, e não político, da Lava Jato [...]. Não poucas vezes, as manifestações públicas de Moro foram em sentido contrário às pretensões de membros do Ministério Público, que queriam converter a Lava Jato num movimento político. No ano passado, por exemplo, o procurador Deltan Dallagnol, ao comentar a proposta das Dez Medidas Anticorrupção, disse que 'a estratégia agora não é mais coletar assinaturas, mas escolher senadores e deputados que tenham passado limpo, espírito democrático e apoiem o combate à corrupção'. Sergio Moro manteve-se noutra esfera de atuação[246].

Os leitores também corroboraram concisamente a visão de Moro como um herói da luta anticorrupção e como um saneador da política brasileira. Disse um leitor de São Paulo: "Obrigado, juiz Sergio Moro, o senhor está continuando o trabalho onde o ministro Joaquim Barbosa parou. O Brasil precisa ser passado a limpo"[247].

A dicotomia da vilania e da heroicização dos personagens da Lava Jato, por sua vez, só foi possível porque se encontrava com outro ideal de saneamento político, conduzido sob a oposição fundamental entre o domínio moral da verdade e da mentira. A mentira foi atrelada à conduta de toda e qualquer personalidade ligada ao Partido dos Trabalhadores, com particular ênfase ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. No jornal O Estado de S. Paulo, essa conduta foi desqualificada sob uma redação que não economizava em abominar seus membros políticos ou aliados, lhes impingindo marcadores de baixo calão como "trapaça", "maracutaia", "lorota", "charlatanismo", "manipulação", entre outros.

---

[246] EDITORIAL. A Lava Jato e a política. *O Estado de S. Paulo,* 06 nov. 2018, p.A3.
[247] OPERAÇÃO Juízo Final. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 19 nov. 2014, p.A2.

Quando a Lava Jato iniciou, a então presidente Dilma Rousseff por vezes era caracterizada como incompetente e outras vezes como mentirosa. Já para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, extremamente confundido com a própria identidade do Partido dos Trabalhadores, nunca houve dúvida. A linha do jornal o qualificou como "mentiroso", "espertalhão", "charlatão", isto é, aquele que dissimula a verdade a seu bel prazer.

No caso de Dilma, essa versão não foi endossada somente a partir da veiculação verbal, houve também uma construção imagética, desde as primeiras matérias sobre a Lava Jato, especialmente por meio da adição de suas fotos, mesmo que ela nunca tivesse sido citada pelos delatores ou não fosse considerada ré da operação. Em ano de eleição presidencial, na qual Dilma Rousseff era a candidata liderando as pesquisas, essas montagens visuais representaram uma tentativa incansável de desgastar sua imagem, a associando às práticas de lavagem de dinheiro que estavam sendo descobertas na Petrobras. Outra prática comum, era estampar manchetes sobre as eleições com fotos dos candidatos e posicionar uma notícia sobre a Lava Jato bem ao lado da capa do jornal, muitas vezes citando algum político envolvido do Partido dos Trabalhadores.

No editorial "Dilma nas nuvens" de 10 de setembro de 2014, o jornal chama a declaração de Dilma de que não sabia a respeito dos esquemas envolvendo o diretor de abastecimento da Petrobras de "cinismo"[248]. Por ter sido Ministra de Minas e Energia e Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, a então presidente tinha a "cara lavada"[249] de responder que não sabia. "No limite", disse o editorial, "a presidente não teria querido saber se soubesse"[250].

---

[248] EDITORIAL. Dilma nas nuvens. *O Estado de S. Paulo*, 10 set. 2014, p.A3.
[249] Idem.
[250] Idem.

Na seção “Opinião”, a articulista Ives Gandra da Silva Martins afirmou que a campanha de Dilma foi baseada na “ocultação da verdade”[251] e que o combate à corrupção se principia por “diagnosticar o mal e combatê-lo”[252]. No Fórum de Leitores, o jornal incentivava a versão da dissimulação da então presidente, chegando a propor como tema de debate: “Pixuleco e Dilmentira”. Neste fórum, quase não havia espaço para o contraditório: Rousseff era a representação da desonestidade ou da incompetência. “Chega de hipocrisia! Se não sabia, é incompetente (eu acho). Se sabia, é corrupta. Escolha uma das duas e peça para sair”[253]. Mesmo depois que o ex-presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, depôs tirando a responsabilidade de Rousseff sobre as acusações, no dia 21 de maio de 2014, após dois meses de cobertura crítica, O Estado de S. Paulo se limitou a fazer uma única microchamada na capa sobre o assunto. Uma das publicações chegou a fazer uma relação entre a formação ideológica da presidente e seu caráter:

> Dilma Rousseff educou-se politicamente em certos meios de esquerda, na política estudantil e na organização marxista-leninista em que militou; e certamente foi influenciada pelos cânones da política sindical, da qual proveio seu mentor, para não dizer seu inventor, Luiz Inácio Lula da Silva. Sem menosprezar as virtudes que os meios estudantil e sindical possam ter como ambientes de educação política, é neles perceptível um certo anti-institucionalismo, um desprezo pelas regras do jogo democrático no lado contrário da moeda, uma clara tendência a valorizar atributos ligados à esperteza, à malícia e ao cinismo, superestimando uma concepção meramente tática e instrumental da atividade política[254].

Para o colunista do jornal, ser de esquerda e ter formação marxista-leninista levava seus militantes a desenvolverem atributos como a esperteza, a malícia e o cinismo e, não

---

[251] MARTINS, Ives Gandra da Silva. Um governo de maus costumes. Opinião. *O Estado de S. Paulo,* 26 nov. 2014, p.A2.
[252] Idem.
[253] SOBRE Dilma no Estadão. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 10 set. 2014, p.A3.
[254] LAMOUNIER, Bolívar. Hora de fixar responsabilidades. Opinião. *O Estado de S. Paulo,* 19 mar. 2016, p.A2.

menos surpreendente, parecia razoável, para o jornal, publicar este tipo de opinião baseada em intolerância política.

Para Lula da Silva, além da certeza da desonestidade, o jornal não economizou os atributos que o ligavam a um falsificador dos fatos. Especialmente no ano de 2016, quando o Ministério Público Federal apresentou denúncias por corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o ex-presidente, falava-se em "máscaras" caindo. No contexto da condução coercitiva de Lula, o editorial "Os males que Lula faz" de 5 de março de 2016 afirmava categoricamente:

> Já está claro, desde os tempos do mensalão, que Lula, não apenas sempre soube da corrupção que devastou a administração pública sob os governos do PT, como a corrupção em si mesma acabou por se tornar um método, cujo mentor não pode ser outro senão o ex-líder sindical que ascendeu usando a máscara de herói da ética na política. Ontem finalmente essa máscara lhe foi arrancada[255].

Conforme avançam as investidas da Lava Jato em direção ao ex-presidente, se perdendo no objetivo delimitado pelo Supremo Tribunal Federal que era investigar a Petrobras, O Estado de S. Paulo endurece ainda mais as críticas ao caráter de Lula. No contexto do vazamento das ligações telefônicas do ex-presidente, que estava sendo grampeado pela Polícia Federal, o editorial "Torpe e indigno" de 20 de março de 2016 se inicia com a pergunta "qual é a verdadeira face de Lula?"

> A verdade é que Lula, hábil manipulador e especialista em dizer o que as pessoas querem ouvir, subiu na vida no papel de líder populista, pragmático no pior sentido do termo, sem nenhum compromisso sério senão com a crescente volúpia pelo poder. Inculto, mas espertalhão [...]. E nesse processo, ficou exposta a verdadeira face de Lula, esse populista irresponsável que procura dissimular sua verdadeira condição de abastado burguês para manter a pose de líder popular que compartilha o destino dos pobres[256].

---

[255] EDITORIAL. Os males que Lula faz. *O Estado de S. Paulo,* 5 mar. 2016, p.A3.
[256] EDITORIAL. Torpe e indigno. *O Estado de S. Paulo,* 20 mar. 2016, p.A3.

Perdendo completamente as reservas do decoro jornalístico, que costuma ser adotado em editoriais, O Estado de S. Paulo não se poupou em combinar a imagem de um político dissimulado para Lula, que manipula a opinião pública, e, por isso, teve tanto sucesso enquanto líder popular. O progressismo de Lula é interpretado sob o signo do "populismo" na tradicional leitura do populismo como um fenômeno de ilusão das massas. Essa imagem do manipulador popular continuou sendo explorada pelo jornal em outras ocasiões, especialmente nos momentos de fragilidade do governo de Dilma Rousseff. No contexto do impeachment de 2016, o jornal chegou a lançar a pergunta: "como foi possível que tantos tenham se deixado enganar por um político que jamais se preocupou senão consigo mesmo, com sua imagem e com seu projeto de poder"[257]. E prossegue: "nunca na história deste país um charlatão foi tão longe"[258].

O resultado desta construção discursiva não poderia ter chegado a outra conclusão, senão a de que, para sanear a política, seria necessário remover o Partido dos Trabalhadores que "chafurda na lama da corrupção"[259]. E, assim, surgiam cartas de leitores associando todo o partido ao autoritarismo ("à maneira de Stálin, os petistas adoram falsificar a História para adaptá-la aos interesses presentes"[260]), à marginalidade ("Toda semana surge um novo caso de corrupção nos quadros do PT. Ou o PT adora ter gente ligada à marginalidade ou é esta que adora estar no PT"[261]) e à violência ("Somos ameaçados todos os dias pelos petralhas e asseclas. Incitação à violência é crime. Cadeia

[257] EDITORIAL. O fim do torpor. *O Estado de S. Paulo,* 31 ago. 2016, p.A3.
[258] Idem.
[259] LULA e a CPI. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 9 abr. 2014, p.A2.
[260] LUTA anticorrupção. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 18 nov. 2014, p.A2.
[261] SOBRE a Operação Lava Jato da Polícia Federal. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 28 abr. 2014, p.A3.

para todos eles, para o Brasil poder superar sem terrorismo este triste período da nossa História”[262]).

Sob a ótica do “mar de lama” despejado pelo partido, como alcançar a verdade tão necessária à limpeza da política? Justamente quando a investigação chegasse perto das figuras mais altas do governo, particularmente dos quadros do Partido do Trabalhadores. Sobre isso, os próprios nomes escolhidos pelas operações reforçavam a carga de que a investigação teria um caráter moral de busca pela verdade. Duas delas chamam atenção: a Operação Juízo Final e a Operação *Aletheia*.

A Operação Juízo Final foi a primeira a ser batizada com um nome próprio. Tratou-se da 7ª fase da Lava Jato, desencadeada em 14 de novembro de 2014, na qual presidentes de grandes empreiteiras foram presos. Entre os detidos estavam o presidente Léo Pinheiro da OAS, Ricardo Pessoa da UTC e Ildefonso Colares Filho da Queiroz Galvão, além de Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras (apontado como contato de influência do PT na Petrobras) e o lobista Fernando Baiano. Com a prisão dos presidentes e a expedição de mandatos de busca e apreensão nas sedes das empresas, foi, nesse momento, que as investigações começavam respingar com mais força em partidos políticos. Dentre as delações premiadas, foi ouvida a da cunhada do então tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

O Juízo Final é uma alusão evidente ao conceito cristão do dia do julgamento final por Deus de todos os seres humanos que passaram pela Terra, punindo os que não aceitaram os ensinamentos de Cristo. Tal qual a promessa apologética cristã, os órgãos públicos (e suspostamente laicos) de investigação pareciam acreditar que estavam

[262] INCITAÇÃO à violência. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 28 mar. 2016, p.A2.

chegando ao *telos* da operação, o mundo político, se manifestando a sublinhar o caráter moral desse julgamento. Em período eleitoral, O Estado de S. Paulo explorou a intencionalidade da operação, reproduzindo uma fala do senador Aécio Neves do PSDB-MG, então candidato à presidência: "As coisas estão chegando muito próximas dos mais altos dirigentes dos governos"[263].

Neste caso, o atravessamento das metáforas políticas da limpeza com as metáforas religiosas da verdade se baseia no modelo implicatório entre a pureza e a verdade divina. Blumenberg (2003), ao estudar as metáforas da verdade, observa o sentido em que tais metáforas assumem uma veste teológica, sob a antiga premissa de que "Deus em si mesmo é verdade". A verdade, no formato cristão, se entende por "uma indubitável transparência da estrutura do mundo, uma publicidade simples e extremada da vontade criadora, um comunicar-se sem reservas ao ser, a intensidade da *veritas ontológica*" (BLUMENBERG, [1969] 2003, p.52). A Operação Juízo Final retoma justamente o imperativo da comunicação divina e transparente aos homens, um destino cuja força apologética torna impossível evitá-la.

A operação *Aletheia* foi ainda mais explícita em relação ao conceito da verdade. Retirado do grego *Aletheia*, segundo a Polícia Federal, significava "em busca da verdade". Deflagrada em 04 de março de 2016, a 24ª fase foi justamente aquela na qual Lula da Silva foi conduzido coercitivamente para o aeroporto de Congonhas em São Paulo para dar esclarecimentos à Polícia Federal, a respeito de valores recebidos pelo Instituto Lula, do qual ele não era o presidente. O Estado de S. Paulo chegou a reproduzir em editorial trecho de declaração do procurador da República, Carlos Fernando dos Santos

[263] CAPA. Ex-diretor da Petrobrás e presidentes de empreiteiras têm prisão decretada. *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 2014, p.1.

Lima, sobre o objetivo da operação: mirar em "organização criminosa infiltrada dentro do governo federal que se utilizava da Petrobrás e de outras empresas para o financiamento político e também para apropriação pessoal"[264] e que essa organização "certamente tem um comando"[265]. Completando as palavras do procurador, o editorial finalizava: "Todo o Brasil sabe quem ocupa o posto"[266]. A nomeação e a conduta desta fase pela Lava Jato deixa bastante explícito, portanto, que Lula guardava a verdade escondida e era, por meio de seus depoimentos, que seria possível chegar ao conhecimento do comando do esquema criminoso.

Por fim, o último eixo no qual a operação baseia sua ideia de purificação da política se deu na máxima propagada por seus próprios agentes e corroborada pelos veículos de imprensa: "a lei é para todos". A expressão se materializou como nome da 14ª fase da Lava Jato, sob o formato em latim "Erga Omnes" ("vale para todos") que executou, no dia 19 de junho de 2015, as prisões dos presidentes das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez. A máxima também deu nome ao filme "Polícia Federal: A Lei É para Todos" (2017) de Marcelo Antunez sobre os bastidores da Lava Jato[267]. Tratava-se da ideia de que os poderosos também devem ser punidos pela lei. À primeira vista, a defesa deste ideal parece endossar o princípio da isonomia jurídica, mas, na prática, a operação desconfigurava seu próprio objetivo ao selecionar alvos e criminalizar instituições políticas e órgãos estatais.

A cobertura do Estado de S. Paulo, mesmo nos anos finais de mais pesadas críticas à procuradoria, não abandonou essa posição. Pelo contrário, parecia ser o maior mérito

---

[264] EDITORIAL. O chefe do bando. *O Estado de S. Paulo,* 6 mar. 2016, p.A3.
[265] Idem.
[266] Idem.
[267] POLÍCIA Federal: A Lei É para Todos. Direção: Marcelo Antunez. Produção: Tomislav Blazic. Rio de Janeiro: Downtown Filmes, 2017. Netflix (107 min).

da operação, como disse em editorial, “mostrar e fazer valer que a lei é para todos, também para quem, por sua riqueza, seu poder, ou sua popularidade - se achava imune à ordem legal”[268]. Em outro editorial mais uma vez endossava a imagem de que a Lava Jato lutava contra a impunidade dos poderosos:

> Apenas a paixão política e os interesses contrariados podem motivar a contestação do trabalho que vem sendo executado pela PF, pelo MPF e pelo Poder Judiciário para pôr termo à impunidade dos poderosos, tornando finalmente realidade entre nós o princípio democrático de que todos são iguais perante a lei[269].

Sustentava-se que a prisão de poderosos saneava o Brasil da sujeira política. No contexto do pedido de prisão de Romero Jucá, Eduardo Cunha e Renan Calheiros pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, um leitor chegou a dizer: "se Janot colocar estes três na prisão eu passo a ser a fã número 1 dele. É uma forma de limpar um pouco o Brasil da sujeira”[270].

Essas opiniões chegaram ao auge principalmente nos pontos de maior ataque ao governo federal e ao ex-presidente Lula da Silva. Em cada um dos capítulos em que a operação atingia Lula, seja conduzindo-o para depor obrigatoriamente, seja tornando-o réu, ou mesmo levando à sua prisão, o levantamento deste princípio de que a “lei vale para todos” reaparecia com intensidade. No Fórum de Leitores, não foram poucas as cartas selecionadas para publicação que continham essa mensagem. No contexto da condução coercitiva de Lula da Silva, dizia um leitor de Guararema: “É igualmente importante destacar que ninguém está acima da lei [...]. O Brasil deu um passo importante na manhã de ontem, mostrou aos figurões da República que a lei é para todos”[271].

---

[268] EDITORIAL. Lava Jato não requer privilégios. *O Estado de S. Paulo,* 22 out. 2016, p.A3.
[269] EDITORIAL. O chefe do bando. *O Estado de S. Paulo,* 6 mar. 2016, p.A3.
[270] JANOT pede prisão de Cunha, Renan e Jucá. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 8 jun. 2016, p.A3.
[271] CUMPRA-SE a lei. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 5 mar. 2016, p.A2.

No contexto da prisão de Lula da Silva, uma leitora chegou a comparar o episódio brasileiro com a tomada da Bastilha na Revolução Francesa:

> A prisão de Lula é, na minha opinião, o equivalente à tomada da Bastilha na Revolução Francesa: o fim do "ancien régime" do arbítrio e da impunidade dos poderosos e o começo da igualdade de todos perante a lei[272].

Talvez esquecendo-se que a Bastilha era uma prisão para onde iam os presos políticos, portanto, sua derrubada se deu contra o símbolo do excesso do poder penal do Estado monárquico, o inverso do que estava ocorrendo com a postura abusivamente punitivista da Operação Lava Jato.

A capa na qual foi publicada a prisão do ex-presidente reiterava o princípio da “lei é para todos” de forma ainda mais emblemática, fazendo uso da seleção de trechos de declarações de distintas personalidades.

[272] ENCOSTO contra o progresso. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo*, 7 abr. 2018, pp.A2-A3.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Sexta-feira 6 DE ABRIL DE 2018 R$ 4,00 ANO 139 Nº 45461 EDIÇÃO DE 22H10 estadão.com.br

Moro decreta prisão de Lula

● Ex-presidente tem até 17h de hoje para se entregar em Curitiba ● Decisão ocorre um dia após STF ter negado habeas corpus preventivo ao ex-presidente ● Petista mobiliza apoiadores em sindicato do ABC ● Militantes atacam equipes de reportagem

FELIPE RAU/ESTADÃO

Saída. Ex-presidente deixa Instituto Lula ao lado de advogado

O juiz Sérgio Moro ordenou na tarde de ontem a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e determinou que o petista se apresente "voluntariamente" até as 17 horas de hoje na sede da Polícia Federal, em Curitiba, para começar a cumprir a pena de 12 anos e 1 mês de prisão no caso do triplex do Guarujá. O despacho de Moro foi anexado nos autos do processo 19 minutos depois de o magistrado da Operação Lava Jato ter sido autorizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Em razão da "dignidade" do cargo que Lula ocupou, Moro proibiu o uso de algemas "em qualquer hipótese" e ordenou que o ex-presidente cumpra a pena em uma "Sala de Estado-Maior" na Superintendência da Polícia Federal da capital paranaense, reservada e separada dos demais presos. Lula, de 72 anos, pode ser, na história da República, o primeiro ex-presidente a ir para a cadeia com base em condenação por corrupção e lavagem de dinheiro. Equipes de reportagem foram atacadas em Brasília e em São Bernardo. POLÍTICA / PÁGS. A4, A6, A8, A10 e A11

● **Mello não quer apressar julgamento**
O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, disse que a prisão de Lula "não é um fato que potencializa urgência" na análise de liminar sobre 2ª instância. PÁG. A8

"Hipotéticos embargos de embargos de declaração constituem patologia protelatória que deveria ser eliminada do mundo jurídico."
SÉRGIO MORO

Isso simboliza uma importante mudança que vem ocorrendo no Brasil: o fim da impunidade."
GERALDO ALCKMIN

Não vamos assistir passivamente, haverá resistência democrática"
GUILHERME BOULOS

Eliane Cantanhêde
A presidente do PT chama o Brasil de "republiqueta de banana", mas o que se pretende é justamente que a justiça valha para todos. PÁG. A6

Fernando Gabeira
A ideia da presunção de inocência é muito poderosa. Mas, depois de duas condenações, é razoável que sofra um abalo. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

Marco Aurélio Nogueira
A prisão de Lula representará passo decisivo na luta contra a corrupção. A batalha, porém, só alcançou uma parcela dos implicados. PÁG. A11

'Pedido é o mais arbitrário do século', diz defesa

● Defensor do ex-presidente Lula, o criminalista José Roberto Batochio classificou o pedido de prisão como "a mais rematada expressão do arbítrio no século 21". Em nota, Cristiano Zanin Martins, também advogado do petista, afirmou que o mandado de prisão "contraria decisão do TRF-4". Movimentos sociais prometeram resistir à prisão de Lula. PÁGS. A6 e A11

Figura 8 -Recorte de capa do jornal O Estado de S. Paulo do dia 6 de abril de 2018 com a manchete "Moro decreta a prisão de Lula"[273]

Abaixo da foto na qual se encontra o ex-presidente, fechado no estreito espaço escuro do carro, com seu advogado, lê-se uma declaração do presidenciável Geraldo Alckimin do PSDB-SP ("isso simboliza uma importante mudança que vem ocorrendo no

[273] CAPA. Moro decreta prisão de Lula. *O Estado de S. Paulo*, 6 abr. 2018, p.1.

Brasil: o fim da impunidade”[274]), da jornalista Eliane Cantanhêde (“o que se pretende é justamente que a justiça valha para todos”[275]) e outra do cientista político Marco Aurélio Nogueira (“a batalha, porém, só alcançou uma parcela dos implicados”) que endossam a visão de que a operação é justa porque atinge a todos, inclusive a um ex-presidente.

Mesmo depois de preso, alguns leitores reclamavam por mais punição sob o mote da “lei é para todos”. O jornal chegou a publicar texto de um leitor que criticava a detenção de Lula na cela da Polícia Federal em Curitiba. Na sua visão, Lula estava sendo privilegiado com “tratamento VIP”[276], pois o presidente deveria receber punição igual aos demais. O entendimento tortuoso do que é o princípio da isonomia jurídica apareceu em outros comentários, como a de uma leitora de Americana que dizia que “a República de Curitiba, sob o comando do juiz Sergio Moro, já prendeu muitos dos envolvidos na Operação Lava Jato e mantém presos nomes de pesos, como José Dirceu e Marcelo Odebrecht, provando que a lei é para todos”[277]. Adotando como positivo o termo “República de Curitiba”, a leitora parece acreditar que a luta contra a corrupção justificava que um enclave punitivo, formado pela ação combinada da Justiça Federal, do TRF-4, do MPF e da PF de Curitiba, agisse como poder soberano e independente dos limites legais brasileiros.

Sob a Lava Jato, o mote da “lei vale para todos” se materializou em um número abusivo de prisões preventivas, na relativização do princípio da presunção de inocência e na perseguição de atores políticos do campo da esquerda no Brasil. Ou seja, sob o sacrifício de inúmeros outros direitos e garantias constitucionais. A limpeza prometida

---

[274] Idem.
[275] Idem.
[276] PRIVILÉGIOS. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 7 abr. 2018, p.A2.
[277] PODER Judiciário: Malhação no STF. Fórum de leitores. *O Estado de S. Paulo,* 11 jul. 2016, p.A2.

pela defesa da “lei é para todos” se tratava, portanto, menos de isonomia jurídica, de fato, e mais de condutas de justiçamento, no qual o juiz crê poder fazer justiça a partir de suas próprias regras.

Capítulo 4. A limpeza, o extermínio e o passado

Os capítulos anteriores exploraram as relações entre as metáforas da sujeira e o campo semântico da ordem política e temporal e as relações entre as metáforas da limpeza e o campo semântico da moral e da corrupção. A divisão organizacional da tese não pretende, contudo, levantar uma fronteira entre esses horizontes históricos de sentidos. É inequívoco que, em muitos momentos, as metáforas da limpeza adotadas pelos simpatizantes da Operação Lava Jato tenham adquirido um sentido de ordenamento político, principalmente de ordem moral. Da mesma forma, observamos que a "lata de lixo da história" recebeu cargas persecutórias e moralistas em relação ao comunismo. No uso de metáforas do "limpo" e do "sujo", que são mobilizadas em discursos autoritários, também é possível verificar significados que se aproximam dos discursos da ordem, da moral e da corrupção. O que importa ressaltar nessas partições de limites compartilhados são as prevalências de algumas cargas semânticas em detrimento de outras, principalmente com base nos diferentes momentos de suas trajetórias. Em comum, elas se mostraram potentes estruturantes de nossa cognição política.

As metáforas e as expressões involuntárias organizam nossas vivências na medida em que apreendemos e concebemos as realidades humanas por meio delas. Elas podem ser um apoio constante às experiências retrospectivas, um "rudimento" no caminho entre o mito e o pensamento (*logos*) e, seguindo Blumenberg, um "elemento básico da linguagem filosófica" ([1969] 2003, p.44) e aqui as observamos também na linguagem política. Quanto às metáforas da limpeza que se ligaram ao campo do autoritarismo e da violência na última década, chegando ao limite de se associarem ao extermínio dos adversários políticos, elas formaram um importante rol de expressões que ajudaram a criar um vocabulário pertinente para engajar a ação política conservadora no Brasil.

Em nome da “limpeza”, defendeu-se a derrubada de certos partidos políticos, de veículos não controlados de comunicação, de instituições essenciais à democracia como a Suprema Corte, além da defesa do impedimento de todos aqueles que se opunham às expectativas dos “faxineiros morais”. Tal radicalização do discurso tende a aparecer em contextos de crise da democracia, quando há uma desestabilização das normas e instituições que organizam e sustentam os conceitos políticos tradicionais. Assim, em uma democracia representativa e hipoteticamente funcional não questionamos quem é nosso amigo e nosso inimigo, porque compartilhamos do reconhecimento universal da cidadania. Segundo Cesarino (2022), essa percepção da realidade se modifica quando o “metaenquadramento que organiza as relações entre os sujeitos perde sua estabilidade e legitimidade” (CESARINO, 2022, n.p.) e, por consequência, os indivíduos passam a “buscar um novo ‘todo’ ao qual se submeter, uma nova ordem metacomunicativa pela qual se orientar” (CESARINO, 2022, n.p.).

Nas novas configurações geradas pelo domínio da lógica da plataformização da política, muitos sujeitos estão encontrando essas novas orientações nos públicos conspiratórios e politicamente radicalizados. O depósito da confiança que antes era legado às instituições democráticas passa a ser colocado nas mãos de uma liderança carismática e forte, que atua como mediador dos diferentes interesses de seus apoiadores e opositor dos interesses alheios ao seu grupo. O bolsonarismo, nossa experiência mais recente de radicalização política, tem explorado esses novos padrões de comunicação digital e logrando efeitos de segmentação e personalização da informação (CESARINO, 2022). A partir da entrada das plataformas algoritmizadas na política, como YouTube, Facebook, WhatsApp, Instagram, entre outros, há um microdirecionamento de conteúdo, segundo o perfil de cada usuário.

Assim, se há conteúdos que são vendáveis para variados segmentos de público, como a luta anticorrupção, outros precisam ser segmentados de acordo com o interesse do usuário: nem todos são contra a educação sexual nas escolas, nem todos são contra Paulo Freire, nem todos são contra as universidades públicas, nem todos são contra as ONGs, nem todos são contra a Rede Globo etc. Na campanha eleitoral de 2018 de Bolsonaro, uma das estratégias se baseou justamente em utilizar a lógica dos algoritmos, para que os usuários recebessem os conteúdos que se enquadravam no seu perfil de interesses, gostos e desgostos (CESARINO, 2022). Para cada eleitor, portanto, havia um lado ou outro do presidente que poderia agradar mais e as plataformas eram responsáveis por enquadrar de forma personalizada esse conteúdo. Por isso, possivelmente se explique o uso abusivo de metáforas por Bolsonaro que tendem a permitir uma valoração ampla de significados, como a "limpeza". Se para uns, limpar o país pode significar "fazer reformas", para outros pode querer dizer "aprisionar adversários" e até "golpear o Estado".

As metáforas da limpeza operam, assim, de forma elástica no discurso bolsonarista, porém, assumindo um sentido compartilhado de perseguição ao adversário. Além dessa característica de significante aberto, as metáforas da limpeza também assumem uma relação semântica importante com as expectativas temporais, que não são tão abertas ao novo. Associadas aos enunciados que estimulavam a "mudança", a incitação por "limpar o país" parece, em um primeiro momento, estar atrelada a cenários prospectivos. No aprofundamento da análise, contudo, o passado tende a assumir o protagonismo, na medida em que a "limpeza" bolsonarista rememora tradições incrustadas na sociedade brasileira e alimenta o saudosismo em relação aos períodos mais autoritários da nossa história.

Neste sentido, este capítulo se divide em duas seções: 1) A primeira na qual tomo as os diversos usos de expressões da “limpeza” e da “sujeira” no bolsonarismo, sob a noção de “operação limpeza” (“limpar a política”, “passar o Brasil a limpo”, “fazer uma faxina moral” etc.). Admite-se que similar ao seu par na ditadura, as operações limpeza no bolsonarismo tinham um objetivo “saneador” de buscar institucionalmente limpar os adversários políticos nos órgãos estatais, por meio de cassações e inquéritos policiais, “blindando o Estado” e despolitizando os setores populares (NAPOLITANO, [2014] 2021, p.71); 2) Na segunda seção, eu proponho fazer uma análise de como as temporalidades têm sido interpretadas e articuladas por meio das metáforas da limpeza. Através do levantamento das categorias de Koselleck ([1972] 2011), questiona-se se as metáforas da limpeza tem sido mobilizadas de forma a abrir o futuro ao novo - uma temporalidade progressista -, ou se talvez ensejem outra relação em que o presente ou o passado estejam no horizonte da ação política.

As balizas temporais deste capítulo incluem os anos de 2018 e 2019, isto é, o período eleitoral e o primeiro ano de governo, quando a pandemia da COVID-19 ainda não havia se transformado em uma questão emergente de saúde pública. O encerramento da pesquisa no ano de 2019 é uma admissão de que a pandemia inaugurou novas formas de pensar as experiências do tempo que mereceriam uma atenção típica e diferenciada ao próprio fenômeno e que esbarraria nos limites de conclusão desta pesquisa. À vista disso, foram adotadas como fontes, o pronunciamento eleitoral da “Ponta da Praia” de 21 de outubro de 2018 na Avenida Paulista, retirado do canal oficial do presidente Jair Bolsonaro no YouTube[278] e materiais audiovisuais retirados do canal oficial de Jair

[278] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. 1 vídeo (10min. 41segs.). YouTube, 21 out. 2018 Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

Bolsonaro no Youtube (cerca de 6 milhões de seguidores) e do canal do YouTube pró-governo, o Folha Política, por ser o maior canal de mídia bolsonarista não oficial em número de seguidores (cerca de 3 milhões de seguidores).

A escolha particularizada do discurso de 21 de outubro de 2018 como material de análise da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro se justifica, pois, esse pronunciamento sinaliza a radicalização da retórica do presidente e foi concebido a uma semana do segundo turno, ou seja, teve papel significativo na vitória política do então candidato. A escolha dos canais de Bolsonaro e da Folha Política se justifica, porque, além da quantidade concentrada de usuários, eles alimentavam outras mídias, na medida em que seus *links* eram compartilhados em redes sociais, fomentando uma lógica de circulação viral e interconectada. No canal do Folha Política, por exemplo, observou-se que parte da criação de conteúdo utilizou a reprodução de vídeos obtidos de outros canais bolsonaristas, estabelecendo uma dinâmica cíclica de compartilhamentos.

4.1. Operação limpeza[279]

Com a ascensão dos movimentos sociais de extrema direita no Brasil na última década, tem surgido cada vez mais aclamações em torno de "limpar o Brasil do perigo vermelho", "fazer uma faxina nas instituições", "limpar a política dos corruptos", dentre outras variações metafóricas que associam a linguagem de purificação à perseguição do outro, o opositor político. Esta linguagem não é novidade do período democrático. Na história da República brasileira, o uso desse vocabulário circulou na boca de revoltosos

[279] As seções 4.1 e 4.2 desta tese foram publicadas parcialmente no capítulo "Temporalidades da eleição brasileira de 2018: o bolsonarismo e o discurso da Ponta da Praia" do livro "Teoria da História hoje: historiografia e sentido do histórico", organizado pelas Profas. Francine Iegelski e Renata Schittino, em 2022.

que defenderam o golpe civil-militar de 1964 e dos próprios agentes que sustentaram o governo militar até 1985.

É possível identificar esse "ânimo purificador" desde o texto do primeiro Ato Institucional, de abril de 1964, cujo preâmbulo dirige-se "à nação" e supõe como justificativa para uma tomada de poder não autoritária, combater o "bolsão comunista", "cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas"[280]. Dispõe, portanto, de forma bastante figurada para um documento oficial, a imagem do comunismo como um objeto repulsivo. Para demonstrar que não pretendiam radicalizar o golpe de Estado, argumentavam manter a Constituição de 1946, limitando-os a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República para que ele tivesse os poderes necessários para "drenar" esse "bolsão comunista". A construção discursiva relacionava a forma do inimigo a uma exigência de ação de contenção. Assim, o primeiro Ato incorporava a metáfora da contaminação e da doença ("pus"), imaginário que será reendossado no segundo Ato Institucional, chamado popularmente de Operação Limpeza.

O AI-2 ou a Operação Limpeza era um decreto do governo federal que outorgava a si próprio poderes de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Também e conjuntamente, outras inúmeras "operações limpeza" foram conduzidas pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), os quais foram articulados pela Comissão Geral de Investigações a mando do Comando Supremo da Revolução (MOTTA, 2012). Essas

[280] BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 25 abr. 2023.

comissões tinham o dever de identificar o grau de comprometimento dos acusados em atividades de subversão da ordem ou de corrupção, subsidiando "os processos de cassação de mandatos eletivos e de suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, além das prisões e dos expurgos de funcionários civis e militares nas instituições públicas" (STARLING, 2012). Cabe destacar que a substantivação "limpeza" não era apenas adotada pela imprensa ou pelos populares, mas pelos próprios militares, como a Operação denominada "Limpeza do Interior", segundo o depoimento do general-de-exército Sebastião José Ramos de Castro, em entrevista posteriormente publicada pela própria Biblioteca do Exército. O objetivo da operação, segundo as palavras do general que a realizou, era "investigar casos de subversão e corrupção ocorridos em municípios do interior da Bahia" (CASTRO, 2003, p.125).

A caracterização do comunismo como um agente patológico durante o governo militar de 1964-85 foi explorada por Rodrigo Patto Sá Motta com maior fôlego na sua tese "Em guarda contra o perigo vermelho" (2000). Neste trabalho, Motta (2000) descreve como a linguagem do anticomunismo se revestiu discursivamente tanto da relação do comunismo como agente infeccioso que se infiltra nas instituições, quanto do comunista como indivíduo doente, cuja enfermidade os levara a assumir posições ideologicamente revolucionárias.

> A ação dos comunistas era apresentada como similar ao trabalho dos agentes infecciosos nos organismos vivos: bacilo ("... carrega bacilos de uma terrível dissolução moral..."), vírus ("... a jovem se contaminou suficientemente do vírus extremista..."), micróbio ("É preciso desintoxicar o organismo nacional do micróbio comunista..."), germe ("... existe o judeu bolchevista, infiltrando na alma de Governos e Governados, o gérmen negador da honra, da tradição e do patriotismo!"), quisto ("É um corpo estranho, essencialmente infeccioso, enquistado no organismo nacional"), peste ("Mas a imunização contra a peste vermelha ... é imperativo desse momento"), praga ("... vai permitindo que uma ideologia ... perversa e absurda ... se espalhe de modo assustador, qual maléfica praga"). A militância dos revolucionários seria comparável a micro-organismos ou elementos que agridem o corpo humano: verme ("O seu trabalho, surdo e subterrâneo, traiçoeiro e astucioso, qual verme a perfurar o lodo..."), toxina ("... a inoculação da toxina bolchevista nas veias da nossa população"), veneno ("O veneno bolchevista"); e semelhante a doenças como câncer ("O cancro se alastra...") e tuberculose ("... males mais terríveis para a Pátria do que a tuberculose e a morphéa") (MOTTA, 2000, p.79).

As classificações de “bacilo”, “micróbio”, “germe” ou “vírus”, localizadas por Motta (2000) personalizam e atualizam o inimigo microscópico das descobertas científicas feitas no século XIX. O organismo patogênico não é somente o elemento observado na lente dos laboratórios, é também uma pessoa ou uma ação humana. Junto a esse vocabulário, há uma gama complexa de antigas práticas, premissas e poderes que são recontextualizadas. Uma delas é a premissa do agente infeccioso como o inimigo número um, o mais perigoso entre todos os perigos de contaminação. A segunda é justamente o reforço desse inimigo como o mais pernicioso e devastador, o que Motta (2012) localizou pelo uso do imaginário da infiltração, isto é, a ideia de que os inimigos penetram sorrateiramente no “corpo” político ou social, debilitando-os internamente. A terceira é a solução desta doença pela via da profilaxia, isto é, da limpeza da pátria do inimigo vermelho, como ação corretiva e remediadora ao estabelecimento deste agente patológico.

Tais enunciados reatualizam um vocabulário oitocentista, surgido no chão do laboratório: a corrupção como uma doença-germe-micróbio, que era preciso expelir das instituições estatais e da sociedade. As analogias da enfermidade fizeram parte da estrutura cognitiva da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil, que estabelecia um diagnóstico e uma receita para o que era visto como a principal doença do mundo moderno: o fracasso ocidental em enfrentar o desafio da subversão comunista ateísta. Por sua vez, a metaforização da política em prol da limpeza e da doença não se desenvolve espontaneamente no autoritarismo brasileiro.

A DSN brasileira recebeu também forte influência das trocas transatlânticas de experiências e ideias, particularmente em relação à Doutrina da Guerra Revolucionária

francesa[281] (*Guerre Révolutionnaire*) (ARAÚJO, 2008). Tal qual o caso brasileiro, as Forças Armadas francesas adotaram metáforas médico-militares, cujo emprego esteve ligado não só à representação do inimigo como um "micróbio", como também a uma nova representação do homem da guerra, que se torna um "médico das sociedades" (PÉRIÈS, 1991, p.14). No confronto com o comunismo, essa nova categoria de soldado transforma-se em especialista da intervenção que age sobre ameaças sociais. Assim, as Forças Armadas, similar ao agir de um médico, estabelecem tanto um "diagnóstico", quanto, com base nesse mesmo "diagnóstico", atuam como interventores externos a esse corpo estranho (PÉRIÈS, 1991).

A relação entre as metáforas militares e as metáforas da doença são simbióticas. Tanto metáforas da doença são usadas no meio militar, quanto metáforas militares são usadas no ambiente médico e hospitalar. Susan Sontag (2007), que escreveu sobre as estigmatizações metafóricas de doenças como a AIDS, o câncer, a sífilis e a tuberculose, afirma que, desde o pensamento médico moderno, a doença é encarada como "invasão de organismos alienígenas, aos quais o organismo reage com suas próprias operações militares, tais como a mobilização de 'defesas' imunológicas, e a medicina passa a ser 'agressiva', como na linguagem da maioria das quimioterapias" (SONTAG, 2007, n.p.). Em uma dupla via, as metáforas médico-militares são capazes, portanto, de transformar a doença em inimigo e o inimigo em doença.

---

[281] A doutrina da Guerra Revolucionária francesa se refere ao conjunto de métodos, conceitos básicos, preceitos e normas militares, que se desenvolveu como pensamento colonial elaborado em escolas militares desde fins do século XIX na França, se consolidando nos anos 1950. Voltava-se para a organização e emprego das Forças Armadas no combate à chamada "guerra revolucionária", promovida por combatentes marxista-leninistas nas guerras de independência de suas ex-colônias (notadamente Vietnã, Argélia, Madagascar e Camarões). Sua premissa fundamental se baseava na ideia de que o mundo estava ameaçado pela guerra psicológica e armada de combatentes comunistas e, por conseguinte, as Forças Armadas deveriam focar na guerra interna, em detrimento das operações exteriores (ARAÚJO, 2017).

O pensamento médico moderno, referido por Sontag (2007), pode ser localizado no nascimento da medicina social no século XIX, cujo rol de discursos, práticas, normas e procedimentos associados à higiene surge para regular a saúde, o que afeta os antigos hábitos de limpeza, ao mesmo tempo que fomenta novas técnicas e sentidos em torno do que é limpo e o que é sujo. Roberto Machado em seu clássico "Danação da norma" (1978) defende que a medicina social no Brasil surge juntamente com a preocupação em torno da higiene pública. Influenciado pelo conceito de biopolítica de Michel Foucault, essa medicina do começo do século XIX, segundo o autor, teria um projeto de medicalização da sociedade, "investindo sobre a cidade, disputando um lugar sobre as instâncias de controle da vida social" (MACHADO, 1978, p.18).

A tese da medicalização da sociedade de Machado (1978) se baseia em uma leitura histórica de um processo pautado em uma série de deslocamentos da medicina colonial para a medicina do século XIX: a medicina deixa de ser individual para se tornar social; a medicina não dá ênfase mais à cura (ação *à posteriori*) e sim à prevenção (ação *à priori*); e o objeto do saber se movimenta da doença para a saúde. Nesse movimento, a medicina social se funde ao aparelho do Estado e passa então a intervir em "tudo" e a abranger a questão da saúde de uma forma global.

> o médico torna-se cientista social integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde [...]. O que se tem chamado de *medicalização da sociedade* - processo que na atualidade cada vez mais se intensifica - é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras (MACHADO, 1978, p.155-156).

A tese de Machado (1978) atribui uma nova relação de causalidade entre os termos saúde e sociedade, que dentre outros aspectos, se baseia em um ideal de prevenção. O "médico político", como diz Machado (1978), não é mais aquele que divide a atenção com outros curandeiros em rituais sincréticos de cura da América portuguesa. Ele adquire autoridade, passa a integrar o aparelho do Estado, que torna indispensável seus saberes

para a sua própria constituição. Também não é aquele que olha para o paciente de forma isolada e individualizada. Agora importa o que ocorre ao seu redor: o clima, o ar, o meio, os temperamentos, os problemas morais e sociais. Tampouco essa nova autoridade médica seria aquela que se volta exclusivamente para a cura da doença, para evitar a morte de um corpo já enfermo. O médico do século XIX "deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral" (MACHADO, 1978, p.155). A tese de Machado (1978) localiza um processo, portanto, à nível político e social, que reverbera semanticamente no conceito de limpeza: a emergência da nova lógica de saúde preventiva, que busca interferir e controlar minuciosamente os hábitos locais.

A prevenção modifica o alvo da periculosidade dos efeitos para as causas da doença. O conceito de limpeza se modifica com esse deslocamento. Limpar passa a integrar cada vez mais uma lógica normativa de antecipação de problemas sanitários. E a autoridade adquirida pela medicina social faz com que essa nova atitude em relação à limpeza alcance não só o ambiente público, mas também o privado. Surgiriam então as teses, manuais, proposições e considerações de higiene que versavam sobre a introdução de medidas rotineiras que pudessem impedir o aparecimento de uma doença. Eles poderiam se dirigir ao nível do corpo, da família, das habitações, dos hospitais, dos cemitérios, das escolas, das fábricas de alimentos, dentre muitos outros.

Na contemporaneidade, a simbiose entre o campo militar e o campo da medicina social, engendrada pelas transformações no pensamento moderno, tem sido capaz de fomentar um número sem igual de metáforas de eliminação do contrário, que geram, por

sua vez, soluções políticas drásticas: a "higiene racial" de Hitler[282], os "expurgos" Stalinistas[283], as "guerras sujas" das ditaduras latino-americanas[284] e outras metáforas

---

[282] Segundo Robert Proctor (1988), a metáfora conceitualizada da higiene racial na Alemanha pode ser rastreada desde o darwinismo social do século XIX, passando pelo discurso eugênico de médicos como Alfred Ploetz, Ernst Riidin, Eugen Fischer e Fritz Lens. O Nacional Socialismo teria sintetizado esse conceito já em circulação a partir da ideologia do arianismo. Em termos concretos, a higiene racial nazista gerou um número sem igual de intervenções na sociedade alemã. Além da política de genocídio perpetuada nos campos de concentração, a Lei de Esterilização de 1933 resultou na esterilização de mais de 1 por cento da população alemã adulta e representou aos olhos da ditadura nazista, segundo Proctor (1988, p.7), o "maior triunfo da higiene racial nazista". Metáforas da "limpeza" com sentido eliminacionista foram também usadas na Alemanha Nazista, a fim de regulamentar espaços de segregação, afixando a palavra "judenrein" na entrada de residências e ambientes de trabalho que não continham judeus ("limpeza de judeu") (KLEMPERER, 2009). No Brasil, cabe menção às ideias e políticas higienistas e eugenistas do fim do século XIX ao começo do século XX, que tornaram populares o signo da limpeza, em um contexto no qual se confundia a fronteira entre higienizar o corpo físico e higienizar o corpo social. A melhoria da raça brasileira era defendida por médicos como Renato Kehl, que usavam analogias do "limpo" e do "sujo", como "a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano" (DIWAN, 2015, p.87). Segundo Diwan (2015), "essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas" (DIWAN, 2015, p.87). Assim, o uso desse vocábulo naturalmente sobressalta a olhos atentos, devido ao seu lugar recorrente na retórica dos regimes de exceção e das práticas de submissão de minorias.

[283] Refere-se à série de execuções, prisões, exílios, deportações e perseguições, entre 1936-38, comandadas por Joseph Stálin, então Secretário Geral do Partido Comunista Soviético, contra os chamados "sabotadores" da revolução bolchevique; cidadãos, grupos étnicos minoritários, membros das Forças Armadas e então lideranças do processo revolucionário de 1917. Neste período, três grandes julgamentos conduzidos de forma espetacularizada foram chamados de "grandes expurgos" (KENEZ, 2006, p.106; MCCAULEY, 2013, p.48), levando à execução massiva de militares do Exército Vermelho e de lideranças do partido, a partir da descredibilização do passado das vítimas, da publicização de confissões escritas de crimes absurdos, do comportamento agressivo e sarcástico do promotor e da ausência de regras de evidência criminal (MCCAULEY, 2013, p.48). O período dos grandes expurgos foi também chamado de *Yezhovshchina* em referência a Nikolai Ivanovich Yezhov, oficial da polícia secreta soviética (NKVD) sob o comando de Joseph Stalin, que executou 681.692 pessoas durante 1937 a 1938 (MCCAULEY, 2013, p.51).

[284] Esse termo foi utilizado em experiências ditatoriais da América Latina (Argentina, Brasil, México e Chile) da segunda metade do século XX, junto a outros correlatos como "guerra contrainsurgente", "guerra antisubversiva" e "guerra contrarrrevolucionária", com particular ênfase no vocabulário do governo da Junta Militar Argentina de 1976-83. Segundo Marguerite Feitlowitz (2011), a expressão "guerra sucia" deriva da tradução direta de "guerre sale" do general Charles de Gaulle, no contexto das operações na Argélia, incorporada pela influência da doutrina da guerra contrarrevolucionária francesa nas Forças Armadas argentina (FEITLOWITZ, 2011, p.12). Neste período, o uso do termo "suja", apesar de sentido tradicionalmente negativo, foi adotado com valência inversa, na medida em que o governo militar admitia a repressão como "mal necessário". Segundo Julio Strassera, procurador argentino que atuou no Julgamento das Juntas Militares em 1985, na visão dos agentes coercitivos "tratava-se de uma guerra — que, para justificar os procedimentos desumanos utilizados no seu desenvolvimento, é descrita como não convencional — e que em todas as guerras ocorrem episódios cruéis, que, embora não intencionais, são uma consequência necessária" (STRASSERA, [1985] 17 jun. 2002, n.p.). No processo de transição para a democracia, com o andamento das investigações a respeito da violência de Estado, a acusação final do promotor se apoiou em uma hermenêutica do termo para desmontar a principal justificativa em que se sustentou a implantação da ditadura pela Junta Militar: "mas que tipo de guerra é essa em que as diferentes operações não são documentadas? Que não possui relatórios de batalha com listas de baixas próprias e inimigas; de listas de feridos; que não há prisioneiros em decorrência de nenhum combate, e em que se desconhecem as unidades que tomaram parte? Que tipo de guerra é essa, onde os confrontos são simulados, e em que em todos os combates as únicas baixas encontradas em seu caminho são os inimigos das forças

associadas ao universo da profilaxia. Em 2018, com a chegada de Jair Bolsonaro ao centro da disputa presidencial no Brasil, o vocabulário purificador da limpeza preventiva recontextualiza alguns desses enunciados, que podem ser rastreados desde o nascimento da medicina social, deslocando-se pelos discursos eugênicos e nazifascistas e chegando até a vigência da Doutrina de Segurança Nacional. Em comum, o adversário é patologizado, as ações de perseguição e eliminação da oposição se tornam medidas de profilaxia, as instituições são "desinfetadas" de agentes internos "contaminantes" e a lógica da prevenção justifica o discurso da luta contra perigos iminentes e ameaçadores. Trata-se de trajetórias amplas e multidirecionais de metáforas polivalentes, que não obedecem a fronteiras nacionais e que marcaram presença em discursos radicalmente violentos dos últimos dois séculos.

Não obstante a variedade de expressões possíveis, a evocação uníssona e constante em prol da limpeza das instituições e da patologização de adversários políticos exerce uma função que resgata alguns dos ecos sentidos das "operações limpeza" do passado autoritário. Cabe destacar que tais expressões não se restringem à figura de Jair Bolsonaro, mas do movimento que viria a se chamar de Bolsonarismo, e que consiste na mobilização da ação política por meio de posições abertamente antidemocráticas, jargões nacionalistas, narrativas antagonistas e enquadramento incendiário (SILVA, 2020; SOLANO, 2019, CESARINO, 2022).

Um dos marcos mais emblemáticos desta produção discursiva foi certamente o pronunciamento eleitoral de 21 de outubro de 2018 (anexo), conhecido como "discurso da Ponta da Praia", no qual o então candidato Jair Bolsonaro afirmou para uma lotada

---

legais, que não tiveram uma única baixa? [...]. O sequestro de cidadãos desarmados nas primeiras horas da manhã por gangues anônimas pode ser considerado um ato de guerra?" (STRASSERA, [1985] 17 jun. 2002, n.p.).

Avenida Paulista que faria uma “limpeza nunca visto (sic) na história do Brasil”. No rol dos veículos bolsonaristas, importa considerar os materiais dos canais de vídeos e notícias *online*, que alimentaram a produção das metáforas da sujeira e da limpeza, apoiando o discurso do então candidato e, depois presidente, Jair Bolsonaro. Tais veículos foram responsáveis pela promoção de estratégias midiáticas, como a reprodução massiva de notícias falsas, além de produção de conteúdo modelado para a circulação rápida e fragmentada das redes sociais (CESARINO, 2022).

Quanto ao conteúdo dos grandes veículos de comunicação da mídia impressa, com particular interesse para O Estado de S. Paulo, que tem sido utilizado como fonte para os capítulos anteriores, observou-se uma queda substancial das metáforas da limpeza e da sujeira apropriadas pela redação, durante o governo Bolsonaro, em comparação com a Lava Jato. Se durante a Lava Jato, O Estado de S. Paulo usou e incentivou o uso de tal vocabulário nas páginas do jornal, no período da campanha e do governo de Jair Bolsonaro, essas metáforas praticamente saíram de cena. Essa mudança de postura se justifica porque boa parte da grande mídia brasileira, apesar de apoiar Bolsonaro no pleito contra o ex-presidente Lula da Silva, não eram aderentes à sua agenda política, com exceção da política econômica.

Nestes termos, este subcapítulo, que versa sobre a aproximação entre as metáforas da limpeza e os discursos de extermínio político, adotará como fontes os canais que se aproximam do vocabulário bolsonarista, apoiando as máximas da limpeza e da sujeira nos discursos mais autoritários. Devido à dificuldade em obter fontes de imprensa física e online de extrema direita, devido aos bloqueios ocorridos após o inquérito das Fake News na Suprema Corte, serão utilizados o canal oficial do Youtube de Jair Bolsonaro, e o canal do Youtube Folha Política, que, até a escrita desta tese, ainda estão com acesso aberto ao público. Tais canais e perfis possuem um público elevado (6,58 milhões de

inscritos e 3,14 milhões de inscritos, respectivamente) e foram importantes para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro e a manutenção do apoio de setores conservadores ao seu governo.

Na primeira parte deste subcapítulo, a análise se concentrará exclusivamente no pronunciamento de Jair Bolsonaro do dia 21 de outubro de 2018 (anexo), transmitido durante passeata na Avenida Paulista. A seleção deste discurso como fonte de pesquisa se dá, não somente pelo uso do termo "limpeza", mas também pela sua posição nos eventos que levaram a vitória de Jair Bolsonaro. O "discurso da Ponta da Praia" foi proferido a apenas uma semana do segundo turno das eleições para uma plateia lotada de simpatizantes do período ditatorial brasileiro e para os ouvidos negligentes do Tribunal Superior Eleitoral. Na segunda parte deste capítulo, será pesquisada a relação entre o "limpo" e o "sujo" após a eleição de Jair Bolsonaro, que operou sob uma construção do "nós" e do "eles", criando grupos de repulsão e de atração na classificação de cidadãos e entidades brasileiras.

"Uma limpeza nunca vista na história do Brasil"

O pronunciamento feito por videoconferência no dia 21 de outubro de 2018 foi um dos mais autoritários desde o início da campanha eleitoral. Do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro entrou ao vivo por um telão na Avenida Paulista, em São Paulo, com celular na mão, vestido com camisa verde e enquadrado sob um fundo de roupas estendidas no varal. Com apenas 10 minutos e publicado no canal do *Youtube* do então candidato, ele atendia ao formato adequado à sua estratégia de circulação de material de campanha em disparo em massa pelas redes sociais. Esse pronunciamento feito durante passeata expressiva da direita foi importante para a sua vitória, pois ocorreu a uma semana do segundo turno das eleições. Havia uma busca óbvia de fortalecer sua base eleitoral e de

cooptar mais eleitores para confirmar o resultado favorável que já era apontado nas pesquisas de intenção de voto.

No primeiro turno, Jair Bolsonaro (PSL) havia ficado em primeiro lugar, com 46,03% dos votos, e disputaria o 2º turno com Fernando Haddad (PT) que conseguiu 29,28% dos votos. Quando Jair Bolsonaro proferiu esse discurso, a última pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha apontava que ganharia com 59%, enquanto Fernando Haddad ficava com 41% dos votos[285]. Apesar do rápido crescimento de Haddad nas pesquisas em relação ao primeiro turno, Bolsonaro ainda liderava com uma margem expressiva e a preocupação óbvia era manter seus votos e impedir que o outro candidato crescesse, a partir da conquista dos votos indecisos ou nulos.

A uma semana do segundo turno e liderando as pesquisas, cumpria, portanto, produzir um discurso que sinalizasse força e compromisso com valores desenvolvidos em sua campanha para manter sua fração eleitoral. A crise de representatividade que se desenhava desde os protestos de junho de 2013 e o crescimento do antipetismo na sociedade brasileira, especialmente após a Operação Lava-Jato, deram as bases para a narrativa de 21 de outubro. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, cujo levantamento foi feito nos dias 17 e 18 de outubro de 2018, o desejo de renovação e mudança no poder liderava como a principal razão de voto em 30% dos eleitores de Bolsonaro.

A rejeição ao Partido dos Trabalhadores vinha a seguir, citada espontaneamente por 25% dos eleitores como motivo para votar em Bolsonaro, e na sequência apareciam as propostas na área de segurança do então candidato, mencionadas por 17% da

285 A pesquisa do Instituto Datafolha publicada no dia 19 out. 2018 está disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983421-bolsonaro-59-mantem-vantagem-sobre-haddad-41.shtml

população[286]. Nesse sentido, as pulsões por alternância de poder, renovação, segurança e pela repulsa do Partido dos Trabalhadores estavam disseminados na sociedade. Restou à campanha de Jair Bolsonaro acirrar essas pulsões, reforçando performances que já fazia desde sua atuação como deputado federal: a caricatura de um líder forte, honesto, disposto a ordenar o país com mãos pesadas. A novidade estava na estratégia de elevar o tom antipetista e se colocar como um *outsider* da política brasileira: alguém que tinha experiência na política, mas nunca teria participado do sistema corrupto vigente e, por isso, seria o mais apto a enfrentá-lo.

Cabe ressaltar que Jair Bolsonaro possuía, ainda no mês de agosto, 19% da intenção dos votos e seu crescimento em três meses se deve a fatores que se inserem em ordens do tempo distintas[287]. Segundo Daniel Aarão Reis (2021), a vitória de Jair Bolsonaro é a expressão brasileira de um quadro de ascensão internacional das direitas no mundo, desde fins do século XX, que surge como resposta à incapacidade de os regimes de democracia representativa lidarem com as desigualdades sociais, a hegemonia do grande capital, a precarização dos mercados de trabalho, dentre outros fenômenos globais, que vêm desafiando a capacidade de intervenção e controle dos Estados Nacionais. Sob o panorama que vinha se desenhando no plano internacional, a vitória de Jair Bolsonaro articulou também fatores que, segundo o autor, se tornam inteligíveis em

286 A pesquisa do Instituto Datafolha publicada no dia 22 out. 2018 está disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983550-desejo-de-mudanca-e-rejeicao-ao-pt-alavancam-candidatura-de-bolsonaro.shtml

287 A Pesquisa Datafolha, divulgada em 22 de agosto, indicava Jair Bolsonaro em segundo lugar nas intenções de voto para presidência. O candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva, liderava com 39%, também vencendo um possível segundo turno, caso disputasse com Jair Bolsonaro. A pesquisa, contudo, também indicava que, sem Lula da Silva na disputa, Bolsonaro lideraria com 22% das intenções de voto. A falta de união e de estratégia dos partidos de esquerda quanto a evitar o crescimento de Bolsonaro parece ter subestimado estes indicadores estatísticos. https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml

três temporalidades: 1) a força das tradições autoritárias de direita no Brasil na perspectiva da longa duração; 2) o desenvolvimento da deterioração do sistema político entre a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições de 2018 na média duração; e 3) a incidência da campanha eleitoral e seus efeitos na curta duração.

Na longa duração, Reis (2021) destaca as tradições autoritárias de direita no Brasil que teriam contribuído para esse processo de desfiguração da democracia: o racismo; as desigualdades sociais; o patrimonialismo e o mandonismo; a exploração sistemática do anticomunismo; a discriminação de gênero e os regimes democráticos fechados e elitistas.

Na média duração, Reis (2021) descreve a perda do prestígio do sistema político entre 1988-2018, período chamado de Nova República. A desmoralização deste sistema é resultado da maneira como as reformas políticas, apesar de avanços na adoção de políticas de grandes maiorias, não conseguiram resolver o problema estrutural da desigualdade social ou afirmar uma política de memória consistente em relação ao período da ditadura militar (1964-85). O desconforto em relação aos escândalos de corrupção, junto a explosão de demandas sociais em junho de 2013 coroaram o quadro das frustrações políticas em relação a esse sistema.

Na curta duração, um conjunto de circunstâncias combinando erros dos adversários e acertos da campanha de Bolsonaro foram definitivas para a condução de sua vitória eleitoral. Alguns fatores a se ressaltar na análise de Reis (2021): a) a demora do Partido dos Trabalhadores em lançar uma candidatura viável, já que seu candidato estava impedido pelo Tribunal Superior Eleitoral; b) as incapacidades das esquerdas se unirem, mesmo no segundo turno; c) a construção oportuna de alianças de Bolsonaro, junto ao capital financeiro, ao agronegócio, às Igrejas protestantes e ao ministro Sérgio Moro, então popular na época como líder na luta anticorrupção; e d) a exploração sistemática de estratégias de comunicação em mídias sociais, baseadas em disparos em

massa e disseminação de *fake news*; e e) o atentado sofrido por Bolsonaro, que, tanto lhe permitiu se afastar dos debates, quanto lhe reforçou a imagem mítica do herói que sua campanha explorava.

Em acordo com a divisão definida por Daniel Aarão Reis (2021), o discurso de 21 de outubro pode ser compreendido na perspectiva da curta duração. Ele é um evento que responde às circunstâncias de 2018, mas também está inserido no quadro mais amplo dos fatores estruturais que se desenham no longo processo civilizacional brasileiro e, internacionalmente, desde fins do século XX. Como evento, ele é somente um dos muitos atos de fala produzidos por Bolsonaro, durante as lutas políticas que levaram a ascensão da extrema direita no Brasil pelo voto. Sozinho ele não explica a vitória de Bolsonaro, mas tampouco pode ser reduzida a sua importância na curta duração, enquanto enunciado que escancarou a retórica autoritária do candidato, desafiando publicamente as próprias regras do sistema eleitoral. O fato de que quase 58 milhões de brasileiros o elegeram com a memória fresca deste discurso é um dado que merecer ser considerado.

De forma geral, tratou-se de um pronunciamento de conteúdo belicoso, dicotômico e antidemocrático. Na imprensa, ficou marcado pelo uso do termo "Ponta da Praia", uma referência explícita a um dos locais de desova de prisioneiros da ditadura militar (1964-85) em uma base da Marinha na Restinga de Marambaia no Rio de Janeiro. Segundo Carlos Fico[288], o termo, com o tempo, foi ampliado por militares linha dura para designar lugar clandestino para interrogatório com tortura e eventual morte. Sua adoção conota, portanto, apologia à tortura e ao assassinato em relação aos adversários políticos.

---

288 Publicado na matéria "Bolsonaro fez referência a área de desova de mortos pela ditadura" do jornal Folha de S. Paulo de 29 dez. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/bolsonaro-fez-referencia-a-area-de-desova-de-mortos-pela-ditadura.shtml. Acesso em: 23 jul. 2021.

Uma das principais características deste discurso, é a adoção de vocabulário eliminacionista e de demonstração de força. Além do termo "Ponta da Praia", os marcadores que dão ênfase a esse viés são as metáforas da limpeza ("será uma limpeza nunca 'visto' na história do Brasil"[289]; "Só que a faxina será agora muito mais ampla"[290]) e alguns marcadores verbais como "banir", "apodrecer", "cortar", "enquadrar" e "submeter"[291]. Esse vocabulário, ao mesmo tempo que interessava à sua base eleitoral mais radicalizada, também acenava aos adeptos da bandeira anticorrupção em popularidade. A noção de que a corrupção era o mal maior e o desejo por um líder forte para manter a ordem e a disciplina foram mimetizadas neste discurso.

Por outro lado, verifica-se que o discurso também faz uma tentativa de suavizar ou ocultar certos radicalismos com o qual Jair Bolsonaro se aproximou em outros contextos de enunciação. Temas polêmicos de ordem moral que Bolsonaro não hesitava em repetir durante toda a campanha não foram explorados neste pronunciamento, como o "kit gay", o "marxismo cultural" e a "ideologia de gênero". Na passagem "nós respeitamos todas as religiões"[292], há um desvio em relação a falas anteriores de cunho conservador religioso mais radical. É uma evidência de que Bolsonaro acenava para grande parte da população, especialmente católica e não praticante, que não se identificava com o excesso de conservadorismo ou com sua aproximação com o neopentecostalismo. Na passagem "nós não queremos socialismo, nós queremos distância

---

[289] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. 1 vídeo (10min. 41segs.). YouTube, 21 out. 2018 Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.
[290] Idem.
[291] Idem.
[292] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. 1 vídeo (10min. 41segs.). YouTube, 21 out. 2018 Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

de ditaduras do mundo todo”[293], também há uma tentativa, ainda que torpe, de negar sua identificação com o signo da ditadura, criando um jogo de linguagem em que ditadura é sinônimo exclusivo de socialismo.

Neste sentido, a linguagem adotada no pronunciamento, apesar de profundas bases autoritárias, também mitigou certas posições, principalmente as de ordem moral, tomadas anteriormente por Jair Bolsonaro, assumindo um perfil fragmentado e despolitizado. A não menção de prévias posições polêmicas e a exploração de metáforas como a “faxina” e a “ponta da praia” flexibilizava as nuances interpretativas do discurso para que fosse apropriado de formas individualizadas pelos usuários das redes digitais. Essa flexibilidade discursiva também permitia o uso de estratégias de edição de partes do discurso por seus marqueteiros, fragmentando o conteúdo de acordo com o público receptor. Os trechos sobre a “limpeza” do Brasil poderiam ser facilmente editados como a luta contra a corrupção ou a defesa da eliminação física de seus adversários. O uso de significados inversos também manifestou o processo histórico-linguístico de “politização da despolitização” ou “hiperengajamento”, descrito na seção 1.2. Não importa mais o conteúdo culturalmente compartilhado sobre o conceito de “ditadura”, mas o enquadramento que se dá a ele, de forma que possa ser traduzido até mesmo em sentido inverso.

Ainda que tenha feito uso de estratégias de fragmentação, o vocabulário eliminacionista é identificável na íntegra do seu discurso, se sustentando em uma construção dicotômica. O discurso de “limpar” o tecido social de algo ou alguém não resiste em localizar e definir o grupo que deve ser perseguido. No pronunciamento da

[293] Idem.

Ponta da Praia, a produção da diferença se dá por meio da construção de dois polos inegociáveis, de dois lados da sociedade que não dialogam. Para isso, se anula a política como arte da negociação, a substituindo pelo signo da "guerra" ("nós ganharemos esta guerra"[294]), dando-lhe coerência com o suporte de um vocabulário belicoso. Assim, se opera a clássica distinção entre o lado "limpo" e o "sujo", o "nós" e o "eles", o "amigo" e o "inimigo".

Nós	Eles
▪ Maioria ▪ Brasil de verdade ▪ Este povo brasileiro ▪ Nosso Brasil ▪ Essa nova classe política ▪ Time de ministros ▪ Esse povo (que "se levanta para salvar a nação") ▪ Vocês da Paulista ▪ Forças Armadas ▪ Polícia civil e militar ▪ Famílias ▪ Crianças ▪ Amigos da paulista e do Brasil ▪ Imprensa livre, mas com responsabilidade	▪ Essa turma (que "perdeu o primeiro turno e perdeu em 2016") ▪ Marginais vermelhos ▪ Gangue que tem a bandeira vermelha e a cabeça lavada ▪ Lula da Silva ▪ Haddad ▪ Lindbergh Faria ▪ Petralhada ▪ Vagabundo ▪ Bandidos do MST ▪ Bandidos do MTST ▪ Cachaceiro lá em Curitiba ▪ Folha de S. Paulo ▪ Imprensa vendida ▪ Socialismos ▪ Ditaduras

Como se observa neste quadro, constroem-se zonas de delimitação: uma patriótica e salvacionista e outra criminal e contraventora. Cabe destacar que estes atributos

[294] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. 1 vídeo (10min. 41segs.). YouTube, 21 out. 2018 Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

antitéticos não são apenas retóricos, mas eles mobilizam o que Koselleck (2006) nomeia de "unidades de ação política", uma vez que se entrelaçam com outros conceitos articulados no enunciado. Segundo Koselleck (2006):

> O simples uso do "nós" e do "vós" estabelece, decerto, inclusões e exclusões, e nesse sentido constitui uma condição para que a ação se torne possível. Mas um grupo designado por um "nós" só poderá constituir-se em uma unidade de ação politicamente eficaz se incluir em si algo mais do que uma mera designação ou denominação. Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras de modo a determinar a si mesma. (KOSELLECK, 2006, p.191-192).

Pode-se mencionar como unidades de ação na lógica desse discurso os marcadores do "povo", "nação", "maioria", "família" e as instituições de poder coercitivo ("Forças Armadas" e "polícia civil e militar"[295]). São a esses agentes que o enunciado se direciona e são eles os esperados para fazer a transformação colocada por Bolsonaro. Na construção do lado amigo, o "nós" nomeia tanto grupos concretos ("vocês da Paulista"), quanto grupos generalizados ("povo e nação"), fazendo com que muitas vezes seus interlocutores se reconheçam em unidades de ações que paradoxalmente lhe discriminam. Esse movimento é possível porque Jair Bolsonaro mescla conceitos gerais com particulares, concebendo uma pátria que seja apenas a sua, um Brasil que seja apenas o "verdadeiro" e um povo que seja apenas a "maioria". A designação a seu modo produz efeitos sobre o social, uma vez que rearranja politicamente quem deve fazer parte ou não das categorias que aciona e ressignifica sob quais princípios essas categorias devem ser concebidas.

Essas unidades de ação, por sua vez, só tomam efeito prático porque se articulam com conceitos e valores que são compartilhados culturalmente. A produção do "nós" e do "eles" não adquire força apenas no ato de nomear. O discurso mobiliza a ação, quando

---

[295] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. 1 vídeo (10min. 41segs.). YouTube, 21 out. 2018 Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

comunica com as tradições incrustradas na sociedade brasileira, mesmo que o faça para reinterpretá-las. No caso do discurso de 21 de outubro, ele se sustenta em três forças de construção do léxico bolsonarista: o patriotismo, o militarismo e o anticomunismo.

Quanto ao patriotismo, a identificação com o autor extrapola os limites deste enunciado. Bolsonaro desde sua trajetória como deputado federal se empenhou em construir uma imagem de defensor dos valores patrióticos. A associação com símbolos nacionalistas – bandeiras, uniformes militares, jargões - foi amplamente utilizada em suas campanhas. Da mesma maneira, mesmo em suas falas polêmicas, Bolsonaro as fazia em nome do Brasil, como no episódio de 1994 em que pregou o fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso por estar cometendo "um crime contra o país". Além disso, dentre seus parcos projetos propostos, fazia constantemente alusões patrióticas de efetividade discutível, como no projeto de lei 1.736 de 1996, em que proibia o uso de vocábulos estrangeiros na identificação de estabelecimentos comerciais e em rótulos de produtos, prática descrita como "atentado" contra a língua portuguesa. O discurso da Ponta da Praia funciona, portanto, porque está pré-condicionado ao histórico do autor e, por conseguinte, serve como mais um espaço de reafirmação de uma narrativa que já havia se estabelecido antes: a de que Bolsonaro estava comprometido com a defesa da nação.

O patriotismo do discurso de Bolsonaro é, contudo, de tipo único e vigente no Brasil: aquele que se cruza com os valores do militarismo. Nota-se que dentre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, Jair Bolsonaro se direciona especificamente para as Forças Armadas e as Polícias Civil e Militar. A auto incumbência de tornar as

Forças Armadas "altiva" e de dar "retaguarda jurídica"[296] para as polícias civil e militar evidencia a valorização de um sistema político em que prevalecem o poder dos órgãos de coerção. Quem deve fazer "valer a lei"[297] na sua lógica é a polícia, passando por cima das instituições civis e de princípios pilares do Estado Democrático de Direito como a presunção de inocência. Tal imaginário se pauta na construção falaciosa das Forças Armadas como maior instituição de prestígio e de credibilidade junto à sociedade brasileira, um ente incorruptível que deve agir como espécie de "moderador" - eufemismo para golpismo interventor - nos momentos de desvios republicanos. O desejo de conferir poderes antidemocráticos aos militares, por sua vez, se associa, neste pronunciamento, com outra narrativa de fundo que se refere à tradicional luta contra o comunismo nos meios castrenses.

Segundo Adriano de Freixo (2020), pode-se dizer que o anticomunismo militar remonta, pelo menos, à década de 1930, quando surge como ideologia capaz de unificar as Forças Armadas e de acabar com suas divisões internas. A Revolta Comunista de 1935 e a narrativa construída sobre ela pelas lideranças militares e pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) desempenhou um papel central para a consolidação de um sentimento anticomunista. O ápice desta ideologia se deu, contudo, durante a experiência ditatorial de 1964 a 1985, cuja ascensão dos militares ao poder elevou ao máximo a perseguição política interna ao campo da esquerda. Além disso, logo nos primeiros anos do regime

> os militares alinhados com posições à esquerda – dos partidários do reformismo nacionalista do PTB aos simpatizantes do Partido Comunista – foram afastados, cassados e perseguidos […], consolidando a hegemonia do pensamento conservador, em suas diversas inflexões, no interior das Forças Armadas (FREIXO, 2020, p.9).

---

[296] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. 1 vídeo (10min. 41segs.). YouTube, 21 out. 2018 Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.
[297] Idem.

Nos últimos anos, a ascensão das forças conservadoras no Brasil revigorou essa ideologia anticomunista, que já estava presente desde o século passado. Nas Forças Armadas, ela vem sendo nutrida principalmente pelo conjunto de conhecimentos transmitidos nas escolas militares, sob notório déficit democrático. Na sociedade, disseminou-se principalmente durante a campanha de Dilma Rousseff de 2010, uma vez que a principal estratégia de ataque da oposição foi fomentar antigos temores dos segmentos conservadores, recuperando o passado guerrilheiro de Dilma Rousseff e acusando a candidata de apoiar causas contrárias à moralidade religiosa. Motta (2018) afirma que, embora esta estratégia não tenha impedido a vitória dos petistas, ela representou uma inflexão, pois fortaleceu a agenda dos grupos conservadores e o sentimento anticomunista.

O anticomunismo que vigora atualmente não é, contudo, o mesmo de 1964, pois recebeu nova roupagem e sua perspectiva foi ampliada para outros setores da sociedade. O Outro ameaçador do Bolsonarismo possui uma anatomia específica. Ele é uma espécie de animal dismórfico que junta sob espectros diferentes figuras associadas ao petismo, comunismo e esquerdismo. Esse movimento só é possível porque há uma derivação de conceitos completamente distintos que se tornam iguais, formando um espantalho diferente do que o construído na ditadura. A transformação de um único partido em liderança ou guarda-chuva de todas as ideologias e movimentos de esquerda é uma das novidades. Como consequência, esquerdismo, petismo e comunismo se tornam sinônimos políticos que compõem o único espectro ideológico do Brasil, já que o discurso patriótico de Bolsonaro reproduz a noção de ideologia como falsa consciência. Na sua lógica, não

explícita neste discurso, mas presente em muitos outros enunciados, o ideológico são sempre os outros, já que o patriota não tem partido[298].

O petismo é, portanto, a caracterização do inimigo mais endossada neste discurso. Neste ponto, ressalta-se a forma extremamente agressiva com que Bolsonaro caracterizou membros específicos do Partido dos Trabalhadores (Lula da Silva, Fernando Haddad e Lindbergh Farias) tornando-os sinônimos de marginalidade, contravenção e desordem. Essa bandeira do antipetismo identifica-se não somente com a direita radicalizada. Ela disseminou-se em grupos diversos da população brasileira, encontrando força na grande imprensa. O editorial de O Estado de S. Paulo de 08 de outubro de 2018 ("Uma escolha muito difícil"[299]) é um marco de como o antipetismo tornou-se tão forte a ponto de se sobrepor ou ao menos se igualar ao medo de uma escalada autoritária no país e Bolsonaro soube acirrar este sentimento em seu discurso.

O antipetismo ou a rejeição ao Partido dos Trabalhadores se sustentava na premissa do partido como o único ou o maior responsável pela corrupção no país. O marco em que o antipetismo tomou uma forma mais evidente está nos anos 2014, quando os movimentos de direita começaram a se organizar, junto ao início das investigações da Operação Lava Jato. Os protestos de junho de 2013, marcados por gritos de "não temos partido" e atitudes hostis às pessoas que levavam bandeiras partidárias, teriam sido o laboratório desses novíssimos movimentos sociais brasileiros (GOHN, 2017). A partir

---

298 Não por acaso, a máxima "meu partido é o Brasil" estampou camisas verde-e-amarelas de seus eleitores no dia 25 de outubro.

299 EDITORIAL. Uma escolha muito difícil. *O Estado de S. Paulo*, 8 out. 2018, p.A3.

deste momento, já se sinalizava que a imagem da democracia e de suas instituições tradicionais estava em desprestígio na população.

A crise de representatividade, causada pela desconfiança em relação às instituições democráticas, apenas aumentaria ao longo dos anos 2010. As medidas de austeridade impostas pelo Governo Dilma Rousseff para conter a crise econômica do final de seu primeiro mandato e as próprias dificuldades da então presidente em lidar com as divisões políticas internas do seu governo contribuíram para asseverar o quadro.

Como mencionado na seção 3.2., com a condução da Operação Lava-Jato[300], o descontentamento quanto às inúmeras denúncias de corrupção envolvendo a estatal Petrobras foi direcionado a um só partido. Embora sejam inquestionáveis a severidade com que devem ser tratados os casos de corrupção e o seu prejuízo para a manutenção das práticas republicanas, reconhece-se que a conduta da operação foi marcada por inúmeras suspeições. Estas estratégias seletivas que incidiram sobre o jogo eleitoral criaram uma narrativa, reverberada pela imprensa tradicional e pela força-tarefa da Lava Jato de que a origem do "mal" que solapava a política brasileira residia na corrupção e havia um único partido responsável por todo este mal. Expurgando este partido sujo e criminoso do jogo político, seriam expurgados todos os problemas da política brasileira.

Segundo pesquisa produzida por Esther Solano (2019) com eleitores de Jair Bolsonaro da cidade de São Paulo, a Operação Lava-Jato foi um divisor de águas na imaginação da política como o terreno da imundície.

> Não só os políticos profissionais seriam "sujos e corruptos", como o próprio fazer político desperta afetos negativos como vergonha e rejeição. Atrelada à ideia de negação da política como atividade eminentemente corrupta, está a

300 A Operação Lava-Jato se refere a um conjunto de investigações, sob autorização do juiz Sérgio Moro, conduzidas a partir de março de 2014 pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Procuradoria-Geral da República. Foi iniciada para apurar a movimentação de valores de origem ilícita em postos de combustível. Posteriormente, foi ampliada para investigar membros administrativos da empresa estatal Petrobras, políticos e empresários de grandes construtoras brasileiras.

> Operação Lava Jato. Todos os entrevistados são seus apoiadores. Durante as entrevistas, reiteram a importância vital da operação para a política brasileira e argumentam como esta traz benefícios para toda a sociedade. Falam de como a Lava Jato marca um antes e um depois na história nacional, "porque seria a primeira grande operação de combate à corrupção que realmente procura punir os responsáveis" e exigem que ela continue como política permanente, mas, como revelam suas falas, esse entusiasmo é menos do ponto de vista institucional e mais relacionado ao desejo de uma justiça messiânica do inimigo. O juiz Sergio Moro aparece caraterizado nas entrevistas por conceitos como "herói", "salvador", alguém que "tem uma tarefa", "é um enviado", e, ainda mais, "vai limpar o Brasil dos políticos corruptos" que, numa visão moralista e dualista da justiça, representam o mal, o inimigo a ser exterminado. Nas falas dos entrevistados, o conceito "limpar" aparece muito mais do que o conceito fazer "justiça" (SOLANO, 2019, p.314)

O par sujeira-limpeza representa, portanto, conceitos-chaves que ligam o discurso dos apoiadores da Lava Jato com a campanha de Jair Bolsonaro.

Cabe lembrar que, na lógica da Operação Lava-Jato, um sistema corrompido é um sistema "sujo". E todo o espectro da política estaria contaminado, uma vez que se sustenta na teoria de que a corrupção se organiza de forma piramidal. Em vez de pulverizada nas instituições políticas, a corrupção, para o grupo de Curitiba, possuía uma origem ou uma cabeça que ordenava todo o esquema que lhe subjazia. A conclusão tirada a priori pela equipe de investigação e que repercutiu fortemente na sociedade brasileira é que todo o domínio do político estava tomado. Apenas a "limpeza" desse sistema, com a exposição de todos os casos de corrupção e posterior prisão dos políticos mandantes, poderia fazê-lo voltar a funcionar. A limpeza, na Operação Lava-Jato, é o ato de fazer transparecer pela punição. No discurso de 21 de outubro, apoiando-se elasticamente em metáforas, Bolsonaro fez a passagem radical desta semântica da punição para o seu caso extremo: a eliminação física do opositor.

Sobre como a metáfora da limpeza extrapola uma simples função retórica, tornando-se operador relevante de sociabilidade, a obra Pureza e Perigo da antropóloga britânica Mary Douglas (1966 [2014]) fornece um material importante para compreendê-lo. Segundo Mary Douglas, "a sujeira é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o

nosso meio" (DOUGLAS, [1966] 2014, p.13). Em sua obra, Douglas ([1966] 2014) explora como os rituais de pureza e de impureza estão presentes em diversas sociedades ao longo do tempo e dão uma certa unidade à nossa experiência. Por meio deles, são elaboradas estruturas simbólicas e crenças que criam uma linguagem de exortação mútua. Na sua concepção, os rituais de limpeza e purificação ordenam, porque reforçam constrangimentos sociais. Eles impõem os limites que definem a ordem ideal da sociedade, mantida graças à identificação dos perigos que ameaçam os transgressores.

Neste sentido, no pronunciamento de 21 de outubro, o antipetismo assume papel central, pois é o conceito que proporciona identidade ao sujeito transgressor da ordem moral. Na construção do "eles", é produzido um alargamento que contempla todo o campo progressista. Neste lado, caracterizado como o lado perdedor, designam-se representações heterogêneas da esquerda como se fossem uma só: quadros do Partido dos Trabalhadores, movimentos sociais como MST e MTST e o espectro do Socialismo, citado de forma difusa. Há, inclusive, menções a atores que não se relacionam com o campo progressista, como o veículo de imprensa Folha de S. Paulo, cuja posição durante os governos dos citados (anexo) Lula da Silva e Fernando Haddad foi notadamente opositora. Na linguagem bolsonarista, basta ser de oposição para receber o status de "comunista".

O petismo é, portanto, a caracterização inimiga mais endossada neste discurso, se sustentando na premissa difundida com maior força desde a Operação Lava-Jato de que o PT seria um ator-chefe das práticas de corrupção no país. Neste ponto, ressalta-se a forma extremamente agressiva com que Bolsonaro caracterizou membros específicos do Partido dos Trabalhadores (Lula da Silva, Fernando Haddad e Lindbergh Farias) tornando-os sinônimos de marginalidade, contravenção e desordem. Na relação de alteridade deste discurso, subentende-se, por fim, que apesar de constituir polos

inegociáveis em conteúdo, eles são inseparáveis, pois a existência do lado salvacionista depende do combate ao lado criminoso e, portanto, da existência do Outro ameaçador.

Podridão e conspiração no governo Bolsonaro

Durante o primeiro ano do governo Bolsonaro, a promessa da limpeza institucional se concretizou por ações performáticas do governo com o objetivo de derrubar ou perseguir atores essenciais à existência do Estado Democrático de Direito. Em termos práticos, a operação limpeza se desdobrou em arroubos e pressões por investigar, expurgar, prender e, em último nível, eliminar os adversários políticos. A sua invocação se direcionava a qualquer barreira de institucionalidade que se colocasse à frente dos interesses dos seus locutores. Tratou-se de um movimento de repulsão e expulsão de adversários do sistema político, usando a própria institucionalidade como meio.

Com a posse e o surgimento de desacordos e críticas públicas direcionadas ao presidente da República, o governo passou a usar principalmente a palavra “podridão” para diminuir a oposição. Sob esta lógica, “podres” eram todos aqueles que conspiravam contra o governo, por divergirem de suas declarações e posições políticas, consideradas moralmente superiores. Como solução, advogava-se pela limpeza moral dessas instituições.

Até o primeiro trimestre do ano de 2020, antes que a pandemia da COVID-19 se tornasse uma emergência de saúde pública no Brasil, os adversários atacados eram principalmente os grandes veículos de comunicação - a imprensa e os canais de televisão (com destaque para a Folha de S. Paulo e O Globo) - e o Supremo Tribunal Federal (STF). Contra essas instituições, o primeiro ano do governo Bolsonaro se caracterizou pelo uso

enfático de chavões metafóricos como “Globolixo”, “banda podre” da imprensa, “banda podre do judiciário”, entre outros.

Quanto à imprensa, toda e qualquer notícia que saísse contra o presidente, era reinterpretada por canais particulares do governo e de seus apoiadores como uma mentira, generalizando todo o veículo à palavra “lixo” ou “podridão”. Sendo podres, não mostravam a verdade, que seria propriedade dos veículos alternativos, isto é, apoiados ou controlados pelo presidente, o porta-voz da pureza política, por ser um *outsider* do sistema. Em postagem de abril de 2019, o canal de Jair Bolsonaro no YouTube posta um vídeo sem imagens em movimento. Apenas com áudio do presidente e sem identificação do contexto. A edição destaca na tela palavras-chaves como “patriotismo”, “humildade”, “motivação”, “se desculpar”, “espírito de equipe” e, por fim, termina com “são as características de um grande líder, de um grande presidente”. No trecho do áudio, Bolsonaro afirma o seguinte:

> Não nasci para ser presidente. Nasci para ser militar. Não tenho qualquer ambição, não me sobe à cabeça o fato de ser presidente. Eu pergunto, olho para Deus e falo: meu Deus que que eu fiz para merecer isso? É só problema. Nós temos como ir em frente, nós temos como mudar o Brasil. Desculpe as caneladas, mas no momento estou nessa condição de Presidente e junto com vocês, somente junto com vocês, nós podemos mudar o destino do Brasil sozinho[301].

No seu canal oficial, o presidente Jair Bolsonaro publicou esse vídeo com o título “Como setores da mídia jogam sujo e distorcem tudo para nos prejudicar”[302].

Para que fosse possível governar, não bastava, evidentemente, perseguir um órgão político, mas também conferir a posse da verdade a outros veículos de comunicação.

---

[301] BOLSONARO, Jair. Como setores da mídia jogam sujo e distorcem tudo para nos prejudicar. *YouTube*, 8 abr. 2019. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8y1Vg W9eZg4. Acesso em: 14 nov. 2025.
[302] Idem.

Assim, operou-se uma distinção entre a mídia tradicional (televisão e imprensa) e as novas mídias de direita (canais do YouTube, redes sociais, aplicativos de mensagens etc.). Na versão do governo Bolsonaro, as mídias digitais seriam o único lugar possível de obter informação limpa e confiável. Essa construção foi induzida repetidamente por meio da frase: "isso a mídia tradicional não mostra" no título de inúmeras postagens de viés positivo sobre a sua gestão.

O encorajamento da mobilização de seus eleitores pelas mídias digitais pode ser interpretado com base em um processo de digitalização da política (NOBRE, 2022), que encontrou um ambiente favorável nas eleições de 2018. Ainda que Bolsonaro tenha se candidatado por um partido tradicional, o Partido Social Liberal (PSL), sua campanha se apoiou nos mecanismos das plataformas digitais, enquadradas pela lógica das métricas e analíticas das novas tecnologias. Marcos Nobre (2022) define que Bolsonaro *hackeou* o PSL, via plataformização da campanha eleitoral, no sentido de conseguir convencer que suas referências ideológicas, iam além dos círculos autoritários, saudosos da ditadura militar, representando uma nova direita (NOBRE, 2022, p.196). Esse processo de digitalização da política no Brasil, que não é um movimento exclusivo do bolsonarismo, tem reestruturado o funcionamento da política, por meio de características como a criação de hiperlíderes, a prevalência de hiperengajamentos, a ampliação de vieses, o favorecimento de pautas e de grupos *outsiders* e a ascensão de líderes autoritários (NOBRE, 2022; CESARINO, 2022).

Após a vitória eleitoral, Bolsonaro continuou a conduzir seu agir político explorando táticas digitais, que, dentre outras características, conseguiam contornar os *gatekeepers* do sistema político e da mídia tradicional (NOBRE, 2022, p.89). As declarações polêmicas em redes sociais ou canais privados, inclusive feitas contra os próprios jornais, tinham um efeito prático, na medida em que também eram noticiadas na

mídia tradicional. Como nem todos os brasileiros são capazes de acessar a internet, especialmente os meios que demandam uso ilimitado de dados, essa tática alcançava um público mais desconectado ou com pouco acesso à rede.

Por sua vez, os canais online de *streaming*, como a Folha Política e o canal oficial de Jair Bolsonaro no YouTube, reproduziam trechos de imagens retirados da imprensa ou dos canais de televisão, editando-os numa montagem crítica da cobertura tradicional, cuja interpretação já estava contida na própria matéria. Assim, reconhecer a centralidade do papel das mídias não significa afirmar que a mídia digital destruiu ou tornou irrelevante a mídia *mainstream*. É possível visualizar um jogo de ecos entre veículos que operavam de maneiras diferentes, de acordo com seus formatos de tecnologia, interesses e públicos. Os efeitos sociais dessas ações publicitárias, por outro lado, reciclavam também antigas práticas. Para o Governo Bolsonaro, desenhava-se a estratégia clássica dos governos autoritários, na qual o líder máximo instigava a população a aderir às informações filtradas, depreciando e até ameaçando as mídias tradicionais.

No caso das notícias envolvendo a suspeição de Bolsonaro em relação ao assassinato da vereadora Marielle Franco do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL-RJ), Bolsonaro gravou um vídeo de cerca de 25 minutos, extremamente exaltado e chamando a imprensa de “porca” e “nojenta”. Sob o título “Mais uma matéria porca da Globo. Caso Marielle”, Bolsonaro, sentado a uma mesa, ameaça a Rede Globo:

> Deixe eu governar o Brasil. Vocês perderam! Vocês vão renovar a concessão em 2022. Não vou persegui-los, mas o processo vai estar limpo. Se não estiver limpo, legal, não tem renovação da concessão de vocês e de TV nenhuma [...]. Esse jornalismo que vocês fazem da TV Globo é um jornalismo podre! Podre! Canalha! TV Globo, vocês não prestam! Não prestam! Só esculhambam a família 24 horas por dia, só promovem o que tá dando errado! Não tem respeito com ninguém! Defendem bandido e criticam policiais! É uma canalhice o que

> vocês fazem! É uma canalhice, TV Globo! [...] Não vou conversar com vocês da TV Globo. Temos uma conversa em 2022![303]

O argumento de Bolsonaro que qualifica a mídia de "podre" se sustenta no episódio em que a Rede Globo noticiou uma matéria vazada de processo que tramitava em segredo de justiça. Bolsonaro acusa o governador Wilson Witzel do Rio de Janeiro de ter vazado as partes nas quais seu porteiro afirma ter ouvido a voz do presidente, autorizando a entrada do miliciano suspeito no assassinato de Marielle, na entrada do seu condomínio. A mídia e o governador, que recém havia se tornado seu inimigo político, são, portanto, retratados como sabotadores do seu governo, que inventam "mentiras" para não o deixar trabalhar. Nesse e em outros materiais analisados, o discurso conspiratório de Jair Bolsonaro associa frequentemente seus adversários, considerados sabotadores de seu governo, ao terreno da "podridão".

O funcionamento das mídias digitais também operava a partir da lógica da replicação. Este vídeo de Bolsonaro, respondendo à matéria sobre o caso Marielle Franco, por exemplo, foi reproduzido integralmente pelo canal pró-governo do Folha Política, cujos comentários reforçavam a carga da sujeira atribuída à grande mídia brasileira. No vídeo publicado com o título "Bolsonaro faz live para responder à Globo: 'jornalismo podre, canalha, sem escrúpulos'", os visualizadores[304] respondiam apoiando as atitudes do presidente e retomando a retórica do limpo e do sujo:

> C1: o desespero da Globo chegou ao limite,,, deu um tiro suicida na Propia cabeça, acabou globo, a sua sujeira nos envergonha ,,força presidente essa luta também é nossa[305];

---

[303] BOLSONARO, Jair. Mais uma matéria porca da Globo. Caso Marielle. *YouTube*. 29 out 2019. 1 vídeo (23 min. 36 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WoLHaXFRVQg. Acesso em: 14 nov. 2024.

[304] Cada comentário deste capítulo foi organizado com a sigla "C#", no qual "#" é um número correspondente para diferenciá-las.

[305] FOLHA POLÍTICA. Bolsonaro faz live para responder à Globo: 'jornalismo podre, canalha, sem escrúpulos'. *YouTube*. 29 out 2019. 1 vídeo (26 min. e 7 segs.). https://www.youtube.com/watch?v=kqApYgdD1hU. Acesso em: 15 nov. 2024.

> C2: Ótimo desabafo, Presidente. Merecido expor a nós, como parlamentar, o que sabe da podridão política do Brasil. Queremos saber! Acredito na sua intenção de melhorar a nossa Pátria juntamente com sua equipe. Seja intimamente guiado por Deus e por Jesus nessa caminhada cheia de percalços. Avante, Capitão! E obrigado, Presidente Jair Messias Bolsonaro[306];
>
> C3: O presidente Bolsonaro disse tudo aquilo que penso com relação a Rede Globo. #globolixo[307].

O que chama a atenção no conjunto dos comentários observados é o uso da hashtag "#*Globolixo*", que tinha a função de indexar a comunicação, fazendo circular o signo do "lixo" como uma palavra-chave de interação, gerando consenso de forma fácil sobre os assuntos envolvendo à Rede Globo. Outros leitores até mesmo chegavam a pedir o fechamento da emissora e que levantassem uma investigação contra ela.

A adesão da base política do Bolsonarismo ao discurso insultuoso e difamador em relação à mídia *mainstream* começou a ser explorado em um número elevado de publicações, que não necessariamente se referiam à mídia. Tornou-se, assim, prática comum citar a "mídia podre" em qualquer assunto que o governo abordasse em conferências ou em outras declarações públicas. Virou notícia, por exemplo, a conferência em que o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, falava sobre as ações e propostas do governo Jair Bolsonaro na área de Educação. Embora a fala de Weintraub fosse bastante longa e tivesse como foco responder questões ligadas à educação básica e às universidades, o título do canal Folha Política selecionou o trecho em que o ministro criticou a imprensa: "o Governo está indo muito bem, apesar dessa banda podre da imprensa"[308].

---

[306] Idem.
[307] Idem.
[308] FOLHA POLÍTICA. Bolsonaro e ministro refutam boatos: 'o Governo está indo muito bem, apesar dessa banda podre da imprensa'. *Youtube*, 22 nov. 2019. 1 vídeo (45 min. 52 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i3H3CqZos70. Acesso em 13 nov. 2024.

Outro exemplo se refere à reprodução editada de um trecho do telejornal do canal Band News, em que se noticia a contestação da Secretaria Especial de Comunicação Social do governo (SECOM), a respeito de informações que foram divulgadas pelo jornal impresso Folha de São Paulo e pelo portal Uol sobre os gastos com publicidade. Dentro de uma normalidade democrática, o que se esperaria de uma réplica vindo do governo seria uma simples nota com dados oficiais. O canal oficial do presidente da República, contudo, achou de bom tom escandalizar o tema e responder com o título: "mais uma Fake News da Folha de São Paulo sendo desconstruída"[309].

A guerra contra a imprensa, enquadrada sob metáforas do apodrecimento, tinha por objetivo distrair o público do conteúdo das notícias, tornando notícia a guerra em si. Essa estratégia alimentava os comentários que unissonamente não respondiam à notícia, se concentrando em tomar o lado "limpo" no conflito governo vs. imprensa: "Boa noite, é isso mesmo presidente coloca esta folha de sampa no bolso e amassa todinha e joga no lixo kkkk"[310]; "Essa esgoto de São Paulo, deve ser reduzida a quase nada"[311].

Tal estratégia foi conduzida pelo canal oficial do presidente, pelos canais pró-governo, por seus ministros e pelos parlamentares da base. Na Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, pegou o microfone em palanque para criticar uma notícia da Globo sobre uma mensagem do seu irmão, Carlos Bolsonaro, então vereador do Rio de Janeiro. O telejornal da Globo noticiou a publicação de Carlos Bolsonaro em suas redes sociais, nas quais afirmou que "a democracia é a pior forma de governo", citando Winston Churchill, e que "por vias democráticas, a transformação que

---

[309] BOLSONARO, Jair. Mais uma Fake News da Folha de São Paulo sendo desconstruída. *Youtube*, 16 abr. 2019. 1 vídeo (1 min. 7 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ABXMNV-iG_o. Acesso em: 13 nov. 2024.
[310] Idem.
[311] Idem.

o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos". Eduardo Bolsonaro pediu o uso da palavra em plenário para defender seu irmão contra os "urubus" da mídia que estavam "tripudiando"[312]. Este episódio foi reproduzido pelo canal de Jair Bolsonaro, por meio das imagens da TV Câmara, e mostrou também como as metáforas da limpeza não eram exclusivas do campo conservador. Muitas vozes da oposição se levantaram exaltadas para ironizar a defesa de Eduardo Bolsonaro sobre a suposta intenção democrática de seu irmão. No vídeo, é possível ouvir ao fundo a deputada Alice Portugal (PC do B-BA) lhe dizer: "lava a boca, rapaz!"[313].

Além da mídia tradicional, outra instituição que foi constantemente associada às metáforas da podridão durante o governo Bolsonaro, foi o Supremo Tribunal Federal (STF). Esse sentimento de repulsa se manifestou dentre os apoiadores da Lava Jato, quando, em 2018, alguns ministros passaram a questionar tardiamente o uso abusivo de medidas penais excepcionais, conduzidas pela operação, como as prisões preventivas, as prisões temporárias e as conduções coercitivas. Especialmente o ministro Gilmar Mendes entrou em rota de colisão com os procuradores da Lava Jato ao conceder *habeas corpus* a presos na Operação Lava-Jato e em outras ações policiais vinculadas a ela. Além disso, Gilmar Mendes levantou suspeita em relação à conduta ética do Ministério Público, denunciando em plenário que um de seus procuradores, Diogo Castor de Mattos, tinha um irmão que advogava para réus da operação.

O ministro Dias Toffoli também se tornou um alvo dos apoiadores da Lava Jato após assumir o lugar de Carmem Lúcia como presidente do Supremo Tribunal Federal

---

[312] BOLSONARO, Jair. MAIS UMA VERDADE... que a Globo não te conta! *Youtube*, 10 set. 2019. 1 vídeo (1 min. 53 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g_0_HgQfnvQ. Acesso em: 14 nov. 2024.
[313] Idem.

entre os anos de 2018 e 2020. Dentre as medidas que desagradaram os lavajatistas, Toffoli suspendeu ações penais contra o ex-ministro da Fazenda do governo Lula, Guido Mantega, e contra os marqueteiros da campanha eleitoral de Lula da Silva, João Santana e Mônica Moura em setembro de 2018, alegando que o juízo do Paraná estava burlando entendimentos a respeito de tipificações penais já estabelecidos pelo STF em suas sentenças. Em 2019, Toffoli também direcionou críticas mais duras à operação, especialmente à intenção ilegal da força-tarefa em criar um fundo anticorrupção com recursos de até R$ 2,5 bilhões sob responsabilização do Ministério Público de Curitiba.

O fato de soltarem presos da Lava Jato, independentemente dos abusos legais cometidos pela operação, foi interpretado pela direita ultraliberal e conservadora no Brasil como um ato de impunidade da Suprema Corte, uma tentativa de sabotar a Lava Jato. Os ritos legais não importavam. Interessava imaginar que a política estava sendo "limpa", com todos os réus condenados pelo juízo do Paraná atrás das grades.

A resposta da direita que havia ganhado nas urnas em 2018, se deu em fevereiro de 2019, com a campanha em prol da abertura da "CPI Lava-Toga" no Senado Federal. O nome fazia um trocadilho com a Lava Jato, porém direcionada à investigação das condutas dos ministros do STF e de tribunais superiores. A CPI Lava-Toga foi de iniciativa do senador Alessandro Vieira (PPS-SE) e teve apoio popular, principalmente em São Paulo, onde os atos estiveram mais cheios. Para ser protocolada à mesa do Senado Federal, presidida por Davi Alcolumbre, o requerimento da CPI precisava de 27 assinaturas de senadores, que foram obtidas e incluíram parlamentares filiados a partidos conservadores (PODE, PPS, PROS, PP e PSL), mas também da direita liberal (PSDB) e de centro-esquerda (PSB, REDE e PDT).

A respeito das críticas de que a oposição estaria retaliando o Supremo Tribunal Federal, os senadores e os canais pró-governo argumentavam que se tratava de uma

medida em busca de “transparência” sobre os atos da Justiça. Além da formação de uma coalizão chamada “Muda Senado, Muda Brasil”, os senadores gravaram vídeos, em diferentes momentos, convocando a população a se mobilizar nas ruas e a pressionar o presidente da casa, Davi Alcolumbre, a aceitar o pedido de CPI.

O senador Plínio Valério (PSB-AM) defendia que as investigações mostrariam que “ministro não é semideus, ministro é um ser humano que foi guinado a uma função relevante, mas não é semideus” e “que eles também têm satisfação a dar”[314]. O senador e capitão da polícia militar, Styvenson Valentim (PODE-RN), chamava às ruas: “vamos em frente, vamos passar o Brasil a limpo, propaguem isso, divulguem!"[315]. O senador Lasier Martins (PODE-RS) radicalizou a retórica, evidenciando que a CPI se tratava de uma cruzada com o objetivo de fazer expurgos na Suprema Corte:

> Nós estamos aqui hoje robustecendo uma verdadeira *cruzada* que já poderia ter acontecido há muito tempo, mas não havia gente para isso aqui no Senado Federal. Uma cruzada no sentido de combater a desmoralização do Poder Judiciário, principalmente o Supremo Tribunal Federal. Já houve expurgos de políticos no Executivo, no Legislativo, como o [Eduardo] Girão tem dito repetidamente, mas nunca se mexeu com o Poder Judiciário que se transformou numa super casta. Estamos regimentando não apenas as nossas forças, mas as forças de todo o Brasil [...] para que nós consigamos mostrar ao Brasil inteiro que o país está unido pela *regeneração da política*, pelo combate dos maus magistrados, que estão lá dentro do Supremo Tribunal Federal[316] [grifos meus].

O discurso do senador Lasier Martins (PODE-RS) chamou a atenção, não somente pela defesa antidemocrática dos “expurgos do judiciário”, como também pelo uso da palavra “regeneração”.

---

[314] FOLHA POLÍTICA. Lava Toga: 'É hora de mostrar que ministros do STF não são semideuses! Temos o dever!'. *YouTube*, 23 mar. 2019. 1 vídeo (14 min. 45 segs.). Disponível em: http://youtube.com/watch?v=vJQOvVBQ2jU. Acesso em: 12 nov. 2024.

[315] FOLHA POLÍTICA. Senadores formam coalizão para implantar CPI 'Lava Toga', convocam e mandam recado – STF. *YouTube*, 25 mar. 2019. 1 vídeo (12 min. 45 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2C-d5dFlalc. Acesso em: 12 nov. 2024.

[316] FOLHA POLÍTICA. Major Olímpio anuncia 27ª assinatura na CPI Lava Toga e afirma: ‘a pressão da população agora é fundamental’. *YouTube*, 12 set. 2019. 1 vídeo (16 min. 58 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CTN_KrTne6Q. Acesso em: 12 nov. 2024.

A palavra “regeneração” ficou marcada no vocabulário político brasileiro por tornar-se um conceito central no discurso dos teóricos do higienismo e do sanitarismo, sendo adotada tanto por médicos, quanto por autoridades públicas que buscavam construir um novo modelo de civilização nos trópicos. Na radicalização do ímpeto higienista, que não somente justificou as violentas reformas urbanas do começo do século XX, este conceito foi adotado também pelos mais populares eugenistas brasileiros, como Renato Kehl. Segundo Pietra Diwan (2015), no Brasil, “em meio às notícias dos horrores e das mutilações daqueles que retornavam dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, a eugenia seria uma maneira de regenerar as nacionalidades” (DIWAN, 2015, p.96). Nos congressos eugênicos, falava-se largamente na “regeneração do homem” para o aperfeiçoamento da espécie humana, por meio do controle reprodutivo. Sanitaristas e eugenistas acreditavam que os “caracteres indesejados”, por exemplo, ligados a doenças ocasionadas pela falta de higiene, podiam ser transmitidos de geração após geração (DIWAN, 2015, p.102).

No rol dos grupos mais suscetíveis à visão da sujeira e da degeneração estavam a população negra, trabalhadores, mulheres, pessoas com deficiência e com transtornos psiquiátricos, homossexuais, população de rua, entre outros. A adoção da expressão “regeneração política” pelo senador Lasier Martins (PODE-RS), historicamente criticada pela literatura brasileira, não é involuntária, portanto, e tem a função de recontextualizar a carga autoritária de perseguição a grupos humanos que foram considerados repulsivos moralmente.

Nos comentários dos vídeos que circularam no canal da Folha Política, a exortação em prol da “faxina do judiciário” foi frequente e contumaz. Por “faxina” ou “limpeza” do judiciário, entendia-se a investigação do STF, a prisão dos ministros ou, no limite, até um

golpe de Estado dado pelos militares, seja a partir de uma interpretação autoritária do artigo 142 da Constituição Federal, ou do retorno do AI-5.

> C4: e hora vaom limpar este juticiario #stf gilmar tofolli[317];
>
> C5: Parabens. Mais esse STF é podre art. 142 já[318];
>
> C6: Operação Lava Toga urgente senadores não se acovardem. Queremos o Brasil passado a LIMPO[319]
>
> C7: Sou a favor da limpeza no judiciário, especialmente no STF[320];
>
> C8: Deus seja sempre louvado!!! Parabéns a todos nós brasileiros do bem que compomos o exército do nosso Presidente Bolsonaro. Está na hora da desratização do STF[321];
>
> C9: Lava Toga!!! Fora Gilmar Mendes! Prisão para Gilmar e Lula e para a Glesis uma camisa de força!!! Lavar toda corrupção no Brasil!![322]
>
> C10: DECRETO AI 5 URGENTE[323].

Ao menos duas grandes manifestações foram veiculadas em apoio à CPI Lava-Toga. Uma no dia 07 de abril de 2019 e outra no dia 25 de agosto de 2019, ambas concentradas na Avenida Paulista. No ato do dia 07 de abril, é possível observar, no vídeo do canal Folha Política, manifestantes trajados com blusas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) gritando “fora Gilmar” e “globolixo”[324]. Além disso, o ato contou com

---

[317] FOLHA POLÍTICA. Senadores formam coalizão para implantar CPI 'Lava Toga', convocam e mandam recado – STF. *YouTube*, 25 mar. 2019. 1 vídeo (12 min. 45 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2C-d5dFlalc. Acesso em: 12 nov. 2024.
[318] FOLHA POLÍTICA. Senadores formam coalizão para implantar CPI 'Lava Toga', convocam e mandam recado – STF. *YouTube*, 25 mar. 2019. 1 vídeo (12 min. 45 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2C-d5dFlalc. Acesso em: 12 nov. 2024.
[319] Idem.
[320] FOLHA POLÍTICA. URGENTE: Povo toma as ruas pela CPI 'Lava Toga', impeachment de Gilmar Mendes e ‘limpeza' no STF. YouTube, 7 abr. 2019. 1 vídeo (14 min. 18 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uqv-5LCjv_c. Acesso em 12 nov. 2024.
[321] Idem.
[322] Idem.
[323] FOLHA POLÍTICA. Lava Toga: 'É hora de mostrar que ministros do STF não são semideuses! Temos o dever!'. *YouTube*, 23 mar. 2019. 1 vídeo (14 min. 45 segs.). Disponível em: http://youtube.com/watch?v=vJQOvVBQ2jU. Acesso em: 12 nov. 2024.
[324] FOLHA POLÍTICA.URGENTE: Povo toma as ruas pela CPI 'Lava Toga', impeachment de Gilmar Mendes e ‘limpeza' no STF. *YouTube*, 7 abr. 2019. 1 vídeo (14 min. 18 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uqv-5LCjv_c. Acesso em: 13 nov. 2024.

uma grande faixa estendida sobre o carro de som, onde se lia “Apoio à Lava Jato, contra a impunidade”[325], e outro cartaz na Avenida Paulista que estimulava os manifestantes a fazerem um “tomataço” nas fotografias de alguns ministros do Supremo (ver figura 9), dentre eles: Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Esse ato foi veiculado pelo canal Folha Política sob o título: “URGENTE: Povo toma as ruas pela CPI 'Lava Toga', impeachment de Gilmar Mendes e ‘limpeza' no STF”[326].

URGENTE: Povo toma as ruas pela CPI 'Lava Toga', impeachment de Gilmar Mendes e ‘limpeza' no STF

Figura 9 - O "tomataço nos inimigos da pátria", reprodução de imagem retirada do vídeo do canal Folha Política do dia 07 de abril de 2019[327]

[325] Idem.
[326] Idem.
[327] FOLHA POLÍTICA.URGENTE: Povo toma as ruas pela CPI 'Lava Toga', impeachment de Gilmar Mendes e ‘limpeza' no STF. *YouTube*, 7 abr. 2019. 1 vídeo (14 min. 18 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uqv-5LCjv_c. Acesso em: 13 nov. 2024.

No ato do dia 25 de agosto, o canal Folha Política reproduziu as imagens do canal do YouTube do senador Major Olímpio, então líder do PSL-SP, o partido de Jair Bolsonaro. Em um domingo na Avenida Paulista, os manifestantes clamaram pelo impeachment de Dias Toffoli e pela tramitação da CPI Lava-Toga, em mensagens direcionadas ao presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre. No vídeo, o puxador do carro de som, exclama:

> Prezado ministro (*sic*) Alcolumbre, nós estamos aqui representados pelo Major Olímpio, senador por SP, e por muitos outros senadores do Brasil. Aqui, junto a nós, a população brasileira. Aqui ao lado existe um grande boneco do senhor, respeitoso, com uma máquina de lavar, pedindo a CPI da Lava Toga e nós gostaríamos em nome do povo brasileiro, te pedir que o senhor tramite o pedido de impeachment de Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal[328].

Nesta manifestação, o boneco inflável ou "pixuleco" – como é vulgarmente chamado em protestos no Brasil –, do senador Alcolumbre foi posicionado em frente ao carro de som. Nele, continha uma imagem de Alcolumbre segurando uma peça de roupa inserida em uma máquina de lavar, na qual se lia "CPI Lava-Toga"[329]. Não foi possível observá-lo integralmente no vídeo do canal Folha Política, contudo o mesmo boneco foi reaproveitado em atos posteriores ocorridos na Esplanada de Brasília (figura 10).

---

[328] FOLHA POLÍTICA. Multidão defende Bolsonaro, impeachment de Dias Toffoli e CPI Lava Toga na Avenida Paulista. *YouTube*, 25 ago. 2019. 1 vídeo (10 min. 51 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0I5PZP9unvQ. Acesso em:13 nov. 2024.

[329] FOLHA POLÍTICA. Multidão defende Bolsonaro, impeachment de Dias Toffoli e CPI Lava Toga na Avenida Paulista. *YouTube*, 25 ago. 2019. 1 vídeo (10 min. 51 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0I5PZP9unvQ. Acesso em:13 nov. 2024.

Figura 10 - Fotografia do Pixuleco a favor da CPI Lava-Toga, publicada pelo jornal Veja em 25 setembro de 2019[330]

Cabe destacar que não foram encontrados vídeos sobre a CPI Lava-Toga no canal oficial do presidente Jair Bolsonaro no Youtube. Da mesma forma, não foram encontradas declarações diretas e explícitas do presidente apoiando investigações contra o Supremo, neste momento, nos vídeos que circularam sobre as manifestações. Houve um apoio indireto do presidente, uma vez que seu nome continuou sendo citado nos protestos e, nas movimentações no Senado pelos políticos do PSL. A desassociação parcial da imagem de Jair Bolsonaro à CPI Lava-Toga provavelmente se justifica devido à investigação do seu filho Flávio Bolsonaro em esquema de desvio de dinheiro com seu motorista Fabrício Queiroz, que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF). Flávio Bolsonaro, inclusive,

[330] Fotografia de Evandro Éboli, reproduzida do sítio da Revista Veja. ÉBOLI, Evandro. Alvo de bolsonaristas, Alcolumbre "ganha" seu pixuleco inflável. *Veja*, 25 set. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/radar/alvo-de-bolsonaristas-alcolumbre-ganha-seu-pixuleco-inflavel. Acesso em 14 nov. 2024.

era senador neste período e não assinou o requerimento para a instalação da CPI Lava-Toga.

A CPI Lava-Toga, apesar de inúmeras tentativas, não foi instaurada pela presidência do Senado Federal, além de ter sofrido pesadas críticas da oposição ao governo, que denunciou a instrumentalização da Casa para perseguir e ameaçar os tribunais superiores. Até mesmo os senadores do Partido dos Trabalhadores (PT), que não tiveram o respaldo da Suprema Corte durante os abusos cometidos pela primeira instância da 13ª Vara Federal de Curitiba, foram enfáticos em questionar o espírito cruzadístico do pedido de investigações. Em sessão do Senado Federal, o senador Humberto Costa (PT-BA) questionou as intenções por trás da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito:

> Eu estou querendo dizer que não é à toa que se está querendo sair pra cima dos tribunais superiores, porque é uma disputa política. Os tribunais superiores no momento em que deveriam ter feito cessar essa cruzada, que passa por cima da lei, que passa por cima dos direitos e garantias constitucionais, chegar aonde chegou, não fez. E agora que tardiamente resolveu fazê-lo é vítima da avalanche de *fake news* e de ataques os mais violentos pelas redes sociais. Ameaças de morte a ministros e seus parentes e denúncias das mais diversas não são por acaso. Não é por acaso e agora estão querendo instrumentalizar o Senado Federal [...]. Então eu quero dizer que essas forças estão querendo instrumentalizar o Senado Federal para um enfrentamento em uma disputa política que envolve um pedaço do Ministério Público, um pedaço do Poder Judiciário, o Supremo, o Superior Tribunal de Justiça e por aí vai. E nós vamos ser instrumentos para isso?[331]

Em acordo com o diagnóstico do senador Humberto Costa, a CPI Lava-Toga fez parte de um quadro maior de disputa de forças políticas, que se desenhava desde a Operação Lava Jato e que chegou ao Supremo Tribunal Federal, justamente devido à inércia sucessiva da Corte aos episódios de desrespeito às garantias constitucionais.

---

[331] FOLHA POLÍTICA. Senador petista Humberto Costa fala absurdo contra a CPI da 'Lava Toga' e é detonado por juíza Selma e Delegado Alessandro. *YouTube*, 11 abr. 2019. 1 vídeo (23 min. 58 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_2f2XUeN8f0. Acesso em: 12 nov. 2024.

Ao ser diretamente provocado, o Supremo Tribunal Federal respondeu abrindo o inquérito 4781, chamado de inquérito das Fake News, no dia 14 de março de 2019, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. O objetivo, segundo despacho de 19 de março de 2019, é a investigação de "notícias fraudulentas (*fake news*), falsas comunicações de crimes, denunciações caluniosas, ameaças e demais infrações"[332], que atinjam "a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares"[333], cuja relatoria foi designada ao ministro Alexandre de Moraes. Além da provocação à Suprema Corte verificada por parlamentares e manifestantes, os procuradores da Lava Jato também direcionaram críticas aos ministros que foram descobertas nos vazamentos publicados pela agência de notícias The Intercept Brasil[334].

Após os vazamentos das conversas entre os procuradores da força-tarefa da Lava Jato com o juiz Sergio Moro, em junho de 2019, chegaram ao Supremo Tribunal Federal provas cabais para anular sentenças com base na suspeição da atuação do magistrado. Com o enfraquecimento jurídico da Lava Jato e o andamento das investigações do inquérito das *fake news*, levando à prisão de jornalistas e parlamentares que ameaçavam o STF, finalmente impôs-se alguma barreira institucional em relação ao ímpeto "saneador" da extrema direita no Brasil.

---

[332] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito 4781 Distrito Federal. Trata-se de inquérito instaurado pela Portaria GP Nº 69, de 14 de março de 2019, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, nos termos do art. 43 do Regimento Interno desta CORTE. 19 mar. 2019. *Decisão*. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/mandado27maio.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

[333] Idem.

[334] Nas mensagens *hackeadas* pela agência The Intercept, os procuradores da Lava Jato planejaram buscar provas com investigadores na Suíça contra Gilmar Mendes, apontando o empenho da força-tarefa pelo impeachment do magistrado. Cf. ROSSI, Mariana; OLIVEIRA, Regiane, HAIDAR, Daniel. Lava Jato planejou buscar na Suíça provas contra Gilmar Mendes. *The Intercept*, 6 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/05/politica/1565040839_880977.html. Acesso em: 15 nov. 2024.

4.2. Passado a limpo: uma revisão sobre a adequação do tempo histórico da modernidade

Neste subcapítulo admite-se que, similar aos conceitos, as metáforas podem mobilizar estratos do tempo que se deram em outros momentos fora da enunciação. Segundo Koselleck, os conceitos têm uma complexa estrutura temporal interna, em que "é possível distinguir certos estratos temporais de significado, com base no modo como o conceito é usado a cada vez" (KOSELLECK, 2020, p.103). Também uma mesma metáfora pode mobilizar diversas camadas de tempo e suas transformações históricas colocam "em primeiro plano o movimento dos seus horizontes históricos de sentidos" (BLUMENBERG, [1969] 2003, p.47). A diferença entre o princípio de historicidade dos conceitos e das metáforas nestas distintas tradições teóricas reside, contudo, na maneira pela qual

> embora a metáfora tenha uma história que pode ser rastreada, sua plurivocidade não é em si um produto histórico, o resultado puramente contingente da sedimentação de uma cadeia de significados historicamente produzidos, mas sim uma dimensão constitutiva dela (PALTI, 2011, p.239)[335].

Nestes termos, os deslocamentos de significados das metáforas da limpeza e da sujeira operam em um nível pré-conceitual, cuja análise ajuda a reconstruir os modos pelos quais foram se reconfigurando historicamente sentidos do mundo, incluindo sentidos do tempo. Nos discursos autoritários, as reacomodações entre as categorias do passado, do presente e do futuro não são somente decorrentes de sentidos retirados da experiência imediata, nem da logicidade concatenada de antigas cadeias de significados. Neste nível de produção da linguagem, metáforas são reunidas para expressar a

[335] No original: Pero, a diferencia de los conceptos, aunque la metáfora tiene una historia que se puede rastrear, su plurivocidad no es ella misma un producto histórico, el resultado puramente contingente de la sedimentación de una cadena de significados producidos históricamente, sino que es una dimensión constitutiva suya.

agressividade desmedida, o incentivo ao terror, ao ódio político e aos expurgos humanos - elementos cuja natureza não é definida por uma clausura lógica, nem é completamente inédita na história política brasileira -, as quais subjazem a construção de novas interpretações do tempo histórico.

Como desenvolvido na seção anterior, o vocabulário recente da extrema direita brasileira tem estabelecido uma associação bastante próxima com o período autoritário de 1964-85, embora não se reduza a ele. Paradoxalmente, contudo, tais grupos adotam retoricamente a alusão da limpeza como um "botar abaixo", rompendo com o que estava posto para construir um "novo Brasil". Tal construção, aparentemente disruptiva e aberta ao futuro, tem sido largamente utilizada pelos líderes que se projetam como *outsiders*, antihegemônicos e fora das estruturas tradicionais da política brasileira.

A pulsão pela mudança antissistêmica da política brasileira tem crescido desde, pelo menos, a Operação Lava Jato e assumiu um pico nas eleições de 2018, que chamaram a atenção tanto pela disparada do conteúdo conservador e autoritário, quanto pela sua inspiração determinística em relação ao futuro. Na análise do pronunciamento da Ponta da Praia, observou-se que, como discurso eleitoral, tradicionalmente, ele não fugiu à regra de delimitação de um horizonte de ação política e de galvanização de um sentimento de esperança para seus potenciais eleitores. Por outro lado, representou o ápice das menções de contenção conservadoras que explicitaram o desejo de retrocesso da democracia.

Nos primeiros meses do governo Bolsonaro, a exortação ao "futuro" e à "mudança" também não arrefeceu. Pelo contrário, políticos da base e simpatizantes do governo continuaram a falar em "mudar o Brasil" como se estivessem em uma caminhada para frente. Ao mesmo tempo, o desejo de derrubar instituições necessárias à manutenção do Estado Democrático de Direito, como o Supremo Tribunal Federal e a mídia, esteve

presente na boca dos revoltosos, que visualizavam um conteúdo conspiratório em seus adversários.

Esta tensão relacional entre mudança e tradição, redesenhada pelo Bolsonarismo nos anos de 2018 a 2019, desperta a questão de como se deu a construção entre as dimensões temporais nas suas práticas discursivas, que reuniram o léxico político mais radical da Nova República. Coloco a problemática, portanto, de como funciona o tempo histórico na construção de futuros distópicos. O foco no desejo de mudança e de ruptura com o que estava posto insere o bolsonarismo dentro do tempo histórico do *progresso mundanos*, tal qual definido por Reinhart Koselleck (2006)? Ou seja, seria o bolsonarismo um movimento cuja seta temporal aponta para a construção de um futuro aberto? Ou será que a tensão entre a expectativa por mudança e o desejo da preservação de certas tradições ensaia outra relação entre passado e futuro? Talvez uma relação presentista?

Este capítulo propõe refletir sobre a questão de como pensar as instâncias temporais da experiência histórica em fenômenos do tempo presente. Pretendo questionar analiticamente se a relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa que surgiu com o mundo moderno é adequada para interpretar a historicidade das metáforas da limpeza e da sujeira nos discursos bolsonaristas. Em outras palavras, busco observar se o princípio de temporalização dos conceitos históricos, que, segundo Koselleck (2011), surgiu em meados de 1750-1850, serve como ferramenta heurística para compreender o vocabulário social e político da linguagem bolsonarista. Mais especificamente, se este pronunciamento dispõe de conceitos sociais e políticos voltados para um tipo de filosofia da história baseada teleologicamente no princípio de aperfeiçoamento da História, orientado para o futuro aberto ao novo. Ou se, por outro lado, aproxima-se de uma ordem na qual o presente se coloca como onipotente e onipresente, tal qual definiu François Hartog (2019).

A fim de compreender a articulação entre as dimensões temporais da linguagem bolsonarista, este subcapítulo toma as metáforas da limpeza como operadores temporais discursivos que concebem uma visão relacional de passado, presente e futuro. Similar à investigação das metáforas do "entulho autoritário" e da "lata de lixo da história", quando os significados mais basilares da limpeza, ligados ao deslocamento do sujo, ancoraram a linguagem da ordem e da ruptura temporal; nos discursos autoritários também se identifica uma reacomodação de tempos. Trata-se de uma passagem semântica na qual a referência visual da limpeza, ligada ao olhar que expurga e elimina a impureza, ajuda a elucidar o movimento histórico. Ao encarnar-se em metáfora, portanto, o conteúdo espacial do conceito de "limpeza" parece ser capturado para acomodar um conteúdo temporal metafórico. Com base nestas premissas e questionamentos, proponho refletir, sobre a adequação do jogo dialético koselleckiano nos discursos bolsonaristas, e se ou sob quais dinâmicas podemos aplicar as categorias de espaço de experiências e horizonte de expectativas.

Exortação ao futuro

Tanto no discurso eleitoral exposto na última seção, quanto no vocabulário usado pelo bolsonarismo durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, observa-se uma exortação à "mudança" e ao "futuro". No caso do pronunciamento da Ponta da Praia, por pertencer ao gênero de um discurso eleitoral, espera-se que os marcadores de ruptura temporal sejam privilegiados. Contudo, a alusão à mudança assume um papel mais amplo de identificar o governo com uma nova direita que mudaria os rumos do país, por meio de uma ampla limpeza política.

No pronunciamento de 21 de outubro de 2018, a palavra "futuro" não só é mencionada três vezes, como o próprio tempo verbal aparece frequentemente em todo o texto. Além disso, em todo o pronunciamento, trechos que aludem à imagem de ruptura

são endossados ("nova nação"; "Brasil diferente"; "nova classe política"; "faxina"; "limpeza"[336]) e sobrevalorizados, já que a afirmação de que construirão uma "nova nação" está na abertura de sua fala. Junto a estes trechos, são desenvolvidas promessas de campanha que, não por acaso, reproduzem as pulsões por mudança que apareciam nas pesquisas de intenção de voto ("você [Lula] vai apodrecer na cadeia"; "o Brasil será respeitado lá fora"; "aqui não terá mais lugar para corrupção"; "vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês"[337]).

Nas matérias publicadas pelos canais bolsonaristas, nos primeiros meses do Governo Bolsonaro, a performance dos partidos em prol da transformação do Brasil continua a ser endossada não só pelo presidente, mas pelos parlamentares, ministros e veículos que compuseram a base do governo. O excesso de vezes em que Bolsonaro dizia "tem que mudar isso aí" e a auto intitulação "muda brasil, muda senado" pelo grupo de senadores que buscava interferir no Supremo Tribunal Federal são exemplos de como, mesmo após as eleições, a retórica da mudança não desvaneceu. Além disso, parlamentares do PODEMOS e do PSL começaram a falar em "reformas" políticas, especialmente em mexer no fundo eleitoral, com o objetivo de "limpar a máquina política podre"[338]. Assim, o discurso da mudança continuou a operar, funcionando como um motor de performance do agir político bolsonarista. A diferença é que, após a posse, o presidente e sua base recalibraram o discurso, no qual a vontade de mudar persistia, mas

---

[336] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. *YouTube*, 21 out. 2018. 1 vídeo (10min. 41segs.). Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

[337] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. *YouTube*, 21 out. 2018. 1 vídeo (10min. 41segs.). Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

[338] FOLHA POLÍTICA. 'Não podemos alimentar essa máquina política podre', diz senador sobre fundo eleitoral. *YouTube*, 6 ago. 2019. 1 vídeo (8 min. 44 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aP07hHP8h-0. Acesso em: 16 nov. 2024.

eram prejudicadas pela mídia e pela oposição (Ex.: “Eu tenho um compromisso: tirar o Brasil do buraco, apesar da imprensa porca, nojenta, canalha e imoral como é o sistema Globo de canal e televisão”[339]). Neste sentido, o discurso bolsonarista delimita uma suposta barreira que os impede de chegar mais perto do futuro, criando, estrategicamente, uma legitimação cíclica para justificar seus “atrasos” e, ao mesmo tempo, o imperativo de continuarem persistindo em sua missão, apesar das ações “sujas” da oposição.

Em um primeiro momento de análise, tanto o discurso eleitoral quanto os materiais produzidos nos primeiros meses de governo, aparentam endossar a fórmula da estrutura temporal da modernidade definida por Reinhart Koselleck, na qual o futuro guia e, nesse caso, também organiza a narrativa histórica. Trata-se de uma ordem temporal caracterizada pela aceleração contínua e pela diferença temporal construída pelo desenvolvimento da noção de *progressus mundanus*, que leva ao distanciamento entre as categorias meta-históricas e antropológicas chamadas de espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Essas categorias, segundo Koselleck (2006), fornecem uma chave para mostrar o tempo histórico em mutação, na medida em que a própria tensão decorrente do jogo dialético entre elas produz o tempo histórico. Nesse sentido, resume-se que espaço de experiência é a categoria de conhecimento sobre o tempo que elabora os acontecimentos passados, enquanto o horizonte de expectativa se volta para o ainda não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. São categorias de diferente natureza. As experiências são espaciais porque são *reunidas*, elas se aglomeram, se superpõem e se impregnam umas nas outras para elaborar um todo, “em que muitos estratos de tempo anteriores estão

[339] BOLSONARO, Jair. Mais uma matéria porca da Globo. Caso Marielle. *YouTube*. 29 out 2019. 1 vídeo (23 min. 36 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WoLHaXFRVQg. Acesso em: 14 nov. 2024.

simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e depois" (KOSELLECK, 2006, p.311), já as expectativas estão no horizonte, porque são *adquiridas*, resultando na promoção de medos, esperanças, angústias, análises racionais e prognósticos. Estas categorias não são independentes ou opostas, pois elas estão em permanente contato e tensão. Ao retrocederem, esperanças e decepções repercutem nas experiências; as experiências, por sua vez, liberam novos prognósticos e os orientam. Tal qual nos diz Koselleck, "é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico" (KOSELLECK, 2006, p.313).

Na articulação entre essas duas categorias, o tempo histórico da modernidade se caracteriza, segundo o autor, pelo jogo no qual as experiências não servem mais de base para as expectativas ou minimamente as expectativas se desvinculam das experiências. A busca pela perfeição da modernidade, dotada pela chave do progresso, leva à formulação de expectativas que ainda não podiam ser concebidas, surgindo conceitos tanto mais impregnados de expectativas, quanto mais esvaziados de experiências. Assim, no tempo histórico da modernidade desenhado por Koselleck (2006), o futuro guia na medida em que ele entra em choque com o passado. Isto é, na medida em que se deseja superar o passado, pois a luz que guia a humanidade para o aperfeiçoamento está em um futuro aberto para a novidade. É neste ponto em que argumento que o discurso bolsonarista entra em choque com a chave analítica descrita por Koselleck (2006), ensaiando outra relação entre as dimensões temporais da interpretação histórica.

Ao analisar o pronunciamento da Ponta da Praia, tomando a predominância lexical de palavras escolhidas estrategicamente para o convencimento eleitoral, podemos cair no objetivo desejado pelo enunciador, que era a promoção da ideia de que seria um *outsider*

na política brasileira, porta-voz das demandas por mudança que saíam nas pesquisas eleitorais. Toma-se a seguinte passagem:

> Petralhada, vai tudo vocês (sic) pra ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. **Será uma limpeza nunca visto (sic) na história do Brasil.** Vagabundo vai ter que trabalhar. Vai deixar de fazer demagogia junto ao povo brasileiro. Vocês verão as instituições sendo reconhecidas. Vocês verão umas Forças Armadas altiva (sic), que estarão colaborando com o futuro do Brasil. Vocês, petralhada, verão uma polícia civil e militar, com retaguarda jurídica pra fazer valer a lei no lombo de vocês. Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo. Vocês não levarão mais o terror ao campo ou a cidade. Ou vocês se enquadram e se submetem às leis ou vão fazer companhia ao cachaceiro lá em Curitiba. Amigos de todo o Brasil, este momento não tem preço. Juntos, eu disse juntos, nós faremos um Brasil diferente[340].

Primeiro ponto a ser destacado reside na citação do termo "Ponta da Praia". Quando o então candidato cita a base militar da Ponta da Praia, ele não evoca somente um lugar físico da paisagem do Rio de Janeiro. Trata-se de, como já mencionado, uma referência explícita a um dos locais de desova de prisioneiros da ditadura militar (1964-85) em uma base da Marinha na Restinga de Marambaia no Rio de Janeiro. Além de promover apologia à tortura e ao assassinato, a sua menção evoca uma construção de memória específica da ditadura militar (1964-85), representada como campeã na luta antiesquerdista. Enaltece-se a construção mítica e falaciosa de um período em que os "bandidos" eram punidos, um período em que supostamente não havia corrupção. Neste sentido, o saudosismo com o período da ditadura militar é evidente e o futuro está presente somente na medida em que ele possa mimetizar o passado. Somente na medida em que ele possa resgatar tradições incrustadas na sociedade brasileira, como o patriotismo, o militarismo e o anticomunismo, desenvolvidos na seção anterior.

---

[340] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. *YouTube*, 21 out. 2018. 1 vídeo (10min. 41segs.). Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.

Este retorno ao passado se desdobra, por sua vez, em outras construções discursivas do texto. As passagens "você [Lula] vai apodrecer na cadeia", "uma polícia civil e militar, com retaguarda jurídica pra fazer valer a lei no lombo de vocês", "Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo", "ou vão pra fora ou vão pra cadeia", "Sem mentiras, sem *fake news*, sem Folha de S.Paulo"[341] retomam práticas típicas do período da ditadura militar: encarceramento do candidato opositor, permissividade jurídica à violência policial, eliminação dos adversários políticos, exclusão das minorias, perseguição à imprensa e criminalização dos movimentos sociais.

Da mesma forma, nos anos iniciais do governo Bolsonaro, o saudosismo em relação às práticas autoritárias reaparece na perseguição aos veículos de imprensa e à Suprema Corte. Além dos comentários dos agentes públicos, os internautas pareciam acreditar que "ir para frente" significava deixar "para trás" adversários políticos, como se fossem barreiras ao alcance da plena moralização política.

> C11: Senador Lasier Martins, realmente queremos um país revisado, deixando os podres para trás. Queremos a ética, a justiça, o caráter, a responsabilidade e fé. Queremos voltar a sentir em nossos corações o orgulho de nascer neste solo sagrado que nos acolheu. Queremos nosso hino e bandeira verde e amarela no mais alto do mastro...e nos orgulharmos dela. @delegadoalessandrovieira, @kajuru, @presidente[342].
>
> C12: Pro Brasil andar temos que limpar o STF.[343]
>
> C13: Se não tiver uma limpeza no judiciário, o Brasil nunca vai mudar. O povo precisa ir para rua. Juntos somos fortes[344].

---

[341] Idem.
[342] FOLHA POLÍTICA. Senador Lasier Martins exige análise do impeachment de Gilmar Mendes, CPI 'Lava Toga' e aponta embasamento legal. *YouTube*, 13 abr. 2019. 1 vídeo (16 min. 37 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bMcpiH_ApRQ. Acesso em 16 nov. 2024.
[343] FOLHA POLÍTICA. URGENTE: Senadores denunciam intimidação do STF e dão 'enquadro' em Alcolumbre - CPI 'Lava Toga'. *YouTube*, 13 abr. 2019. 1 vídeo (16 min. 57 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2A8S3PGoTJ8. Acesso em: 16 nov. 2024.
[344] FOLHA POLÍTICA.URGENTE: Povo toma as ruas pela CPI 'Lava Toga', impeachment de Gilmar Mendes e 'limpeza' no STF. *YouTube*, 7 abr. 2019. 1 vídeo (14 min. 18 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uqv-5LCjv_c. Acesso em: 13 nov. 2024.

C14: Acaba de vez com STF. Exército assuma já[345].

Nestes comentários, por exemplo, os leitores se endereçam aos ministros do Supremo Tribunal Federal como se devessem atuar de forma conivente com o governo, tal qual ocorreu durante a ditadura de 1964-85: não se opondo e sofrendo interferências da cúpula militar. No limite, para os grupos mais radicalizados não seria nem mesmo necessário uma Suprema Corte, o Exército poderia assumir o seu lugar.

Neste sentido, o futuro desejado é iluminado pelo regresso ao passado das experiências autoritárias. Esta construção temporal do Bolsonarismo contraria o axioma da Filosofia da História que resulta do iluminismo, descrita por Koselleck, na qual "se a história inteira é única, também o futuro deve ser único, portanto, diferente do passado" (KOSELLECK, 2006, p.319). O futuro bolsonarista vai na direção oposta: é retroativo, uma espécie de passado futuro.

Limpar o presente para retroceder ao passado

É importante ressaltar que a expectativa de retorno ao passado no bolsonarismo não se confunde com o quadro de predominância do espaço de experiência na *História Magistra Vitae* ("A História Mestra da Vida"). O passado da experiência bolsonarista é valorizado, mas não tem função didática. A valorização do espaço de experiência se baseia em uma operação referencial de contraste com o presente, uma vez que o presente é concebido como um espaço de contínua contaminação. A expressão da dominação conspiracionista difundida no pronunciamento eleitoral de Bolsonaro ("vocês achavam

[345] FOLHA POLÍTICA. URGENTE: Senadores denunciam intimidação do STF e dão 'enquadro' em Alcolumbre - CPI 'Lava Toga'. *YouTube*, 13 abr. 2019. 1 vídeo (16 min. 57 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2A8S3PGoTJ8. Acesso em: 16 nov. 2024.

que tava tudo dominado?”[346]) expressa uma persistente necessidade de eliminar o que está constantemente se infiltrando nas instituições. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2000), essa construção do imaginário da infiltração anticomunista está presente no Brasil desde a década de 1930 e se fortaleceu durante a ditadura militar de 1964-85:

> A representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da infiltração. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente. Desde a década de 1930 surgem referências a esta imagem, com acusações de que eles estariam “(…) infiltrando-se sorrateiramente em todas das camadas sociais (…), nos sindicatos e nos meios educacionais, por exemplo (MOTTA, 2000, p.80).

A infiltração como agente patológico é contínua, ou seja, sua presença se estende indeterminadamente, exatamente porque é sorrateira. A interrupção do seu “remediar” (a perseguição política) leva ao seu crescimento. Na lógica bolsonarista, o Partido dos Trabalhadores representaria essa reinfiltração comunista das instituições brasileiras. Estando tudo tomado, caberia ao campo do “nós”, exposto na seção 4.1. (“militares”, “amigos da Paulista”, “família”[347], etc.) “salvar” novamente a pátria do “perigo vermelho” (“vocês da Paulista […], vocês estão salvando a nossa pátria”[348]), que age como uma doença ou um cancro nas instituições. A ação dos militares interventores e de seus apoiadores políticos é concluída, portanto, como infinitamente imprescindível. Se o presente está dominado pela constância do mal transgressor, no caso, a ação comunista (comumente confundida com o amplo campo da esquerda brasileira), o retorno ao passado

---

[346] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. *YouTube*, 21 out. 2018. 1 vídeo (10min. 41segs.). Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.
[347] BOLSONARO, Jair. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. *YouTube*, 21 out. 2018. 1 vídeo (10min. 41segs.). Disponível em: https://youtu.be/H9wxneOnIOI. Acesso em: 17 set. 2021.
[348] Idem.

deve necessariamente impor uma ação programática de destruição, isto é, a "limpeza nunca visto (sic) na história do Brasil"[349].

Após a posse, como a esquerda havia perdido as eleições e os ataques concentrados no PT não eram mais suficientes para manter acirrados os ânimos conspiratórios de sua base, o ímpeto da limpeza passa a se concentrar, como mencionado, em outros atores, como o Supremo Tribunal Federal e a grande mídia. Em muitos comentários online, observou-se a exortação por derrubar a tudo e a todos, principalmente pela repetição das hashtags que iniciavam com as palavras "fora" e "impeachment".

> Acorda FFAA, Bolsonaro faxina geral: #forastfcorrupto, #euapoioalavajato, #euapoiosergiomoro, #impeachmenttofolhaja, #impeachmentgilmarmendesja, #impeachmentlevandowskija, #impeachmentmarcoaurelioja, #forarodrigomaiatraidor, #foraalcolumbretraidor, #foraglobolixo, #quemmandoumatarbolsonaro[350]

Neste sentido, o termo "limpeza" e seus derivados ("faxina", "passar a limpo" etc.) agem como mecanismos de ação programática, como operadores de passagem entre este presente putrefato e sujo para um futuro "limpo", futuro este iluminado pelo passado da ditadura militar. Seu significado no vocabulário bolsonarista é destrutivo e sua função é de agir como meio para promover a desfiguração da democracia. Em vez de uma metáfora prospectiva, seu conteúdo é reinterpretado para um modelo semântico regressivo.

Sobre o caráter destrutivo do Bolsonarismo, Renato Lessa (2021) define que o termo "destruição" "é como uma seta apontada para as circunstâncias que levaram à desconfiguração da malha normativa que, desde a Constituição de 1988, prefigurou uma

---

[349] Idem.
[350] FOLHA POLÍTICA. Senador expõe pânico da 'banda podre' do Judiciário com iminência da CPI Lava Toga e faz alerta. *YouTube*, 1 mai. 2019. 1 vídeo (14 min. 5 segs.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pFO0eldnSkg. Acesso em: 16 nov. 2024.

forma de vida entre nós” (LESSA, 2021, n.p.). Diferente do fascismo histórico, contudo, o Bolsonarismo não parte do princípio de incluir o conjunto da sociedade na órbita do Estado. Sua destruição se dá por outro caminho. Seu objetivo é:

> retirar da sociedade o que há nela de normatividade e de relação com o Estado, para fazer com que se aproxime cada vez mais de um suposto estado de natureza espontâneo – cenário no qual as interações humanas são governadas por instintos, pulsões e vontades, e a mediação artificial é mínima ou inexistente (LESSA, 2021, n.p.).

Em acordo com Lessa (2020; 2021), assumo que a destruição toma um papel importante no modo de vida bolsonarista e adiciono a premissa de que ela reacomoda as relações entre os tempos históricos. Para isso, faço, contudo, duas ressalvas: a primeira é que a exortação para o ato destrutivo da democracia já está presente no pronunciamento de 2018, mas é incabível afirmar que o conjunto de desmontes e ameaças ao Estado Democrático de Direito conduzido posteriormente no Governo Bolsonaro já estava organizado em um plano de ação infalível desde o período eleitoral. É preciso escapar às teleologias. A segunda é que se admite que todo o movimento do Bolsonarismo não precisa necessariamente se encaixar na ordem temporal desenhada aqui, que podemos nomear de regime destrutivo de historicidade. Inclusive, durante o cenário pandêmico, é provável que outro regime de historicidade tenha se desenvolvido, mais orientado pelo predomínio do presente do que do passado. O incentivo ao trabalho (“O Brasil não pode parar”) para garantir a sobrevivência do agora em detrimento da expectativa de preservação da vida é uma pista para elucidar esta relação. Como descrito na seção 1.2., me parece mais adequado interpretar a história do tempo presente a partir de uma abertura à pluralidade das experiências temporais.

A opção de nomear regime destrutivo de historicidade para as experiências vividas no período 2018-2019 é uma escolha teórica baseada na definição proposta por François Hartog (2019) de "regime de historicidade". Trata-se da assunção de que o tempo não é

externo à ação humana. O tempo é experimentado e produto da própria reflexão histórica. De forma que as categorias meta-históricas e antropológicas de Reinhart Koselleck, “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, estão epistemicamente relacionadas a um jogo da modernidade que não é mais adequado para interpretar as relações observadas no fenômeno aqui analisado. No entanto, tampouco o regime de historicidade bolsonarista experimentado durante a eleição pode ser inserido na construção teórica do “presentismo”, definida por Hartog (2019), uma vez que o presente não é, nesse caso, o guia, mas pelo contrário, é uma dimensão a se superar. A destruição do presente é a chave para alcançar o passado.

De qualquer maneira, no período eleitoral e no seu primeiro ano de governo, se desenha uma ordem temporal distinta daquela do tempo histórico da modernidade. A tarefa da ação política para o Bolsonarismo não é superar a separação entre espaço de experiências e horizonte de expectativas, como os modernos. A tarefa para o Bolsonarismo é superar a separação entre o presente contaminado e o espaço de experiência mítico que envolve a memória da ditadura militar. A fórmula da estrutura temporal da modernidade de “quanto menor a experiência, tanto maior a expectativa” não se encaixa no discurso bolsonarista, ao menos não nos materiais analisados. Seu *telos* não é o progresso, nem o desenvolvimento econômico ou social, que se fazem presentes na maioria das campanhas eleitorais. É uma sociedade ritualizada sob a “lei do mais forte”, sob a disciplina militar com seus ideais regulatórios, organizados sob preceitos morais rígidos, a partir do desmantelamento das instituições democráticas. O apego com o passado ditatorial e a pulsão pela regressão civilizatória são, portanto, evidentes como ações programáticas e dominam as vozes conservadoras e autoritárias do Brasil no tempo presente.

Conclusão

Conforme afirma Blumenberg ([1969] 2003; [1979] 2002), as metáforas não são redutíveis a uma fórmula descritiva, nem facilmente capturáveis em significados estáveis. O ponto de partida teórico da história conceitual e da sua abertura para a metaforologia permitiu identificar o lugar fundamental das linguagens que "perturbam" a política, ao mesmo tempo que estruturam e são estruturadas pelas dinâmicas vigentes. As metáforas da limpeza têm assumido um papel cada vez maior no vocabulário da Nova República, aparecendo desde o momento inicial de transição para a democracia. Como investigado no primeiro capítulo, nosso processo constituinte foi justificado e mobilizado com o intuito de derrubar o "entulho autoritário" que ainda não havia sido derrubado pela legislação vigente. A Nova República foi gestada, precisamente, sob a interpretação de uma construção duradoura para a ordem democrática, extremamente vinculada à imagem de um ritual de limpeza, que localizava os elementos repulsivos a serem expurgados da política ("temos ódio e nojo às ditaduras"[351]).

Na continuação da análise das outras metáforas que caracterizaram o quinto período republicano de nossa história, o desafio residia em estabelecer uma divisão organizacional de investigação que respeitasse as redes semânticas extremamente fragmentadas do tempo presente. Levando em conta o processo típico de reacomodação do tempo presente em "temporalidades plurais" e "tempos co-presentes" (DELACROIX, 2018, p.36), seria inadequado tratar a análise das metáforas a partir de uma linearidade temporal e singular que incorporasse uma divisão cronológica e causal nas trajetórias das metáforas do "limpo" e do "sujo".

---

[351] BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Ano II - Nº 306 a 308. Brasília, Congresso Nacional, 05 out. 1988, p.322.

Como mencionado no primeiro capítulo desta tese, o historiador do tempo presente lida com passados que reverberam, com fenômenos que não estão encerrados, com problemáticas que pareciam esquecidas ou que foram propositalmente apagadas, mas que ressurgem reclamando seu lugar no presente. Neste sentido, conceitos e metáforas que adquirem valor de historicidade poderiam ser interpretados e organizados a partir de uma profundidade adequada ao objeto, que passa pelo escrutínio do historiador, e que pode se conectar a passados próximos ou longínquos, a futuros abertos ou fechados. Nestes termos, a pesquisa encontrou mais coerência em uma organização temática, que distribuiu as metáforas segundo horizontes de sentidos ("o lixo, a ordem e a História", "a limpeza, a moral e a corrupção", e "a limpeza, o extermínio e o passado") com a adoção de diferentes cortes cronológicos, embora toda a tese tenha se concentrado nos limites temporais do período conhecido por Nova República (1985-2020).

As fontes embora tenham seguido, em certa medida, uma linearidade e coerência didática, dando privilégio às fontes escritas (Anais da Constituinte, livros, publicações científicas) e aos veículos de imprensa (particularmente o Jornal do Brasil e o Estado de S. Paulo), em muitos momentos, foram trazidas fontes imagéticas e audiovisuais, uma vez que alguns fenômenos eram mais bem compreendidos sob a análise de vozes que se manifestavam a partir de outros formatos e espaços de enunciação. A pluralidade das fontes é uma característica da história do tempo presente e deve ser considerada na formulação das investigações que atravessam a cacofonia da contemporaneidade.

A questão da alta instabilidade semântica do tempo presente, que se manifesta em redes semânticas ainda não consolidadas, também perpassou a escrita desta tese. A presença de tempos co-presentes muitas vezes se manifestou sob trajetórias semânticas e pragmáticas multidirecionais, que referenciavam diferentes sentidos e contextos de usos. Ficha limpa, por exemplo, em um recorte temporal, poderia querer dizer "histórico de

crédito", "histórico criminal" ou "histórico moral de um candidato a eleição". Cada um desses significados carregava suas próprias cargas históricas. Em alguns momentos, foi preciso costurar essas trajetórias, sem renunciar ao reconhecimento de uma presença coexistente entre essas histórias linguísticas.

Chegando na investigação das metáforas que circularam nos anos 2010 (especialmente "ficha limpa", "Lava Jato" e "operação limpeza") e que reconfiguraram o fazer político em outras bases, reconheceu-se que a alta instabilidade semântica era produto não só das formas de aceleração do tempo trabalhadas nos outros capítulos, mas também de mecanismos que estavam surgindo e estruturando as novas tecnologias de mediação da informação. Assim, metáforas da Lava Jato só puderam mobilizar unidades de ação política contra a própria democracia, porque movimentos de direita, que se organizavam em redes sociais, apoiavam a conduta da operação, em conjunto com a mídia tradicional. De forma ainda mais profunda, metáforas da limpeza, que foram ventiladas pelo bolsonarismo, foram engajadas em padrões de sociabilidade típicos das plataformas digitais, que exploravam significantes vagos, preenchidos conforme o perfil de cada indivíduo (das alas mais moderadas às mais radicais).

Neste sentido, a escrita de uma história das metáforas da limpeza na Nova República foi cercada de desafios, bem como de oportunidades para a construção de uma abordagem historiográfica voltada para os dilemas e problemáticas do tempo presente. Começando pelo capítulo de ordem analítica, "O lixo, a ordem e a História", foram exploradas as relações visuais de deslocamento que as metáforas da sujeira estabeleciam com os conceitos de ordem e de História. Na dimensão ritualística, a sujeira, conforme foi argumentado com o apoio de Mary Douglas ([1966] 2014), ofende a ordem e assume o lugar de uma categoria residual da qual se quer expelir. Nestes termos, a luta pela ordem política, constitucional, moral, legal, social ou temporal tende a identificar os elementos

e os inimigos que as transgridem, tratando ou de purificá-los para que retornem límpidos ao sistema ou de expurgá-los radicalmente.

Considerando a proximidade e as trocas entre o conceito de ordem e de História com as metáforas do "lixo", foram atribuídos a esse capítulo a análise das expressões "entulho autoritário" e "na lata de lixo da história". A história linguística da metáfora do "entulho autoritário" abrangeu o período da redemocratização até promulgação da Constituição de 1988. Verificou-se que a expressão "entulho autoritário" era antes usada como uma metáfora de conteúdo vago, podendo significar tudo aquilo de repulsivo que seu locutor atribuísse a ela. Ao chegar no vocabulário dos políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a metáfora foi se dotando de uma significação mais precisa, incorporando especificamente o conjunto de leis autoritárias da ditadura: a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional, o estado de emergência, os decretos-lei, o decurso de prazo, a Lei Falcão e a Lei de Imprensa. Em 1985, o pico de menções nos jornais e a quantidade de vezes que a palavra foi usada para significar um pacote de leis autoritárias indicava a transformação da metáfora em uma metáfora conceitual, que passava a designar de forma repulsiva tudo aquilo que ofendia a construção de uma nova ordem democrática. Ao mesmo tempo, foi mantido um certo nível metafórico de relativa elasticidade terminológica, que permitia um consenso entre grupos de espectros variados sobre a importância de usá-la como unidade de ação política para a derrubada legal e institucional da ditadura.

Ao chegar nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte, a metáfora foi incorporada pelos diferentes grupos em disputa, cujas discordâncias começaram a aparecer, menos em relação ao conteúdo, do que como, quando e onde deveriam derrubar o "entulho autoritário". Aqueles que defendiam a construção de uma ordem constitucional controlada e amarrada à constituição de 1967 argumentavam que o entulho autoritário

deveria ser varrido via Congresso Nacional e a constituinte teria o poder meramente técnico e regulatório de elaborar o texto constitucional puro. Aqueles que defendiam a construção de uma ordem constitucional disruptiva em relação à ordem autoritária, defendiam o poder soberano da constituinte em derrubar o entulho autoritário via regimento interno, sem a necessidade de passar pelo Congresso. Com a derrota do grupo que defendia a derrubada do entulho autoritário via Assembleia Constituinte, a expressão passa por uma virada semântica na qual os grupos mais progressistas viram no seu uso um viés conservador e mantenedor da ordem autoritária vigente.

A análise da metáfora "na lata de lixo da história" também se liga ao conceito de ordem, na medida em que tende a aparecer em inúmeros contextos que buscam refletir sobre as formas de organizar o tempo histórico. A metáfora do "lixo da história" organiza quem e o que deve ser repelido da História, como se a História tivesse um compartimento destinado a separar o "limpo" do "sujo". Na análise do conteúdo dos jornais O Estado de S. Paulo e o Jornal do Brasil observou-se que a expressão tem sido empregada para designar formas de autoritarismo, cujo conteúdo variou ao longo do tempo. Se, na década de 1980, indicava elementos que restavam do período autoritário de 1964-1985, na década de 1990, começa a traduzir as experiências do socialismo soviético, que haviam sido derrubadas no leste europeu. Nos anos 2000, é a vez das ditaduras do Oriente Médio e, nos anos 2010, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, os governos de Lula e Dilma passam a ser enquadrados como "lixos históricos" e, por vezes, confundidos com o autoritarismo soviético.

A metáfora também estabeleceu uma relação mais profunda com o conceito de ordem e História, na medida em que expressou experiências diferenciadas de organização do tempo. Assim, nos momentos de declínio de experiências autoritárias, a metáfora do "lixo da história" era recheada de expectativas nos jornais, recebendo um conteúdo mais

progressista. Nestes casos, o “lixo da história” se fechava para enterrar o que se esperava apodrecer para sempre: as ditaduras internacionais, o comunismo soviético, os entulhos autoritários etc. Nos momentos em que as experiências autoritárias retornavam ou ameaçavam retornar, a metáfora era empregada de forma a balizar experiências pessimistas de retorno do passado. Nestes casos, abria-se a tampa do “lixo da história” para tratá-lo como um espaço em que os dejetos mais desagradáveis poderiam ser retirados, voltando a sujar a cena da história política. Neste sentido, as metáforas do “entulho autoritário” e “na lata de lixo da história” podem ser compreendidas no quadro das expressões brasileiras, que, no diálogo com os conceitos de ordem e de História, propuseram formas de identificar e engajar a ação política em torno dos elementos a serem repelidos do sistema político idealizado.

No capítulo “a limpeza, a moral e a corrupção” foram exploradas as relações que as metáforas da limpeza estabeleceram com a luta anticorrupção e seus padrões morais de articulação. Neste caso, observou-se que o conceito de transparência republicana age como um fio condutor desses discursos e das metáforas da limpeza, na medida em que compartilham uma base etimológica comum: a limpidez, a clareza e a transparência. Como representativas da luta moral contra a corrupção no Brasil, foram investigadas, neste capítulo, as metáforas da “ficha limpa” e da “lava jato”, que retornaram um número elevado de menções nas fontes de imprensa, em comparação com as outras metáforas historicizadas nesta tese.

A “ficha limpa” foi investigada durante os anos 1980 até o ano de 2010, o ano da criação da lei 135/2010, com consultas esporádicas ao período autoritário, uma vez que um de seus usos atravessa o campo da violência criminal. Nesta seção, foram observados o emprego de significados e contextos multidirecionais, que se diferenciavam não só em conteúdo, mas principalmente em relação a quem se designa, ou seja, aos seus referentes.

Assim, em certos contextos a expressão designava aqueles que possuíam um bom histórico de pagamentos de dívidas, isto é, que não deviam ao comércio e nem estavam com o "nome sujo na praça". Em tais contextos, a expressão se endereçava principalmente a trabalhadores, cuja honradez em relação ao pagamento de pendências financeiras era valorizada pelos jornais.

Outro uso frequente se associava à noção de histórico criminal. Para os sujeitos que não possuíam ficha na polícia, dizia-se que tinham "ficha limpa". Nesta cadeia discursiva, uma variação de empregos foi percebida em momentos distintos da história recente brasileira. Nos anos 1980, em matérias sobre cidade e criminalidade, os referentes da expressão eram principalmente civis - cidadãos comuns, suspeitos de cometerem crimes do Código Penal (assalto, furto, homicídio, sequestro etc.). A referência a policiais e membros das Forças Armadas surge apenas na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, quando a censura é flexibilizada. Neste ponto, se verificou uma relação diferenciada com os usos do período autoritário, que se direcionavam principalmente a professores, estudantes e trabalhadores, suspeitos de envolvimento em atividades subversivas.

Por fim, é somente nos anos 1990 que a metáfora da ficha limpa se aproxima do campo semântico da corrupção, particularmente após os escândalos de lavagem de dinheiro na campanha de Fernando Collor de Mello. A partir desse marco político, a metáfora da "ficha limpa" passa a adentrar cada vez mais no discurso anticorrupção e a referenciar políticos e administradores públicos. A aplicação do sentido da honestidade política tornou-se muito mais usual, cuja transformação do conteúdo se expressou sob as formas de grafia da palavra. Passou-se a dizer que alguém "é" ficha limpa e não somente que alguém "tem" ficha limpa, com particular interesse para os políticos que estavam registrando candidaturas.

Neste processo, a “ficha limpa”, aos poucos, se torna uma metáfora de vigilância e fiscalização jurídica do sistema eleitoral, cujo efeito mais prático foi a modificação da Lei das Inelegibilidades. Foi também verificado que o movimento que deu origem à lei 135/2010 surgiu de iniciativas messiânicas de alguns magistrados de tribunais regionais eleitorais, durante as eleições de 2008, que buscavam limpar as eleições, criando obstáculos para o registro de candidaturas. Mais tarde, o movimento é assumido pela Igreja católica, em associação com entidades civis, principalmente representantes do judiciário brasileiro, que se traduziu no projeto de iniciativa popular que daria origem à lei de 2010.

Quanto à metáfora da “Lava Jato”, observou-se que sua relação com a moralidade e a luta anticorrupção foi o mote principal da operação da Polícia Federal, que reuniu na mesma nomenclatura a referência à lavagem dinheiro e ao dispositivo de lavagem de carros. Na análise histórico-linguística da operação, observou-se que os desdobramentos das investigações em direção a altos cargos executivos das estatais e das empreiteiras mudaram o direcionamento da força-tarefa, que passou a assumir cada vez mais um ímpeto “saneador” da política. Nos bastidores da operação, falava-se em “limpar o congresso”, enquanto, na cena política, o Ministério Público Federal propunha pacotes de leis ao legislativo que aumentavam o poder penal do judiciário. No limite, algumas fases eram executadas com o objetivo de chegar ao expurgo dos altos dirigentes do poder executivo.

A metáfora da Lava Jato foi uma operação extensa, em cuja trajetória semântica e pragmática se observou o fomento a outras metáforas da limpeza e da sujeira, que eram usadas com o objetivo de expressar a vontade de moralizar a política. Metáforas como “mar de lama”, “esgoto à céu aberto”, “mãos sujas/limpas”, “jogo sujo/limpo” se proliferaram nas fontes de imprensa, tanto no espaço dos artigos de opinião, quanto nos

comentários de seus leitores. Essas metáforas expressaram um jogo visual entre velar e desvelar, entre ocultar e descobrir, que construíam uma relação na qual tudo que é ilícito é sujo e escondido e tudo que é lícito é limpo e descoberto.

Além disso, as metáforas da limpeza investigadas nos enunciados proferidos por apoiadores da Lava Jato se estruturavam em binarismos de base: heróis e vilões - verdade e mentira - lei e impunidade. Tais binarismos organizavam a relação entre o "limpo" e o "sujo" a partir da negação da política, da criminalização das estatais e da vilanização de personalidades do quadro do partido dos Trabalhadores (PT). Pragmaticamente, traduziram-se em performances que usaram o discurso da transparência e da limpeza política em favor de medidas neoliberais na economia e da defesa de uma conduta que descumpria os devidos processos legais, forçando o sistema acusatório contra os réus.

No capítulo "A limpeza, o extermínio e o passado", foram levantadas as relações entre as metáforas da limpeza e os discursos radicalizados do "saneamento" político, particularmente aqueles que se articulavam com o campo do extermínio e da perseguição ao adversário, observando nas fontes uma associação intrínseca com o resgate ao passado. Para isso, foi investigado o modelo mais representativo da radicalidade discursiva autoritária da Nova República, o bolsonarismo, que, conforme definem outros autores, tem mobilizado o agir político por posições abertamente antidemocráticas e narrativas antagonistas (SILVA, 2020; SOLANO, 2019, CESARINO, 2022).

O recorte temporal deste capítulo abrange o período eleitoral e o primeiro ano de governo (2018-2019). Para a investigação do período eleitoral, deu-se preferência ao pronunciamento do dia 21 de outubro de 2018, no qual Bolsonaro afirmou a uma semana do segundo turno que faria "uma limpeza nunca 'visto' na história do Brasil". Na análise das metáforas do "limpo" e do "sujo, observou-se que foram estipuladas zonas de delimitação entre o "nós" e o "eles", que, por sua vez, só adquiriram efeito prático porque

se articularam com conceitos e valores que são compartilhados culturalmente. Neste sentido, foram levantados três conceitos neste pronunciamento que se comunicaram com as metáforas da limpeza e agiram como forças de construção do léxico bolsonarista: o patriotismo, o militarismo e o anticomunismo.

Durante o primeiro ano do governo, foram analisados os canais audiovisuais de mídia bolsonarista. Nesta etapa da pesquisa, observou-se que as metáforas da limpeza se expressavam em grafias multiformes ("passar o Brasil a limpo", "fazer uma faxina na mídia/congresso/STF/máquina pública/etc.", "fazer uma limpeza política", "desratizar as instituições", entre outros), que esta tese reuniu sob a locução metafórica de "operação limpeza". Trata-se do reconhecimento de que tais metáforas, na boca dos grupos revoltosos, mimetizavam uma relação já conhecida em outras experiências ditatoriais do século XX de promover uma limpeza nas instituições usando a própria institucionalidade como ponto de partida. Assim, além das ameaças à não renovação da concessão midiática, a base política do governo no Congresso se engajou em ações formais legais, como a "CPI Lava Toga", para tentar expurgar membros da Suprema Corte, visando enquadrar o Poder Judiciário em uma aura de ameaça, reduzindo o poder da oposição.

Na segunda parte deste capítulo, o material de análise foi organizado sob a hipótese de refletir se a experiência do tempo propagada pelo bolsonarismo, durante o período selecionado, reproduziria o telos do *progresso mundanos*, descrito por Reinhart Koselleck ([1979] 2006). Em se tratando de um movimento que abusa das exortações às mudanças e ao futuro ("tem que mudar isso aí"), foram testadas as categorias de espaço de experiências e de horizonte de expectativas de Koselleck ([1979] 2006) para pensar a experiência do tempo bolsonarista. Na análise, contudo, concluiu-se que seria bem mais adequado interpretar esta exortação ao futuro como um regresso ao passado, na medida em que o futuro bolsonarista expressa um saudosismo evidente com tradições autoritárias

da sociedade brasileira. O modelo ideal de sociedade bolsonarista não se abre ao novo, nem se distancia das experiências acumuladas no período anterior ao estabelecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil. Na direção oposta, a "limpeza" bolsonarista expressa uma relação temporal própria, na qual se deseja superar o presente iminentemente caótico, olhando para o futuro com o desejo de retorno ao passado.

A seleção, a reunião e a investigação das metáforas da "limpeza" e da "sujeira" no vocabulário político brasileiro da Nova República, adotando horizontes de sentidos como recursos de tematização da pesquisa, conduziu à apreciação de trajetórias semânticas e pragmáticas divergentes. Em cada metáfora analisada, foram observadas uma apropriação diferenciada de atores e de pautas, além de transferências caleidoscópicas em relação aos sentidos não necessariamente contemporâneos da limpeza e da sujeira, sentidos rituais, míticos e conceituais. Cada apropriação, em seu determinado contexto, deslocou uma expressão metafórica própria ao signo da limpeza, seja a relação intrinsecamente espacial de deslocamento contra o sujo, seja o jogo visual do desvelamento/ocultamento que se apresenta desde as práticas coloniais no Brasil, seja o significado mais profundo e mais antigo do conceito de transparência.

O caráter multifacetado e contingente das metáforas da "limpeza" disponibilizou, portanto, um rol de possibilidades criativas na produção do vocabulário político da Nova República. Sua funcionalidade de deslocar-se por tantos terrenos discursivos tornou-se evidente nos momentos de insuportabilidade da linguagem em expressar conceitualmente novas problemáticas levantadas pela construção da ordem democrática, pelos sentidos do tempo decorrentes da troca de regimes políticos mundo afora, pelo fortalecimento do papel do judiciário na pauta anticorrupção e pela ascensão de líderes autoritários. As metáforas da "limpeza" e da "sujeira", em diferentes usos e contextos, mostraram uma abertura para o preenchimento de conteúdos que variaram de aspirações democráticas a

conservadoras, de vieses moderados aos mais radicais. O perigo, no tempo presente, reside na apropriação banal das metáforas do “limpo” e do “sujo”, tornando-as potentes fatores de perseguição política, de quebra da institucionalidade e de extermínio da oposição.

Anexo

Íntegra do pronunciamento de 21 de outubro de 2018 do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro:

Nós somos a maioria. Nós somos o Brasil de verdade. Juntos com este povo brasileiro construiremos uma nova nação. Não têm preço as imagens que vejo agora, da Paulista e de todo o meu querido Brasil.

[pausa em que os manifestantes gritam: "um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos Bolsonaro presidente do Brasil"]

Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo.

[gritos de exaltação]

Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser que ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão pra cadeia.

[gritos de exaltação]

Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria. Nós acreditamos no futuro do nosso Brasil. E juntos, em equipe, construiremos o futuro que nós merecemos. Temos o melhor povo do mundo, a melhor terra do planeta, e vamos com essa nova classe política construir realmente aquilo que nós merecemos. Estou aqui porque acredito em vocês, vocês estão aí porque acreditam no Brasil. Ninguém vai sair dessa pátria, porque essa pátria é nossa.

[pausa em que os manifestantes gritam "Brasil"].

Não é dessa gangue, que tem a bandeira vermelha e tem cabeça lavada. Sem indicações políticas, faremos um time de ministros que realmente atenderá às necessidades do nosso povo. Podem ter certeza. Vocês podem confiar em nós, porque nós confiamos em vocês. O Brasil será respeitado lá fora. O Brasil não será mais motivo de chacota junto ao mundo. Aqui não terá mais lugar para corrupção. E, seu Lula da Silva,

se você estava esperando o Haddad ser presidente pra assinar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia.

[pausa para gritos de exaltação, aplausos e gritos de “mito” na Avenida Paulista]

Brevemente você terá Lindbergh Faria pra jogar dominó no xadrez. Aguarde. O Haddad vai chegar aí também. Mas não será pra visitá-lo, não. Será pra ficar alguns anos ao teu lado. Já que vocês se amam tanto, vocês vão apodrecer na cadeia. Porque lugar de bandido que rouba o povo é atrás das grades. Você achava que tava tudo dominado? Não tava não. Esse povo sempre se levantou, nos momentos mais difíceis da nação, para, exatamente, salvá-la. Vocês da Paulista, vocês que fazem manifestação em todo o Brasil, não tenho palavras para agradecê-los neste momento. Vocês estão salvando o meu, o seu, o nosso Brasil.

Petralhada, vai tudo vocês (sic) pra ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês [gritos de exaltação e aplausos]. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês.

Será uma limpeza nunca visto (sic) na história do Brasil.

Vagabundo vai ter que trabalhar. Vai deixar de fazer demagogia junto ao povo brasileiro. Vocês verão as instituições sendo reconhecidas. Vocês verão umas Forças Armadas altiva (sic), que estarão colaborando com o futuro do Brasil. Vocês, petralhada, verão uma polícia civil e militar, com retaguarda jurídica pra fazer valer a lei no lombo de vocês. Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo. Vocês não levarão mais o terror ao campo ou a cidade. Ou vocês se enquadram e se submetem às leis ou vão fazer companhia ao cachaceiro lá em Curitiba.

Amigos de todo o Brasil, este momento não tem preço. Juntos, eu disse juntos, nós faremos um Brasil diferente. Meu muito obrigado a todos do Brasil que confiaram o

seu voto em mim por ocasião do primeiro turno. Ainda não ganhamos as eleições, mas este grito em nossa garganta será posto pra fora no próximo dia 28.

Conclamamos a todos vocês que continuem mobilizados e participem ativamente por ocasião das eleições do próximo domingo, de forma democrática. Sem mentiras, sem *fake news*, sem Folha de S. Paulo [gritos de exaltação]. Nós ganharemos esta guerra. Queremos a imprensa livre, mas com responsabilidade. A Folha de S. Paulo é o maior (sic) *fake news* do Brasil. Vocês não terão mais verba publicitária do governo. Imprensa livre, parabéns. Imprensa vendida, meus pêsames.

Somos amantes da liberdade, queremos a democracia e queremos viver em paz. Nós amamos as nossas famílias, nós respeitamos as crianças, nós respeitamos todas as religiões, nós não queremos socialismo, nós queremos distância de ditaduras do mundo todo. Amigos da Paulista e do Brasil, meu muito obrigado a todos vocês, e vamos, juntos, trabalhar pra que no próximo domingo aquele grito que está em nossa garganta, que simboliza tudo o que nós somos, seja posto pra fora.

Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. À vitória! Valeu, abraço meu Brasil.

[o apresentador no carro de som responde: parabéns, Jair, parabéns. Você é o nosso líder]

Bibliografia

ALVES, Luiz Filipe Araújo. Metaforologia entre História dos Conceitos e Não-Conceitualidade: uma recepção intempestiva de Hans Blumenberg. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 25, n. 4, p. 13-30, 2020.

ARAUJO, Ana Lucia; DOS SANTOS, Ynaê Lopes. Usos políticos do passado: memória pública da escravidão e do colonialismo. Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, n. 15, p. 7-21, 2022.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência? *Esboços*: histórias em contextos globais 15 (20), 245-273. 18, 2008.

_____. Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975). *Historia y problemas del siglo XX*, ano 8, Volume 8, 2017.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Palavras e Ação, 1990.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Chicago: Chicago University Press, [1958] 1985.

AVRITZER, Leonardo. Esfera pública. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). *Corrupção*: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio; FERES Jr., João (org.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

BARAHONA, Cristina Moyano. La historia política en el Bicentenario: Entre la historia del presente y la historia conceptual. Reflexiones sobre la nueva historia política. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 15, n. 1, p. 227-245, 2011.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

_____. Le temps présent et l'historiographie contemporaine. *Vingtième Siècle*. Revue d'histoire, n. 69, 2001, pp. 153-160.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. As consequências econômicas da Lava Jato. In: KERCHE, Fábio; FERES Jr., João (org.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos*: um Haussmann tropical: a renovação da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BLUMENBERG, Hans. *Naufrágio com espectador*. Lisboa: Ed. Veja, [1979] 1992.

_____. *Paradigmas para uma metaforología.* Madri: Editorial Trotta, [1969] 2003.

CARAZZA, Bruno. *Dinheiro, eleições e poder*: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO, Fernanda Olivia Lázaro. *Qual Guy Fawkes?* Dialogismo e trajetórias textuais das máscaras de V nos protestos de junho de 2013. Dissertação [Mestrado em Linguística Aplicada], Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, José Ramos Sebastião de. Entrevista: General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro. MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964*: 31 de março, o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso*: verdade e política na Era digital [recurso eletrônico]. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa*: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2012.

DAVIS, Nathalie. Ritos de violência. In: ____. *Culturas do Povo*: sociedade e cultura no início da França Moderna. São Paulo: Paz e Terra, [1975] 1990, pp.129-156.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento,* Florianópolis, v.10, n.23, p.39 - 79, jan./mar.2018.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura*: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2015.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e argumento,* Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan./jun. 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo.* São Paulo: Perspectiva, [1966] 2014.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador:* uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, [1939] 2011.

FEITLOWITZ, Marguerite. *A Lexicon of Terror*: Argentina and the Legacies of Torture. Nova York: Oxford University Press, 2011.

FERES JR., João [et al]. A Lava Jato e a mídia. In: KERCHE, Fábio; FERES Júnior, João (org.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier; FUENTES, Juan Francisco. A manera de introducción. *Historia, lenguaje y política*. *Ayer*, p. 11-26, 2004.

FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. Historia de los conceptos. Nuevas perspectivas para el estudio de los lenguajes políticos europeos. *Ayer*, n. 48, pp. 331-364, 2002.

_____. Conceptos y metáforas en la política moderna: algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual. *Historia cultural de la política contemporânea*. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, p. 11-30, 2009.

_____. *Key Metaphors for History*: Mirrors of Time. Londres e Nova York: Routledge, 2024.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da Nova República:* da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016) (Coleção O Brasil Republicano). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Revista Tempo e Argumento, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: _____. *Violência na História*: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, p. 25-37, 2012.

FLEISCHER, D. (1988), Perfil Socioeconômico e Político da Constituinte. In: Guran. (Org.). O Processo Constituinte, 1987- 1988. Brasília: AGIL/CEAC/Univ. de Brasília, v. , p. 29-40.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El passado cercano en clave historiográfica. In:____. *Historia reciente*: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FONSECA, Francisco. A corrupção como fenômeno político. *Le Monde Diplomatique, Brasil*, 02 set. 2011. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-corrupcao-como-fenomeno-politico/. Acesso em: 21 dez. 2024.

FREIXO, Adriano. *Os militares e o governo Jair Bolsonaro*: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

GEULEN, Christian. Plädoyer für eine Geschichte der Grundbegriffe des 20. Jahrhunderts. *Zeithistorische Forschungen–Studies in Contemporary History*, v. 7, n. 1, p. 79-97, 2010.

_____. Reply. In: HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; BOWMAN, Paul [et al]. Roundtable: Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. *Contributions to the History of Concepts*, v. 7, n. 2, p. 79-86, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil*: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, n. 40, p. 199-223, 2018.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Pirâmides do espírito. In:_____. *Graciosidade e estagnação*: ensaios escolhidos. Introdução e organização Luciana Villas Bôas; tradução Luciana Villas Bôas, Markus Hediger. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.

_____. *Nosso amplo presente*: o tempo e a cultura contemporânea. Tradução: Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade:* Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; BOWMAN, Paul [et al]. Roundtable: Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. *Contributions to the History of Concepts*, v. 7, n. 2, p. 79-86, 2012.

HOLSCHE, Lucian. The theoretical foundations of “begriffsgeschchite” (history of concepts). *Cultura, revista de história e de teoria das ideias*, Lisboa, v.8, 1996, pp. 23-38.

JOUANNA, Arlette. O imaginário do sangue e de sua pureza na antiga França. *Revista Tempo*, v. 16, pp. 21-40, 2011.

KENEZ, Peter. *A History of the Soviet Union from the Beginning to the End*. Nova York, Cambridge University Press, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto: Ed. PUCRio, [1979] 2006.

_____. Introduction and Prefaces to the Geschichtliche Grundbegriffe. Trad. Michaela Richter. *Contributions to the History of Concepts*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-31, [1972] 2011.

_____. *Estratos do Tempo*: estudos sobre história. Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. *Histórias de conceitos*: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSELLECK, Reinhart [et al.]. *O conceito de História*. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1975] 2013.

LATOUR, Bruno. Le Théâtre de la preuve. In: SALOMON-BAYET, Claire. *Pasteur et la révolution pastorienne*. Paris: Payot, 1986.

LAZARO, Fernanda. Temporalidades da eleição brasileira de 2018: o bolsonarismo e o discurso da Ponta da Praia. In: IEGELSKI, Francine; SCHITTINO, Renata. *Teoria da História hoje*: historiografia e sentido do histórico. Niterói: PPGH/UFF; Usina Editorial, 2022.

LESSA, Renato. Homo Bolsonarus. *Serrote***,** julho, 2020, Rio de Janeiro, pp 46-65.

_____. A destruição: Bolsonaro, a palavra podre e a desfiguração da democracia. *Revista Piauí*: São Paulo, edição 178, jul. 2021. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-destruicao/ Acesso em: 23 jul. 2021.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÜDTKE, Alf. History of Concepts, New Edition Suitable for a Better Understanding of Modern Times? In: HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; BOWMAN, Paul [et al]. Roundtable: Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. *Contributions to the History of Concepts*, v. 7, n. 2, p. 79-86, 2012.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma*: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARTINS, Humberto. Lei da transparência e sua aplicação na administração pública: valores, direito e tecnologia em evolução. *Supremo Tribunal de Justiça*, v. 87, p. C3, 2019. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/ministros/Discursos/0001182/. Acesso em: 24 mar. 2025.

MATOS, Olgária Chain Féres Matos. Transparência. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). *Corrupção*: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MCCAULEY, Martin. *Stalin and Stalinism*. Nova York: Routledge, 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Pernambuco no período colonial. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). *Corrupção*: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo. Corrupção eleitoral. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). *Corrupção*: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. Brasil. In: CURIEL, Carole Leal (Org.). *Orden*. Diccionario político e social del mundo iberoamericano: conceptos políticos

fundamentales, 1770-1870. Tomo 6. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 315 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Corrupção no Brasil Republicano – 1954-1964. In: AVRITZER, Leonardo [et al] (orgs.). *Corrupção*: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da Nova República:* da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016) (Coleção O Brasil Republicano). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano (vol.5). *O tempo da Nova República*: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985- 2016). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido.* [Coleção Dicionários Especializados]. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Limites da democracia*: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

PALTI, Elías José. Ideas, conceptos, metáforas: la tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado del linguaje. *Res publica*, 25, 2011, pp. 227-248.

PÉRIÈS, Gabriel. La métaphore médico-chirurgicale dans le discours militaire de la "guerre révolutionnaire". *Mots, Les langages du politique*, 26, pp. 5-21, 1991.

PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito, um conceito na história. *Revista de História*, São Paulo, n.178, 2019.

PORTER, Roy. *A história da medicina.* Cambridge, 2008.

POZZI, Henrique Costa. *Golpe de 2016*: uma análise a partir dos editoriais da FSP, O Globo e OESP. 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRIORE, Mary Del. Eu me lavo, tu te cobres, nós sujamos: caatinga e limpeza. In:_____. *Histórias da gente brasileira*. Vol.1. Colônia. São Paulo: Leya, 2016.

PROCTOR, Robert N. *Racial hygiene*: Medicine under the Nazis. Harvard University Press, 1988.

REIS, Daniel Aarão. O bolsonarismo: uma concepção autoritária em formação. *Instituto Humanas Unisinos*, 10 mar. 2021. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/607369-o-bolsonarismo-uma-concepcao-autoritaria-em-formacao-artigo-de-daniel-aarao-reis. Acesso em: 23 jul. 2021.

RICHTER, Melvin. *The History of Political and Social Concepts*: a Critical Introduction. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. Begriffsgeschichte Today-An Overview. *Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory*, v. 3, n. 1, p. 13-27, 1999.

RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão*: o lixo como invento social. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil*: uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

ROSAS, Ana Karolina Ramalho de Araújo. Os valores da auditoria no Estado: um estudo de caso de uma Controladoria Geral do Estado. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 7, no. 15, jan./abr. 2019

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*: a história, o presente, o contemporâneo. Editora FGV, 2016.

SALLUM JR., Brasilio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano (vol.5). *O tempo da Nova República*: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985- 2016). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SARASIN, Philipp. Is a "History of Basic Concepts of the Twentieth Century" Possible? A Polemic. In: HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; BOWMAN, Paul [et al]. Roundtable: Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. *Contributions to the History of Concepts*, v. 7, n. 2, p. 79-86, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, [1984] 2018.

SILVA, André Garcia Xerez. Corrupção, moralismo e legitimidade do processo eleitoral à luz da lei da Ficha Limpa. In: MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos; SILVA, André Garcia Xerez [orgs.]. *A Lei da Ficha Limpa:* passada a limpo. Fortaleza: Editora Mucuripe, 2020.

SILVA, Daniel S. The pragmatics of chaos: parsing bolsonaro's undemocratic language. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59 (1), jan-abr., 2020.

SILVA, João Batista Teófilo da. Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 Anos Depois (1964-2014). *Revista Historiar, [S. l.],* v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: //historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/128. Acesso em: 13 set. 2024.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castello. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SMITH, Vírginia. *Clean*: a history of personal hygiene and purity. Londres: Oxford University Press, 2007.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: Sergio Abranches e Alii. *Democracia em Risco?* 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019a, pp 307-321.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*: AIDS e suas metáforas. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

SHORE, Cris. Cultura de auditoria e governança iliberal: Universidades e a política da responsabilização. *Mediações*, v. 14, n. 1, pp. 24-53, jan./jun. 2009.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Ditadura Militar*. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). *Corrupção*: ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STRASSERA, Julio. Acusación del fiscal Julio Strassera. Extracto del Juicio a las Juntas Militares. *Nunca más,* [1985] 17 jun. 2002. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070116215845/http://www.nuncamas.org/juicios/juntas/acusa.htm. Acesso em 07 nov. 2024.

STEINMETZ, Willibald. Some Thoughts on a History of Twentieth-Century German Basic Concepts. In: HOFFMANN, Stefan-Ludwig; KOLLMEIER, Kathrin; BOWMAN, Paul [et al]. Roundtable: Geschichtliche Grundbegriffe Reloaded? Writing the Conceptual History of the Twentieth Century. *Contributions to the History of Concepts*, v. 7, n. 2, p. 79-86, 2012.

TRIBE, Keith. The Geschichtliche Grundbegriffe Project: From History of Ideas to Conceptual History – A Review Article. *Comparative Studies in Society and History*, 31(1), 1989, pp. 180-184.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: Arthur Lima de Avila; Fernando Nicolazzi; Rodrigo Turin. (Org.). *A História (in)disciplinada*: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. 1ed.Vitória: Milfontes, 2019, v. 1, p. 245-272.

_____. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. Topoi, Rio de Janeiro, v. 24, p. 703-724, 2023.

VIGARELLO, Georges. *Le propre et le sale*: l'hygiène du corps depuis le Moyen Age. Paris: Éditions du Seil, [1985] 2014.